



nº 02 | Ano 2012

Revista da

# Jornada Científica de Assistência Social de Vitória

**Ousar saber,  
para ousar transformar.**  
(Yolanda Guerra)



PREFEITURA DE  
**VITÓRIA**  
Secretaria de Assistência Social

## Realização

Prefeitura Municipal de Vitória  
Secretaria Municipal de Assistência Social  
Prefeito: João Carlos Coser  
Vice-prefeito: Tião Barbosa  
Secretária de Assistência Social: Ana Maria  
Petronetto Serpa

# 2012

# 2ª Revista da Jornada Científica da Assistência Social de Vitória



Esta revista tem como objetivo organizar os artigos que foram apresentados na 2ª Jornada Científica de Assistência Social, a fim de socializar o conhecimento aos diversos atores sociais, referentes aos processos de trabalho, além de possibilitar a sistematização da prática e a criação de espaços reflexivos de construção de diálogos e do conhecimento entre os profissionais da Secretaria Municipal de Assistência Social e aqueles que se interessam e estudam o tema.

Zorzal, Ana Caroline Netto. Org.

2ª Revista da Jornada Científica da Assistência Social de Vitória: “Ousar saber, pra ousar transformar”  
Organização de Ana Caroline Netto Zorzal.  
Apresentação de Eugênia Célia Raizer. PMV – SEMAS, 2012.

### Equipe de Trabalho

**Comissão Organizadora** da 2ª Jornada Científica:  
Ana Caroline Netto Zorzal, Andrea Santos de Ataíde Almeida, Caren Cristine de Lemos da Costa, Claudiane de Faria Oliveira, Danielle Freitas Rangel, Eugênia Célia Raizer, Graziella Almeida Lorentz, Layla Daud Siqueira, Leonara Gonçalves Ribeiro, Ludmila Pecine Santos e Pollyana Tereza Ramos Pazolini.

**Comissão Avaliadora** dos trabalhos enviados para a participação na seleção da 2ª Jornada Científica:  
Cleilson Teobaldo dos Reis, Eliana Moreira Nunes Garcia, Eugenia Célia Raizer, Herlam Wagner Peixoto, Hingridy Fassarella Caliarí, Luizane Guedes Mateus, Márcia Smarzaró Siqueira e Paulo Rogério Candido.

**Equipe de Apoio:** Clarice Machado Imperial Girelli, Edsley Alves de Farias, Marianne Gomes Santos, Ana Karolina de Souza da Costa e Rayssa dos Santos Silva.

[jornadacientificasemas@gmail.com](mailto:jornadacientificasemas@gmail.com)

55 XX 27 3382-6169



# APRESENTAÇÃO

*“A Prefeitura Municipal de Vitória é uma universidade aberta, é um espaço público rico de possibilidades de estudo, de pesquisa, de sistematização de informações que sustentam um debate público permanente sobre os sujeitos, suas relações e condições de vida na cidade. Numa gestão democrática e participativa, este espaço se alarga ainda mais. Por meio de suas várias secretarias e unidades de intervenção em todos os bairros, proporciona uma relação e um aprendizado articulado aos processos reais do mundo da vida. Complementa e enriquece a formação de diferentes agentes, sobretudo estudantes universitários de diferentes cursos. E a pesquisa nas suas várias modalidades é uma forma de dar mais potência a este espaço”.*

Ana Maria Petronetto Serpa

Secretária Municipal de Assistência Social

Desde 2005, a Secretaria Municipal de Assistência Social, da Prefeitura de Vitória, Espírito Santo, vem estimulando o debate científico no âmbito da Assistência Social.

“Entendemos, já no primeiro momento, que o desafio de implantar o Suas era grandioso demais e exigiria de nós, além de muito trabalho, um amplo e profundo debate acadêmico (e político) envolvendo gestores, trabalhadores, conselheiros e usuários. Por meio deste debate acadêmico impulsionaríamos mudanças em direção às diretrizes estabelecidas na política mais do que por meio de controles burocráticos e supervisões verticalizadas” (SERPA, 2011).

E assim foi realizado, com a organização de encontros, seminários e oficinas sobre os diversos temas estruturantes da política de Assistência Social.

A Semas, por meio do Programa de Formação Continuada da Gerência de Gestão da Assistência Social, realizou em 2011 a **I Jornada Científica de Assistência Social**, inaugurando um processo virtuoso de debate teórico e de estímulo à sistematização da prática entre os servidores da assistência. A **II Jornada Científica de Assistência Social**, ora apresentada, tem como proposta a integração multidisciplinar de conhecimentos referentes a questões e processos de trabalho da Assistência Social. Além disso, o evento visa proporcionar o debate, sistematizar a prática e criar espaços de construção de diálogos e do conhecimento entre os profissionais da Semas e àqueles que se interessam e estudam o tema.

A II Jornada possibilita a apresentação de trabalhos, tanto na categoria de comunicação oral, quanto banners, nos seguintes eixos: Eixo 01: Atenção Integral a família; Eixo 02: Convivência e Fortalecimento de vínculos familiares e comunitários; Eixo 03: Violação de Direitos e sua superação; Eixo 04: Gestão e Controle Social.

Os eixos temáticos não foram escolhidos arbitrariamente. A II Jornada Científica de Assistência Social não pretende impor uma agenda de debate para o município, não é essa a intenção, e nem teria autoridade para fazê-lo. Ao contrário, os grandes eixos norteadores da II Jornada, nasce das inquietudes que se manifestam nos diálogos, investigações e práticas de implementação da Política Nacional de Assistência Social – PNAS e do Sistema Único de Assistência – Suas.



Por outro lado, nos últimos anos, este debate vem sendo apropriado pelas diferentes profissões que atuam na assistência. Possivelmente, por várias razões, entre elas, pelo impulso que as gestões públicas participativas vêm dando à pesquisa, pelo desenvolvimento das investigações sobre o tema nas instituições de ensino – em nível de mestrado e doutorado – e pelas publicações realizadas pelo próprio Ministério de Desenvolvimento Social e outros, sejam como artigos ou livros.

Junto ao debate das diretrizes e grandes eixos temáticos orientadores da Política de Assistência Social, se produz a apropriação de uma linguagem profissional do projeto ou projetos ético-políticos. Parece então que o referido debate vem sendo construído há algum tempo e, que essa II Jornada quer dar a sua contribuição.

A convocatória da II Jornada Científica nasce também com outro nível de preocupação pela necessidade de ter um espaço e um tempo diferenciado de um encontro massivo, com a finalidade de aprofundar temas da agenda da Política de Assistência Social, tomando como principal referência empírica as diversas práticas realizadas no Município de Vitória.

Neste sentido, o objetivo da jornada é explicitar ideias, pontos de vista, manifestar dúvidas, submeter resultados, colocar em debate as diversas perspectivas de análises e enriquecer-nos com os trabalhos de cada um dos participantes. O programa e a metodologia definidos caracterizam-se como espaços de construção coletiva, amplos e abertos. Traz como insumo os conhecimentos que cada um/equipes vem acumulando, a maturidade intelectual alcançada, a experiência de debates sobre a profissão, a complexidade da questão social e sua própria experiência vivida. A presente publicação eletrônica ao disponibilizar para o público os 42 trabalhos selecionados na II Jornada, parte da premissa que a implementação da Política Pública de Assistência Social é um processo construído no diálogo com a realidade, cuja significação e resignificação se expressa na necessidade de momentos de sínteses necessários para o seu avanço e que devem ser construídos discursivamente pelos seus agentes de campo.

“Como gestores, temos o dever de estimular a pesquisa articulada aos processos de implementação das políticas públicas, que criam laboratórios vivos onde interagem diferentes sujeitos com suas histórias de vida e representações, dando origem a situações e processos que podem e devem ser tomados como objetos de estudo.”  
(SERPA, 2011)

Como produto que reflete o processo realizado, a presente Revista Eletrônica se destaca em dois sentidos. O primeiro, ao consolidar uma proposta de implantação do Suas - Vitória, baseada nos princípios da participação democrática e do debate acadêmico (e político) envolvendo gestores, trabalhadores, conselheiros e usuários. O segundo, ao compor uma metodologia de gestão, enquanto um processo dinâmico feito de reflexão – ação, onde a pesquisa é indispensável, na perspectiva do fortalecimento e consolidação da Política Pública de Assistência Social no município.

A Revista Eletrônica não deve ser entendida como um modelo que a Semas propõe aos serviços e equipamentos, mas sim como uma contribuição ao debate e ao aprofundamento do princípio da gestão democrática da assistência social. Vale ressaltar ainda, que não é propósito desta publicação esgotar a discussão sobre o tema, muito pelo contrário, pretende-se dar continuidade ao debate, principalmente tendo como foco a garantia de direitos e a superação de suas violações.

Muitos desafios estão por vir, mas com certeza, a realização da II Jornada Científica de Assistência Social e a publicação da sua Revista Eletrônica, constituem passos importantes para garantir a sua efetiva continuidade.

Vitória, 31 de outubro de 2012

Comissão Organizadora da II Jornada Científica de Assistência Social

<b>SUMÁRIO</b>	
<b>Eixo 1: Atenção Integral à Família</b>	<b>09</b>
1.1. Trabalhando com famílias no processo de educação dos filhos: Luiz Antônio Gastardi	09
1.2. O perfil dos usuários do Restaurante Popular de Vitória: Mirian dos Santos Glória Fiorott e Laydiane Silote Barbosa	23
1.3. Serviço de Inclusão Produtiva: Uma análise da percepção dos participantes sobre o trabalho: Lorena Bettim Bergamaschi e Carla Alves de Almeida	37
<b>Eixo 2: Convivência e Fortalecimento de Vínculos Familiares e Comunitários</b>	<b>50</b>
2.1. Banda 6.0: A experiência da música na terceira idade: Edna Salgado Grangeiro, Priscila Valverde Fernandes, Maria Natividade Sá Alves da Silva e Soraia de Assis Carvalho	50
2.2. “A tendência antissocial como sinal de esperança”: escola, agressividade esperançosa e Assistência Social a partir de uma primeira leitura de Donald Winnicott: José Raimundo Rodrigues	59
2.3. Caminhando juntos ao mundo do circo, da música e do cinema: Fernanda de Carvalho Ferreira e Wayne Barbosa dos Santos da Costa	66
2.4. A psicologia na Assistência Social: um relato de experiência de estagiários de psicologia no CRAS e CREAS: Eliane Barcellos Souza, Enivelton Virgilio Pereira, Felipe Cypriano Sabino, Karine Santos Souza, Luziane Zacché Avellar e Roberta Ingrid Schimitberger	78
2.5. Educação em direitos humanos – EDH: metodologias utilizadas na educação não formal para adolescentes e jovens: Maria Eliana Rodrigues de Assis	88
2.6. Convivência e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários de crianças e adolescentes no SUAS Vitória: Eliana Moreira N. Garcia, Fabíola Barbosa da Silva, Fernanda Alves dos Santos, Lívya Dias Pereira e Mirella Loterio Siqueira	97
<b>Eixo 3: Violação de Direitos e sua Superação</b>	<b>110</b>
3.1. Violência doméstica e familiar contra a mulher após denunciar o agressor – grito de liberdade: Conceição Aparecida Medeiros	110

3.2. A experiência do Programa Família Acolhedora de Vitória-ES: Andrea Cristina Quirino, Cássia Nunes Rodrigues, Júnia de Meira Vieira, Mirella Loterio Siqueira, Priscila Santos da Silva e Valeska Campos Tristão	128
3.3. Coringa e o jogo do perverso: Nayara Girelli	141
3.4. Escrevendo caminhos: construindo histórias a partir da medida socioeducativa: Adriana Lucia de Souza Zoppi, Monica Aparecida da Silva Gomes Scárdua, Roseane Pimentel Rhodes Gonçalves Fernandes e Vanessa Pereira Rocha Vargas	148
3.5. O papel da família de LGBT: a dualidade de vítima e vitimizador: Jacqueline Malacarne Mendonça, Renata Botelho Campbell e Angelo Eduardo Carneiro Dias	160
3.6. Pobreza e periculosidade: uma reflexão acerca dos processos de exclusão social no município de Vitória a partir da experiência do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – território Continental: Luizane Guedes Mateus	170
3.7. Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS: o desenvolvimento do serviço de proteção social e adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade do município de Vitória-ES: Alexandre Cardoso Aranzedo e Helena Marfisa Ventorin	181
3.8. Projeto de Extensão Andarilhos: Construindo outros caminhos na cidade: Antônio Martins Vitor Júnior, Allana Martha Soares Silva, Camila Mendes, Isabel Valli Espíndola, Lígia Caroline Pereira Pimenta, Luisa Tosi Modolo, Mayara Fonseca Hartuiq, Sara Louzada Casteluber e Gilderlândia da Silva Kunz	194
3.9. Enfrentamento ao abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes: desafios para a Proteção Social Especial: Larissa Pimentel Miranda Koehler, Naara de Lima Campos, Márcia Tirre Cortines Barretto, Simone Rezende Viegas e Leila Paiva Souza Ferreira	201
3.10. Qual a representação social que os usuários do serviço de abordagem social do CREAS – território Centro têm do serviço?: Izabella Zippinotti de Lima, Lucienne Tavares Queiroz e Farley Bino Santos	209
3.11. Estudo do perfil da população em situação de rua em Vitória com transtorno mental comum: Cristiano Barreto de Oliveira, Daniel Vitor Gomes de Sousa, Izabella Zippinotti de Lima Moscoso e Luciene Tavares Queiróz	217
3.12. Reconhecimento social por meio do trabalho com resíduos sólidos urbanos – catador de material reciclável: trabalho em grupo ou individual?: Terezinha Rosa de Souza	226

<b>Eixo 4: Gestão e Controle Social</b>	240
4.1. Os serviços sociais prestados pelas Oscips no município de Vitória/ES: Luma Magnago e Aline Fardin Pandolfi	240
4.2. Grupos reflexivos da aprendizagem com educadores sociais: Adnéia Silva Santos Gomes, Andréa Souza Guignoni, Isabela de Azevedo Nunes, Jeane Ferreira de Andrade Ribeiro, Márcio Anderson Martins e Jamile de Souza Andrade Loureiro (colaboradora)	252
4.3. Vigilância Socioassistencial e o sistema de informações na Política Municipal de Assistência Social: Clarice Machado Imperial Girelli, Graziella Almeida Lorentz, Edsley Alves de Farias e Danielle Freitas Rangel	267
4.4. A Política de Assistência Social para a população idosa e suas particularidades no Estado do Espírito Santo: Maria das Graças Cunha Gomes, Aniele Zanardo, Camila Falçoni Specimille, Raysa Marques e Laiz dos Santos Rodrigues	281
4.5. Demandas, desafios e perspectivas do trabalho do Assistente Social na Política Nacional de Assistência Social: debate urgente para um tema recorrente: Raquel Mota Mascarenhas	294
4.6. A educação permanente no SUAS: a experiência do Programa de Formação Continuada do município de Vitória: Layla Daud Siqueira e Pollyana Tereza Ramos Pazolini	301
<b>5. Resumos dos Banners</b>	322
5.1. Lugar da mulher chefe de família: Juliana Santos Gomes, Marília Barcelos Dal’Cól, Mayara Moreira dos Anjos e Rafaela Collistet.	322
5.2. Análise do uso da renda do idoso, proporcionada por aposentadorias e programas da Assistência Social: Valdeniz Cruz de Lima e Vanessa Martins Ferrari.	322
5.3. Convivência e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários: a experiência nas instituições de acolhimento da Grande Vitória: Marina Lugão Moraes, Marta Elaine Gonçalves Dias e Soraya Gama de Ataíde.	323
5.4. Projeto Caminhando Juntos – contribuindo na proteção e colaborando na prevenção da ocorrência de riscos sociais: Danuza B. Gomes e Marcia C. Vieira	324
5.5. A contribuição do Projeto CAJUN para a proteção social básica de crianças e adolescentes do município de Vitória: Marcia Carvalho Vieira, Mário Lúcio Leite e Welby Sarmiento Faria	324
5.6. O perfil da mulher em situação de rua usuária da hospedagem noturna, na cidade de Vitória	325

– ES: Maria Aparecida de Azevedo, Vanda de Aguiar Valadão e Andreia Martins	
5.7. Educação em Direitos Humanos: diversidade no contexto escolar: Andrei Grijó Chagas Neto e Tatiana Brandino dos Santos	325
5.8. População em situação de rua: refletindo as relações de gênero e seu entrecruzamento com a violência contra a mulher ‘moradora’ de rua: Thais Tononi Batista	326
5.9. Educação em Direitos Humanos: uma estratégia para a construção de uma cultura de paz e direitos humanos: Juliana Alves de Moura	327
5.10. Representação social de masculinidade e sua relação com a prática de atitudes violentas por homens: Helen Quintas Ramaldes	328
5.11. Adolescentes em situação de rua e o vínculo com o CREAS Centro enquanto lócus de atendimento especializado em Vitória: Andressa Meireles Rosa, Ariane Ribeiro Bergamim e Cleide Aparecida Pereira da Silva	328
5.12. O trabalho dos assistentes sociais nos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, no município de Recife: Valdeniz Cruz de Lima e Vanessa Martins Ferrari	329
5.13. Percepção dos familiares de pessoas com deficiência auditiva sobre seus direitos: O desafio da efetividade: Alexandre Fernandes Mantovani e Maurênia Lopes Ferreira Manyovani	330
5.14. Práticas no serviço de assistência a pessoa em situação de rua de Vitória: o antes e o depois na formação de graduandos de Terapia Ocupacional: Maria Daniela Corrêa de Macedo, Amabile Teresa de Lima Neves, Camila Mendes e Estefano Poloni Sabadine.	331

## EIXO 1: ATENÇÃO INTEGRAL A FAMÍLIA

*Visa fortalecer a função de proteção das famílias, prevenindo a ruptura de laços, promovendo o acesso e usufruto de direitos e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida. Para tanto, deve considerar novas referências familiares para a compreensão dos diferentes arranjos, reconhecendo a superação do modelo da família nuclear. Define ainda como funções básicas da família: prover a proteção e a socialização dos seus membros; constituir-se como referência moral, de vínculos afetivos e sociais, de instituição, além de ser mediadora das relações dos seus membros com outras instituições sociais e com o Estado. Contudo para que possa desenvolver seu papel, a Política Nacional de Assistência Social propõe que a família também precisa ser cuidada e protegida.*

### ARTIGO 1: TRABALHANDO COM FAMILIAS NO PROCESSO DE EDUCAÇÃO DOS FILHOS

Luiz Antonio Gastardi<sup>1</sup>

#### RESUMO

Este artigo apresenta uma reflexão sobre a prática terapêutica-socio-educativa junto a crianças e suas respectivas famílias realizada no Instituto de Educação Social Joana Darc. Trata-se de uma reflexão sobre as relações que as famílias pensam e refletem sobre a realidade vivida no que concerne a educação de seus filhos e como estes pensam e refletem sobre a educação recebida. Descreve as abordagens que facilitam a construção do modelo de educação com perspectiva de criticidade e a construir estratégias para superação dos desafios psicológicos e sociais. O Objetivo do artigo é apresentar a experiência utilizando o modelo de pesquisa-ação fundamentada na teoria Sistêmica Narrativa no processo de relações familiares.

Palavras-chave Educação informal, famílias e crianças, teoria sistêmica Narrativa.

#### ABSTRACT

This article presents a reflection upon social-educational therapeutic methods used on children and their families within the IESJD ( Joana Darc Organization for Social Education). It not only deals with the sorts of relationships those families perceive to live concerning their children's education and raising process but it also brings to light reflections on the sort of education parents received themselves.

Further, strategies which enable an easy construction of a model of child raising processes with critical perspective are discussed. Strategies to overcome psychological and social hurdles are also approached in the course of this article.

---

<sup>1</sup> Prof.Dr. Departamento de Serviço Social, Universidade Federal do Espírito Santo  
[gastardi@npd.ufes.br](mailto:gastardi@npd.ufes.br) tel. 27 99385445

In a nutshell, the goal is to present a range of experiences and impressions making use of a research-action study model backed up on the so called Systemic Narrative Inquiry in the family relationship processes.

Keywords: informal education, families and children, Systemic Narrative Inquiry

## **Introdução**

Observações sistematizadas sobre a prática de orientação à familiares, demonstram situações dramáticas vivenciadas pelos responsáveis quando falam de suas dificuldades para educarem seus filhos.

Toda a conjuntura cultural, política, econômica e religiosa induzem cidadãos a agirem na condição de reprodutores de normas e valores sociais. Diariamente os familiares são postos ao desafio de encontrar uma atitude “correta” para educar os filhos. Sofrem com o dilema de serem “justos” de acordo com as determinações impostas pelo meio ou por outro lado também sofrem quando “quebram” as normas para lutarem pela sobrevivência. É um dilema vivido dia após dia. - Devo manter o casamento para o bem dos filhos? - O que é uma atitude agressiva quando se trata de estabelecer limites? Deve-se ou não castigar os filhos? Até que ponto a família se sente organizada para superar problemas para educá-los? São estas e outras perguntas, que de acordo com a intensidade de atenção ou a de abandono, geram consequências sociais e psicológicas na organização familiar e no plano individual no que se refere ao crescimento das crianças. São muitas as perguntas que fazem: Como definir o que é “certo” e o que é “errado” .

Todas estas relações e pressões sociais são externalizadas em palavras e gestos quando estão sendo atendidos por profissionais. Ora demonstram indignação, ora demonstram atitude de revolta, ora silenciam engrossando as fileiras dos cidadãos sofridos condenados ao silêncio.

Os aconselhamentos que recebem da Igreja, da Justiça, da Assistência Social, dos Educadores, enfim da sociedade, tanto ajudam a família ou um indivíduo para que se sintam “aliviados” ou “paguem pelos erros” da angústia que trazem em si ou coletivamente. São os casos da adoção, internação para jovens, pagamento de pensão alimentícia.

De uma forma ou de outra as situações, as atitudes, a angústia reaparecem. Entendemos que sem um trabalho de re-educação familiar as intervenções configuram-se em respostas imediatas à determinada situação problema. Agrava-se ainda mais a angústia da família no que diz respeito à complicada noção de “centralidade na família”. Não é rara a ação de instituições do Estado e da Sociedade Civil que responsabilizam a família por atos anti-sociais e criminosos praticados pelos infantes e adolescentes. O Estatuto da Criança, a Lei de Adoção, a Lei do divórcio, a Lei da Palmada, entre outros mecanismos legisladores, por vezes, podem ser instrumentos que por si só permitem se tornar uma decisão judicial “fria” decorrendo muitas

vezes na interferência e possíveis rompimentos de sistemas familiares que não facilitam o desenvolvimento afetivo da criança e do adolescente..

Especificamente focaremos neste artigo algumas noções do modelo sistêmico narrativo.

Em linhas gerais, a prática abaixo descrita consiste no acompanhamento atento da comunicação transmitida por crianças, na faixa etária de 9 a 13 anos, sobre determinados temas ou existência vivida construindo um relato de histórias de vida. Os temas são organizados em forma de desenhos, mensagens, músicas, teatro entre outras formas de comunicação e apresentados na oportunidade em que acontecem encontros com os seus familiares. Os familiares trocam experiências e aprendem uns com os outros, formas alternativas de agir para educarem seus filhos. O processo da descoberta que acontece nas reuniões familiares, são irradiados e refletidos para todo o sistema familiar relacionado ao mundo vivido pela criança, contribuindo para uma ação então modificada daquela educação padrão anteriormente efetivada no contexto das relações familiares. Em essência trata-se de romper com o círculo vicioso de identificação de um ou outro membro da família como portador do sintoma.

Diante desta proposta metodológica surgem as seguintes questões: Qual a contribuição que esta intervenção profissional trás para a melhoria das relações familiares? A intervenção sistêmica, mais especificamente o modelo narrativo, favorece para a melhoria das relações familiares na educação das crianças e adolescentes?

Para buscar respostas a estas perguntas, foi utilizado quando realizamos atendimento às crianças e seus familiares durante o período estudado foi o método da pesquisa-ação. Em linhas gerais este método consiste ir ao sistema usuário praticando uma ação participativa, observar os resultados e junto com o sistema usuário construir hipóteses diretrizes de novos modos de educação. Os temas são coletados e avaliados mensalmente com a presença das crianças, Este processo de coleta e avaliação tornava-se ampliado (com a presença dos familiares) e construídas as hipóteses diretrizes retornavam ao cotidiano com “as novas ideias de se agir na educação”

Esta intervenção/avaliação permitiu que ao final do período, as famílias e as crianças, apontem o que mudou nas relações familiares, especificamente na educação dos filhos.

Para apresentar os resultados e métodos e técnicas utilizados, este artigo foi dividido em dois capítulos. No capítulo I será explicitado o modelo de pesquisa utilizado, através do qual foi possível relacionar o modelo de pesquisa.

O capítulo II contém a descrição refletida da prática. Ou seja, além da apresentação descritiva da ação realizada há concomitantemente toda uma análise crítica que correlaciona a teoria

sistêmica e a prática sob o olhar epistemológico do pesquisador e a construção participativa dos sujeitos atendidos. Ao final apresentamos as conclusões preliminares, considerando que as relações humanas e teorias estão sempre sujeitas ao princípio do devir conseqüentemente inacabadas e sujeitas à novas perspectivas quanto ao olhar e o agir sobre a realidade vivida.

## I – A Metodologia

A pesquisa-ação foi realizada no Instituto de Educação Social Joana D'arc na cidade de Vitória, Espírito Santo, Brasil. Trata-se de uma instituição organizada sob um projeto pedagógico cujo principal atendimento está voltado para a educação informal para crianças e adolescentes.

A intervenção está fundamentada sobre categorias teóricas e princípios filosóficos.

A prática considera o princípio de que o ser humano, na sua condição social, necessita da família a segurança e cuidados desde sua gestação, até o desenvolvimento da criança e do adolescente. A família em diversos sistemas humanos é o grupo social responsável por esta formação. Por isto atender às famílias torna-se uma referência para se observar e questionar, o porquê de tudo, ou seja, refletir a subjetividade que constrói o indivíduo como indivíduo e as suas relações humanas.

Partindo desse princípio, emerge a necessidade de compreender como essa família em sua organização se estrutura na distribuição de papéis e funções que determinam o comportamento que cada indivíduo. Que o profissional valorize a família como espaço que proporciona conexões e padrões de interações em suas relações.

“[...] a família não pode ser excluída porque constitui um espaço privilegiado de convivência, dado que nela a dimensão afetiva é inerente. A construção de serviços, programas e ações devem contar com a participação das famílias e da comunidade, tanto na discussão quanto na execução e gerenciamento das propostas.” (Vicente 1994:47).

É importante ressaltar que o processo de ensinar/aprender se realiza pela via da educação enquanto processo educativo de maneira informal<sup>2</sup> de maneira a abranger todas as possibilidades educativas, no decurso da vida do indivíduo, dando possibilidade a este construir no seu cotidiano.

---

<sup>2</sup> O termo Educação Informal segundo definição do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira Texto disponível “é um processo educativo assistemático que ocorre em meio à família, ao ambiente de trabalho, a partir da mídia, em espaços de lazer, entre outros, e resulta no desenvolvimento de conhecimentos e valores”. **EDUCAÇÃO INFORMAL**. Disponível em < <http://www.inep.gov.br/pesquisa/thesaurus/thesaurus.asp> > acesso em 04/12/2009.

Para Andersen e Golishian, apud Farhart (2009)

“Toda ação humana acontece em uma realidade de entendimento criada pela construção social e pelo diálogo, ou seja, o sentido e o entendimento são construídos socialmente através da comunicação. As pessoas vivem e compreendem seu viver por meio de realidades e narrativas, que são construídas dentro de um contexto que dão sentido e organização à experiência. E afirmam ‘Damos significados às nossas experiências conforme, vivemos nossas vidas’.

Há também que se destacar a categoria do princípio do prazer e o princípio da realidade. Ela estimula aos usuários expressarem e refletirem livremente e prazerosamente seus temas gerados nas relações cotidianas trazendo consigo seus conflitos pessoais, familiares, comunitários e conseqüentemente dentro dos limites de realidade vivida, a oportunidade de refletirem sobre estratégias de intervenção para enfrentamento dos obstáculos cotidianos. Este princípio permite, por exemplo, que assuntos sensíveis como sexualidade, violência doméstica, arranjos familiares, sejam tematizados paulatinamente. O amadurecimento da conscientização e da mudança de atitudes no enfrentamento de situações vivenciadas, são construídas no decorrer do processo, sem acontecer o rompimento e afastamento de seus participantes. Outro aspecto a ser destacado é o contrato estabelecido com as famílias. Trata-se de um instrumento utilizado para estabelecer regras as quais são explicitados os serviços oferecidos. No contrato constam quais são os direitos e deveres que devem ser observados respeitando a Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente. Dentro deste contrato há uma cláusula que a família se responsabiliza participar de reuniões mensais denominadas Reuniões de Família. Estas regras alteram o foco de que a criança é a portadora do “problema” e norteia a prática cujas premissas apontam as relações familiares como geradoras de situações existências. Decorre desta categoria o condicionamento da participação dos familiares no processo e conseqüentemente a centralidade do atendimento sobre as relações familiares. O foco do atendimento está sempre direcionado para a construção de habilidades individuais e coletivas para a construção refletida que os ajude a tomarem decisões no enfrentamento das situações existenciais. Há que se observar nesta cláusula do contrato que se estabelece uma obrigatoriedade de participação de familiares no processo. Esta menção é destacada para diferenciar do conceito dominante que se concebe, que um processo terapêutico se estabelece quando somente há o desejo do usuário. A categoria “relação Sujeito x Objeto” também é relevante. Quem é sujeito, quem é objeto?

Afirmamos acima que indivíduos e famílias se apoiam nas “verdades” construídas. Toma-se daí a primeira dedução: As famílias e indivíduos são objetos manipulados como acontece quando preparamos um alimento ou consertamos máquinas. Aplicar este modelo embrionário do método positivo não produz efeitos integralmente esperados quando observam a realidade. A ação não provoca uma reação esperada. Por exemplo: Não roubar. Sabe-se que esta é uma

inferência do sujeito moralizador sobre o objeto “indivíduo social”. A pessoa objeto precisa sobreviver. Ele “quebra” a norma, sustenta o organismo, mas passa a transportar o peso da culpa e da punição seja ela física ou psicológica, externa ou auto punitiva .

Seguindo a análise da categoria *sujeito x objeto*, para se “mergulhar” na realidade, é preciso resignificar que o indivíduo que roubou é apenas objeto de intervenção. Ele torna-se sujeito quando desvela uma realidade que não o oportuniza realizar-se e ser reconhecido. Em que sistema de pertencimento está inserido que o torna ladrão?

A opção da utilização do método é aquele que envia a prática para o estabelecimento de relações em que existem *sujeitos e objetos* concomitantemente.

Em decorrência deste olhar as famílias e o profissional se interagem em pequenos grupos e individualmente trazem em suas palavras e gestos um mundo de conceitos que foram subjetivados. Entretanto, a subjetivação é material expressado inconscientemente e de forma ideologizada. Os problemas são racionalizações de sentimentos ou sentidos que estando a nível do pré consciente e do inconsciente foram construídos a partir de ideologias. Os sujeitos precisam ser ajudados a “enxergar” este conteúdo subjetivo. Este é o insight que destitui a qualificação de pessoas passivas. Não há risco em afirmar que na melhor das hipóteses que estão recebendo conceitos de verdade e re-agindo irrefletidamente.

Nesta perspectiva a ação identifica conteúdos subjetivos submersos de uma superfície que é denominado “cotidiano repetitivo”. Os seres interagem, reproduzem e/ou criam novos modos de relacionarem-se. Estas ações geram amores e ódios, conflitos e/ou paz, união e/ou dissociação. Em consequência, ainda sobre um estado de consciência real da situação vivida sofrem, são felizes, amam, odeiam e assim por diante.

Para referenciar o conteúdo acima, introduz-se o conceito de Teoria Sistêmica Narrativa. Trata-se de uma abordagem que, nos anos de 1990, surge para priorizar o olhar mais aprofundado sobre as histórias que as pessoas contam. Esta abordagem, criada por Michael White, coloca as pessoas como conhecedora de sua história, como os especialistas em suas próprias vidas, e vê os problemas como estando separados das mesmas.

Para tal,

“White recorreu cada vez mais à metáfora narrativa [...], enxergando os problemas das pessoas como relacionados às histórias que elas têm sobre si mesmas, que por sua vez em geral refletem práticas culturais opressivas”. (Nichols & Schwartz, p.383)

De acordo com Michael White as pessoas contam histórias sobre os seus problemas e os eventos de sua vida. Esta intervenção possibilita alcançar ao efeito dos problemas ocorridos no contexto familiar e não na causa destes problemas. Assim, esta forma de abordar os relatos expande os momentos em que o problema não domina a família e as pessoas dão significados as suas experiências vividas, expressadas e verbalizadas de maneira que co-constroi histórias mais densas. A pessoa, ainda, conclui de maneira mais rica quando elabora este caminho para pensar sobre as identidades e as histórias.

A atenção passa a ser direcionada para a comunicação, bem como o que compõe o sistema, nos elos e contexto em que esta inserida. Assim, Narrativas veiculam determinados

“sistemas de valores por meio dos quais se sustentam determinadas práticas sociais e visões de mundo”. (Grandesso, 2000, p. 200).

As práticas narrativas se apoiam em um conjunto de ferramentas que funcionam de maneira positiva quando utilizadas coerentemente que contempla a crença e os demais parâmetros que circulam a singularidade humana.

Importante lembrar que neste sentido as pessoas partilham histórias de suas vidas, onde destacam algo mais importante.

Esta teoria contribui para a compreensão dos significados da vida das e da desconstrução das histórias e conceitos de conformidade pelos quais elas organizam as estreitas e dominantes narrativas sobre suas vidas e relacionamentos.

As histórias recontadas, dão por provisão metáforas, chamadas por Michael Withe de “andaimes”, para novos instrumentos culminando na expansão dos horizontes.

Os andaimes são divididos em quatro categorias de perguntas, onde as pessoas sequencialmente dão sentido e significado as suas histórias. Na visão de Michael Withe apud Carey (2007), são :

- As conversações de reautoria – os mapas das conversações pedem informações sobre o cenário de ação que se investiga eventos e ações passadas/vividas; e de identidade de histórias dominantes que encorajam as pessoas a explorar territórios diferentes.

- As conversações de re-lembranças ou lembrar – direcionam a atenção no outro para através de nossos relacionamentos com outras pessoas, relembre as trocas dessa relação.

- As conversações de testemunhas externas – estas práticas são com pessoas convidadas e focadas em:

expressão – narrados assuntos que chamaram a atenção na vida contada;

imagens – tipo de imagem de um modo geral dessas pessoas e como essas expressões evocam, quando foram colocadas sobre o que ouviu;

ressonância – o que chama a atenção em sua própria história; transporte – para que lugar a experiência o levou partindo do princípio do testemunho dessas expressões e às respostas aos relatos da maneira que as vivenciou.

Este ponto da Narrativa possibilita uma forma de conversa de maneira a separar a pessoa do problema. Pessoas são propensas a acreditarem que os problemas fazem parte de sua estrutura. Quando se separam do problema, as pessoas podem compreender melhor como o problema surgiu e ao utilizar a Narrativa a novas formas de entender as histórias de vida e as novas formas de recuperar a autoria destas histórias.

Outra variável é o rompimento com modelos convencionais de uma clínica ou consultório de atendimento. Trata-se de uma prática aberta onde se convida seus usuários se inserir em práticas esportivas, comemorações entre outras atividades.

Esta ênfase desmistifica a resistência à ideia terapêutica e favorece a aproximação dos usuários, nem por isto abandona-se o princípio de intencionalidade na busca do apoio familiar focado no enfrentamento dos conflitos centrados na relação familiar. Gera-se, portanto a noção da família de incumbência. Uma delas é a relativização do sofrimento ou sentimento de impotência de não ter mais controle sobre o comportamento do filho centrado em um ou outro membro da família. A situação passa ser de todos.

Em determinados casos o sistema interventivo é ampliado quando o grupo familiar se conscientiza que a temática enfatiza a relação família-escola-comunidade por exemplo. Decorrente desta análise engendra-se a categoria de universalidade que foca a necessidade de se ampliar a ação da educação às redes que contribuem para a geração de situações existenciais que frequentemente focam a criança como objeto de intervenção, em outras palavras, criança problemática. Assim, pode-se verificar também que os encontros geram ações que propõem estratégias que envolvam todo o universo familiar. Portanto, é de fácil percepção que a cooperação, a solidariedade e a motivação são aspectos indispensáveis para que ambas organizações caminhem em um modelo de rede e parcerias.

Estes princípios e categorias implicam na utilização de um método de intervenção e reflexão. Já o denominamos de pesquisa-ação.

A ação consiste em identificar aspectos que possam caracterizar as relações a serem conhecidas que podem servir de base para identificar problemas e propor soluções.

Seguindo esta premissa as crianças participaram do processo cujo teor é o de gerar temas (situações problemas) bem como realizarem a reflexão destes com a apresentação concreta de planos de ação e/ou propostas alternativas que ajudarão as famílias, a escola, por exemplo, a praticarem uma educação positiva. Destaca-se aqui que os primeiros protagonistas são as crianças, que via de regra, são consideradas as portadoras de problemas psicossociais. Estes temas gerados e refletivos - é preciso que se enfatize a noção de que se apresenta a situação existencial refletida - são levados para o grupo de familiares (a priori, todos os membros das famílias, segundo o contrato, são convidados à participação embora se saiba que geralmente comparece um só membro da família). Juntos debatem as representações sociais que possuem no nível de consciência no sentido de responderem como eles vão enfrentar a temática “educação dos filhos”. Há que se enfatizar aqui novamente o princípio da realidade. Muitas vezes a consciência sobre determinado tema pode ser muito clara, entretanto o nível de possibilidades de enfrentamento requer estratégias de enfrentamento que demandam tempo e segurança para agirem.

Didaticamente o processo de intervenção é delimitado por etapas. Num primeiro momento tanto no atendimento às crianças como às famílias configura-se como uma fase em que eles representam o vivido como se fosse uma verdade pré concebida. Este é o momento do trabalhador estimular a narrativa através da técnica compreensiva. Esta etapa é denominada como a fase da *imediatez*. Neste estágio a história de vida será narrada pelos atores conforme as vivenciam e a interpretam. A segunda etapa consiste na organização das histórias coletadas. O trabalhador organiza os dados e transforma as histórias em temas de análise. Esta fase consistirá em obter o acordo do grupo sobre o (s) tema(s) construído(s) e como o (s) representa. A terceira etapa consiste na construção de Categorias Teóricas. O trabalhador munido de seu rol de conhecimentos científicos, do senso comum e de assessoria técnica de outro profissional reflete o tema à luz destes conhecimentos científico e e da filosofia. Há que se destacar que nesta etapa o tema é construído como essência o resultado produzido pelo grupo e não de uma narrativa individual. Há que se considerar que nem todos os temas estão explicados, esclarecidos à consciência possível das famílias. Por exemplo, uma interpretação de uma Lei, a relativização de uma atitude de punição moralizante. Na terceira etapa o trabalhador devolve ao grupo a construção sistematizada das categorias que organizou para ser pensada pelo grupo. Esta etapa se caracteriza como a fase de ampliação de horizontes e produção de alternativas de relacionamentos quando forem enfrentar os problemas existenciais.

Muitas pessoas têm por questões morais, psicológicas, certa cristalização de conceitos que precisam desta contra definição para confrontação de concepções sobre a realidade. Por isto as categorias poderão ser refutadas ou em parte aproveitadas.

Este momento é caracterizado como *mediaticidade*. A representação social refletida. O trabalhador também poderá avaliar, sozinho ou com o grupo, a intensidade de confronto e avanço do debate sobre os conceitos posto sobre os temas. É muito comum haver travamentos e recaídas quando os temas são muito fortes para o grupo. Temas que envolvem sexualidade, religião, por exemplo, requerem a necessidade do rompimento com “verdades” construídas que são muito difíceis para o sistema usuário provocar transformações. A quarta etapa consiste em utilizar as reuniões como um laboratório seguro e possível de ajustes para que os atores passem a agir sobre o tema de acordo com a nova concepção (representação) social da realidade que se torna um plano de ação para uma outra forma de agir sobre o cotidiano. Esta etapa denomina-se como a “nova imediaticidade”. No decorrer da vida cotidiana os familiares buscam vivenciar os novos conceitos e atitudes no processo de educação dos filhos. Esta última etapa converte-se na primeira etapa acima descrita, ou seja a *nova imediaticidade* re-narrada.

## II – Os resultados da ação

Os resultados propostos são os de oferecer oportunidade às famílias desenvolverem o seu potencial no que tange à melhoria de suas relações no enfrentamento dos desafios ao educarem seus filhos. Esta referência orienta a reflexão sobre o estado sócio-afetivo de cada criança e adolescente e sobre as reais possibilidades de oferecer a eles uma educação social.

Agir desta forma requer uma constante identificação de temáticas durante a intervenção. Este fato decorre de sucessivas aproximações à realidade vividas através das quais se estruturam as representações que as crianças e adolescentes fazem das situações que vivem. Estas representações podem ser de ordem econômica, social, psicológica, sendo reconhecidas como pertencentes ao grupo familiar em suas relações desmistificando a visão do problema centrado na pessoa/família. O primeiro resultado concreto da ação está na desvinculação da pessoa/família do problema. O objeto de intervenção é a situação existencial problematizada.

Outro aspecto desta ação é o de que o atendimento estabelece uma perspectiva crítica sobre os conceitos e as definições cristalizadas que explicam os diferentes temas/problemas existenciais. É de extrema relevância para o desenvolvimento do crescimento das famílias, o qual está relacionado ao método compreensivo da situação social problematizada. A problematização facilita a pessoa tomar consciência crítica da situação em que a família está envolvida, reforça sua capacidade de auto afirmar-se e auto-determinar-se para o enfrentamento e a busca de soluções das situações em que precisa resolver para continuar sua vida social. Focaliza o ser em sua situação de existência, relacionando-se com outros seres e elaborando projetos para a construção da realidade. Pressupõe-se que esses projetos devem ser autênticos no sentido de

modificar criticamente essa realidade; a autenticidade pressupõe uma consciência real sobre a realidade a qual está envolvido. Esta atitude permite dar uma dimensão de maior profundidade à educação informal. Consiste em observar os níveis de consciência social e psicológica que cada criança e sua família possuem e suas reais possibilidades de transformação desta consciência para uma consciência possível de transformação da realidade social. Atentamos para aspecto diferencial a que estes resultados obtêm. A ação consiste em abstrair os problemas vivenciais. A transformação individual é decorrente da transformação das relações. Por conseguinte o trabalho é compreendido como um processo de aprendizado através do qual as crianças e famílias são estimulados a apreender as maneiras como se educam socialmente; quais são seus juízos de valores, suas expectativas e possibilidades de modos de subsistência, situação na divisão de classe, papel na dinâmica familiar.

A educação psicossocial crítica, auxilia, portanto, na tematização e intervenção sobre o mundo os desafios que rodeiam as famílias ao definirem qual a visão que possuem como, por exemplo, as trocas afetivas de ódio, de violência, de moradia, econômica geram análises os tipos de comportamento individual.

Executar a ação com olhar refletido sobre temas provoca mudanças de atitudes que podem ser imediatas ou são assimiladas vagarosamente. O importante é a percepção do profissional apreender o tema e facilitar o sistema usuário a focalizar o enfrentamento do referido tema. Decorre desta observação o risco de que tanto o trabalhador como o sistema usuário perder-se em divagações e o processo transformar-se num encontro de catarse. A velocidade da mudança varia de uma criança/família para outra. Durante o processo se percebe que aquelas que desvelam mais rapidamente ajudam as mais lentas compreenderem o processo. Um novo olhar, uma nova ação sobre a existência.

O marco operativo/refletido compreende, portanto as dimensões terapêutica, pedagógica, administrativa e comunitária que a proposta apresentada propõe.

Além dos resultados práticos da intervenção junto ao sistema usuário, a pesquisa-ação gerou também um resultado técnico. Ao longo do processo foi estruturado um método de trabalho.

Didaticamente podemos estruturar este método em quatro etapas. Neste artigo ele é decomposto em partes embora que na realidade o mesmo é dinâmico. Ele pode acontecer em um só atendimento ou em um período de 6 meses por exemplo. Na dinâmica do processo as fases se interpenetram e intervêm uma sobre as outras. Isto depende muito da habilidade do profissional e da consciência possível do sistema usuário.

O resultado denominado de dimensão pedagógica, está relacionado ao estímulo da capacidade da criança e de sua família a se reconhecer como sujeito num determinado movimento de ação e reconstrução do conhecimento. Para realizar esta ação o profissional necessita descobrir a possibilidade que o ser, singular ou coletivo, tem para desenvolver num processo de tomada de consciência e para exercer uma ação.

A Dimensão comunitária é um outro resultado obtido. Entendemos como dimensão comunitária como a articulação da nova imediaticidade transmitida a outras famílias, à escola, a igreja e a sociedade que circunda as famílias atendidas

Conseqüentemente, os “conselheiros” são destituídos da autoridade do saber unilateral e onipotente. Devem ser redimensionados à condição de homens comuns em suas relações sociais sob o risco de perderem a audiência e depósitos.

Este homem comum, por sua vez, necessita ser visto com outro olhar. O olhar tem como “foco” uma leitura mais límpida de que no contato com a realidade ele sofre ações, mas também gera outras. Esta geração de influências de mão dupla é o resultado de experiências demandadas de vários segmentos do saber os quais os “conselheiros” se instrumentalizaram e os tornaram verdadeiros através de seus métodos, técnicas e instrumentos.

A construção da subjetividade do homem comum relacionada com a subjetividade de outra pessoa que, pela condição humana de viver em meio social, os une em torno de micro grupos, os faz agirem com um emaranhado de “verdades” que no dia a dia provocam entre si aproximações e afastamentos, amor e ódio, gratificação e culpa.

Neste caminho, orientado por este olhar sob e sobre o ser e seus co-seres, o trabalhador irá concentrar-se nos momentos em que deverá intervir para propiciar a reflexão e estimular a ação. Nos dizeres de White edificar andaimes.

### **Conclusões preliminares**

O presente artigo pretendeu colocar à reflexão uma prática refletida sistematizada numa instituição com características objetivo explícitos de apoiar crianças e suas famílias visando um atendimento psicossócio-educacional fundamentada numa metodologia cujo conteúdo aborda conhecimentos sobre a teoria sistêmica numa perspectiva da escola narrativa.

A visão positiva desta afirma está baseada nos resultados que proporcionaram efetivos efeitos de mudança e transformação tendo como perspectiva o crescimento bio-psico-social da criança e de sua família.

Esta teoria proporcionou a análise das articulações familiares e da rede social para objetivamente conseguirem crescerem como família, indivíduos e cidadãos no plano social e afetivo conseqüentemente o atendimento adquire contornos de um atendimento que atinge dimensões comunitárias.

Com efeito aconteceu o aumento da consciência social abrangendo a preocupação com a proteção, com a segurança, com a saúde, com o afeto. Motivou, portanto a busca por mais contato com a rede social como por exemplo, com escola, com o serviço de saúde, com a inserção no processo de consumo entre outros serviços públicos e privados.

Obtendo certa consciência real sobre estas necessidades as famílias se articulam para colocarem-se no processo sócio-econômico do meio em que vivem.

Após a reflexão sobre o trabalho realizado foi possível desvelar a qualidade do comportamento humano no sentido de se inserir como sujeitos da história . Esta verificação aconteceu todas as vezes quando crianças e familiares movem-se de seus lugares “pré destinados” para re-escreverem suas relações.

Seria falsear o documento, citando que após o atendimento tudo mudou. Considerar a história como portadora das relações humanas é considerar que dialeticamente as relações são construídas e desconstruídas. Esta concepção não compreende a história como um círculo. O processo histórico dialético é visto num complexo de um sistema vivo e evolui, transformando continuamente os seres vivos e inanimados. O conselho do clã, da vizinhança, da religião e até mesmo da repressão do Estado.

Esta reflexão coloca em evidência que uma das proposições da narrativa na concepção de White torna-se um ato político.

Ou ainda

“A construção das narrativas se insere num contexto histórico e resulta de uma negociação em comunidades, no que se refere às suas instituições e estruturas sociais, resultando de uma troca interpessoal nos contextos das relações (White, 1991). Assim, narrativas veiculam determinados “sistemas de valores por meio dos quais s sustentam determinadas práticas sociais e visões de mundo” (Grandesso 2000). Aceitar tal posicionamento implica numa determinada ética por rever histórias sobre a vida privada que construímos com nossos filhos e netos. (Grandesso 2006)

O auxílio deste suporte teórico e prático que nos proporciona uma melhor compreensão para a avaliação das mudanças dos atores assistidos, mas vai além. Esta prática motivou e reforçou

que a prática da teoria sistêmica contribui para a prática dos psicólogos, mas também para os pedagogos, os assistentes sociais e outras profissões que trabalham com os problemas humanos.

Todavia, pensar e analisar essas contribuições motiva a reflexão sobre a aplicabilidade da metodologia em instituições públicas e privadas.

É significativa a importância do uso do espaço institucional seja um recurso que permita a aproximação da criança e familiares com os profissionais.

É outro olhar profissional conceber o indivíduo como sujeito inserido em relações, ativo diante das transformações interligando as suas experiências e redirecionando a sua visão de mundo é considerar as relações sociais em processo. Esta prática facilita uma intervenção dialética em direção a construção das relações humanas e da sociedade.

A contribuição desta metodologia configura-se entre alternativas para abordar o enfrentamento de situações psicossociológicas vivenciadas pelas famílias, pelo Estado e pela Sociedade Civil. Estas instituições se vêm desafiadas pelos atos anti-sociais, vandalismo, autodestruição, violência entre outras formas de expressão de crianças e adolescentes cuja intervenção via de regra, focalizam um atendimento focado isoladamente no casal, na criança, no Estado entre outras fragmentações que muitas vezes se busca mais um portador de doenças, infrator ou desincumbência de papéis do que a solução de problemas intra e supra-familiares.

#### **4 .Referencias bibliográficas**

---

ALVES, Rubem. *Conversas com Quem gosta de Ensinar*, Cortez, São Paulo 1981

ABRAMOVAY, Miriam. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas publicas**. Brasília: UNESCO, 2002.

Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990, Cap. IV – Do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer Art. 58

GASTARDI, Luiz Antônio. **Educação Informal para Crianças e Adolescentes**. Tese de Doutorado: Serviço Social. PUC-SP: 1998.

GRANDESSO, Marilene. *Narrativas, Histórias e mais histórias*. Casa do psicólogo, , São Paulo, 2006

Instituto Ayrton Senna. **Conceitos Norteadores: para o Grupo de Trabalho**. SP:2001.

**KENNETH J.Gergen. Mary Gergen. Construtivismo Social – Um convite ao diálogo. Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ. 2010**

WERTHEIN, Jorge; NOLETO, Marlova J. **Pobreza e desigualdade no Brasil: traçando caminhos para a Inclusão**

CAREY, M. RUSSELL, Shona. **Terapia Narrativa: Respondendo às suas perguntas**. Porto Alegre, 2007.

Grandesso, M. (2000). Sobre a reconstrução do significado: **Uma análise epistemológica e hermenêutica da prática clínica**. São Paulo: caso do Psicólogo.

\_\_\_\_\_: **“Dizendo olá novamente”**: A presença de Michael White entre nós **terapeutas familiares**. Revista Brasileira de Terapia Famílias – V.1, n.1, janeiro/junho de 2008.

NICHOLS, Michael P. SCHWARTZ, Richard C. **Terapia Familiar Conceitos e Métodos** (2007). Porto Alegre Artimed, Ed.7ª, 2007

ROSSET, Solange Maria, **Terapia Relacional Sistêmica – Famílias, Casais, indivíduos, Grupos**. Sol, Ed., Curitiba. 2008

ZINKER, Joseph C. **A busca da Elegância em Psicoterapia – Uma abordagem Gestáltica com casais, famílias e Sistemas íntimos**, Summus1997. SP.

## **ARTIGO 2: O PERFIL DOS USUÁRIOS DO RESTAURANTE POPULAR DE VITÓRIA**

Mirian dos Santos Glória Fiorott<sup>3</sup>  
Laydiane Silote Barbosa<sup>4</sup>

### **Resumo**

Este artigo apresenta o resultado de levantamento sobre o perfil dos usuários do Restaurante Popular de Vitória, localizado na Praça Misael Pena, 54, Parque Moscoso, Vitória, ES; realizado nos meses de junho e julho de 2012. Utilizou-se como metodologia a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo. A abordagem considerou dados como renda, escolaridade, ocupação, dentre outros. Os resultados evidenciam alguns dados sobre a realidade social dos usuários, caracterizados principalmente por aposentados, trabalhadores informais e formais, desempregados e pessoas em situação de rua. No momento do levantamento o público pôde fazer sugestões para melhoria do atendimento prestado no Equipamento, o que permitiu o esboço de proposições de ações de aprimoramento do serviço prestado, bem como ações de cunho social e de cidadania para o público atendido no Restaurante Popular de Vitória.

**Palavras Chaves:** Restaurante Popular de Vitória. Perfil dos Usuários. Serviço Social. Direitos Sociais.

---

<sup>3</sup> Especialista em Atendimento Integral a Família. Assistente Social da Gerência de Segurança Alimentar e Nutricional (Restaurante Popular de Vitória e Banco de Alimentos), Prefeitura Municipal de Vitória. Email: miriandossantosgloria@yahoo.com.br Telefone: 27-9955-9935

<sup>4</sup> Nutricionista, Especialista em Gestão de Políticas Públicas de Alimentação e Nutrição. Gerente de Segurança Alimentar e Nutricional. Prefeitura Municipal de Vitória - Secretaria Municipal de Assistência Social, Gerência de Segurança Alimentar e Nutricional. Email: [laydsb@yahoo.com.br](mailto:laydsb@yahoo.com.br). Tel: (27) 9238-9991. Plataforma Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8871938979522932>.

## **Introdução**

O Restaurante Popular de Vitória (RPV) foi inaugurado em Dezembro de 2005, integrando o Programa Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), gerido pela Gerência de Segurança Alimentar e Nutricional (GSAN), alocada na Secretaria Municipal de Assistência Social de Vitória (SEMAS). Oferecendo diariamente 2.000 refeições a um preço acessível R\$ 1,00 para refeições e R\$ 1,50 para marmitex. Desde Julho de 2011 a GSAN conta com a presença, em seu quadro de servidores, de um Assistente Social. Em face disso, vislumbrou-se a necessidade de se conhecer a realidade social dos usuários que frequentam o RPV, e a partir dos resultados propor ações e atividades direcionadas pelo Serviço Social, a fim de se divulgar e buscar a garantia de direitos sociais dos usuários. De acordo com Iamamoto (2003) é fundamental avançar no conhecimento da população, a quem se dirigem os serviços profissionais. Anterior à realização do levantamento, o Serviço Social possuía algumas hipóteses: 1) A maioria dos usuários que frequentam o Restaurante são idosos, o que é possível verificar visualmente. 2) Parte dos usuários não encaixam-se no critério de baixa renda, um dos objetivos pelo qual o Restaurante foi criado. 3) Existem pessoas que realizam sua única refeição no Restaurante Popular, pois observa-se diariamente que alguns almoçam de duas à três vezes no mesmo dia, principalmente pessoas em situação de rua. 4) Os usuários não tem clareza sobre o papel do Serviço Social, pois confundem esta função com o do nutricionista e não acham importante a presença do Assistente Social no Restaurante Popular de Vitória, pois o frequentam somente para realizarem suas refeições.

## **Objetivos**

Este artigo tem como objetivo geral traçar o perfil dos usuários que frequentam o Restaurante Popular de Vitória. E como objetivos específicos verificar o perfil sócio econômico dos usuários; o conhecimento dos usuários quanto a alguns serviços da Assistência Social; levantar junto aos usuários sugestões acerca de temas a serem discutidos nas ações educativas e conhecer a opinião dos mesmos quanto à qualidade das refeições e do atendimento prestado no Restaurante Popular.

## **Referencial Teórico**

As duas últimas décadas foram marcadas pelo avanço da globalização e do neoliberalismo que aprofundaram a situação de desigualdade social no nosso país (IAMAMOTO, 2003).

No que se refere à Segurança Alimentar e Nutricional, o ano de 2003 marcou o início de uma trajetória de avanços no tocante à garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável, embora ainda não fosse citado na Constituição Federal de 1988. A partir do governo Lula, a superação da fome tornou-se uma prioridade na agenda política do Brasil, e assim foi

criado o Programa Fome Zero como uma estratégia de assegurar o DHAAS às pessoas com dificuldades de acesso aos alimentos (BRASIL, 2010).

Em 2004, foi aprovada a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) permitindo a ampliação da proteção social aos indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social. O SUAS prevê a garantia de algumas seguranças: segurança de rendimentos; de acolhida; e de convívio ou vivência familiar. A segurança de acolhida prevê a garantia “da provisão de necessidades humanas que começa com os direitos à alimentação, ao vestuário e ao abrigo, próprios a vida humana em sociedade” (BRASIL, 2005, p.31). Dessa forma, observa-se que a PNAS também prioriza a garantia da alimentação à população, em consonância com a SAN.

A promulgação da Lei 11.346/2006 - Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) e a criação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) ocorreu em 2006, significando um marco, pois compreende a alimentação enquanto direito e dever do Estado, citado no art. 2º da LOSAN:

A alimentação adequada é direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população.

E define o conceito de segurança alimentar e nutricional, em seu art.3º:

A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

Embora a LOSAN fosse promulgada em 2006, somente em 2010 houve a sua regulamentação por meio do Decreto 7.272/2010, sendo também instituída a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN). Neste mesmo ano, através da Emenda Constitucional nº 64/2010, é incluída no Art. 6º da Constituição Federal, a alimentação enquanto um direito social: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados” (BRASIL, 2010). Visando à garantia ao direito à alimentação, nacionalmente foram criados Equipamentos Públicos de Alimentação e Nutrição (EPAN) propiciando o acesso a refeições saudáveis, a preços acessíveis, garantindo aos trabalhadores urbanos e à população em situação de vulnerabilidade social o Direito Humano à Alimentação (BRASIL, 2012a), dentre esses EPAN estão os Restaurantes Populares. No Brasil muito se tem avançado nessa temática. O governo federal, bem como a maioria dos estaduais e municipais tem buscado

desenvolver estratégias de combate à fome e à Insegurança Alimentar e Nutricional por meio da implantação de diferentes EPAN cumprindo a legislação vigente e o dever do Estado, de prover, promover e garantir o DHAAS. Porém, ainda há muito a se realizar: a implementação efetiva do SISAN e dos Planos Municipais de SAN. O Espírito Santo aderiu ao SISAN no mês de novembro de 2011, porém o sistema ainda não foi implementado.

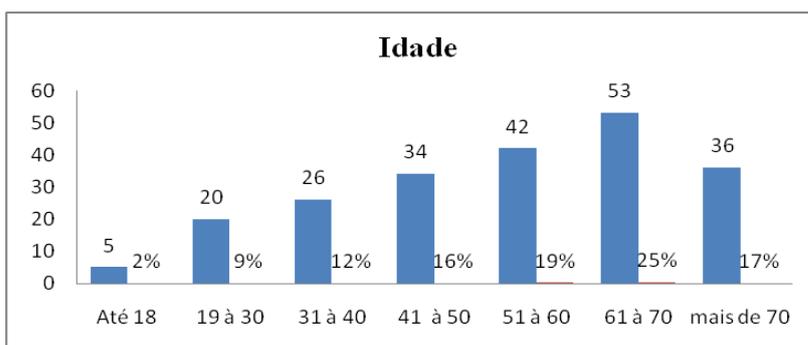
### **Metodologia**

Para este levantamento realizou-se pesquisa bibliográfica e de campo. Foi utilizado como instrumento de coleta de dados um questionário com perguntas fechadas e semi-abertas, aplicado por parte da Equipe: Assistente Social e acadêmicas de Nutrição da GSAN, do Banco de Alimentos e do Restaurante Popular de Vitória, totalizando 06 pessoas. Foram abordados dados como sexo, idade, cor (informada); escolaridade; renda individual, composição familiar, situação no mercado de trabalho, entre outros.

Posteriormente realizou-se a tabulação de dados e análise dos resultados através da análise de conteúdo, pois [...] “auxilia o pesquisador no processo de descrição e compreensão do material escrito coletado [...] bem como das falas dos sujeitos que compõem a estrutura do caso sob estudo (MARTINS, 2006, p.34-35). As abordagens foram realizadas de segunda à sexta – feira, no período de 25 de junho à 06 de julho de 2012, durante o horário de atendimento, das 10:00 às 14:00 h. O levantamento foi realizado duas semanas antes da mudança do Restaurante Popular do Centro para o novo Restaurante, localizado na Ilha de Santa Maria, no dia 09 de Julho de 2012. A maioria das pessoas foi entrevistada após realizarem suas refeições, dentro do salão e na rampa de saída do Restaurante. Durante a entrevista, não houve sorteio dos usuários, participando aqueles que consentiram em responder às perguntas. A amostra foi de aproximadamente 10% do número total de refeições servidas (2.000). Foram abordados 240 usuários, entretanto, 24 pessoas não aceitaram participar do questionário, totalizando 216 questionários respondidos. A presença das entrevistadoras foi importante, pois conheciam a realidade dos usuários e da rotina de trabalho do RPV. Os questionários foram aprovados pela Gerência de Segurança Alimentar e Nutricional antes da aplicação.

### **Resultados**

**1. Perfil Sócio-Econômico dos Usuários do Restaurante Popular de Vitória**  
**Gráfico 1 - Distribuição dos usuários do Restaurante Popular de Vitória por idade. Vitória, 2012.**

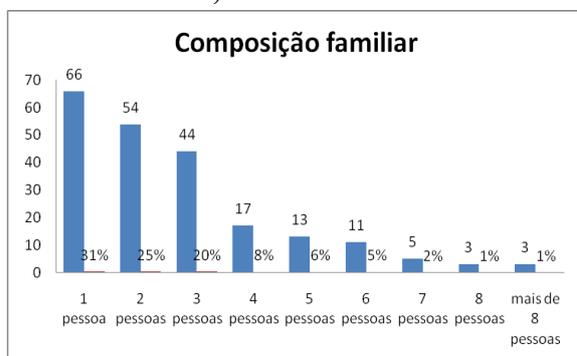


Fonte: Restaurante Popular de Vitória.

De acordo com o gráfico 1, verificou-se que 25% dos usuários encontram-se na faixa de 61 à 70 anos e 17%, acima de 70 anos. Assim, grande percentual dos usuários são idosos (42%). Esse dado é similar ao perfil dos usuários do Restaurante Popular do Rio de Janeiro (MDS, 2005). As outras faixas que se destacaram foram de 51 à 60 anos (19%), e de 41 à 50 anos (16%). Atualmente, há um crescimento populacional da terceira idade, significando um envelhecimento populacional (ZIMERMAN, 1997).

**Em relação ao sexo:** a maioria são homens (64%) (138), enquanto as mulheres representam o percentual de 36% (78), o que demonstra que o público masculino é o principal frequentador, dado similar a pesquisa realizada em Restaurantes Populares de São Paulo, Belo Horizonte, Distrito Federal, Rio de Janeiro e Salvador (MDS, 2005). **Em relação à cor:** 46% (99) dos entrevistados declararam-se pardos, enquanto 36% (77) são brancos e 15% (33) afirmaram ser negros. Em relação à composição familiar: segundo os dados do gráfico 2, 31% dos usuários residem sozinhos, 25% informaram a presença de 2 pessoas e 20% relataram 3 membros. Observa-se então, que 76% dos entrevistados relataram que a família é composta por 1 à 3 pessoas. As famílias com um membro são principalmente formadas por idosos e pessoas em situação de rua.

**Gráfico 2 – Distribuição dos usuários do Restaurante Popular de Vitória por composição familiar. Vitória, 2012.**

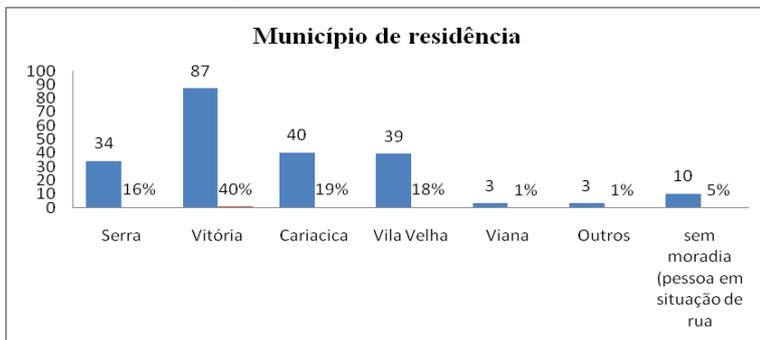


Composição familiar	Quantidade	%
1 à 3 pessoas	164	76%
4 à 6 pessoas	41	19%
7 à mais de 8 pessoas	11	5%
<b>total</b>	<b>216</b>	<b>100%</b>

Fonte: Restaurante Popular de Vitória.

Entretanto, percebe-se que o papel da família encontra-se em parte fragilizado, pois muitos idosos moram sozinhos. As famílias numerosas, com sete ou mais pessoas, apresentaram um percentual baixo (4%).

**Gráfico 3 – Distribuição dos usuários do Restaurante Popular de Vitória por município de residência. Vitória, 2012.**

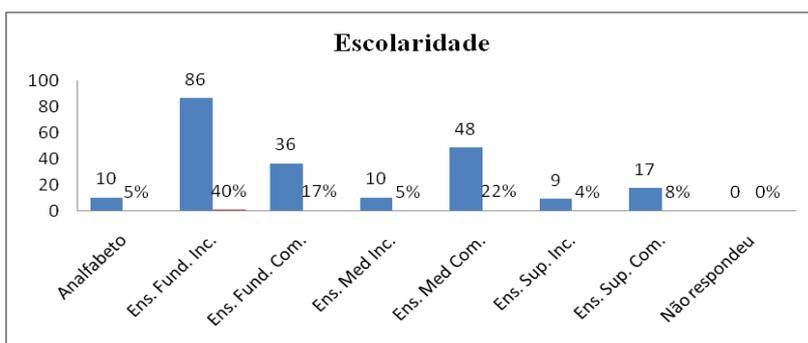


Fonte: Restaurante Popular de Vitória.

Os dados do gráfico 3 apresentam a distribuição dos usuários por município de residência. A maior parte dos entrevistados são da cidade de Vitória (40%), município onde localiza-se o Restaurante Popular. Em seguida, 19% são de Cariacica, 18% de Vila Velha, e 16% da Serra. O percentual de 5% dos usuários não possui moradia, encontrando-se em situação de rua, ocupando principalmente a região do Centro de Vitória. Entretanto, diariamente observa-se que um número significativo de pessoas em situação de rua frequentam o Restaurante Popular. No decorrer do levantamento parte deste público recusou-se a participar. Apenas 1% dos usuários informou que reside em outros municípios tais como: Viana, Guarapari, Marataízes e Linhares. Os bairros mais citados de **Vitória** foram: Centro, Santo Antônio, São Pedro, Parque Moscoso, Ilha do Príncipe, Vila Rubim, Resistência e Goiabeiras. **Cariacica**: Campo Grande, Porto de Santana, Alto Laje, Castelo Branco, Flexal, Nova Brasília e Vila Prudêncio. **Vila Velha**: Alvorada, Glória, São Torquato e Terra Vermelha. E **Serra**: André Carloni, Bairro de Fátima, Cidade Continental e Nova Almeida.

Em relação à escolaridade, o gráfico 4 aponta que a maioria dos usuários (40%), possuem o Ensino Fundamental Incompleto. Esse dado é semelhante ao perfil dos usuários do Restaurante Popular do Rio de Janeiro (MDS, 2005). Em seguida, 22% cursou o Ensino Médio Completo e 17% Ensino Fundamental Completo. Os outros níveis de escolaridade representaram um percentual menor (Ensino Superior Completo (8%) e Incompleto (4%), Ensino Médio Incompleto (5%) e Analfabeto (5%).

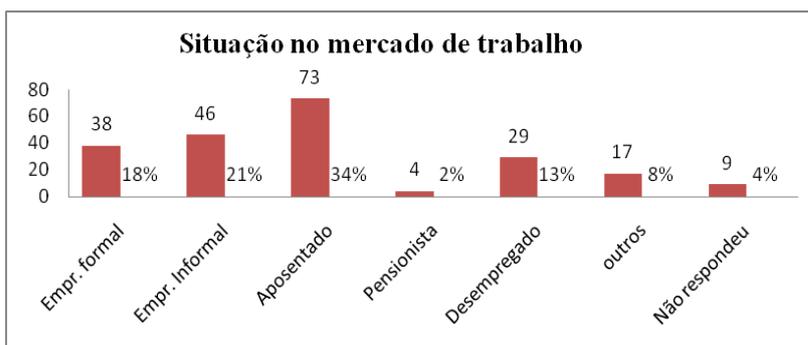
**Gráfico 4 – Distribuição dos usuários do Restaurante Popular de Vitória por escolaridade. Vitória, 2012.**



Fonte: Restaurante Popular de Vitória.

Ressaltamos que um percentual expressivo dos usuários possui baixo nível de escolaridade (Ensino Fundamental Incompleto), sendo a maioria idosos, e dentre estes alguns cursaram somente até a 4ª série. De acordo com estes, durante a infância e juventude tiveram dificuldades de acesso à Escola, pois precisavam trabalhar no campo.

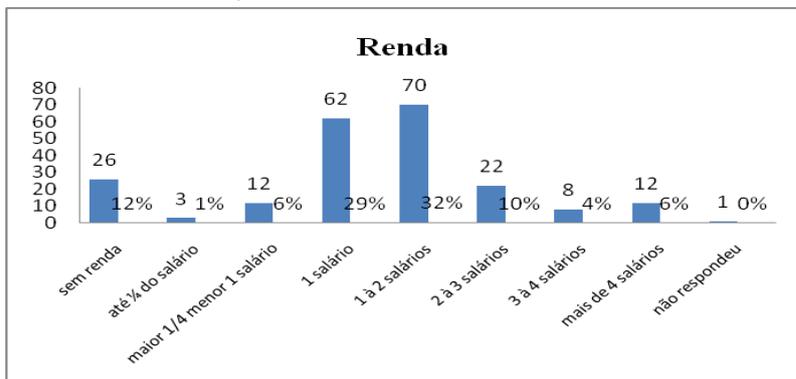
**Gráfico 5 – Distribuição dos usuários do Restaurante Popular de Vitória por inserção no mercado de trabalho. Vitória, 2012.**



Fonte: Restaurante Popular de Vitória.

De acordo com o gráfico 5, 34% dos entrevistados são aposentados, 21% são empregados informais, 18% trabalhadores formais, 13% encontram-se desempregados, 8% citaram outros e 2% são pensionistas. Dessa forma, 39% encontram-se no mercado de trabalho. Os empregados informais, sem carteira de trabalho sobressaem-se e encontram-se desprotegidos da cobertura previdenciária. Dessa forma, percebe-se como a precarização do trabalho atinge estes trabalhadores, pois a inexistência de direitos trabalhistas vincula-se ao trabalho informal (PARENZA, 2008). Em relação à opção ‘outros’, 41% comentaram que recebem aposentadoria por invalidez, 18% citaram empregado informal e pensionista, 12% informaram ser aposentado e pensionista e também 12% relataram que são aposentados, mas ainda trabalham. As ocupações mais citadas pelos usuários foram: motorista, do lar, pedreiro, auxiliar de serviços gerais, costureira, auxiliar administrativo, estudante, autônomo, artesã, almoxarife, carpinteiro, lavador de carro, vendedor, vendedor ambulante, lavrador, pintor, soldador, eletricista, faxineira, funcionário público, montador, vigilante, entre outros.

**Gráfico 6 – Distribuição dos usuários do Restaurante Popular de Vitória por renda individual. Vitória, 2012.**



Fonte: Restaurante Popular de Vitória.

O gráfico 6, mostra que 32% dos usuários possuem rendimento entre 1 a 2 salários. Já 20% declararam receber mais de dois salários, (de 2 à mais de 4 salários), o que comprova a hipótese de que parte dos frequentadores não se enquadra no público alvo prioritário do RPV, um desses usuários (aposentado) declarou renda de R\$12.000,00. O gráfico também evidencia um dado preocupante, 12% (26) dos entrevistados não possuem renda, colocando-se abaixo da linha da pobreza. De acordo com o Programa Bolsa Família, pessoas extremamente pobres são aquelas com renda per capita de até 70,00 reais e conforme o Censo 2010, 16,2 milhões de brasileiros estão nesta situação (BRASIL, 2012c). Vale ressaltar, que alguns dos usuários que informaram não ter renda, são pessoas em situação de rua, e que mesmo que o preço da refeição no RPV seja acessível, parte deste público solicita refeição gratuita no Restaurante Popular.

## **2. Acesso a benefícios, conhecimento sobre serviços sociais e o trabalho do Assistente Social.**

Ao analisar os dados acerca do recebimento de benefícios sociais do Governo por parte dos usuários do RPV, verifica-se que a maioria (84%) (182), não recebe e apenas 14% (31), relataram que recebem benefícios sociais. Dos beneficiários, a maioria (58%) (18), recebe o Bolsa Família, enquanto que 19% (6) informou ter acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) e 10% (3) relatou receber o Bolsa Família e a cesta básica. Uma pessoa relatou receber o bolsa atleta e nenhum usuário relatou receber somente a cesta básica. Este resultado de que a minoria recebe benefícios surpreendeu, pois segundo o Manual do Restaurante Popular (BRASIL, 2004), o público alvo do Restaurante Popular são pessoas de baixa renda e boa parte dos usuários enquadram-se nos critérios de recebimento de tais benefícios. Acredita-se que um dos motivos desse resultado é a falta de informação e esclarecimentos sobre direitos sociais, por parte desta população, sendo importante uma maior divulgação sobre estes direitos através das ações sócio educativas do RPV.

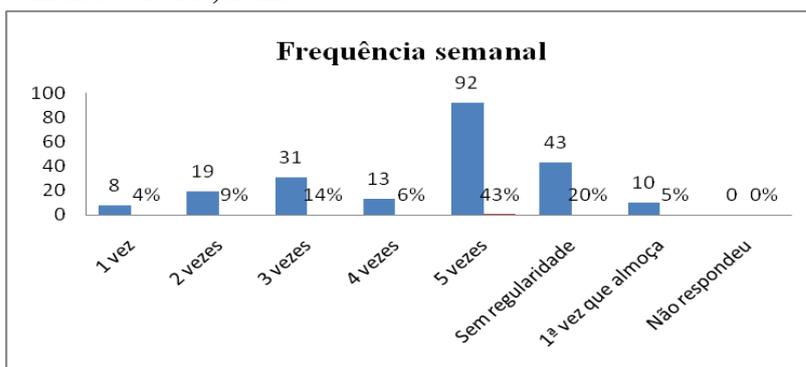
O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é uma unidade pública estatal que atua na proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), visando à prevenção das situações de vulnerabilidade social, através do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários (BRASIL, 2005). Os dados do levantamento mostram que mais da metade dos usuários (54%) (116) conhecem o CRAS, enquanto 45% (98) informaram que não conhecem. Diferente do resultado anterior, 76% (164) dos entrevistados mencionaram que não conhecem o CREAS, apenas 22% (47) informaram conhecerem tal serviço e 2% não responderam. O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) oferece serviços de proteção social especial a indivíduos e famílias que tiveram seus direitos violados e vínculos fragilizados (BRASIL, 2005). Ressalta-se que semanalmente o Serviço Social disponibiliza aos usuários um informativo de divulgação de serviços públicos oferecidos à população, inclusive os CRAS e os CREAS.

**Em relação à opinião dos usuários acerca da importância do Serviço Social no RPV**, a maioria dos entrevistados (95%) (205) afirmou que considera importante a presença do Assistente Social e apenas 4% (9) relataram não ser importante, pois seu principal objetivo era realizar suas refeições. Dentre os motivos que afirmam a importância, os mais citados foram: **“Ajudar a quem precisa”** e **“realizar orientação”**. A fala de alguns usuários traz a noção do assistencialismo e do favor, presente desde o surgimento da profissão. Entretanto, a partir da Constituição Federal de 1988, a Assistência torna-se uma política pública e segundo a LOAS, torna-se um “direito do cidadão e dever do Estado” (BRASIL, 2005). Os usuários também mencionaram: “oferecer algo mais para as pessoas que moram na rua”, “tirar pessoas da rua”, “ensinar a pessoa a ser um cidadão”, “apoiar os idosos”, “atender pessoas de menor poder aquisitivo”, entre outros. Uma das falas foi “apaziguar confusão” que relaciona-se a situações de violência física e verbal entre os usuários, que ocorrem no RPV, vivenciadas por seus frequentadores. Alguns usuários disseram que o Assistente Social deveria verificar a qualidade das refeições, confundindo este profissional com o nutricionista, situação que acontece diariamente no Restaurante Popular. O trabalho do Assistente Social no Restaurante Popular consiste na orientação acerca de direitos sociais, através da divulgação de informações sobre o acesso a serviços da Assistência, Saúde, cidadania, entre outros por meio da produção de cartazes (Mural do Serviço Social), informativos distribuídos aos usuários semanalmente, rodas de conversas através das ações sócio educativas, encaminhamentos aos serviços da rede, dentre outros. Entretanto, poucas pessoas buscam o atendimento e orientação do Serviço Social. Uma dificuldade encontrada, se refere à inexistência de uma sala para o Serviço Social, para garantir a privacidade dos usuários no momento em que solicitam orientações. O atendimento ocorre de segunda à quarta, de 10:00h às 14:00h, durante o horário de funcionamento do restaurante.

Sabe-se que o CRAS é a porta de entrada para a Política de Assistência, mas para alguns usuários que desconhecem esse serviço, o Restaurante Popular torna-se esta primeira porta de entrada. Assim, o assistente social atua na Questão Social, compreendida como um “conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista”. (IAMAMOTO, 2003. p. 27)

### 3. O cotidiano dos usuários no RPV: frequência, motivos de escolha pelo RPV, nº de refeições consumidas diariamente.

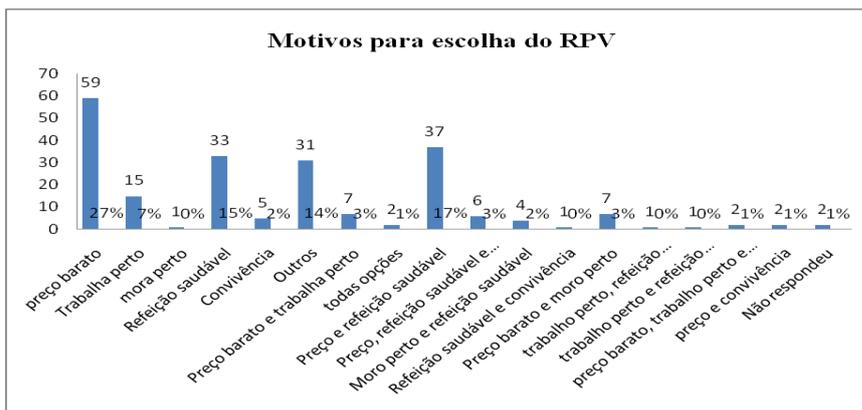
**Gráfico 7 – Distribuição dos usuários do Restaurante Popular de Vitória por frequência semanal. Vitória, 2012.**



Fonte: Restaurante Popular de Vitória.

Conforme o gráfico 7, 43% dos entrevistados informaram que almoçam no RPV 5 vezes por semana. 20% mencionaram não almoçar com regularidade. Já 14% declararam almoçar 3 vezes na semana. Observamos que a maioria dos usuários são frequentadores assíduos, e alguns informaram que frequentam o Restaurante desde a sua inauguração, em Dezembro de 2005. Essa situação remete à criação de vínculo social com o Equipamento. Os idosos, maioria de usuários, relataram informalmente que a vinda diária ao Restaurante é uma oportunidade de ‘estar com os amigos’. Muitos usuários realizam suas refeições todos os dias no RPV, pois, segundo eles, significa uma economia dos gastos da renda familiar, já que o restaurante oferece refeições a um preço baixo. Isso pode ser verificado no gráfico 8, pois dentre os motivos mais citados para realização das refeições no Restaurante Popular, destacou-se o preço barato, mencionado por 27% dos usuários.

**Gráfico 8 – Distribuição dos usuários do Restaurante Popular de Vitória por motivo da realização da refeição no local. Vitória, 2012.**

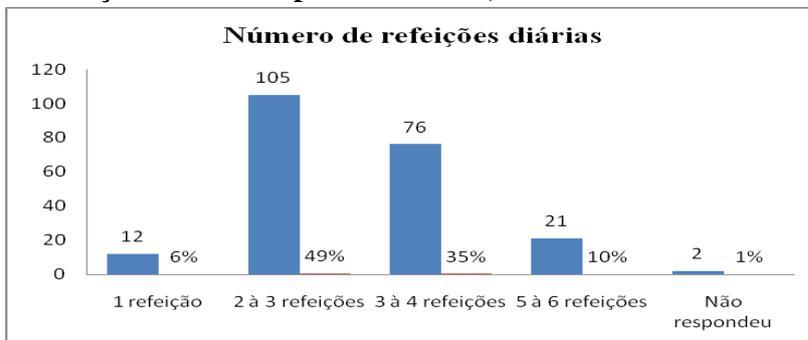


Fonte: Restaurante Popular de Vitória

Em seguida 17% responderam o preço barato e refeição saudável, 15% pontuaram a refeição saudável. Pesquisa realizada em Restaurantes populares de BH, SP, DF, RJ e Salvador demonstraram que o fator financeiro e a refeição saudável também foram os mais citados pelos usuários (MDS, 2005). Já 14% dos entrevistados citaram outros motivos tais como: “Não precisar fazer almoço”, “estar de passagem no Centro”, “asseio e organização”, “o cardiologista encaminhou”, “ não tenho geladeira”, “ para conhecer”, “moro sozinho”. Os motivos trabalhar perto, morar perto e convivência representaram um baixo percentual. Alguns usuários escolheram mais de 2 motivos.

De acordo com o gráfico 9, quase a metade dos usuários (49%) consome de 2 a 3 refeições diariamente, enquanto 35% informaram consumo de 3 a 4 refeições e somente 10% mencionaram consumirem de 5 a 6 refeições diárias, sendo essa a opção mais adequada nutricionalmente. Os 6% que responderam realizar uma única refeição ao dia correspondem, principalmente, a pessoas em situação de rua.

**Gráfico 9 – Distribuição dos usuários do Restaurante Popular de Vitória por quantidade de refeições realizadas por dia. Vitória, 2012.**



Fonte: Restaurante Popular de Vitória.

Tal dado confirma a terceira hipótese de que existem usuários que realizam sua única refeição no Restaurante Popular. Esse quadro sugere a situação de insegurança alimentar e nutricional e

vulnerabilidade social vivenciada por alguns usuários, onde se deparam com a realidade da fome que atinge diariamente nossa cidade e nosso país.

#### **4. Qualidade das refeições e do atendimento no RPV**

Em relação à opinião dos usuários quanto à qualidade das refeições servidas no Restaurante Popular, 47% (102) citaram a opção “boa” e 42% (91) mencionaram “ótima”, totalizando 89% de satisfação em relação à qualidade das refeições. Apenas 9% (20) declararam qualidade regular e 1% (03) ruim. Em relação à opinião acerca do atendimento: 56% (120 pessoas) afirmaram que o atendimento é bom, e 38% (81 pessoas) declararam ser ótimo. Dessa forma, esses dados demonstram que 94% dos usuários afirmam ser bem atendidos pelos funcionários do restaurante popular. O atendimento do RPV foi avaliado como ruim por 1% (02 pessoas) dos entrevistados, e regular por 6% (13 pessoas). Diariamente são disponibilizados no local formulários de satisfação a serem preenchidos pelos usuários. Nesse espaço, totalmente anônimo, o público pode fazer reclamações, sugestões, elogios, que servem de ‘termômetro’ para que a equipe melhore cada vez mais o serviço prestado.

#### **5. Sugestões dos usuários sobre assuntos para as ações socioeducativas.**

Um dos objetivos do Restaurante Popular é oferecer aos seus usuários ações sócio educativas, com diferentes abordagens: cidadania, direitos sociais, promoção e prevenção a saúde, alimentação... visando melhorias das condições de vida dos cidadãos. Um percentual de 38% dos usuários sugeriram temas a serem discutidos, sendo os principais: **Saúde:** Abordagem de diferentes doenças e suas formas de controle, prevenção e cura, Drogas. **Educação e Comportamento:** Educação em geral: na fila, na alimentação; mais rigor nas normas. Solidariedade, convivência (bom relacionamento entre os usuários e os funcionários do restaurante); respeito dos filhos com seus pais e as diferenças individuais. **Segurança:** Melhoria na segurança do Restaurante Popular; necessidade de detector de metais; evitar confusão; roubo de garfos. **Alimentação:** Evitar consumo de gordura e sal; orientações sobre educação nutricional por parte da nutricionista do RPV, alimentação balanceada, saudável, barata e seus benefícios; desperdício; alimentação para 3ª Idade. **Higiene:** Higiene dentro da cozinha, na rampa, higiene pessoal; maior esterilização dos pratos para evitar proliferação de doenças; maior higiene entre pessoas em situação de rua (lavar as mãos). Alguns usuários aproveitaram o espaço das sugestões para realizarem suas reclamações, dentre elas a insatisfação quanto à mudança do restaurante popular.

#### **6. Transição do Restaurante Popular de Vitória**

Em relação ao conhecimento acerca da mudança do Restaurante Popular, do Centro para o bairro Ilha de Santa Maria: 88% (189) dos usuários afirmaram que possuíam conhecimento do fato, enquanto que 13% (27) mencionaram desconhecer a mudança. Essa nova situação ocorreu em face da solicitação, por parte do locatário (Serviço Social do Comércio – SESC) pela devolução do imóvel, e da necessidade do município ter uma sede própria para o Restaurante. A mudança de local ocasionou reclamações por parte do público atendido, principalmente trabalhadores, moradores da região e pessoas em situação de rua, pois seriam prejudicados, porque realizar as refeições no Restaurante Popular significa uma grande economia (gasto de R\$ 20,00 mensais para o usuário que almoça todos os dias). Nas últimas semanas de funcionamento no Centro (25/06/2012 à 06/07/2012), houve mobilização dos usuários e foi realizado um abaixo assinado contra a mudança do Restaurante, entregue à SEMAS.

Em relação à frequência dos usuários ao novo Restaurante Popular: aponta-se que 71% (154) dos entrevistados continuarão realizando suas refeições, 20% (44) informaram que deixarão de frequentar o Restaurante Popular e 8% (18) não sabem. As 44 pessoas (20%) que não acessarão mais o Restaurante Popular são uma preocupação para a equipe do RPV, pois alguns trabalhadores do Centro e pessoas em situação de rua terão dificuldade de acesso à alimentação por um preço acessível, devido à distância e outros fatores. Torna-se necessário garantir o atendimento destes por meio de outros equipamentos sociais, como CREAS POP, que atende pessoas em situação de rua.

### **Considerações finais**

Este estudo permitiu acompanhar o avanço da Política de Segurança Alimentar no Brasil, no período de 2003 a 2010, principalmente através da implantação dos Restaurantes Populares, que permitem a garantia do acesso ao direito à alimentação a população em situação de vulnerabilidade social e nutricional. Propiciou a realização do desenho do perfil sócio econômico dos usuários, caracterizados principalmente por homens, idosos, de cor parda, com baixo nível de escolaridade, que residem sozinhos ou com até 3 pessoas na família, provenientes de diversos bairros dos municípios da Grande Vitória. Possuem rendimento individual de 1 a 2 salários, destacando-se os aposentados, trabalhadores informais e formais. Poucos recebem benefícios sociais do governo, sendo o benefício do Bolsa Família, o mais citado. São frequentadores assíduos do Restaurante Popular de Vitória, principalmente pelas razões do preço acessível e da refeição saudável, e realizam de 2 à 3 refeições diárias. A maioria mostrou-se satisfeita com a qualidade das refeições e do atendimento do Restaurante Popular, considerando a qualidade de boa a ótima. As hipóteses: a maioria dos usuários são idosos, presença de usuários com rendas mais elevadas e pessoas que realizam sua única refeição no Restaurante Popular foram confirmadas, entretanto a hipótese de que os usuários não

consideram importante a presença do Serviço Social foi refutada. Ressalta-se a importância do trabalho do Assistente Social na área de Segurança Alimentar e Nutricional, a necessidade da disponibilização de uma sala para o Serviço Social, garantindo um atendimento de melhor qualidade. Evidencia-se a importância do Restaurante Popular de Vitória, já que a maioria dos usuários continuará frequentando-o. Aponta-se a necessidade de maior atenção para com as pessoas em situação de rua, onde o município deveria custear as refeições deste público devido à inexistência de renda própria para compra da alimentação. Sugere-se que seja realizada pesquisa comparativa do perfil dos usuários do Centro e da Ilha de Santa Maria. Conclui-se que este levantamento permitiu conhecer a realidade social dos usuários, suas sugestões de temas a serem discutidos, o que possibilitará a proposição de ações direcionadas pelo Serviço Social e Nutrição, voltadas à melhoria do atendimento no equipamento e à garantia dos direitos sociais.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Manual Programa Restaurante Popular**. Brasília, 2004.

\_\_\_\_\_. Ministério do desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Restaurantes Populares**. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/equipamentos/restaurantespopulares>. Acesso em: 8 set. 2012a.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, 2005, p.31.

\_\_\_\_\_. **Lei 11.346/2006**, de 15 de setembro de 2006. Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional, Brasília, 2006.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Segurança Alimentar e Nutricional**. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar> Acesso em 9 set. 2012b.

\_\_\_\_\_. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**. Fome Zero: Uma História Brasileira. Brasília, DF: MDS, Assessoria Fome Zero, V. 1, 2010.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 10.741, de 1º de Outubro de 2003**. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. **Estatuto do Idoso**. Brasília, 2003.

\_\_\_\_\_. **Ministério do desenvolvimento Social e Combate à Fome**. Plano Brasil sem Miséria. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/superacao-da-extrema-pobreza%20plano-brasil-sem-miseria-1/plano-brasil-sem-miseria> [www.mds.gov.br](http://www.mds.gov.br) . Acesso em 25 set. 2012c.

**Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**. **Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação**. Pesquisa de opinião Pública - Usuários de Restaurantes Populares. Brasília, 2005.

IAMAMOTO, M.V. O Serviço Social na Contemporaneidade: **trabalho e formação profissional**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2003, p.27.

**PARENZA, C.T.** Trajetórias: **um instrumento de análise da participação do trabalhador no mercado de trabalho.** *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo: Cortez, n 93, 2008.

MARTINS, G. A. **Estudo de caso – uma estratégia de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2006, p.34-35.

ZIMERMAN, G. Grupo com idosos. In: ZIMERMAN, D.E. e OSÓRIO, L.C. **Como trabalhamos com grupos.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

### **ARTIGO 3: SERVIÇO DE INCLUSÃO PRODUTIVA: UMA ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DOS PARTICIPANTES SOBRE O TRABALHO.**

Lorena Bettim Bergamaschi<sup>5</sup>  
Carla Alves de Almeida<sup>6</sup>

#### **RESUMO**

O artigo tem como objetivo descrever o perfil socioeconômico das mulheres inseridas no Serviço de inclusão Produtiva do município de Vitória/ES, bem como analisar a percepção das mulheres sobre geração de renda e analisar a participação social e política dessas mulheres na comunidade em que residem. A metodologia foi pesquisa bibliográfica e documental além de 25 entrevistas semi-estruturadas com as mulheres participantes. Os resultados demonstram mudanças substantivas na vida da dessas mulheres na formação de grupos produtivos e empreendedores a assumirem o papel de protagonista do processo de desenvolvimento do trabalho e comercialização do seu próprio produto/mão de obra.

**Palavras chaves:** Gênero, trabalho, assistência social.

#### **1 - INTRODUÇÃO**

Diante dos grandes avanços tecnológicos ocorridos ao longo das décadas, o sistema produtivo a todo vapor marcam uma época a qual o sistema capitalista cada vez mais competitivo, exigente e inovador ditam o mercado.

As fortes crises que abalaram todo sistema produtivo mundial com início na crise de 1929, que no decorrer de décadas até os dias atuais, ainda apresentam reflexos no mercado. As crises, se expressam através do desequilíbrio em que afeta a produção e o consumo, comprometendo assim a realização do capital.

---

<sup>5</sup> Assistente Social, formada na Instituição “Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória (EMESCAM)”.

<sup>6</sup> Assistente Social, formada na Instituição “Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória (EMESCAM)”.

O modo de produção capitalista é um sistema econômico de produção de bens materiais que se desenvolvem sobre relações sociais contraditórias, que os levam as várias crises e recessões. A história do capitalismo é resultante de uma longa duração com ciclos de expansão e retração, ruptura e orientação, que refletem as mudanças na produção e na sociedade.

Mészáros (2009) constata que o sistema de capital, por não ter limites para sua expansão, acaba por converte-se numa processualidade incontrolável e profundamente destrutiva. Conformadas pelo que se denomina na linhagem de Marx, como mediação de segunda ordem - quando tudo passa a ser controlado pela lógica da valorização do capital, sem que se leve em conta os imperativos humano-sociais-vitais. A produção e o consumo supérfluos acabam gerando a corrosão do trabalho, tendo como consequência, a precarização e o desemprego estrutural.

Os impactos do desemprego estrutural na dimensão social podem ser visualizados, na sociedade, no modo de vida de grande parcela populacional, em que os indivíduos passam a viver em situação vulneráveis, chegando a tal ponto que as condições de vida são degradantes e que eles se tornam excluídos da sociedade. Essa situação é encontrada na vulnerabilidade dos que vivem sem trabalho, ou mesmo quando este se desdobra em formas de ocupação precárias. (NASCIMENTO, 2009, p. 35,36)

As mudanças do mundo do trabalho provocam alterações nas relações formais de trabalho. Assistem-se mudanças ocorrendo na esfera de produção, na própria natureza do trabalho, nas leis que regulamentam e na vida dos trabalhadores.

Segundo Freitas; Machado (1999), o processo de desregulamentação do trabalho implica não só o movimento que extingue leis, direitos e garantias do trabalho, mas também a flexibilização das normas de trabalho que defende o esvaziamento das leis e o aproveitamento de parte dos seus conteúdos por negociações coletivas entre o patrono e o trabalhador. Com isso, acarreta uma forma de precarização do trabalho, a redução do conjunto de direitos dos trabalhadores.

Porém, com essas mudanças ocorre também a ampliação de contratos de trabalho menos estáveis, onde o trabalhador não tem garantias e nem vantagens. Essa nova forma vem acompanhada por vínculos de trabalho frágeis e pouco duradouros.

Tais formas de contratação tendem a encontrar respaldo legal, seja por meio de novas leis, ou novas interpretações de leis, ou ainda por negociações coletivas, na qual patrões e empregados podem convencionar entre si formas flexíveis de contratações.

Empresas flexíveis exigem um mercado de trabalho igualmente flexível, com modelos legalmente desregulamentados de relação de trabalho e regulados somente pelas regras da autonomia da vontade. (PINTO apud FREITAS; MACHADO, 1999, p.42)

Para os trabalhadores, a precarização do trabalho representa uma piora nas condições de trabalho, um trabalho insuficiente, com pouca duração. Esta precarização representa o medo da perda do posto de trabalho e a perda dos direitos e garantias asseguradas ao trabalhador.

O trabalho é fundamental na vida humana, pois esta é a condição da vida, precisamos do trabalho como meio de subsistência, mas a única opção que temos é a venda da nossa força de trabalho, que se torna mercadoria de livre oferta, mercadoria esta, cujo resultado final é criar novas mercadorias e valorizar o capital.

Mas a situação da classe que vive do trabalho, onde homens e mulheres não encontram oportunidade de se inserir, e são simplesmente excluídos de uma sociedade de bens e consumo, ficando a mercê da sorte.

Portanto, a exclusão do mercado de trabalho se manifesta de forma universal através de exclusão social pelo capitalismo, para Marx a noção de exclusão social não pode ser identificada como um fenômeno novo, apenas adquiriu nova visibilidade ao tempo em que a sociedade se torna recessiva econômica e socialmente, a partir da regulamentação neoliberal que é globalizante. (SPOSATI APUD MENDES et al, 2004, p.39).

Outra forma de exclusão que esta fortemente atrelada à pobreza é o analfabetismo, ausência de escolaridade e a exploração do trabalho infantil.

Logo, pode-se afirmar que os excluídos são simplesmente aqueles rejeitados física, geográfica e materialmente, ou os afastados do mercado de trabalho que não tem acesso a bens e serviços. Ou seja, são os trabalhadores (as) que ao se relacionarem com o capital (donos dos meios de produção) são rejeitados pelo mercado de trabalho. O desemprego, além da restrição, provoca um sentimento de inutilidade, de incapacidade pessoal, da não ocupação de um lugar digno na sociedade.

No caso das mulheres, em consequência da desqualificação do trabalho da mulher, as habilidades manuais das mulheres reduziram-se a atividades desvalorizadas e geralmente associadas a trabalhos de saberes feminino, esta visão é aproveitada pelos patrões que colocam as mulheres em funções desfavoráveis:

Para Lobo apud Carlotto<sup>7</sup>, a divisão sexual do trabalho assume formas conjunturais e históricas, é construída como prática social, ora conservando tradições que ordenam tarefas masculinas e tarefas femininas na indústria, ora criando modalidades da divisão sexual das tarefas. A subordinação de gênero, a assimetria nas relações de trabalho masculinas e

---

<sup>7</sup> Citação extraída do artigo “ Reestruturação produtiva e trabalho feminino” de Cássia Maria Carlotto. Disponível em: [http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c\\_v4n2\\_carlotto.htm](http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v4n2_carlotto.htm)

femininas manifesta-se não apenas na divisão de tarefas, mas nos critérios que definem a qualificação das tarefas, nos salários, na disciplina do trabalho. A divisão sexual do trabalho não é tão somente uma consequência da distribuição do trabalho por ramos ou setores de atividade, senão também o princípio organizador da desigualdade no trabalho.

A divisão sexual do trabalho também é uma forma de desigualdade, a identidade da mulher trabalhadora vai estar sempre associada a seu papel de reprodutora, fato que faz as mulheres afastarem-se de seu lugar “natural” – o lar - é tido como uma degradação moral, ocasionada pela exploração capitalista. Essa visão vai influenciar tanto nas oportunidades de emprego, quanto ao tipo de trabalho e nas condições em que se desenvolve o trabalho.

Carloto<sup>8</sup>, afirma que em consequência da desqualificação do trabalho da mulher, as habilidades manuais das mulheres reduziram-se a atividades desvalorizadas e geralmente associadas a trabalhos de saberes feminino, esta visão é aproveitada pelos patrões que colocam as mulheres em funções desfavoráveis:

Os rendimentos das trabalhadoras brasileiras são sistematicamente inferiores aos dos homens, seja segundo o setor de atividade, seja quanto à posição na ocupação ou quanto a escolaridade. Em 95, 85% dos homens receberam mais de cinco salários, contra 66% das mulheres, e isto entre os que tinham mais de 15 anos de estudo. (BRUSCHINI apud CARLOTO<sup>9</sup>)

Diante desta classe inabsorvida pelo mercado produtivo, ressaltamos à importância de se investir em políticas públicas que assegurem o acesso ao trabalho de forma indiscriminada, promover subsídios os quais os sujeitos possam se emancipar e serem sujeitos da sua própria história.

## **2 - SERVIÇO DE INCLUSÃO PRODUTIVA NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA –ES**

Considerando a crise de desemprego e a escassez de mão-de-obra qualificada e a instabilidade financeira das famílias que utilizam os benefícios oferecidos pelos Programas Sociais de Transferência de Renda como o Bolsa Família, foi apresentada esta iniciativa que visa minimizar a questão da empregabilidade e promover a Inclusão Produtiva proporcionando a geração de renda através da qualificação profissional.

Frente a isso, o Serviço de Inclusão Produtiva apresenta-se como proposta de enfrentamento a pobreza, com o objetivo de contribuir para a emancipação e independência financeira das

---

<sup>8</sup> Citação extraída do artigo “ Reestruturação produtiva e trabalho feminino” de Cássia Maria Carloto. Disponível em: [http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c\\_v4n2\\_carlotto.htm](http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v4n2_carlotto.htm)

<sup>9</sup> Citação extraída do artigo “ Reestruturação produtiva e trabalho feminino” de Cássia Maria Carloto. Disponível em: [http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c\\_v4n2\\_carlotto.htm](http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v4n2_carlotto.htm)

famílias, possibilitando-lhes o acesso ao conhecimento, à renda e à cidadania, conforme estabelecido na Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e expresso na Política Nacional de Assistência Social - PNAS:

Art. 25. Os projetos de enfrentamento da pobreza compreendem a instituição de investimento econômico-social nos grupos populares, buscando subsidiar, financeira e tecnicamente, iniciativas que lhes garantam meios, capacidade produtiva e de gestão para melhoria das condições gerais de subsistência, elevação do padrão da qualidade de vida, a preservação do meio-ambiente e sua organização social. (LOAS – lei 8742/93)

Em 2011, a Inclusão Produtiva é reconhecida enquanto Serviço pela Secretaria Municipal de Assistência Social do município de Vitória. E a partir disso, a Secretária passa a ter uma Coordenação de Inclusão Produtiva (CIP), que funciona dentro da Gerência de Atenção a Família (GAF).

Neste mesmo ano, no dia 01 de Junho foi inaugurado a 2º Unidade de Inclusão Produtiva que fica localizado no bairro de Caratoíra, para atender a população da região de Grande Santo Antonio e Centro de Vitória. Além disso, o município conta com outra Unidade de Inclusão Produtiva, localizada na região da Grande São Pedro. Estas unidades oferecem cursos de capacitação nas áreas de gastronomia, artesanato e prestação de serviços. O público atendido, são preferencialmente famílias beneficiárias do Bolsa Família, Incluir, Vitória Mais Igual, Benefício de Prestação Continuada – BPC e Família Cidadã, além de munícipes inscritos nos Centro de Referencia da Assistência Social (CRAS) de Vitória.

O Serviço cuida de fomentar, de forma mais sistemática, conhecimentos, capacidades e habilidades de indivíduos e de grupos para o ingresso no mundo do trabalho ou da produção solidária, visto que a maioria das iniciativas enfrenta dificuldades comuns como a falta de capacitação adequada, falta de incentivos à produção e diversas barreiras à comercialização de seus produtos. Essa estratégia tem sido defendida como uma alternativa para a geração de trabalho e renda, para a diminuição da desigualdade social e como forma de se criar novas opções, incentivando os grupos e indivíduos a assumirem seu papel de protagonista de seu processo de desenvolvimento, com uma atuação que dá mais concreticidade ao processo de independência financeira dos sujeitos que passa pela possibilidade de viver do resultado de seu próprio trabalho, da sua própria capacidade de produzir, comercializar, prestar serviços, seja individualmente ou em grupo.

### 3 - RESULTADOS DA PESQUISA

As entrevistas foram realizadas no período de novembro a dezembro de 2011. Optamos por entrevistar as usuárias que são acompanhadas pelo Serviço de Inclusão Produtiva a mais de um ano, pois o objetivo era analisar as mudanças que ocorreram na vida dessas pessoas, após sua inserção nesta alternativa de trabalho e geração de renda. Com isso, foram entrevistadas 15 pessoas dos grupos de artesanato e 10 pessoas do grupo de alimentação, considerando que o grupo de artesanato é composto por empreendedoras individuais e o grupo de culinária é formado por um único grupo produtivo. Os momentos de encontro com as usuárias aconteceram nas Unidades de Inclusão Produtiva de São Pedro e Santo Antônio, e na Coordenação de Inclusão Produtiva, que fica na Secretaria de Assistência Social de Vitória. No período que aconteceu a análise dos dados coletados, foi verificado que algumas das usuárias tinham deixado o Serviço por alguns motivos (entre eles, ingresso no mercado de trabalho formal e algumas por problemas pessoais), porém, foi optado por utilizar as entrevistas dessas pessoas também.

Com a pesquisa realizada, notou-se que a prevalência do sexo feminino entre os usuários acompanhados a mais de um ano é de 100%. Isso pode ser interpretado pelas áreas principais de cursos que são oferecidos pela Inclusão Produtiva serem voltados para o artesanato e culinária, pois essa frente de trabalho geralmente é mais procurada pelo público feminino. Fora do universo dos participantes acompanhados a mais de um ano pode-se observar que os cursos em que tiveram participação masculina (prestação de serviços e gastronomia), os homens não se inseriam no acompanhamento pós-curso, sempre procuravam oportunidades no mercado formal de trabalho, sendo essa procura bem sucedida ou não.

Ao que se refere a faixa etária nota-se que 34% tem idade entre 40 a 50, 33% com idade entre 50 e 60 anos, 30% com 30 a 40 anos e 14% com 60 ou mais.

No que se trata do nível de escolaridade, nota-se que este indicador ficou equilibrado com 24% das usuárias que concluíram o ensino fundamental, que possuem ensino médio completo e que não possuem ensino fundamental completo e 28% responderam que não concluíram o ensino médio. Essa baixa escolaridade pode estar diretamente ligada à dificuldade de acesso ao mercado de trabalho formal, onde muitas precisaram abandonar os estudos por falta de incentivo na época em que estudavam ou até mesmo para priorizar outros momentos da sua vida, como afazeres domésticos e cuidados com os filhos. Outra questão que foi levantada por nós, com a entrevista, é que ainda há uma dificuldade de retorno a escola. Isso pode estar diretamente relacionado à falta de oportunidades a programas de educação formal que atendam às necessidades e dificuldades destas mulheres; a inexistência de locais onde deixar as crianças

menores, mesmo as que estão no ensino básico e fundamental, em que o ensino não é em período integral; à violência no bairro, que também as impede de sair à noite. Isso reforça a necessidade de se pensar em alternativas ao desemprego.

Quando indagadas sobre o recebimento de benefícios, 45% disseram que não recebem nenhum tipo de benefício, 23% recebem o benefício do bolsa família, 14% recebe o benefício família cidadã e 18% recebem outros benefícios.

Para Bruschini apud Carloto<sup>10</sup>, esta definição social dos papéis masculinos e femininos no âmbito da família têm consequências diferenciadas sobre um ou outro sexo, em sua participação no mercado de trabalho. Para a autora a constante necessidade de articular papéis familiares e profissionais limita a disponibilidade das mulheres para o trabalho, essa disponibilidade não depende apenas da demanda do mercado de trabalho e das suas qualificações para atendê-la, mas decorre de uma complexa combinação de características pessoais e arranjos no âmbito doméstico.

Essa imagem da mulher, mãe, dona-de-casa vai estar sempre na frente e isso trará limitações a uma adequada colocação no mundo do trabalho.

Ao se tratar dos motivos que a levaram a se inserirem nesta alternativa de geração de trabalho e renda, o grupo de culinária se dividiu em 40% como alternativa ao desemprego, 40% como decisão ocupacional e 20% por questões de saúde. Já no artesanato essa realidade diverge um pouco, pois 73% se inseriram enquanto decisão ocupacional, 14% como alternativa ao desemprego e 13% por questões de saúde. Esta foi uma análise que nos chamou bastante a atenção, onde o índice de decisão ocupacional no artesanato apresentou uma porcentagem significativa, ainda mais levando-se em consideração que o Serviço é uma alternativa de geração de trabalho e renda, tendo como relevância a alternativa ao desemprego.

Como podemos notar, segundo Carloto<sup>11</sup>, há um índice muito grande de mulheres que trabalham por conta própria no domicílio, isso acontece ou porque não conseguem emprego no mercado de trabalho, ou por preferirem a atividade domiciliar como estratégia para conciliar a atividade econômica com as tarefas domésticas.

Quando perguntadas sobre o significado do trabalho na Inclusão Produtiva, 90% do grupo de culinária buscaram esta estratégia para sustento da família, já as empreendedoras individuais do

---

<sup>10</sup> Citação extraída do artigo “ Reestruturação produtiva e trabalho feminino” de Cássia Maria Carloto. Disponível em: [http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c\\_v4n2\\_carloto.htm](http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v4n2_carloto.htm)

<sup>11</sup> Citação extraída do artigo “ Reestruturação produtiva e trabalho feminino” de Cássia Maria Carloto. Disponível em: [http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c\\_v4n2\\_carloto.htm](http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v4n2_carloto.htm)

artesanato se dividiram em 50% para gerar renda e 50% como identidade. Isso acontece, pois muitas empreendedoras individuais buscaram essa alternativa para conciliar trabalho com o trabalho atribuído a elas na esfera doméstica, principalmente no cuidados com os filhos. E já o grupo de culinária por gostar de cozinhar e por poder dividir a produção em casa.

Segundo Harvey (1992), a identidade de que a mulher é o sexo reprodutivo, acaba influenciando a forma como a mulher se coloca no mercado de trabalho, a forma como os patrões e os homens em geral vão tratar as mulheres. Essa visão vai influenciar tanto nas oportunidades de acesso ao emprego, no tipo de trabalho, como nas condições em que se desenvolve o trabalho.

Em relação ao aumento da renda, após a inserção no Serviço de Inclusão Produtiva, 100% do grupo de culinária disseram que houve aumento. Já no grupo de artesanato 93% disseram que aumentou e 7% disseram que não. Isso pode ocorrer, pois algumas empreendedoras não apresentam como motivo a geração de renda e sim, a ocupação do tempo, com isso acabam não fortalecendo a comercialização de seus produtos.

Segundo Oliveira; Magrini<sup>12</sup>, outro fator para a má remuneração refere-se às responsabilidades domésticas desiguais que podem reduzir os rendimentos das mulheres, visto que, as mesmas enfrentam jornadas duplas e/ou triplas de trabalho. O que, possivelmente, influencia no seu rendimento no trabalho e, por que não dizer, nas relações familiares. Esse ponto parece estar intimamente vinculado ao fato de as mulheres tenderem a se concentrar em empregos e ocupações mal remuneradas.

Indagadas se esta renda contribuía para o orçamento familiar, 100% tanto no grupo de culinária quanto as empreendedoras individuais no artesanato, responderam que sim. Isso, demonstra o crescimento do papel da mulher na contribuição do orçamento familiar, que muitas vezes é a única provedora do lar. Além de fortalecer esta mulher, pois por diversos motivos - e muitos deles, históricos - é vista por seus companheiros como a pessoa que apenas cuida do lar e não contribui financeiramente.

Segundo Harvey (1992), nas últimas duas décadas houve um reordenamento não só do mercado de trabalho, mas também nas relações familiares. Valores tradicionais em relação a família e a maternidade passam a ser reformulados, alterando-se práticas quotidianas e mentalidades. Mas, apesar dessas transformações isso não quer dizer que a entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho representou uma mudança revolucionária na vida delas, pois ainda

---

<sup>12</sup> Citação extraída do artigo “Uma outra relação é possível? O caráter desigual do trabalho das mulheres” de Atualpa Luiz de Oliveira e Pedro Rosas Magrini, disponível em: <http://www.itcp.usp.br/drupal/files/itcp.usp.br/uma%20outra%20relacao%20C3%A9%20possivel%20-%20trabalho%20desigual%20das%20mulheres.pdf>.

continuam responsáveis pelas atividades reprodutivas e pelos cuidados com a casa e com os membros da família.

E complementando, perguntamos em que esta renda que foi gerada contribuía no orçamento, e percebeu-se que ela é utilizada de várias formas. Entre elas, no grupo de culinária, 38% disseram que esta renda contribui na alimentação e 23% responderam que no pagamento de contas e despesa com os filhos. Já para as empreendedoras individuais, esta renda entra no orçamento familiar contribuindo na alimentação e 30% no pagamento de contas. Percebemos através dos relatos, que as despesas, hoje, são divididas entre o homem e a mulher e isso vem para quebrar aquele paradigma de que a mulher é responsável apenas pelo trabalho reprodutivo.

Quanto ao relacionamento familiar, foi perguntado se com o tempo desta mulher, que antes vivia em função da família, e hoje precisa dividir com o seu trabalho, se afetou nas relações em casa, 56% das entrevistadas na parte de culinária relataram que esta relação continua da mesma forma, 33% disse que melhorou e 11% disseram que piorou. Estas que relataram que a relação piorou, comentaram que um dos motivos foi devido a conquista financeira, e enfocaram que o relacionamento piorou foi diretamente com os parceiros. Já para as empreendedoras individuais, 69% disseram que a relacionamento familiar continua da mesma forma, e 31% disseram que também melhorou.

A pesquisa procurou abordar também a participação social dessas mulheres, em sua comunidade e notou-se que no grupo de culinária um percentual de 67% dessas mulheres não frequentam nenhum espaço de participação e controle social na comunidade - percentual este que nós consideramos muito alto -, 22% participam da associação de moradores dos seus respectivos bairros e 11% participam de instituições religiosas. Segundo as entrevistadas do grupo produtivo, essa participação acaba não acontecendo devido à rotina de trabalho, onde acaba não sobrando tempo para tais atividades por conta dos almoços e eventos que precisam ser preparados. Já no artesanato, notou-se que a participação e controle social é algo mais presente, onde 27% participam de instituições religiosas, 20% participam da CLAS (Conselho Local da Assistência Social) e 40% ainda não participam de nenhuma atividade.

No que tange à busca de novas parcerias e novos locais de comercialização, que é considerado um fator determinante para o Serviço, que é a geração de renda, foi perguntado se elas buscavam, por si só, essa expansão de comercialização. E no grupo de culinária 90% disseram estar sempre em busca, relataram que por comercializarem nos próprios bairros, sempre comentam com os vizinhos, no comércio local e por onde conseguem vender e 10% comentaram que não buscam, que preferem fidelizar os próprios clientes que foram conquistados. Na parte do artesanato, o percentual daquelas que buscam por novas parcerias são

de 71% e das que não buscam são de 29%. Uma observação realizada por nós, é que tanto o grupo de culinária, quanto as empreendedoras individuais no artesanato, relataram não buscar novas parcerias por produzirem mais sob encomenda, através de clientes que conhecem o seu trabalho. Esse é um fator preocupante, pois elas acabam se “prendendo” a atividades de comercialização realizadas pelo Serviço, o que acarreta no abandono de uma prática que seria mais um acumulativo de renda, pois assim, além de conquistar clientes, também passariam a divulgar mais o trabalho desenvolvido, e conseqüentemente, expandiriam seu negócio.

Em referência à gestão do próprio negocio, foi perguntado se elas tinham esse controle e notamos uma diferença significativa entre a culinária e o artesanato, onde 14% das pessoas na culinária disseram ter esse controle e 29% ainda não possuem esse controle. Enquanto no artesanato, 36% já possuem esse controle e 28% ainda não tem. Essa diferença ocorre, enquanto a caracterização de grupo produtivo e empreendedoras individuais, onde o grupo produz no espaço das Unidades de Inclusão Produtiva, pois ainda não conquistaram um local próprio para a produção, e são acompanhados sistematicamente por técnicos, o que faz com que o grupo não tenha total controle de gastos e produção, pois veem nos técnicos, como “responsáveis” por essa parte. E já as empreendedoras individuais, por terem seus próprios locais de produção e terem domínio do que precisam comprar para produção, acabam por caminharem sozinhas, precisando cada vez menos da atenção dos técnicos. Isso vem a ser, um ponto positivo em relação ao artesanato, pois percebemos que estas mulheres já começam a ter visão de negócio e fortalecem sua própria independência financeira. Nota-se também, que a ideia de começar a ser gestora do próprio negócio é algo que já está sendo trabalhado, pois na culinária 43% já estão começando a ter agora esse controle e no artesanato, 29% começaram a anotar seus gastos e lucros, é interessante, pois elas já começaram a perceber a importância de ter esses dados, pois são através deles que poderá se observar qual esta sendo o lucro e o gasto. Tanto que, 14% das pessoas que fazem parte na culinária não anotam e sabem que levam prejuízo, e 7% no artesanato também não anotam e percebem que há prejuízo. O que vem a reforçar ainda mais a ideia, delas começarem a ter propriedade de controle de gastos e lucros.

Quanto a aceitação do produto, foi perguntando se o produto estava sendo bem aceito na comunidade e no mercado, e 100% do grupo produtivo disseram que produto está sendo bem aceito e que recebem elogios do trabalho realizado. Isto pode ser demonstrado na fala de uma das entrevistadas: *“A aceitação é ótima, as pessoas gostam do nosso trabalho. Quando não saímos pra vender, as pessoas ligam para pedir. E é nesse momento, que percebemos que o nosso produto é bom.”* (R03) Já no artesanato 1% respondeu que este produto, não está sendo bem aceito e relatou que não sabe o motivo, e que está trabalhando isso com a designer de produtos, e 99% responderam que o produto esta sendo bem aceito e acrescentaram que

recebem muitas encomendas de clientes em geral, o que podemos perceber que acaba dando maior visibilidade ao produto.

Perguntamos se elas tinham orgulho do que trabalho que faziam e foi interessante perceber que 100% do grupo de culinária e 99% do artesanato disseram que tinham sim orgulho do trabalho que faziam, a empolgação com que respondiam a esta pergunta, foi notório, por nós. É como se o trabalho agora demonstrasse uma conquista, como se elas se sentissem valorizadas pelo o que fazem e fosse resultado de que elas são capazes de ter seu próprio dinheiro, comentaram até de um catálogo que foi produzido com os produtos e fotos delas.

Porém, dentre estas, 1% que corresponde a uma empreendedora individual, respondeu que não tinha orgulho do fazia, pois segundo ela: *“Não acha que é melhor do que ninguém, e sabe que tem muito o que melhorar”*.

Para Oliveira; Magrini<sup>13</sup>, o que parece ser consensual e comum diz respeito à noção de que o trabalho das mulheres é socialmente visto como complementar ao trabalho dos homens, ainda considerados como provedores da família e trabalhadores profissionais. À mulher resta o encargo das tarefas domésticas. A partir dessas ideias, surgem várias consequências negativas para as mulheres. A primeira refere-se aos salários que, em grande parte das vezes, são mais baixos, o que pode ser justificado, em partes, pois, o que elas ganham é visto como suplementar. Em segundo lugar, os serviços públicos não se organizam para assegurar às mulheres condições de trabalhar fora da casa, principalmente no que se refere aos serviços de apoio, como creches, abrigos para idosos e lavanderias coletivas. Assim, muitas mulheres “optam” por ocupações em que haja maior flexibilidade de horários: desse modo, elas “escolhem” trabalhos em tempo parcial ou no mercado informal.

Essa relação, que parece já estar forjada na estrutura econômica preponderante deve ser vista como não sendo natural, possibilitando assim, questionamentos e modificações. Nesse sentido, pelos princípios de igualdade e cooperação, o Serviço de Inclusão Produtiva parece figurar como uma possibilidade real de desconstrução dessa relação de trabalho desigual.

#### **4 - CONCLUSÃO**

Esta pesquisa faz uma reflexão sobre as transformações no mundo do trabalho ocorridas nas duas últimas décadas, onde apontamos as mudanças e significativas alterações no processo

---

<sup>13</sup> Citação extraída do artigo “Uma outra relação é possível? O caráter desigual do trabalho das mulheres” de Atualpa Luiz de Oliveira e Pedro Rosas Magrini, disponível em: <http://www.itcp.usp.br/drupal/files/itcp.usp.br/uma%20outra%20relacao%20C3%A9%20possivel%20-%20trabalho%20desigual%20das%20mulheres.pdf>.

histórico do trabalho. Estas variações, passam a redefinir a condição do trabalho humano e as implicações na vida da classe trabalhadora.

Com isso, o Serviço de Inclusão Produtiva trabalha na perspectiva de fortalecer este sujeito, possibilitando sua reinserção no mercado de trabalho através do desenvolvimento do seu próprio trabalho.

Diante da pesquisa realizada no Serviço de Inclusão Produtiva no município de Vitória notou-se que o investimento em políticas de trabalho e geração de renda, vem como uma alternativa para atender aqueles que por diversos motivos, não se enquadram para o perfil de carteira assinada e mais, capacitar os mesmos para o próprio trabalho, mesmo que a forma apresentada não seja a apropriada para o mercado industrial. A alternativa em questão busca subsidiar através do próprio trabalho iniciativas que garantam melhores condições de vida para aqueles que segundo o Sistema, não estão inseridos pelo mercado. E também, incentiva os grupos e os empreendedores a assumirem papel de protagonista do processo de desenvolvimento do trabalho, onde estes passam a produzir e a comercializarem sua própria mão de obra.

Através das entrevistas, foi possível notar que 100% do público atendido pela Inclusão Produtiva, são mulheres, desempregadas, mães de família, que apresentam faixa etária maior de 30 anos. Além disso, nota-se que em sua maioria, através da percepção das entrevistas, o trabalho na Inclusão Produtiva tem como significado a geração de renda e o motivo de inserção nesta alternativa de Geração de Trabalho e Renda foi algo que nos chamou bastante a atenção, onde muitas se deram por decisão ocupacional. Isso vem a ser uma análise contraditória do Serviço, levando-se em consideração que o mesmo é uma alternativa de geração de trabalho e renda, tendo como relevância a alternativa ao desemprego. O que nos leva a pensar se estas usuárias sabem, de fato, o motivo que as levaram a participar deste Serviço, ou se só estão inseridas no mesmo para desenvolvimento de atividade sócio-ocupacional. Ao se tratar do aumento da renda, após a inserção no Serviço, fica notório que a renda teve um aumento significativo, onde vem a somar nas despesas com o pagamento de contas, contribui para o lazer das mesmas, em despesas com os filhos, cuidados com a saúde, entre outros. O que reforçar ainda mais, a importância de se fortalecer o Serviço.

Nesse sentido, os resultados desta pesquisa, mesmo que aplicada a um determinado público, revela que projetos que incentivam a geração de trabalho e renda apresentam um significado positivo na vida daqueles que por algum motivo, não se enquadram no processo de trabalho industrial. E com isso, aqueles que um dia foram empregados em indústrias que ofereciam empregos precários, voltam ao mercado como empreendedores do seu próprio negócio.

## REFERÊNCIAS

KUYUMJIAN, M. M. MÁRCIA (org.) **Ser Social**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Política Social do Dep. De Serviço Social da UnB. Nº5 (jul/dez/1999) – Brasília: UnB, 1999.

ANTUNES, RICARDO; MORAES SILVA, MARIA APARECIDA (org.). **O avesso ao trabalho** --1. Ed. – São Paulo: Expressão popular, 2004. Editora Expressão Popular.

SPOSATI, O. ALDAÍZA (org). **Renda Mínima e Crise Mundial: Saída ou Agravamento?**. São Paulo: Cortez – 1997

MENDES, R. M. JUSSARA; PRATES, C., JANI; BULLA, C. LEONIA (orgs). **As múltiplas formas de exclusão social** – Porto Alegre: Federação Internacional da Universidade Católicas: EDIPUCRS, 2004.

KERGOAT, DANIELE. **Divisão Sexual do Trabalho e Relações Sociais de Gênero**.

MESZÁROS, ISTVÁN (Tradução: Francisco Raul Cornejo). **A Crise do Capital**. — São Paulo: Boitempo, 2009 (Mundo do trabalho).

ALMEIDA, L. C. CARLA; VENZON, FRANCISCO; MARLOVA, ELAINE (orgs). **Trabalho, Território, Cultura: Novos Prismas para o Debate das Políticas Públicas** – São Paulo: Cortez, 2007.

SINGER, PAUL. **Globalização e Desemprego: Diagnóstico e Alternativas**. 7.ed. 1º reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2008.

FREIRE, B. M. LÚCIA; FREIRE MORAES, SILENE; CASTRO, B. T. ALBA (orgs). **Serviço Social, Política Social e Trabalho: Desafios e Perspectivas para o Século XXI** – 2.ed. – São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2008

HARVEY, CARLOTO, M. CÁSSIA. **Gênero, reestruturação produtiva e trabalho feminino**. Disponível em: <[http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c\\_v4n2\\_carlotto.htm](http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v4n2_carlotto.htm)>. Acesso em 09 de maio de 2012.

OLIVEIRA, L. ATAUALPA; MAGRINI, R. PEDRO. **Uma outra relação é possível? O caráter desigual do trabalho das mulheres**. Disponível em: <<http://www.itcp.usp.br/drupal/files/itcp.usp.br/uma%20outra%20relacao%20%C3%A9%20possivel%20-%20trabalho%20desigual%20das%20mulheres.pdf>>. Acesso em 09 de maio de 2012.

HIRATA, HELENA. **Nova Divisão Sexual do Trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

HAVEY, D. – **Condição Pós-Moderna.** Edições Loyola, São Paulo, 1992.

LIMA, S. RENATA (org). **Guia de Funcionamento do Serviço de Inclusão Produtiva no Município de Vitória.** Secretaria de Assistência Social – Prefeitura Municipal de Vitória, 2012.

## **EIXO 2: CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS FAMILIARES E COMUNITÁRIOS**

*A Política Nacional de Assistência Social define a Convivência e Fortalecimento de Vínculos no âmbito das seguranças que devem ser garantidas pela proteção social. Garantir a segurança da vivência familiar ou a segurança do convívio supõe a não aceitação de situações de reclusão, de situações de perdas das relações, uma vez que a sociabilidade é própria da natureza humana. O investimento na segurança de Convivência e Fortalecimento de Vínculos tem como objetivo prevenir possíveis situações de risco da população em geral, visando à melhoria da qualidade de vida. Previnem a institucionalização e a segregação e oportunizam o acesso às informações sobre direitos e participação cidadã.*

### **ARTIGO 1: BANDA 6.0: A EXPERIÊNCIA DA MÚSICA NA TERCEIRA IDADE**

Edna Salgado Grangeiro<sup>14</sup>  
Priscila Valverde Fernandes<sup>15</sup>  
Maria Natividade Sá Alves da Silva<sup>16</sup>  
Soraia de Assis Carvalho<sup>17</sup>

A música “presta auxílio a mentes enfermas, arranca da memória uma tristeza arraigada, arrasa as ansiedades escritas no cérebro e, com seu doce e esquecedor antídoto, limpa o seio de todas as matérias perigosas que pesam sobre o coração” (Shakespeare).

---

<sup>14</sup> Pedagoga, Coordenadora do Centro de Convivência. E-mail: ednasgm@gmail.com. Tel: 33327465

<sup>15</sup> Psicóloga, Mestre em Psicologia Institucional – UFES, Doutoranda em Psicologia social – UERJ, atua na Gerência de Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos no Centro de Convivência da Terceira Idade de Jardim Camburi. Tel: (27) 3337 4625–e-mail: privalverde@hotmail.com  
lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4717222J6>

<sup>16</sup> Assistente Social, pós graduação em Gerontologia Social - UFES , atua na Gerência de Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos no Centro de Convivência da Terceira Idade de Jardim Camburi. Tel: (27) 3337 4625–e-mail: nativida@hotmail.com.

<sup>17</sup> Assistente Social. Atua na Gerência de Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos no Centro de Convivência da Terceira Idade de Jardim Camburi. Tel: (27) 3337 4625. E-mail: soraiapablo@hotmail.com.

## **Introdução**

O processo de envelhecimento traz consigo questões relacionadas às alterações biopsicossociais, percebidas nos vários setores de vida, principalmente na diminuição das capacidades físicas e funcionais e dos contatos sociais, associados às mudanças de papéis. Tais fatores são desenvolvidos e influenciados também por características estruturais de personalidade e podem gerar crise de identidade por interferirem no reconhecimento de si e na alteração da autoimagem.

Para a mulher o envelhecimento físico tem como marco o fim do período reprodutivo e suas consequências estão mais relacionadas à aparência (estética e atrativos). Para o homem esta vivência tem outro sentido, relacionado com a perda da produtividade e potência, poder e autonomia. O corpo constitui o local de registro da própria história escrita por sensações, emoções e sentimentos, é a totalidade daquilo que o homem percebe, sente, vive.

O Centro de Convivência da Terceira Idade é um serviço que atende justamente essa faixa etária e tem criado propostas que levem a ressignificação do processo de envelhecimento. De acordo com a Política Nacional de Assistência Social – PNAS, os Centros de Convivência são serviços de Proteção Social Básica da Assistência Social, pois potencializam a família como unidade de referência, fortalecendo seus vínculos internos e externos de solidariedade, por meio do protagonismo de seus membros e da oferta de um conjunto de serviços locais que visam a convivência, a socialização e o acolhimento em famílias cujos vínculos familiar e comunitário não foram rompidos.

O Centro de Convivência se fundamenta, também, na Política Municipal do Idoso (Lei 6043/2003), e a metodologia de trabalho proposta nos Centros de Convivência, oportuniza a pessoa idosa a ter maior integração social, trabalhando o senso crítico a cerca de seus direitos, conhecer melhor sua realidade, suas capacidades e potencialidades, além de uma participação efetiva na sociedade, por meio de atividades físicas, cognitivas e culturais.

Por conta desses objetivos que o serviço cada vez mais tenta criar novas metodologias de trabalho e práticas que façam com que objetivo da Política Municipal do Idoso seja realmente efetivada.

Diante disso, buscamos outra ferramenta de trabalho: a música. Diversos autores têm estudado sobre os benefícios da música na vida do ser humano e mais especificamente estudos que tratam dessa influência na terceira idade. Souza e Leão (2006), no artigo intitulado *Terceira idade e*

*música: perspectivas para uma educação musical*, buscam fomentar o ensino da música para a terceira idade e discutir os benefícios decorrentes desta prática.

Para autores citados o ensino musical para a terceira idade pode trazer benefícios não só na melhoria da qualidade de vida do grupo, como também pode promover aspectos de desenvolvimento criativo e expressivo do ser. Concebe-se que na terceira idade onde o indivíduo, pela experiência de vida, já obteve contato com a música, o ensino desta linguagem pode acarretar um processo criativo, a partir do que se tem construído.

Além desses aspectos, a memória também pode ser favorecida, pois evoca lembranças do passado. A música pode ativar a memória e proporciona a reconstrução de experiências do presente e passado. Além disso, o prazer que a música proporciona pode suscitar o inconsciente a trazer material ao consciente fazendo com que diversas questões conflituosas possam ser trabalhadas.

Ela tem grande poder de influência no corpo humano, na saúde mental, na digestão, na produção de secreções, na circulação sanguínea, nas batidas cardíacas, na respiração, nutrição, etc.

Na Psicofisiologia é descrito que a música é percebida através da parte do cérebro que recebe os estímulos das emoções, sensações e sentimentos, sem antes ser submetida aos centros cerebrais envolvidos com a razão e a inteligência, por estes motivos acaba afetando a pessoa sem que ela se dê conta assim, a resposta à música ocorre mesmo quando o ouvinte não está dando uma atenção consciente a ela.

O prazer em fazer e executar música torna-se o “centro encefálico da felicidade” que contribui para a saúde dos executantes e ouvintes que recebem esses fluídos sonoros e agradáveis. Desde tenra idade a criança começa a emitir sons musicais, mesmo antes de balbuciar as primeiras palavras. Ela reage positivamente a canções de ninar e pequenas canções folclóricas e as aprende antes de conhecer todos os sentidos das palavras e conseguir emití-las completamente e perfeitamente. (SACKS, 2007, p. 9)

O neurologista e psicofisiologista Oliver Sacks fez diversos estudos com seus pacientes sobre a influência da música e considera que ela é capaz de atuar constantemente sobre nós, acelerando ou retardando, regulando ou desregulando as batidas do coração, relaxando ou irritando os nervos, influenciando na pressão sanguínea, tudo isso devido ao fato de que ela meche em nossos impulsos cerebrais. Ele defende a ideia de que treinamentos musicais com músicas de melodia saudável podem favorecer o desenvolvimento cognitivo, atenção, a memória e até mesmo a agilidade motora.

A música também é considerada como um recurso de expressão (de sentimentos, ideias, valores, cultura) de comunicação (do indivíduo consigo mesmo e com o meio à sua volta) de gratificação (física, motora, afetiva, intelectual) e auto-realização. A música, por outro lado, também é um recurso de catarse, maturação e pela sua prática é possível aprender a organizar o pensamento, estruturar o saber adquirido e reconstruí-lo. Segundo Sekeff (2007) Com tantos benefícios a música se coloca como uma linguagem necessária.

Acreditamos também que a descoberta de talentos e a possibilidade de troca de histórias de vida nos ensaios podem produzir novos modos de subjetivação<sup>18</sup> como uma experiência possível da liberdade, e melhoria da autoimagem contribuindo para aumentar a capacidade de aceitação e reorganização de suas histórias/condições de vida, bem como possibilitar a transformação das suas crenças e valores, de forma a superar as dificuldades encontradas em seu cotidiano de forma mais positiva, como podemos observar no depoimento da Márcia, participante da Banda como tecladista:



Bem, eu desde criança já gostava de música, estudei alguns instrumentos, um dos instrumentos era acordeom, tocava nas festinhas do Grupo Escolar, como dizia antigamente, mas hoje, a satisfação está sendo melhor, porque, depois que aposentei, entrei numa profunda depressão, foi quando procurei o Centro de Convivência em Jardim Camburi, tive assistência total em tudo, e principalmente, quando resolveram montar uma banda, claro que me candidatei, mesmo sendo um pouco tímida, enfrentei a Fera, me sinto lisonjeada em fazer parte da Banda, agradeço a todos por esta iniciativa e na valorização dos que já tem 6.0, que por coincidência é o nome da Banda.

## Metodologia

A ideia da banda foi idealizada pela coordenação inicialmente com o apoio do professor de informática que possui conhecimento em música. Dessa forma, foi divulgado dentro do Centro de Convivência de Jardim Camburi que seria criada uma banda e que todos os interessados deveriam se inscrever na secretaria do Centro informando qual instrumento que tocavam ou se cantavam.

Inicialmente com o professor de informática foram realizados cerca de quatro encontros que tiveram por objetivo mapear o conhecimento que cada um do grupo tinha sobre música. Nesses

<sup>18</sup>A Psicologia colabora com o estudo da subjetividade compreendo-a como a síntese singular e individual que cada um de nós vai constituindo conforme vamos nos desenvolvendo e vivenciando as experiências da vida social e cultural é o mundo de ideias, significados e emoções construído internamente pelo sujeito a partir de suas relações sociais, de suas vivências e de sua constituição biológica; é, também, fonte de suas manifestações afetivas e comportamentais. Enfim, A subjetividade é a maneira de sentir, pensar, fantasiar, sonhar, amar e fazer de cada um (BOCK, 1999).

primeiros encontros, só estiveram presentes os participantes que tinham domínio de algum instrumento, os vocalistas só integraram o grupo posteriormente. Nesse momento inicial não aconteceram ensaios, apenas esse conhecimento do grupo que foi de fundamental importância para organização.

Buscando um melhor aprimoramento da banda a coordenação juntamente com a administração contratou um Produtor Musical durante três meses a fim de acompanhar o grupo nos ensaios e nas primeiras apresentações. O grupo ensaia duas vezes na semana no Centro de Convivência, tendo, atualmente, 17 integrantes, sendo que 12 cantam e oito tocam teclado, violão, afoxé, sax alto, pandeiro, meia lua, surdo e cavaquinho.

Os ensaios são coordenados por um dos idosos que o faz de forma democrática, todos os participantes opinam sobre o funcionamento e, também, na escolha das músicas.

O grupo recebeu o nome de Banda 6ponto0 que foi aprovado por todos os participantes e estreou na festa julina do Centro de Convivência desse ano sendo muito bem recebido e aplaudido pelos que assistiram. Recolhemos alguns depoimentos que falam exatamente sobre esse processo de intervenção que a Banda tem proporcionado.



Minha entrada na banda foi no mínimo inusitada, pois sempre fui cantora de banheiro, embora seja literalmente apaixonada por qualquer tipo de música, da música clássica ao rock desde que a mesma mexa comigo e contenha uma mensagem e seja bem feita. Daí tive a grande ideia de entrar na banda e confesso estar amando essa nova faceta em minha vida, ainda falta um pouco para me tornar profissional, mas se depender de minha vontade e as do nosso Produtor Musical: Elias Santos e dos outros músicos acho que chegarei lá. E quem se empenhar também chegará. Foi uma coisa maravilhosa ter ousado mais esse voo e confesso que tem sido muito gratificante trabalhar com uma equipe de músicos tão coesa e tão empenhada em nos ajudar a pegar o tom exato e as dar o espaço necessário entre uma frase e a outra. Sinto-me feliz e agradecida com essa iniciativa que só tem me dado alegrias e prazer de participar desse grupo, que merece meu agradecimento e meu reconhecimento!(Ada – vocalista)

Destacamos que, após o início da banda, um fato interessante aconteceu e torna-se importante de ser relatado. Trata-se do caso de uma idosa, anteriormente frequentadora assídua do Centro de Convivência que depois de se adoentar afastou-se durante cerca de dois meses do Centro. A equipe psicossocial realizou a busca ativa da idosa convidando-a para participar da banda, pois ela tem experiência com o canto. Imediatamente obtivemos o retorno dela e percebemos agora com tem feito bem para ela essa participação na banda de música.

A banda está num contínuo processo de formação cercado por desafios. Mas percebemos que os idosos participantes tem tratado esse trabalho com muito compromisso e seriedade, tendo em vista que é algo em que eles se mostram para um público e, por isso, não querem deixar a desejar, como percebemos na fala abaixo:



Fazer parte da Banda 6ponto0, cantando no coral esta sendo excelente, aceitar o convite do amigo Dirceu, responsável pela banda, foi uma das melhores coisas que me aconteceu. Estamos caminhando, acertando, alguns colegas já tem conhecimento de música por tocarem em outros lugares, e um ajudando ao outro, esta sendo um aprendizado. Gosto de arte e a música é uma arte que faz bem ao emocional, racional, estimula a memória. Espero que consigamos levar adiante e superar minha expectativa, e a Banda 6ponto0 esta fazendo o máximo para que isso aconteça (Graça - vocalista).

Atualmente as dificuldades que se colocam é o trabalho de grupo que ao mesmo tempo é cercado de potencialidades é também necessário repensar cotidianamente as diferenças individuais para que o trabalho se efetive. O processo de formação de um grupo não é simples, pois, em diversos momentos, chegam à tona as discordâncias entre os participantes do grupo. É através dos grupos que as características sociais mais amplas agem sobre o ser humano.

O processo grupal que se coloca é justamente a rede de relações que pode caracterizar-se por relações equilibradas de poder entre os participantes. De acordo com Alexandre (2000) o processo de desenvolvimento do grupo proporciona a seus integrantes condição de evolução e crescimento pessoal. Participar de um grupo significa partilhar representações, crenças, informações, pontos de vista, emoções, aprender a desempenhar papéis de filho, estudante, profissional.

Outra dificuldade que se coloca é de não termos um transporte adequado, pois cada integrante leva o seu instrumento em sua própria condução, porém nem todos tem carro que possa levar os equipamentos da banda, dificultando assim apresentações fora do Centro de Convivência. Segundo o coordenador do grupo, ainda é necessário que a banda tenha mais instrumentistas que toquem clarinete, trombone, sax, bateria, dentre outros. Também seria importante um local que atenda melhor o momento dos ensaios e por fim que a banda tenha seus próprios instrumentos, pois, hoje, com exceção do teclado, os instrumentistas utilizam seus próprios instrumentos. Ainda no caso do teclado, é algo temporário, pois o teclado do Centro de Convivência foi adquirido para outra oficina (Coral de Flautas de Percussão) e que tem, por isso, prioridade de uso.

Enfim, acreditamos que se trata de uma proposta que colherá, ainda, muitos frutos. É necessário um acompanhamento da coordenação, administração e equipe psicossocial nesse processo

inicial incentivando e contribuindo no desenvolvimento e crescimento da banda musical para que atinja os objetivos propostos para esse trabalho.

Outro ponto importante nesse trabalho é a Rede Social de Jardim Camburi que tem buscado valorizar as potencialidades da comunidade, e nessa iniciativa a Banda tem se destacado como um atrativo para os eventos, pois é possível realizar apresentações para diversos público, como crianças, jovens, adultos e também os idosos. Diante desses investimentos no grupo, acreditamos que futuramente será necessário ter um administrador ou um produtor musical para organizar a agenda e acompanhar o grupo nas apresentações.

A banda também desperta outro aspecto que tem se presentificado quando traçamos o perfil do usuário do Centro. Apenas 10% do público cadastrado são formados por homens. A criação da banda tem atraído esse público masculino que vem para o Centro de Convivência com intuito de participar da banda e acabam entrando em outras atividades físicas ou cognitivas. Notamos que além de atingir os que participam da banda também temos ouvido uma séria de falas de pessoas que não participam, mas que tem assistido a banda e tem admirado o trabalho, o que fortalece a própria auto imagem dos mesmos por pertencerem ao mesmo espaço que proporciona este tipo de serviço, mesmo que não queiram fazer parte da banda.

Outro aspecto positivo, também nesse sentido, foi que possibilitou também um relacionamento mais estreito com a vizinhança do Centro de Convivência que já, por diversas vezes, tem feito comentários e elogiado as músicas que escutam durante os ensaios. Isso auxilia numa melhor compreensão do objetivo do Centro de Convivência.

No dia da primeira apresentação pública pudemos observar vários participantes do centro assistindo a banda tocar e cantando e dançando junto, proporcionando momentos muito agradáveis. Nas redes sociais recebemos vários recados de outras pessoas que assistiram a apresentação manifestando o desejo de participar do Centro de Convivência, mas lamentavam não ter ainda, a idade permitida que é de no mínimos 55 anos.

Acreditamos que o bem estar e a saúde de uma pessoa idosa estão relacionados intimamente a dois fatores primordiais: a autonomia e a independência que a mesma possua. A banda 6ponto0 usa a música com prazer e faz dela uma linguagem para mostrar que a liberdade traduzida em autonomia e independência, não se estingue aos 60, muito pelo contrário, ela é conquistada e precisa ser conseguida dia-a-dia, fazem isso através da música, mostrando que velhice nunca deve ser confundida com doença.

Do ponto de vista histórico, compreendemos que a música tem a capacidade de transcender o tempo, a música vai além dos séculos e décadas, existe em diferentes culturas e gerações dando sentido aos movimentos, fatos vivências e épocas. Quando tratamos de terceira idade também estamos falando de algo que marca um tempo histórico, sociocultural, permanece numa memória coletiva. E as músicas das nossas vidas também fazem parte dessa construção. Com a música, a pessoa possa alcançar melhor integração intra e interpessoal, bem-estar e melhor qualidade de vida.

Independente do gênero, a música seja ela qual for, é uma inseparável companheira dos sentimentos, e sendo a emoção uma das características mais marcantes da pessoa, sempre onde existir pessoas, haverá lugar para a música. É nesse sentido que a Banda 6ponto0 tem contribuído com o trabalho desenvolvido no Centro de Convivência promovendo mais um espaço de convivência, integração, superação de desafios e aprendizado.

É um recurso de grande importância na atenção aos idosos, pois estimula o prazer do convívio social, influencia nas mudanças comportamentais, deixando-os mais atuantes e proporciona-lhes a sensação de conforto, paz, tranquilidade e confiança (FONSECA, et al, 2005).

A música é uma linguagem universal que ultrapassa as barreiras do tempo e do espaço. Sabemos que desde os primórdios da humanidade esteve presente em diversas manifestações humanas das mais variadas formas dos mais diversos estilos.

Por fim, com base nesses argumentos, a música se coloca como importantíssima na auto percepção, na ampliação da expressividade emocional e corporal. É um trabalho realizado em grupo, portanto; “visa o fluxo não somente individual, mas também nas relações onde através do contato entre as pessoas (olhar, toque, som) cada um pode experimentar de diferentes formas” (REGHIN, GAMA, 1996, p.104).

Esperamos que esse trabalho consiga ir além do que planejamos e almejamos e que possa de alguma forma servir de incentivo para outros idosos ou serviços que trabalham com idosos para que percebam que, apesar das dificuldades comuns a qualquer trabalho desenvolvido, a música tem se colocado com um aliado no processo de ressignificação do envelhecimento. E, que o mais importante é o fato de colocar o idoso no papel de destaque não só no Centro de Convivência, mas na comunidade e em sua família. O que contribui sem dúvida para que alcancemos nosso objetivo maior enquanto Serviço de Proteção Social Básica: contribuir para a prevenção de situações de risco social, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitário.



#### Referências:

ALEXANDRE, Marcos. Breve descrição sobre processos grupais. **Revista Comum**, Rio de Janeiro - v.7 - nº 19 - p. 209 a 219 - ago./dez. 2000.

BOCK, Ana Mercês Bahia.; FURTADO, Odair.; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. **Psicologias: uma introdução ao estudo da psicologia**. São Paulo: Editora Saraiva, 1999.

FONSECA, K. C, BARBOSA, M. A, SILVA D. G, FONSECA K. V, SIQUEIRA K.M, SOUZA M A. Credibilidade e efeitos da música como modalidade terapêutica em saúde. Rev. Eletr. Enf. **Análise do Caráter**. 2. ed. Martins Fontes, São Paulo, 1995.

SEKEFF, M. L. **Da música – seus recursos**. 2 ed. Ver e ampliada São Paulo. Editora UNESP, 2007.

SOUZA, E LEÃO. **Terceira idade e música: perspectivas para uma educação musical XVI Congresso da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Música (ANPPOM)** Brasília, 2006.

SACKS, Oliver. A grande orquestra do cérebro. **Revista VEJA**. São Paulo. n. 2027, p.51. 2007.

## **ARTIGO 2: “A TENDÊNCIA ANTISSOCIAL COMO SINAL DE ESPERANÇA”: ESCOLA, AGRESSIVIDADE ESPERANÇOSA E ASSISTÊNCIA SOCIAL A PARTIR DE UMA PRIMEIRA LEITURA DE DONALD WINNICOTT**

José Raimundo Rodrigues<sup>19</sup>

### **RESUMO**

O objetivo deste texto é provocar uma reflexão sobre a tendência antissocial como manifestação de esperança. Winnicott faz uma leitura inovadora sobre a agressividade, considerando-a como força vital a ser plenamente assimilada ao longo da evolução e amadurecimento humanos. Contemplando a prática escolar percebem-se as corriqueiras interpretações da agressividade como sinais de ausência de esperança – postura cética diante de uma tendência humana –, gerando ações de punição ou conformistas, mais raramente dialógicas e firmes. Aproxima-se a contribuição winnicottiana desse universo escolar, tendo em vista suas possíveis implicações para a prática da assistência social.

**Palavras-chave:** Tendência antissocial; agressividade; esperança; Winnicott; escola.

### **INTRODUÇÃO**

Causa impacto ler a afirmação de Donald Winnicott de que a tendência antissocial manifesta uma esperança (WINNICOTT, 2005, p. 139). A agressividade é, possivelmente, uma das tendências humanas mais camufladas, de difícil identificação quanto às suas origens e, por isso mesmo, facilmente negada ou violentamente disciplinada.

Escola é espaço em que, rapidamente, se observam comportamentos antissociais: pequenos furtos, mentiras, discussões de alunos com professores, brigas etc. A prática pedagógica oscila entre impor limites muito rígidos, quase sempre punitivos, sem oportunidade de um diálogo; ou uma postura passiva que aceita como natural a banalização da violência e tende a culpabilizar a criança ou adolescente antissocial ou seus familiares. Qual a contribuição de uma leitura de Winnicott para a prática educacional?

Considerando que muitas das manifestações antissociais apontam para encaminhamentos que extrapolam o espaço físico escolar e exigem o diálogo com outros setores como saúde e assistência social, propõe-se criar essa rede reflexiva que partindo do real que se apresenta na escola, serve-se teoricamente das contribuições de Winnicott e visa consolidar a plena garantia de direitos a crianças e adolescentes. A compreensão da tendência social como manifestação de esperança pode também iluminar a prática do assistente social?

---

<sup>19</sup> Graduado em Filosofia; Especialista em Filosofia; Doutor em Teologia Sistemática (FAJE); Coordenador de Turno na Rede Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Vitória – ES; estudante de Serviço Social. jrrzenga@yahoo.com.br

Não se tem a pretensão de responder ou fechar essa pesquisa teórica, ainda em fase muito incipiente. Deseja-se, outrossim, trocar saberes, dialogar com pares, dar voz a uma esperança que insiste em se apresentar com o intuito de nos tornar mais humanos e cuidadores uns dos outros.

## **1 A ESCOLA COMO MICRO-SOCIEDADE E REFLEXO DA SOCIEDADE**

A escola brasileira passou por inúmeras mudanças nas últimas décadas, contudo é inegável que ela ainda se apresenta como uma microsociedade extremamente complexa, com um cotidiano muito dinâmico, com regras específicas, com mecanismos de controle e coerção, com a transmissão de conteúdos vinculados às raízes ideológicas de seus profissionais, com atores sociais constituídos de autoridade, com docentes e discentes que se interagem num espaço denominado assepticamente de “escola”. O ambiente escolar, com seus aspectos simbólicos e concretos, como o espaço físico da instituição, é um conjunto social passível de análise e críticas.

Na escola se revela a exclusão social e a violação dos direitos humanos. Costa (2006, p.73) propõe que:

pensar o conjunto de necessidades sociais que se colocam como campo potencial para a atuação do profissional do Serviço Social exige um profissional mais refinado, capaz de compreender para além da brutalidade da pobreza, da exclusão social, da violência, as possibilidades emancipatórias dos desejos e das escolhas significativas.

A escola pública é reflexo da sociedade em que está inserida. Tanto os alunos quanto os diversos profissionais da educação adentram no espaço escolar levando uma bagagem social, psicológica, ideológica. Pode se observar na escola os sintomas das mais diversas crises sociais brasileiras: descaso com a educação, empobrecimento e resquícios de uma política social assistencialista, novas configurações familiares, proliferação da violência e do uso de drogas, perda de referenciais políticos e éticos, adoecimento psíquico e físico em decorrência do stress neoliberal (cf. PIANA, 2008, p. 152). Ao se entrar numa escola pública entra-se num pequeno universo que reflete o Brasil em que nos encontramos. Também não deixam de se revelar nesse espaço as riquezas e conquistas sociais de minorias, apesar de algumas evidentes contradições.

Com frequência aparecem situações no ambiente escolar em que crianças e adolescentes manifestam comportamentos antissociais, comumente agrupados no adjetivo reducionista “agressivos”. Frente a esses “comportamentos agressivos” há uma tendência por parte dos profissionais de reivindicar o disciplinamento como medida imediata para a solução dos problemas:

Disciplinar continua significando, em grande medida, dominar, controlar, corrigir, domesticar as crianças, por meio de um entendimento e uma prática pedagógica que enfatizam a dimensão comportamental do disciplinamento, em suas implicações moralizantes. Uma disciplina que, mais do que a interação, pressupõe a objetivação dos indivíduos, no sentido de torná-los objetos a serem dominados (RATTO, 2007, p. 208-209).

O resultado mostra-se em muitos casos verdadeiro fracasso, pois ao se impor a disciplina sem conhecer o universo único e irrepetível daquela criança ou adolescente e contemplar sua história de vida, des-cuida-se do primordial que seria oferecer um espaço de confiabilidade.

Outra reação também típica do ambiente escolar, talvez, em função do cansaço inerente à profissão do educador, é não querer impor nenhum tipo de limite à criança ou adolescente com tendência antissocial. A cultura do *laissez faire, laissez passer* tende a uma permissividade que oculta, em nome da segurança profissional, um não envolver-se. Não raro aparecem relatos de profissionais da educação que, ao evitar o conflito com um estudante com tendência antissocial, deseja, a bem da verdade, isentar-se de qualquer responsabilidade no processo educacional daquela criança ou adolescente.

Ciente das contradições e multifacetadas que podem operar numa reação de profissionais da educação frente aos comportamentos agressivos de crianças e adolescentes, pode-se de maneira resumida afirmar que oscila-se entre o excessivo rigor ou a permissividade. São poucos os profissionais que assumem uma postura dialógica que assegura ao estudante a oportunidade de manifestar a esperança presente em sua agressividade, na maioria das vezes, extremamente simbólica e em nada destrutiva.

### **A AGRESSIVIDADE ESPERANÇOSA**

Os comportamentos antissociais experimentados no ambiente escolar podem ser melhor refletidos a partir das contribuições de Donald Winnicott (1896-1971). A sua trajetória como pediatra, psicanalista e como psiquiatra consultor do Plano de Evacuação Governamental na Inglaterra durante a segunda grande guerra, fez com que da experiência com crianças e adolescentes pudesse elaborar uma nova leitura dos comportamentos antissociais e a questão da delinquência.

É importante recordar que Winnicott valorizou a influência do meio ambiente no desenvolvimento psíquico do ser humano, dando origem a uma compreensão de processo de amadurecimento humano que começa por fases da infância, mas prolonga-se no decorrer da vida. O ambiente inicial, que no caso do bebê é a própria mãe, é suporte para toda a vida, pois ali se experimenta o amor manifestado pelos cuidados físicos (*holding e handling*). A fase dos objetos transacionais permite à criança viver o processo traumático de descobrir-se como separado da mãe, criando uma relação com o meio em que se vive, mas, ao mesmo tempo, recordando a segurança e os cuidados vivenciados junto dela.

Conforme Outeiral (1998, p. 78), Winnicott compreende a tendência antissocial a partir de três aspectos básicos: 1) está relacionada a uma falha ambiental precoce, principalmente a uma falha na função materna; 2) considera que há duas possibilidades de experiência dessa falha. A criança pode ter feito uma experiência “suficientemente boa” da função materna e, posteriormente, sofre a privação desta função; ou a criança experimenta a falha na função materna desde o início da vida, o que possivelmente contribuirá para um desenvolvimento de uma doença mental ou psicose. 3) a “tendência antissocial” comporta um sinal de esperança.

A tendência antissocial manifesta-se frequentemente por episódios de explosão da agressividade. Ao tratar das raízes da agressividade, Winnicott considera que, “por um lado, constitui direta ou indiretamente uma reação à frustração. Por outro lado, é uma das muitas fontes de energia de um indivíduo” (WINNICOTT, 2005, p. 102-103). A agressividade faz parte

do equipamento primordial do bebê, permitindo-lhe, inclusive participar de seu nascimento, expressando-se, portanto, como um impulso vital (GRANJA, 2007, p. 126), corroborando para o estabelecimento de uma distinção entre o que é a criança e o que não é ela. A agressividade será elemento importante da criança e adolescente saudáveis, bem como do adulto em evolução no processo de amadurecimento.

Faz-se necessário distinguir agressividade de destrutividade. A agressividade caracteriza-se, até mesmo sob a perspectiva etimológica, como um avanço, como um progresso, movimento para frente (*ad + gradior* = “para frente” + “movimento”), enquanto que a destrutividade está associada à ação com propósito de danificar, exterminar (ZIMERMANN, 2001, p. 217). Para Winnicott: “os impulsos agressivos acham-se de início associados ao erotismo muscular e não à raiva ou ao ódio” (WINNICOTT apud GRANJA, 2007, p. 127).

A criança ou adolescente agressivo manifesta a esperança de um retorno àquele lugar de segurança que ela experimentou outrora e que sabe agora rompido, perdido. Ao agir de forma distinta do esperado por professores e disciplinadores, o estudante manifesta sua expectativa de que alguém o devolva ao espaço de confiabilidade que lhe permite existir, livrando-o do pavor da ausência de segurança. “O comportamento agressivo de crianças que chama a atenção de um professor nunca é uma questão exclusiva de emergência de instintos agressivos primitivos” (WINNICOTT, 2005, p. 94).

Muitas crianças não puderam desenvolver um ambiente interno que as auxiliasse a se controlar. Elas esperam da sociedade – especificamente da escola, conforme a preocupação que orienta nossa reflexão – a estabilidade que a família não pode oferecer. Delegando a outros a tarefa de cuidar dela, na esperança de reaver o algo positivo já experimentado. A criança ou adolescente antissocial, no ato de externalizar sua agressividade, assegura no momento presente um mecanismo que evita seu enlouquecimento, impedindo-lhe de se estagnar no momento angustiante de sentir-se privado, esperando do ambiente um controle que ela não conseguiu internamente (LUZ, 2008, p.113.118). A função da escola seria a de oferecer um ambiente emocional estável e confiável que permita à criança ou adolescente conhecer a sua agressividade e tolerá-la como parte de si, descobrindo que isso não a torna má, mas sim faz parte de sua humanidade.

A criança poderá, para testar a confiabilidade do ambiente, esporadicamente, manifestar sua agressividade, esperando então a confirmação da postura dos profissionais, percebendo se os controles externos são fortes o suficientes para aguentar a tensão do seu comportamento (GARCIA, 2009, p. 146). Acerca desse domínio esperado, Winnicott (2005, p. 178) afirma que:

na violência há uma tentativa para reativar um domínio firme, o qual, na história do indivíduo, se perdeu num estágio de dependência infantil. Sem esse domínio firme, uma criança é incapaz de descobrir o impulso, e só o impulso que é encontrado e assimilado é passível de autocontrole e socialização.

A criança ou adolescente incorre em novos episódios de agressividade não por ser incorrigível, mas sim porque deseja que o ambiente em que se encontra retorne com ela ao período que antecedeu o momento de privação, permitindo-lhe reexperimentar o ambiente bom que existia originalmente e a tornou capaz de conhecer todos os seus impulsos (WINNICOTT, 2005, p. 124).

A compreensão de que a tendência antissocial, concretizada por vezes em furtos ou mentiras, manifesta um momento de esperança é crucial para que não se percam oportunidades de ir ao encontro dessa expectativa e corresponder ao que dela esperam (WINNICOTT, 2005, 139). É comum que devido à insensibilidade ou intolerância de educadores a esperança manifesta na tendência antissocial se desperdice ou desapareça. Junte-se a isso o fato de que há um movimento comum de demandar crianças e adolescentes com tendência antissocial para acompanhamento psicológico quando o que mais necessitam é de um legítimo espaço em que possam ser como são, descobrindo-se, inclusive, em seu potencial impulsivo de destrutividade.

Alie-se a isso a prática de sugerir encaminhamentos médicos para os com tendência antissocial, considerando que o uso de medicamentos é a resposta para seus anseios e o mecanismo mais prático para evitar a agressividade. Por fim, recorde-se que o sentimentalismo diante de uma manifestação antissocial pode ser uma negação da destrutividade que carrega em si possibilidade de construtividade (WINNICOTT, 2005, p. 101-102), conduzindo a criança a demonstrar diretamente sua destrutividade, quando poderia manifestá-la indiretamente. A resposta oportuna para a esperança é a que revela em ações cuidadoras.

### **ASSISTÊNCIA SOCIAL: PARCERIAS E REDES EM PROL DA ESPERANÇA**

Se no cotidiano escolar houver uma abertura para essa compreensão mais larga da agressividade esperançosa, possivelmente, surgirá a oportunidade de um diálogo mais próximo entre educação e assistência social.

Ao educador atento à agressividade esperançosa de uma criança ou adolescente não pode passar despercebido o fato de que há ali um pedido de socorro, um clamor, um S.O.S. Gastar tempo nesse atendimento com a finalidade de ouvir a criança e manifestar-lhe atenção e cuidado pode assegurar a sua saúde psíquica e física. Pode ainda ser momento em que diante dessa escuta cuidadora são encaminhadas ações sociais que visem também auxiliar a criança ou adolescente.

A realidade familiar que se apresenta nos discursos dos alunos considerados antissociais aponta para a necessidade de cuidados básicos, por vezes, negligenciados ou omitidos. A criança que furtou quer novamente a atenção da mãe que, devido ao ritmo acelerado do trabalho, não mais a observa e cuida. O adolescente que desrespeita professores deseja testar até onde o espaço da escola é confiável e pode suportá-lo, pois sabe que seus familiares já não o suportam e respondem ao seu pedido de socorro apenas com destrutividade. A menina que se vincula a um grupo de tráfico está solicitando apoio para sentir-se segura e pode assumir a delinquência caso encontre educadores que manifestem temor diante de suas ameaças ao invés de ajudá-la a incorporar e assimilar sua agressividade. O dependente químico que deixa escapar sua condição por pequenos atos, quase sugerindo que seja punido, está transferindo para outros a capacidade de controlá-lo, antes que aquela ansiedade em busca do lugar original o enlouqueça.

Os exemplos acima, meros esboços mal desenhados da dura realidade, querem apenas evocar que, no fundo, as manifestações antissociais podem receber outro tratamento caso a escola crie uma parceria com a assistência social. Os diálogos travados na escola podem sugerir encaminhamentos da ordem da assistência que dizem respeito à questão da vulnerabilidade, do risco social, da justa requisição e garantia dos seus direitos.

Atualmente, quando se percebem necessidades de encaminhamento para a assistência social, as escolas, via pedagogas, estabelecem esse contato. Contudo, caso existisse um convênio entre as secretarias municipais de educação, saúde e assistência social, tanto o encaminhamento como o resultado dele poderia se mostrar mais produtivo. As famílias nem sempre dispõem do tempo necessário para, após um diálogo na escola, passarem por outro momento nos Centros de Referência de Assistência Social. Apesar de todas as ações realizadas, Vitória ainda perde muitas vidas jovens ou não oportuniza aos seus munícipes jovens garantias de uma vida saudável. Percebe-se ainda uma demora nos encaminhamentos feitos, retardando indevidamente ações que mereceriam medidas imediatas.

O que faltou àquela criança ou àquele jovem antissociais? A falha que diz respeito ao emocional passou inúmeras vezes pela escassez do material, por uma alimentação insuficiente, pela exploração dos trabalhadores, pela negligência no acesso à saúde, pelas más condições de moradia, pelo abuso constante de poder público ou paralelo. Contemplar o estudante na totalidade de sua condição como cidadão é tarefa da escola e que pode contar com a contribuição do Serviço Social:

A tarefa de educar visa à formação integral, personalizada, harmônica, integrada e crescente da pessoa humana; e visa à formação do homem novo, inserido numa ordem social nova e num mundo novo. Portanto, o marco referencial da educação é a pessoa humana do aluno, e não apenas os seus rendimentos intelectuais ou os seus resultados quantificados em notas ou conceitos. O aluno é a pessoa inserida num projeto novo de sociedade e um projeto novo que aponta para novas relações sociais (PIANA, 2008, p.151).

Redes e parcerias são formas de responder à agressividade esperançosa de centenas de crianças e adolescentes matriculados na rede pública de ensino de Vitória. O trabalho conjunto, rompendo com paradigmas curriculares por parte das escolas, e com paradigmas metodológicos, por parte dos diversos outros profissionais, permitiria colocar como centro a vida e os mecanismos cuidadores para a sua proteção.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O intuito desse texto é tão somente o de provocar uma reflexão em torno da agressividade tendo como ponto de partida a ideia winnicottiana de que a tendência antissocial manifesta um sinal de esperança. Frequentemente, a agressividade é vista como ausência de esperança e a postura de profissionais, educadores e outros, costuma ser a de desistir de auxiliar aqueles que novamente incorrem em atos e práticas agressivas. Winnicott nos pede outro olhar, ver na agressividade um pedido de ajuda, contribuir com firmeza para que a criança ali em evolução saiba-se suficientemente cuidada.

Optou-se pela escola por se tratar de lugar onde nos últimos anos há crescentes queixas de comportamentos antissociais. Porém, não se percebe nenhum grande movimento pedagógico disposto a dialogar sobre isso na esfera da educação pública. Os profissionais da educação, apesar de bem capacitados, veem-se exigidos por resultados em índices de desenvolvimento, conciliando atividades em duas escolas, sem o devido tempo para o cuidado pessoal, emocional, que lhes permita olhar para a agressividade com olhos de esperança. É mais cômodo desejar os alunos ideais (silenciosos, atentos, dispostos, polidos e todos os outros esteriótipos) e contentar-

se que o problema dos alunso reais é tão somente a falta de referência familiar. Winnicott nos coloca no *front*, exigindo-nos uma postura de responsabilidade que assegure um ambiente saudável, onde a agressividade seja assimilada como força vital.

Por fim, há um desejo esperançoso de que essa provocação evoque um diálogo entre saberes, permitindo uma maior proximidade entre as secretarias municipais, favorecendo parcerias que tenham o jovem cidadão como seu foco principal. O respeito para com a criança e o adolescente aparece como primordial e não se pode pensar na construção de uma sociedade justa e igualitária exigindo da pessoa que sufoque seus sentimentos ou não os expresse por temer reações e agressões. O papel de intermediário, vivido pelo assistente social, possibilita que esse adolescente ou criança tenha oportunidade de se manifestar como realmente é, para que possa se escutar a sua demanda no presente e se sugerir encaminhamentos para sua vida no futuro.

A escola revela-se para o assistente social como espaço privilegiado de trabalho. As diversas demandas sociais podem surgir nesse ambiente, exigindo dos profissionais capacidade para captá-las, conhecimento da legislação para bem atuar, ética para saber respeitar a privacidade única dos usuários, agressividade esperançosa o suficiente para reagir contra as burocracias e os entraves dos sistemas...

### Referências bibliográficas

COSTA, L. M. **Questão social e políticas sociais**. São Paulo: Loyola, 1984.

GARCIA, R. M. **A agressividade na psicanálise winnicottiana**. São Paulo: PUC-SP, 2009, 217 f. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica).

GRAÑA, R. B. **Origens de Winnicott: ascendentes psicanalíticos e filosóficos de um pensamento original**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

LUZ, I. R. A agressividade na concepção de Winnicott e suas implicações para a educação infantil. **Aprender – Caderno de Filosofia e Psicologia da Educação**. Ano 6, n. 11, jul./dez. 2008. Vitória da Conquista: Edições Uesb, p. 109-137.

OUTEIRAL, J. O. Violência no corpo e na mente: consequências da realidade brasileira. In: LEVISKY, D. L. **Adolescência: pelos caminhos da violência: a psicanálise na prática social**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.

PIANA, M. C. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional**. Franca, SP: UNESP, 2008, 235 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2008.

WINNICOTT, D. W. **Privação e delinquência**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005. (Psicologia e pedagogia).

ZIMERMANN, D. A contribuição da dinâmica grupal na prevenção da violência na adolescência e nas comunidades. In: LEVISKY, D. W. (Org.). **Adolescência e violência: ações comunitárias na prevenção “conhecendo, articulando, integrando e multiplicando”**. São Paulo: Casa do Psicólogo/Hebraica, 2001.

### **ARTIGO 3: CAMINHANDO JUNTOS AO MUNDO DO CIRCO, DA MÚSICA E DO CINEMA**

Fernanda de Carvalho Ferreira<sup>20</sup>

Wayne Barbosa dos Santos da Costa<sup>21</sup>

#### **RESUMO**

O exercício de caminharmos juntos pelos direitos das crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, risco pessoal e social em Vitória/ES não é recente, nesta jornada muitos ficaram pelo caminho, alguns já ultrapassaram as barreiras das condições que os afligiam, superando dificuldades, alcançando autonomia e cidadania, enquanto muitos ainda persistem na luta por melhores condições de vida e educação de qualidade em tempo integral para todos. Nesse movimento nos tornamos aprendizes, mesmo sendo gestores, técnicos ou educadores sociais por definição de uma função. Por tudo isso, nossa motivação em compartilhar o presente artigo que propõe contar em parte a trajetória de execução e desenvolvimento do Projeto Caminhando Juntos ao Mundo do Circo, da Música e do Cinema na região da Grande São Pedro, uma iniciativa da Prefeitura de Vitória com o patrocínio da Petrobras através do Programa Petrobras de Desenvolvimento & Cidadania. O referencial teórico está baseado nos marcos legais e diretrizes da Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004), nos estudos de Gohn (2006, 2009) e Freire (2002, 2006), e a metodologia de trabalho foi a pesquisa documental. Não se pretende esgotar as questões aqui apresentadas, compreendemos que o projeto ainda em curso poderá tornar-se objeto de pesquisas e análises posteriores, sobretudo daqueles que militam em favor dos direitos das crianças e adolescentes.

**Palavras-chave:** Convivência, Ações Socioeducativas, Crianças e Adolescentes.

#### **Introdução**

Este artigo tem como objetivo apresentar o processo de desenvolvimento do Projeto Caminhando Juntos ao Mundo do Circo, da Música e do Cinema nas unidades do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes, Projeto Caminhando Juntos – CAJUN, na região da Grande São Pedro. Este tem sido concretizado pela Prefeitura de Vitória, mais especificamente executado pela Gerência dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – GSC da Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS, numa relação de patrocínio com a Petrobras através do Programa Petrobras de Desenvolvimento & Cidadania.

---

<sup>20</sup> Psicóloga, Pós-graduada em Transtorno Mental e Atenção Psicossocial. Coordenadora dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes da Prefeitura de Vitória/SEMAS/GSC.

<sup>21</sup> Pedagoga, Pós-graduada em Pedagogia nas Organizações. Assessora Pedagógica e Técnica de Referência do Projeto Caminhando Juntos – CAJUN (unidades da Grande São Pedro)/SEMAS/GSC/Fundação Fé e Alegria Brasil - Unidade Espírito Santo.

A partir do projeto aprovado na seleção pública de 2007 do Programa Petrobras de Desenvolvimento & Cidadania, que serve de orientação para ações desenvolvidas nos territórios São Pedro I e II, propõe-se discorrer sobre: breve histórico do Projeto Caminhando Juntos – CAJUN, segundo a sua natureza e especificidade; apresentação do Projeto Caminhando Juntos ao Mundo do Circo, da Música e do Cinema com descrição das ações socioeducativas com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco social, da metodologia, do objetivo, das metas e dos resultados alcançados; e por fim, algumas considerações.

Como metodologia para construção desse trabalho foi realizada pesquisa documental com análise de conteúdo dos seguintes documentos: relatórios produzidos nos parâmetros do Sistema da Petrobras MAIS – Monitoramento e Avaliação do Investimento Social, cadastro de participantes, fichas de inscrições, instrumentos de avaliação e monitoramento, listas de frequência e arquivos imagéticos, nos termos de Gil (1999).

### **Projeto Caminhando Juntos – CAJUN: um Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes no Município de Vitória/ES**

O Projeto Caminhando Juntos – CAJUN surgiu em 1995, fruto da reflexão de diversos atores sociais sobre a situação de vulnerabilidade, risco social e da necessidade de enfrentamento da violação de direitos das crianças e adolescentes que viviam na Comunidade de Morro do Quadro. Naquele momento, havia o desejo de estabelecer um espaço de proteção para as crianças e adolescentes onde fossem ofertadas atividades culturais, lúdicas e esportivas no contraturno escolar, como complementação da educação formal.

Ao longo dos anos, observou-se um impacto significativo deste projeto na região, o que culminou no recebimento de investimentos públicos para a sua continuidade e implantação de novas unidades de atendimento em outros territórios do município. Nesse processo o projeto passou a integrar a Política Nacional de Assistência Social, como um Serviço da Proteção Social Básica que visa à prevenção de situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários (PNAS/2004).

Nos termos da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009), o Projeto CAJUN constitui um Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco social, prioritariamente encaminhadas pelos serviços da

proteção social especial: Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI); Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos; reconduzidas ao convívio familiar após medida protetiva de acolhimentos; crianças e adolescentes com deficiência; crianças e adolescentes que compõem as famílias acompanhadas pelos Centros de Referência da Assistência Social - CRAS, complementando o trabalho social realizado pelo Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF. Atualmente, o serviço conta com 13 unidades de atendimento e um núcleo socioeducativo no município de Vitória-ES.

### **Das ações socioeducativas com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco social desenvolvidas no Projeto CAJUN**

O Projeto CAJUN oferece atendimento para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos, organizados em grupos de acordo com a faixa etária, desenvolvimento individual, interesses pessoais e coletivos. Na composição dos grupos também são observadas as especificidades dos espaços físicos e das linguagens culturais e esportivas que determinam a capacidade de atendimento com qualidade, condições necessárias para a garantia da participação e socialização das crianças e adolescentes. Em conformidade com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009), busca-se ampliar as possibilidades de vivências e trocas de experiências para o desenvolvimento da identidade e do sentimento de pertença, contribuindo para o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

Todas as ações socioeducativas desenvolvidas no Projeto CAJUN concorrem para os eixos estruturantes estabelecidos para os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes, a saber: a Convivência Social e a Participação. Na nossa práxis temos procurado preservar o caráter lúdico das atividades numa relação dialógica com os objetivos estabelecidos para o serviço que constitui importante espaço de promoção dos direitos das crianças e dos adolescentes através da educação não-formal e integral, que difere da educação formal e da informal, como nos descreve Gohn (2006):

[...] localizam-se em territórios que acompanham as trajetórias de vida dos grupos e indivíduos, fora das escolas, em locais informais, locais onde há processos interativos intencionais (a questão da intencionalidade é um elemento importante de diferenciação) [...] ela não é, organizada por séries/idade/conteúdos; atua sobre aspectos subjetivos do grupo; trabalha e forma a cultura política de um grupo. Desenvolve laços de pertencimento. Ajuda na construção da identidade coletiva do grupo (este é um dos grandes destaques da educação não-formal na atualidade); ela pode colaborar para o desenvolvimento da auto-estima e do empowerment do grupo, criando o que alguns analistas denominam, o capital social de um grupo. Fundamenta-se no critério da solidariedade e identificação de interesses comuns e é parte do

processo de construção da cidadania coletiva e pública do grupo. (GOHN, 2006, p.29-30).

Em relação ao formato das atividades socioeducativas desenvolvidas no Projeto CAJUN, apontamos: oficinas lúdicas, culturais, esportivas e de inclusão digital (dança, artes manuais, artes integradas, circo, música, fotografia, jogos recreativos e esportivos, judô, capoeira, vídeo, e informática); a promoção de eventos culturais garantindo a participação ativa das crianças e adolescentes, bem como seus familiares e a comunidade; realização de passeios, apreciação de espetáculos e visitas monitoradas em espaços públicos (museus, parques, teatros, dentre outros) oportunizando as crianças e adolescentes a ampliarem o seu olhar sobre a cidade e a sua cosmovisão.

Anualmente, também são realizadas ações específicas com o foco no Combate à Exploração e Abuso Sexual, Erradicação do Trabalho Infantil, ECRIAD/Direitos das Crianças e Adolescentes, Convivência familiar e Comunitária, com práticas dialógicas e participativas, numa perspectiva de aproximação e apropriação das temáticas pelas crianças e adolescentes, assim como, pelos profissionais que atuam no projeto. Outra questão é a alimentação servida diariamente, que também influencia nas condições de desenvolvimento das crianças e adolescentes, bem como na sua condição de participação e interação.

Um tempo e espaço permanente de formação para as crianças e adolescentes, e os próprios educadores sociais, é a roda de conversa que garante a participação coletiva, igualitária, o diálogo, a escuta, a socialização e a reflexão, por meio da troca de experiências e saberes, contribuindo para a construção da autonomia das crianças e adolescentes. Por outro lado, é também momento de avaliação e de auto-avaliação, uma oportunidade para perceber os interesses, a motivação e a satisfação com as atividades socioeducativas desenvolvidas, com as práticas profissionais e as relações interpessoais no contexto do projeto.

Os planejamentos das ações socioeducativas se dão a partir de eixos temáticos que dialogam com as demandas dos territórios e dos interesses das crianças e adolescentes. Nesta ação dialógica, a prática da educação não-formal no contexto do Projeto CAJUN, nos termos de Gohn (2009), constitui um espaço concreto de formação com aprendizagem de saberes para a vida em coletivos, um processo com várias dimensões e conteúdos:

[...] a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos; a capacitação dos indivíduos para o trabalho, por meio da aprendizagem de habilidades e/ou desenvolvimento de potencialidades; a aprendizagem e exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, voltadas para a solução de problemas coletivos

cotidianos; a aprendizagem de conteúdos que possibilitem aos indivíduos fazerem uma leitura do mundo do ponto de vista de compreensão do que se passa ao seu redor; a educação desenvolvida na mídia e pela mídia, em especial a eletrônica, etc. São processos de auto-aprendizagem e aprendizagem coletiva adquirida a partir da experiência em ações organizadas segundo os eixos temáticos: questões étnico-raciais, gênero, geracionais e de idade, etc. (GONH, 2009, p.31).

Nesse cenário, torna-se fundamental a promoção de tempos e espaços de formação continuada para todos os profissionais que atuam no projeto, sobretudo na compreensão da natureza e intencionalidade do Projeto CAJUN como um Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Entende-se que tal formação não é estática, ela se dá a partir das trocas de experiências e de saberes, das práticas cotidianas do trabalho socioeducativo com as crianças e adolescentes, reconhecidos como sujeitos de direito em formação e ativos na construção desse espaço. A formação continuada dos profissionais se dá a partir de reuniões de planejamento coletivas e participativas, cursos, palestras, vivências, debates, e participação em eventos e capacitações externas promovidas pela Prefeitura de Vitória e outras instituições que atuam na área dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Importante ressaltar que o CAJUN vem aprimorando suas práticas socioeducativas a partir da cooperação e da participação ativa dos profissionais, das crianças, adolescentes e seus familiares, numa relação de reciprocidade, dialógica e problematizadora que favorece o compartilhamento de idéias, experiências, valores e saberes, numa perspectiva de um fazer pedagógico que nos convida ao reconhecimento do homem como ser inacabado, em constante desenvolvimento e capaz de se tornar sujeito ativo, crítico e reflexivo, nos termos de Freire (2002).

### **Projeto Caminhando Juntos ao Mundo do Circo, da Música e do Cinema**

O Projeto Caminhando Juntos ao Mundo do Circo, da Música e do Cinema foi inscrito na seleção pública de 2007 do Programa Petrobras de Desenvolvimento & Cidadania, considerando os critérios estabelecidos no edital para apresentação de proposta na área da “Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente”. A partir desta seleção firmou-se o patrocínio da Petrobras através de um convênio com a Prefeitura de Vitória que passou a vigorar a partir de 01 de julho de 2010, sendo que a execução das ações teve início em junho de 2011, com data prevista para encerramento em 26 de dezembro de 2012.

O principal objetivo desse projeto é: “*Ampliar o acesso às crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade pessoal, social na região de São Pedro às ações socioeducativas (atividades lúdicas, artísticas, culturais) do Projeto Caminhando Juntos (CAJUN)*”, mais especificamente nas oficinas de música, circo e audiovisual. Assim, foram ampliadas as vagas para atendimentos nas oficinas socioeducativas de Circo (solo e aéreo), Música (aprendizagem de instrumentos musicais: violão, flauta e percussão; e canto coral), e Cinema (fotografia, vídeos curtas e documentários).

Para viabilização desta ampliação de vagas, o projeto contemplou investimentos para melhoria de parte da estrutura física do CAJUN Santo André através da reforma do laboratório de música e construção de uma nova estrutura física para funcionamento do circo numa área ao lado do CAJUN Nova Palestina. Também foram previstas melhorias nas condições materiais de trabalho para o desenvolvimento das ações socioeducativas, a saber: aquisições de recursos materiais, pedagógicos, equipamentos de circo (cama elástica, pernas de pau, monociclos, aros, claves e bolinhas para malabares, trapézio, tecidos, corda indiana, lira, colchões e equipamentos de segurança) instrumentos musicais, equipamentos de audiovisual (máquinas fotográficas, máquinas filmadoras, computadores, microfones, dentre outros), serviços de terceiros, e recursos para a produção de material de divulgação.

Em contrapartida a Prefeitura de Vitória/SEMAS propôs: a sessão dos espaços para desenvolvimento das atividades socioeducativas na Grande São Pedro; complementação dos recursos para serviços de terceiros; produção e distribuição de material de divulgação; figurinos/uniformes; equipe de trabalho formada por profissionais técnicos e equipes locais de apoio; e ampliação do quadro de educadores sociais. Um aspecto fundamental na relação de patrocínio é a divulgação e a visibilidade da marca Petrobras e do Programa Petrobras de Desenvolvimento & Cidadania em todas as ações do projeto.

Tendo em vista o período no qual foi elaborada a proposta inicial e o da execução, foram necessárias adequações na estruturação do cronograma e do orçamento físico-financeiro a partir de estudos e avaliação da realidade atual. Inicialmente foram readequados os projetos arquitetônicos elaborados pela Arquiteta Moema J. Calazans da Secretaria Municipal de Obras – SEMOB de Vitória, realizadas as compras de materiais permanentes e pedagógicos, produzidos os materiais de divulgação que viabilizou a mobilização no território para o preenchimento das vagas ofertadas nas atividades socioeducativas, em articulação com diversos atores sociais e equipamentos da rede socioassistencial: CAJUNs, CRAS, escolas, Unidades de Saúde, líderes comunitários e o Programa de Educação em Tempo Integral.

Quanto ao material de divulgação foram produzidos: 375 cartazes, 03 placas institucionais, 700 camisas, 04 banners, 4000 folder, 03 release para mídia local; 02 matérias no Programa Vitória Agora nas rádios locais; matérias em jornais impressos (A Gazeta e Notícia Agora) e matérias jornalísticas em TV aberta (Programa Em Movimento TV Gazeta e Ponto Cult TV Tribuna); promoção de eventos culturais como espetáculos circenses e concertos de Música abertos a comunidade; produção do Clipe de Natal com a participação das crianças e adolescentes do projeto; produção de 09 curtas e documentários pelos adolescentes. Nesse processo foi fundamental a interlocução com a Assessoria de Comunicação da Prefeitura de Vitória/SEMAS em articulação com os equipamentos que compõem o Coletivo da Grande São Pedro.

Dentre os objetivos do projeto está o fortalecimento dos parceiros existentes e o estabelecimento de novas parcerias, o que tem favorecido diferentes formas de apoio na execução do projeto: a Fundação Fé e Alegria do Brasil, conveniada com a Prefeitura de Vitória, realizou a contratação da equipe local e dos educadores sociais; o Rotary Club de Vitória Praia do Canto oferta atividades de artesanato com as famílias e faz a manutenção da biblioteca no CAJUN Nova Palestina, além de nos apoiar nos eventos culturais; a Secretaria de Cultura da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES disponibilizou o Cine Metrópolis para exibição dos vídeos produzidos pelos adolescentes e o Teatro Universitário para Mostras Culturais; a Secretaria Municipal de Cultura disponibilizou o Espaço Multiuso do Circuito Cultural em São Pedro para realização de oficinas socioeducativas e os teatros da cidade para a realização de eventos culturais sem ônus para a comunidade; Escola Municipal Tancredo de Almeida Neves que cedeu espaço para a realização das oficinas de audiovisual com adolescentes, assim como os CRAS de Resistência e Santo André onde foram realizadas oficinas de música; as Associações de Moradores da Região de São Pedro, de Santo André, o Movimento Comunitário de Nova Palestina que participam nas reuniões, conselhos, eventos e Mostras Culturais.

Também foram estabelecidas parcerias com empresas privadas: A Lona Produções de Espetáculos Ltda e o Circo Tihanny que forneceram ingressos gratuitos para as crianças, adolescentes e seus familiares vivenciassem momentos de descontração, aprendizagem e estímulo às artes circenses, de lazer em família, o que contribui para o fortalecimento dos vínculos, como afirmou uma mãe beneficiada: *“Nunca tinha ido num circo, faz tanto tempo que não tinha a oportunidade de sairmos como família, foi maravilhoso a experiência de conhecer o circo junto com meu filho, divertimos muito”*.

Vale ressaltar que em conformidade com o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (2009) partimos do pressuposto que a família deve ser pensada como um grupo de pessoas unidas pelos laços de consangüinidade, de aliança e de afinidade, constituídos por representações, práticas e relações que implicam em obrigações mútuas. Por outro lado, no cotidiano dessas famílias também são estabelecidos outros vínculos geradores de obrigações mútuas, apesar do caráter simbólico e afetivo, tratam-se das relações de apadrinhamento, amizade e vizinhança, e outras correspondentes, estas compõe a chamada “rede social de apoio”.

Conforme previsto no projeto, em relação à proposta de educação integral na região da Grande São Pedro através do Programa Educação em Tempo Integral da Secretaria Municipal de Educação – SEME foram realizadas ações de divulgação e mobilização nas escolas, estreitamos o diálogo com os gestores das escolas, pedagogos (as) e com a equipe técnica da SEME com intuito de elaborar e sistematizar estratégias que assegurem a proposta de educação integral no território. Outra questão a avaliação do impacto no desempenho escolar dos alunos participantes nas atividades do Projeto que tem levado em conta os seguintes elementos: frequência, participação, interação e aquisição de competências pessoais e sociais, por meio da aplicação de questionários com os pedagogos (as) das escolas.

No sentido de fortalecer a relação com os parceiros realizamos encontros periódicos no território com as equipes dos CRAS, dos CAJUNs, com as lideranças comunitárias, com os representantes dos parceiros e com as famílias, visando o fortalecimento dos vínculos comunitários por meio da garantia da transparência no uso dos recursos, bem como dos avanços, dos resultados alcançados e dos desafios.

A metodologia de trabalho desenvolvida no Projeto Caminhando Juntos ao Mundo do Circo, da Música e do Cinema está alinhada com a práxis pedagógica e psicossocial do Projeto CAJUN, numa relação dialógica com a história sociocultural e demandas dos territórios da Grande São Pedro. Para alinhamento da metodologia com os objetivos do projeto organizamos um grupo de trabalho que contou com a participação da Gerência dos Serviços de Convivência, da Coordenação dos Serviços de Convivência para Crianças e Adolescentes, de toda a equipe técnica do Projeto CAJUN e dos representantes da Fundação Fé e Alegria, conjuntamente com a Assessora de Projetos Regina Maria dos Santos Murad que orientou os trabalhos.

Como fruto desse processo propomos algumas adequações na forma de sistematização dos dados, da avaliação e do monitoramento, o que gerou a necessidade de elaboração de novos

instrumentos para coleta de dados, tendo em vista os elementos constitutivos do Projeto Caminhando Juntos ao Mundo do Circo, da Música e do Cinema (objetivos, ações, metas e indicadores) e os critérios estabelecidos pelo Sistema da Petrobras MAIS – Monitoramento e Avaliação do Investimento Social para construção e apresentação de relatórios periódicos.

A práxis pedagógica foi preservada através da valorização da ludicidade, do encantamento, dos jogos e das brincadeiras, do direito de viver a infância e a adolescência. Por outro lado, buscamos a melhoria da sistematização das ações, dos planejamentos, do estabelecimento de uma rotina dos registros textuais e imagéticos, da aplicação dos instrumentos e das técnicas de avaliação, da valorização da caixa de escuta durante as rodas de conversa (importante instrumento de avaliação das ações desenvolvidas, do acolhimento, e do atendimento nos diferentes espaços do Projeto CAJUN), o que vem sendo incorporado pelos profissionais que atuam no atendimento direto das crianças e adolescentes.

O projeto tem como público alvo crianças, adolescentes e jovens de 6 a 29 anos. Segundo os critérios estabelecidos pela Petrobras os participantes do projeto devem ser cadastrados uma única vez, e a ampliação de vagas acordada na proposta inicial deve ser monitorada a partir do número de participantes e não de atendimentos. As metas estabelecidas para ampliação de vagas são: 360 vagas nas oficinas de música, 360 vagas nas oficinas de circo, e 50 vagas nas oficinas de audiovisual, totalizando o quantitativo de 770 novos participantes nas atividades socioeducativas ofertadas pelo projeto, exclusivamente na área de abrangência do projeto: Região da Grande São Pedro. Além destes participantes, também foram estabelecidas metas para novas contratações de profissionais pela Prefeitura de Vitória, prioritariamente educadores sociais, a saber um quantitativo de 24 profissionais. Nesse cenário o projeto tem como meta geral de atendimentos diretos: 794 pessoas.

Desde o início das atividades foram realizadas 765 inscrições, destas 661 foram efetivadas a partir do registro da frequência nas oficinas, ou seja, 86,4% dos inscritos participaram das atividades, enquanto 13,6% não compareceram nas atividades. Quanto à falta de adesão destes inscritos, constatamos através da busca ativa que alguns mudaram da região da Grande São Pedro, outros optaram por atividades esportivas ofertadas no território, alguns foram incluídos no Programa de Educação em Tempo Integral, também constatamos casos de desistência por falta de interesse nas próprias atividades.

Quanto ao perfil dos 661 participantes constatamos, quanto à faixa etária: 38 tem idade de 5 a 6 anos, 390 tem idade de 7 a 11 anos, 171 tem idade de 12 a 14 anos, 50 tem idade de 15 a 17

anos, 11 tem idade de 18 a 29 anos, e 01 participante tem idade acima de 29 anos; quanto ao gênero: 371 são do sexo feminino e 290 do sexo masculino; quanto à raça/cor: 475 declaram-se pardos, 90 declaram-se brancos, 84 declaram-se pretos, 05 amarelos, 05 indígenas e apenas 02 não informaram; quanto à escolaridade: 639 são estudantes do Ensino Fundamental, 07 são estudantes do Ensino Médio, e 15 já concluíram o Ensino médio. Em relação ao Programa Bolsa Família: 325 são beneficiários do Bolsa Família, dos 336 restantes, 102 são enquadráveis no Bolsa Família enquanto 234 não são enquadráveis, segundo dados obtidos no ato da inscrição com as famílias e/ou em pesquisa no SIGAF e GEPS. Dos 661 participantes 81 crianças e adolescentes também são atendidos pelo Programa Educação em Tempo Integral.

Quanto aos interesses que determinaram a escolha das atividades: 223 participantes optaram pelas oficinas de circo (solo – malabares, palhaços, monociclo, perna de pau, saltos acrobáticos, contorção, dentre outros; aéreo – lira, tecido, corda indiana, dentre outros) , 286 escolheram a aprendizagem dos instrumentos musicais (violão, flauta doce ou percussão), 75 escolheram as oficinas de canto coral, e 77 preferiram as oficinas de audiovisual (fotografia e produção de curtas e documentários). Quanto ao número de contratações foram realizadas 21 novas contratações de educadores sociais, exclusivamente para o Projeto Caminhando Juntos ao Mundo do Circo da Música e do Cinema foram, além da 01 Assessora de Projetos.

Quanto aos profissionais envolvidos na execução do projeto, participaram efetivamente todos os profissionais que já atuam no Projeto CAJUN, a saber: a coordenadora dos Serviços de Convivência para Crianças e Adolescentes, a equipe técnica formada por 01 Psicóloga, 02 Assistentes Sociais, 02 Pedagogas, 01 Assessora de Cultura, 01 Assessora de Esportes e 01 Articulador Cultural, conjuntamente com as equipes locais dos CAJUNs da região da Grande São Pedro: 03 coordenadores locais, 02 Auxiliares de Secretaria, 04 Auxiliares de serviços gerais, 02 cozinheiras, vigilantes, e 21 educadores sociais.

Outro aspecto contemplado no projeto é a realização de espetáculos de circo e apresentações culturais de música e audiovisual, dos quais destacamos: Mostra Cultural de São Pedro com estimativa de 800 pessoas, Asilo de Vitória com 60 pessoas, participação no evento de Plantio das Árvores na Orla com 40 pessoas, Feira Arte Natal para 200 pessoas, apresentação na EMEF Neuza Nunes para 300 pessoas, EMEF Rita de Cássia com 400 pessoas. Além das apresentações de música como no Teatro da UFES com público estimado em mais de 1500 pessoas, sendo a maioria alunos do Programa Educação em Tempo Integral e a Mostra de Curtas e Documentários no Cine Metrópolis que reuniu aproximadamente 200 pessoas.

Percebemos significativa melhoria na qualidade das atividades socioeducativas de circo, música e audiovisual, a partir dos investimentos em materiais pedagógicos e equipamentos que favoreceram as condições de aprendizagem dos educandos nas diversas atividades, da reforma do laboratório de música no CAJUN Santo André e também da contratação de novos educadores sociais. Segundo os profissionais houve um aumento no interesse dos educandos pelas linguagens, no desenvolvimento físico motor, no aprimoramento dos exercícios e das técnicas, na frequência, pontualidade e comprometimento das crianças e adolescentes, sobretudo, das relações interpessoais e interação entre os pares.

Quanto à construção do novo espaço para desenvolvimento das atividades socioeducativas de circo como parte do CAJUN Nova Palestina, o mesmo ainda está em construção, o que gerou a necessidade de buscar outros espaços alternativos para a oferta da atividade no território, tendo em vista a meta de ampliação 360 vagas. Assim, estabelecemos a parceria com a Secretaria Municipal de Cultura que abraçou o desafio de ampliação das ações socioeducativas na região da Grande São Pedro, por meio da cessão do Espaço Multiuso Circuito Cultural onde têm sido realizadas oficinas de percussão e circo para os alunos do Programa de Educação em Tempo Integral e outros moradores da comunidade, além dos CRAS em Santo André e Resistência, e da Escola Municipal de Ensino Fundamental Tancredo de Almeida Neves, locais onde foram ofertadas oficinas de música e audiovisual.

Segundo representantes das escolas da Região da Grande São Pedro, a maioria afirma que houve melhora no desempenho escolar das crianças, adolescentes e jovens participantes do projeto CAJUN, foram apontados diversos aspectos como: melhoria na interação social, na responsabilidade, assiduidade e bom relacionamento entre os alunos, despertamento da curiosidade e alunos mais desinibidos, melhoria da auto-estima, melhoria do comportamento sócio-afetivo e dos aspectos cognitivos.

### **Considerações finais**

Foram muitas as aquisições realizadas pelo Projeto Caminhando Juntos ao Mundo do Circo, da Música e do Cinema, mas acreditamos que estas não se esgotam no período previsto para a conclusão das atividades na relação de patrocínio com a Petrobras pelo Programa Petrobras de Desenvolvimento & Cidadania.

As novas instalações para desenvolvimento das artes circenses, o espaço do Circo em Nova Palestina poderá tornar-se espaço de referência para as aprendizagens e vivências das diferentes modalidades do circo, beneficiando todas as crianças e adolescentes atendidos pelo Projeto CAJUN, tendo em vista as condições de acessibilidade que também garantem a inclusão de crianças e adolescentes com deficiência. Mas para tanto, consideramos necessária a incorporação pela comunidade desse importante espaço de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças e adolescentes, o que deve ser concretizado através da sua participação e envolvimento na construção desse espaço que vem fortalecer o já existente Projeto CAJUN.

Nesse momento, nos apropriamos das palavras de Paulo Freire que compõem a obra *Pedagogia da Esperança*, e que refletem nossos sentimentos em relação ao nosso envolvimento e participação nesse projeto, sobretudo no contexto do serviço de convivência para crianças e adolescentes: “É que ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender a fazer o caminho caminhando, sem aprender a refazer, a retocar o sonho por causa do qual a gente se põs a caminhar” (FREIRE, 2006, p.155). E o nosso sonho nessa trajetória tem sido este: vida digna e plena para todas as crianças e adolescentes que dão vida e voz ao Projeto CAJUN.

#### REFERÊNCIAS

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: Lei 8.069/90, de 13 de julho de 1990. Brasília: Senado Federal, 1990.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social PNAS/2004, Norma Operacional Básica NOB/SUAS**. Brasília: MDS, 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações técnicas sobre o PAIF - Serviço de Proteção e Atenção Integral à Família: o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF, segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Vol. 1, Ed. 1. Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações técnicas sobre o PAIF - Serviço de Proteção e Atenção Integral à Família: Trabalho Social com Famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF** Vol. 2, Ed. 1. Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações técnicas sobre o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos: prioridade para crianças e adolescentes integrantes do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil**. Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2010.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária: Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do**

**Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar Comunitária. 3ªed.** Brasília, DF: FNDCA, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 25 ed. Rio de Janeiro/RJ: Paz e Terra, 2002. Coleção Leitura.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do oprimido.** 13 ed. São Paulo/SP: Paz e Terra, 2006.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas.** Rio de Janeiro: Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, v.14, n.50, jan./mar. 2006, p.27-38.

\_\_\_\_\_. **Educação não formal, educador (a) social e projetos sociais de inclusão social.** Meta: Avaliação, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p. 28-43, jan./abr. 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

#### **ARTIGO 4: A PSICOLOGIA NA ASSISTÊNCIA SOCIAL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DE ESTAGIÁRIOS DE PSICOLOGIA NO CRAS E CREAS.**

Eliane Barcellos Souza  
Enivelton Virgílio Pereira  
Felipe Cypriano Sabino  
Karine Santos Souza  
Luziane Zacché Avellar  
Roberta Ingrid Schimitberger

#### **RESUMO:**

A inserção e atuação do psicólogo nas equipes do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, e, Centro de Referência Especializado de Assistência Social- CREAS ainda é bastante recente e demanda destes profissionais um esforço para construir a sua prática afinada com a Política de Assistência Social. Neste trabalho iremos relatar a experiência de estagiários de psicologia nos serviços citados anteriormente. A descrição de algumas atividades realizadas permite a reflexão sobre a prática profissional do psicólogo nesse contexto incentivando a busca por novos espaços de atuação.

**Palavras-chave:** fortalecimento de vínculos, visitas domiciliares, CRAS, CREAS.

#### **INTRODUÇÃO**

A Assistência Social como campo de ação governamental registra, no Brasil, duas ações inaugurais, a saber, a criação do Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS) em 1937 e a

criação da Legião Brasileira de Assistência (LBA) em 1940. Na prática, viam-se ações baseadas na benemerência, em sua maioria realizadas pelas primeiras damas (XIMENES at all, 2009).

Com a promulgação da Constituição de 1988, a Assistência Social passa a compor um tripé juntamente com a Previdência Social e a Saúde configurando a Seguridade Social Brasileira. Apesar dessa evolução, apenas em 1993, após veto do Congresso Nacional, a Lei Orgânica da Assistência Social é aprovada, o que confere à Assistência o reconhecimento de política social pública (BRASIL, 2004).

O campo da assistência social é marcado pela proteção social e defesa dos direitos socioassistenciais, que tem na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) suas diretrizes. Essa política visa a garantir a universalidade dos direitos sociais e a igualdade de acesso ao atendimento (XIMENDES at all, s/d).

A Política Pública de Assistência Social (BRASIL, 2004) com a perspectiva de prover condições para atender as contingências sociais e a universalização dos direitos sociais, tem como um dos objetivos “assegurar que as ações sociais tenham centralidade na família e que se garanta a convivência familiar e comunitária”.

O Sistema Único de Assistência Social - SUAS provocou a expansão e interiorização da profissão de psicólogo em todo o país. Essa nova configuração deve-se sobremaneira às articulações e movimentações da categoria em torno de temáticas que dizem respeito à realidade social brasileira, de modo a colocar a profissão como protagonista de tal realidade (MACEDO et al, 2011).

A inserção do psicólogo nos serviços de assistência social coloca diante dos profissionais da psicologia questões que dizem respeito à naturalização no indivíduo de práticas e fenômenos sociais, além de se levar à constante reflexão da responsabilidade de exclusão para evitar práticas estigmatizantes e discriminatórias (MACEDO et al, 2011; CAMINO e ISMAEL 2003 apud MACEDO et al 2011).

Quando se fala de intervenções comunitárias vem à tona o impasse da falta de demanda que não seria sinônimo de falta de pedido de ajuda, mas antes, o que Levy (2004 apud COSTA e BRANDÃO, 2005) denominou como demanda de objeto e demanda de amor, ou seja, a demanda de objeto é definida como sendo direcionada ao outro que é compreendido como aquele capaz de supri-la e, por sua vez, a demanda de amor expressa um desejo, uma dimensão não explícita do pedido, aquilo que pode ser apreendido nas entrelinhas do pedido (COSTA e BRANDÃO, 2005).

Sabendo que uma das diretrizes norteadoras da assistência social é a garantia dos direitos sociais, o que conseqüentemente leva ao acolhimento de diferentes demandas, pretende-se discutir como é pensar demandas singulares articuladas no contexto coletivo e sustentadas pela política pública SUAS. Tais reflexões fazem parte do Estágio Supervisionado I, disciplina necessária para conclusão do curso de Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo.

## **OBJETIVOS**

### **Objetivo Geral:**

Discutir a atuação do psicólogo no âmbito da Assistência Social.

### **Objetivos específicos:**

- Acompanhar a atuação de profissionais de psicologia no CRAS e CREAS;
- Relatar a experiência do estágio em psicologia em um CRAS e CREAS localizados no município de Vitória/ES;
- Contribuir para a discussão da inserção do psicólogo nos serviços de Assistência Social.

## **METODOLOGIA**

- Registro semanal das atividades desenvolvidas nos CRAS e CREAS, como grupos de Proteção e Atenção Integral à Família (PAIF), participação nos atendimentos psicossociais e visitas domiciliares realizadas pelos profissionais do serviço de assistência bem como pelos estagiários;
- Discussões em supervisões semanais das situações vivenciadas pelos estagiários;
- Leitura e discussão de textos e artigos que envolvem a temática da inserção do psicólogo na assistência social.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

### **Vivências no Centro de Referência da Assistência Social – CRAS**

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), o CRAS é uma unidade pública estatal localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinada ao atendimento socioassistencial de famílias. O CRAS é o principal equipamento de

desenvolvimento dos serviços socioassistenciais da Proteção Social Básica. Constitui espaço de concretização dos direitos socioassistenciais nos territórios, materializando a política de assistência social. O CRAS ao qual este trabalho se refere está localizado na cidade de Vitória/ES, sendo esse equipamento responsável pela organização e oferta de serviços da proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e devido a sua capilaridade nos territórios, caracteriza-se como a principal porta de entrada do SUAS.

No tempo em que ocorreu a experiência relatada, pôde-se observar e participar de muitos serviços que esta instituição presta à comunidade. Um desses serviços diz respeito ao grupo de Proteção e Atenção Integral à Família (PAIF). Esse serviço ofertado pelo CRAS é responsável por oportunizar o acesso às informações sobre direitos e participação cidadã. Tal objetivo ocorre por meio de trabalho em grupos e organiza-se de modo a ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolver o sentimento de pertença e identidade, dentre outros. Trata-se de um dos mais completos instrumentos existentes no CRAS para auxílio às famílias atendidas pela instituição. Quando se pensa em fortalecimento de vínculos, pensa-se em intensificar laços de cooperação e potencialização das relações tanto familiares quanto comunitárias.

Sobre um dos objetivos do PAIF, o de desenvolver o sentimento de pertença e identidade, é interessante observar a condição das pessoas que chegam ao CRAS com o intuito de conhecer o que esse serviço pode lhes oferecer. Observa-se que muitos chegam sem conhecer os benefícios a que têm direito e, ao serem informados sobre outros serviços existentes, ficam surpresos e interessados. Uma vez que alguns desses sujeitos se inserem num dos serviços ofertados, pode-se perceber o progresso realizado por eles, mesmo que esse avanço seja feito gradualmente. Refere-se aqui às oficinas realizadas pelo CRAS - espaços de motivação para aqueles que as frequentam. Por meio das atividades desenvolvidas nessas oficinas, seus frequentadores podem criar vínculos e trocar experiências entre si. Nesse microcosmo diferentes assuntos são tratados, sejam eles angustiantes ou agradáveis.

Durante o estágio, teve-se a oportunidade de conhecer a história de cada pessoa atendida, de seu contexto, uma vez que o vínculo estabelecido entre profissionais e usuários do CRAS propiciou relações mais estreitas, em que se criou vínculos de confiança que facilitaram o diálogo e a conversa sobre diferentes temas.

Como resultado das oficinas, pode-se observar um sentimento de pertença e identidade mencionado pelas participantes, que relataram situações de maior autonomia, auto-valorização por exercerem um trabalho que possibilite um retorno financeiro, o que contribui para a autoestima e, ao mesmo tempo, para o resgate de sua identidade como sujeitos de direitos que

são; nesse caso o direito de se perceberem como capazes de modificar a realidade em que vivem.

As oficinas proporcionadas pelo CRAS podem ser uma oportunidade para aqueles “que não têm um trabalho formal, com carteira assinada, uma vez que não possuem os atributos (experiência comprovada, escolaridade, aparência, documentação, etc.) necessários para concorrer no mercado” (SOARES, SUSIN e WARPECHOWSKI, 2009).

De acordo com Abramovay et al (2002), a vulnerabilidade social é definida como situação em que os recursos e habilidades de um dado grupo social são tidos como insuficientes e inadequados para lidar com as oportunidades oferecidas pela sociedade. Estas oportunidades constituem uma forma de ascender a maiores níveis de bem-estar ou diminuir probabilidades, de deterioração de vida de determinados atores sociais.

Alguns indivíduos que participam do CRAS possuem poucos recursos materiais e vínculos afetivos fragilizados. Amenizar essa situação desconfortável é uma das tarefas do CRAS. Independentemente do programa, serviço, benefício prestado pela instituição, o essencial em sua constituição e política é oportunizar aos seus usuários meios para que eles próprios tornem-se autônomos, no sentido de se reconhecerem com potencial para a mudança em suas vidas, ou seja, tornem-se protagonistas na luta pelos seus direitos. É o caminho do empoderamento que se faz presente. Ainda que se configure como um trabalho exaustivo e complicado, acredita-se nos benefícios que podem surgir ao se descobrir o potencial existente em cada usuário. Assim, esses indivíduos levam para si e para sua comunidade valores renovados que visam contribuir para uma qualidade de vida mais potente.

### **Vivências no Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS**

O processo de implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em todo o território nacional impulsionou a implantação de três Centros de Referência Especializados de Assistência Social na cidade de Vitória/ES, os chamados CREAS. Estes ofertam ações e serviços de orientação e proteção a crianças, adolescentes, jovens, idosos e suas famílias em situação de risco ou violação de direitos com o intuito de colocar-se como uma barreira para interromper processos de ruptura de vínculos familiares e comunitários, assim como prevenindo o abrigo e o asilamento.

Tais serviços são direcionados ao público que vivencia violações de direitos por ocorrência de violência física, psicológica e negligência, violência sexual, abuso sexual/exploração sexual, adolescentes em conflito com a lei que receberam medida protetiva ou medida socioeducativa

(Liberdade Assistida – LA e Prestação de Serviços a Comunidade - PSC), que são as de meio aberto, violência contra idosos, situação de rua e mendicância, negligência e abandono, exploração do trabalho infantil, discriminações/submissões que provocam danos à condição de vida, isolamento social e falta de acesso às políticas públicas.

Nessas unidades de atendimentos são ofertados serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade, como o acolhimento e escuta, atendimento psicossocial individual e familiar, oficinas de ressignificação de experiência de vida, visitas domiciliares e busca ativa, mobilizações e campanhas socioeducativas, articulação das famílias e encaminhamento ao sistema de garantia de direitos.

O CREAS ao qual este trabalho se refere localiza-se na cidade de Vitória/ES e é um dos equipamentos que compõe a rede de Proteção Social Especial de Média Complexidade do município.

Desde o primeiro dia de estágio, houve um acolhimento da proposta deste pelos profissionais da recepção e pelos demais, inclusive pela Psicóloga que seria a orientadora em relação às atividades que viriam a ser desenvolvidas dentro da instituição. Percebeu-se que, nesse serviço, o acolhimento não se configura como uma etapa do processo que usualmente ocorre na recepção, mas como uma ação que ocorre em todos os locais e momentos, tendo aqueles profissionais uma postura ética, porosos e abertos tanto para o encontro com o estagiário quanto para com os usuários do serviço.

Desse modo, tal estratégia adotada pelos profissionais reflete uma postura e prática ética na construção de relações de confiança e compromisso dos usuários com a equipe e com os serviços ofertados, favorecendo uma aproximação destes e afirmando o acolhimento como uma tecnologia do encontro intrínseca aos serviços oferecidos. Ainda nesse primeiro dia, emergiram, de forma geral, questões relativas ao funcionamento da instituição, ressaltando que os serviços de Psicologia e da Assistente Social são sempre realizados conjuntamente. Foi esclarecido, também, que o estagiário desenvolveria todas as atividades juntamente com a equipe, inclusive atualizar o banco de dados e produzir relatórios. Neste ponto, a Psicóloga ressalta a relevância de se manter os dados atualizados nas planilhas e também a preocupação de como e o que será escrito nos relatórios, assim como nos prontuários, uma vez que estes são documentos verdadeiramente importantes. Por fim, ela mostrou as dependências da casa e foram acordados os dias e horários do estágio.

Todo o trabalho é realizado em duplas (Psicólogo e Assistente Social). Duas salas são destinadas às várias duplas. Ao mesmo tempo em que se coloca como perturbador em alguns momentos pelo excesso de pessoas no mesmo local, por outro é realmente potencializador, pois

aquele espaço se torna um local de trocas de experiências, conversas, análises, discussão de casos e sugestões de possíveis direcionamentos.

Ainda nos primeiros dias de estágio, foi realizada a primeira das muitas visitas domiciliares que estariam por vir. O contato direto com o usuário do serviço em seu ambiente de vivência foi extraordinário, possibilitando visualizar as condições reais em que estas pessoas viviam e suas redes de convivência familiar e comunitária.

Uma das visitas realizadas em um bairro de Vitória referente ao caso de um adolescente que cumpria Liberdade Assistida, durante o início, a visita encontrava-se “truncada”, a conversa com o adolescente e sua avó não estava fluindo muito bem. Foi neste momento que a Psicóloga solicitou ao adolescente que nos mostrassem suas fotos de infância. O espaço se transformou, pois a equipe, juntamente com a avó e o adolescente visualizaram as fotos e teceram comentários sobre elas. Foi realmente uma experiência de visita domiciliar muito cativante e produtiva, no sentido de que esta avó e este adolescente, abraçados, contavam suas histórias de vida e comentavam sobre suas convivências e vínculos familiares e comunitários. Depois disso, ainda foi possível o acesso às redes sociais do adolescente na internet, assim como as suas fotos postadas.

Entende-se que o trabalho de proteção social exige mesmo uma aproximação com o cotidiano da comunidade, por meio das visitas domiciliares, para que se possa conhecer os riscos e as vulnerabilidades e também as possibilidades de enfrentá-las. Assim, adquiriu-se a capacidade de identificar as forças e não somente as ausências ou as fragilidades, procurando conhecer e compreender a história relatada pelo usuário e as relações que este estabelece ou não com a comunidade.

Cada micro região é única, possui suas especificidades e seus discursos anunciados, da linguagem e dos gestos, seus gêneros discursivos e também seus estilos próprios. Mais do que diagnosticar, deve-se conhecer as condições existenciais, psíquicas, sociais e econômicas. Conhecer a dinâmica e contexto para que se possa em suas intervenções resgatar os vínculos e valorizar a experiência subjetiva do indivíduo, baseando-se em uma ética para a emancipação humana de promoção da vida e rompendo com o paradigma da tutela e do assistencialismo, estabelecendo este indivíduo como sujeito de cidadania e protagonista na conquista e afirmação dos direitos sociais.

Outra situação vivenciada foi a de uma visita realizada em um morro da cidade de Vitória, referente a uma genitora que possuía três filhos em acolhimento institucional e que desejava a volta destes para casa. Um desses filhos evadiu da instituição e foi morar em outra cidade com a namorada, restando apenas dois adolescentes abrigados. Durante a visita na casa da genitora, a

família relatou seus desejos, anseios, queixas, estruturação financeira, familiar e comunitária. Contudo, depois de uma série de arranjos, como por exemplo, a construção de mais um cômodo na casa e a superação da situação de alcoolismo por parte da genitora, a volta dos adolescentes se efetuará gradualmente com visitas intercaladas, pois estes tinham passado muitos anos na instituição de acolhimento e desta forma não mais se reconheciam, e nem os moradores os reconheciam como sendo pertencentes ao bairro. A partir disso, torna-se necessário um tempo para articular o retorno definitivo destes adolescentes para casa. O trabalho realizado visava resgatar o vínculo de pertencimento destes com o bairro, restabelecer os vínculos familiares e comunitários, assim como em outros setores, por exemplo, escola. Com isso, pode-se notar que:

“[...] o processo de inclusão social é permeado por muitos obstáculos que contribuem para que o sujeito se mantenha na condição de marginalizado, abrindo mão de seus objetivos e projetos. Nossa função é fazer o investimento, relançando o sujeito a sua posição desejante de direitos” (SOARES; SUSIN e WARPECHOWSKI, 2009).

Assim como as visitas domiciliares, os atendimentos psicossociais realizados pela equipe técnica contêm um papel fortemente inventivo, no sentido de que não se tem parâmetros escritos de como desenvolvê-las, cabendo aos profissionais em exercício de suas profissões construí-los, no desenrolar das práticas do serviço e na sensibilidade no contato com o usuário. Desse modo, era aparente nos atendimentos psicossociais que a presença do profissional Psicólogo juntamente com o Assistente Social corrobora para uma prática de reconhecimento do sujeito como biopsicossocial, para montagens de estratégias de articulação mais eficazes e ampliadas, assim como para o planejamento, gestão e ampliação do acesso desse usuário ao Sistema de Garantia de Direitos. Portanto,

“[...] no enquadramento psicossocial, o foco passa a ser o cuidado no próprio meio social – território – e a promoção de “condições para uma existência mais favorável do paciente, incluindo o objetivo de preservar ou resgatar laços de pertencimento” (COUTO E DELGADO, 2010).

Contudo tenta-se viabilizar uma relação de confiança dos usuários com os profissionais, com o objetivo de que eles se sintam a vontade para expor suas histórias, seus bloqueios, angústias, contexto, medos, perspectivas, talentos e, principalmente, nos casos de adolescentes em cumprimento de medida, para que explicitem se possuem conflito com algum bairro e/ou pessoa, pois caso haja o conflito, os profissionais deverão evitar que esses adolescentes se encontrem na instituição, visando não colocar a vida destes em risco.

Destaca-se um atendimento em especial. Tratava-se de um adolescente em cumprimento de Liberdade Assistida. O atendimento se deu na área aberta do CREAS devido ao fato de as salas estarem todas ocupadas. Ele chegou muito tímido. Sentou-se e posicionou a cabeça com o rosto voltado para o chão. Apresentava um sorriso acanhado. De boné, a aba servia para interromper o

contato visual, o que foi motivo de conversa. Foi falado sobre as questões relacionadas ao seu pai: o sofrimento que este já lhe causou e também do ódio que o adolescente diz sentir por causa das várias vezes que já apanhou. O menino diz que descobriu que o pai é usuário de cocaína. Falou do mundo do tráfico, explicou algumas gírias e verbalizou sobre conflitos que ocorriam em seu bairro. Foi mostrada a ele a oportunidade de fazer um curso de informática gratuito e ele se comprometeu a ir conhecer. Levantou-se a ideia de retomar os estudos por meio da participação em uma turma de Educação de Jovens e Adultos (EJA).

O adolescente relatou o desejo de ser reconhecido, de ter coisas que “os meninos têm” e de não querer sair na rua e as pessoas acharem que ele é um nada. Falou-se sobre tipos de reconhecimento e que ele pode ser reconhecido por outros sentidos, sem ser pela via do tráfico. Ele fala do seu gosto pelo funk e diz estar trabalhando em algumas festas como DJ. Por último, vale ressaltar que a conversa só terminou por motivos de tempo, pois o adolescente demonstrou querer falar mais. Aproveitou-se, então, para deixar agendada uma visita domiciliar com o objetivo de prolongar esse contato. Foi em um clima descontraído que se deu o fim do atendimento. Nesse momento, o adolescente já se encontrava com a cabeça erguida (dando para efetuar contato visual) e com um sorriso mais solto.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Mediante o exposto, considera-se que o desenvolvimento desse trabalho permitiu constatar que a atuação do psicólogo nos serviços da assistência social demanda dos profissionais aparatos teórico-metodológicos que ultrapassem a simples adaptação de modelos tradicionais a esse contexto, provocando uma contínua reflexão das práticas em relação às especificidades da Política de Assistência Social. Pois, como afirmam Senra e Guzzo (2012), a atuação do psicólogo em contextos adversos, como em bairros na periferia das grandes cidades, em ocupações ou em favelas, onde vive a maioria do público que essas instituições atendem, requer a elaboração de metodologias alternativas às que são comumente usadas pelos psicólogos.

As experiências vivenciadas permitiram constatar como as visitas domiciliares e grupos de acolhimento são importantes para a consolidação dos vínculos tanto entre usuários do serviço e profissionais, quanto entre os membros que compõem a família, uma vez que se constituem como espaços de construção e desdobramentos das demandas que são trazidas pelos mesmos à medida em que o vínculo de confiança é fortalecido .

Dessa maneira, o estudo da política cada vez mais articulado com o singular proporciona a construção de diretrizes que apesar de universais não desconsideram a individualidade do sujeito, mas que também não reproduzem práticas individualizantes que fogem às propostas do

SUAS. O desafio está em garantir um atendimento singular, que leve em conta as especificidades dos sujeitos e suas famílias, sem perder de vista o coletivo como referência.

A relevância desse relato se dá justamente por meio do exercício da reflexão, construção de conhecimentos que se apliquem à família e ao contexto no qual ela se insere e a realidade dos profissionais que atuam nesses espaços, bem como do estágio realizado, subsidiando conhecimentos que contribuam para a melhoria da qualificação acadêmica do psicólogo na área de Políticas Públicas.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Política Nacional de Assistência Social, PNAS/2004. Norma Operacional Básica NOB/SUAS. 2004. Disponível em: < <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/publicacoes-para-impressao-emgrafica/politica-nacional-de-assistencia-social-2013-pnas-2004-e-norma-operacional-basica-de-servico-social-2013-nob-suas>> Acesso em: 07 set. 2012.

COSTA, Liana Fortunato; BRANDAO, Shyrlene Nunes. Abordagem clínica no contexto comunitário: uma perspectiva integradora. **Psicol. Soc.**, Porto Alegre, v. 17, n. 2, ago. 2005 . Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-71822005000200006&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822005000200006&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 08 set. 2012.

COUTO, Maria Cristina Ventura; DELGADO, Pedro Godinho. Intersetorialidade: uma exigência da clínica com crianças na Atenção Psicossocial. Considerações Preliminares. In: LAURIDSEN-RIBEIRO, E e TANAK, Y. (org). **Atenção em Saúde Mental para crianças e adolescentes no SUS: contribuições para uma prática responsável**. São Paulo: Hucitec, 2010.

HILLESHEIM, Betina; CRUZ, Lílian Rodrigues da. Risco, vulnerabilidade e infância: algumas aproximações. **Psicol. Soc.**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, Aug. 2008 . Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-71822008000200006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822008000200006&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 01 set 2012.

MACEDO, Joao Paulo et al . O psicólogo brasileiro no SUAS: quantos somos e onde estamos?. **Psicol. estud.**, Maringá, v. 16, n. 3, Sept. 2011 . Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-73722011000300015&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722011000300015&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 08 set. 2012.

SENRA, Carmem Magda Ghetti; GUZZO, Raquel Souza Lobo. Assistência social e psicologia: sobre as tensões e conflitos do psicólogo no cotidiano do serviço público. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 24, n. 2, Aug. 2012 . Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-71822012000200006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822012000200006&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 02 set. 2012.

SOARES, Janete; SUSIN, Luciane e WARPECHOWSKI, Marisa. A clínica ampliada na assistência social. In: CRUZ, L. e GUARESCHI, N. (org). **Políticas públicas e a assistência social**. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

XIMENDES at all. **Problematizações da Psicologia na Assistência Social**. In: *Anais do XIV Encontro Nacional da ABRAPSO – Trabalhos Completos*. Disponível em: <[http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/anexos/AnaisXIVENA/conteudo/busca\\_completos\\_result.htm?srchtxt=problematiza%E7%F5es+da+psicologia+na+assistencia+social&srchlst=js%2F](http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/anexos/AnaisXIVENA/conteudo/busca_completos_result.htm?srchtxt=problematiza%E7%F5es+da+psicologia+na+assistencia+social&srchlst=js%2F)>

completos%2Fbd\_completos\_politica.js&redirecionar=\_top&sitesporpg=10&pagina=0>.  
Acesso em: 05 set. 2012.

XIMENES, Verônica Moraes; PAULA, Luana Rêgo Colares de; BARROS, João Paulo Pereira. Psicologia comunitária e política de assistência social: diálogos sobre atuações em comunidades. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 29, n. 4, dez. 2009 . Disponível em<[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S141498932009000400004&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141498932009000400004&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 08 set. 2012.

## **ARTIGO 5: EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS – EDH: METODOLOGIAS UTILIZADAS NA EDUCAÇÃO NÃO FORMAL PARA ADOLESCENTES E JOVENS.**

Maria Eliana Rodrigues de Assis<sup>22</sup>

### **Resumo**

Educação em Direitos Humanos é tudo o que envolve o nosso meio social, compreendendo o conhecimento como algo capaz de melhorar a vida diante dos problemas da realidade. Podemos considerar as escolas, os programas e os projetos sociais, a exemplo do Programa Projovem Adolescente desenvolvido no Município de Vitória-ES/BR, como espaços privilegiados para a construção da cidadania, pois neles é possível educar para o necessário convívio harmonioso<sup>23</sup> e assim garantir o respeito aos Direitos Humanos. O que pode ser realizado principalmente trabalhando com mediações de conflitos, e o respeito às diferenças humanas no sentido de prevenir as manifestações da violência e de fortalecer os vínculos familiares e comunitário.

O aprendizado em Direitos Humanos dentro dessas instituições deve conjugar as experiências dos indivíduos com as ações coletivas, favorecendo a construção cooperativa do conhecimento através da compreensão e da interpretação da realidade de cada um.

Neste sentido passa a ser um compromisso nacional sob forma de políticas públicas com a EDH. No entanto para se garantir as especificidades da EDH, será necessária a escolha de uma metodologia de ensino adequada ao desenvolvimento da mesma, considerando os novos paradigmas que refletem as profundas transformações sociais, culturais, tecnológicas que influenciam nossa maneira de conceber e de nos relacionarmos com o mundo no qual vivenciamos.

---

<sup>22</sup> Graduada em Serviço Social (Metodista, 2008), com Pós-Graduação em Políticas Sociais –Tema de monografia: O perfil dos jovens atendidos pela Política públicas de juventude no âmbito da gerência de Promoção Social da Juventude no Município de Vitória, também atua como diretora administrativa do Instituto Tamo Junto [www.institutotamojunto.org.br/](http://www.institutotamojunto.org.br/). Contato: [mariaeliana\\_rodrigues@hotmail.com](mailto:mariaeliana_rodrigues@hotmail.com).

<sup>23</sup> Harmonia não no sentido da ausência de conflitos, já que as diferenças existem.

A sociedade da informação e do conhecimento traz novas demandas à educação formal, como também a educação não formal, onde a suposta e forçada homogeneidade nas salas de aula, e nos grupos sociais cede espaço à diversidade.

Nesta linha de pensamento o objetivo deste artigo é apresentar metodologias ativas e participativas, que empregam diferentes linguagens, e utilizam a promoção do diálogo entre diversos saberes no processo de aprendizagem, tendo como referência fundamental a realidade social e as experiências cotidianas dos adolescentes e jovens.

**Palavras Chave:** Educação, Direito Humanos, Metodologia, Adolescentes, Jovens.

## 1. EDH NA EDUCAÇÃO NÃO FORMAL: A RELAÇÃO EDUCADOR E EDUCANDO

Como bem coloca a doutora em educação, Ana Klein (2010, p.4) “não são mais os estudantes que devem se adaptar aos métodos e conteúdos; devemos, agora, buscar métodos e adequar os conteúdos à lógica da aprendizagem humana”.

Ainda sob a perspectiva de Klein “A aprendizagem que ocorre em um dado momento é a síntese de tudo o que o educando traz consigo: suas capacidades, sua história, seus conhecimentos e seu estado psíquico”. Há também, segundo a mesma, aquilo que o/a educador/a traz: suas capacidades, seus conhecimentos, também sua pedagogia. Porém é necessário que ambos (as) tenham disposição para aprender o novo, ou seja, ter vontade de descobrir, ter curiosidade pelo novo e ser capaz de incorporar os novos conhecimentos (e saberes) à sua vida.

Esse novo paradigma é centrado no educando e na aprendizagem ativa que privilegia o desenvolvimento da autonomia do sujeito aprendiz em relação à construção de seu próprio conhecimento e que ao mesmo tempo valoriza o trabalho em equipe na educação não formal<sup>24</sup>, fortalecendo assim a aprendizagem. E esse paradigma é que será aqui abordado.

Verifica-se que a educação escolar precisa rever seus objetivos psicopedagógicos e sua metodologia de trabalho, pois as crianças já chegam à escola com alguma base de conhecimento e informação científica e social, adquirida em outras fontes cotidianas de cultura, principalmente

---

<sup>24</sup> Segundo Manuel Alves Filho “Um grupo de pesquisadores da Michigan State University, nos anos 70, inicialmente define o termo por antagonismo a educação formal-escolar, apontando o caminho inverso na construção de sua via, pontuando as diferenças em termos de flexibilidade maior em relação a: estrutura dos programas, formas dos conteúdos abordados, investimento temporal, fornecimento de uma certificação, locais de acontecimento, métodos utilizados, participantes envolvidos, tendo papel complementar ao sistema formal-escolar, como uma alternativa e como papel suplementar na educação”.

a família, os meios de comunicação de massa e as novas mídias. Essas fontes participam da formação da criança com informações sobre os valores, hábitos, normas, regras e saberes na chamada primeira infância, época na qual uma parte do caráter permanente da pessoa se estrutura.

Conforme Ana Klein (2010, p.9) “a pergunta que deve guiar as práticas educativas deixa de ser “como se ensina?”, passando a ser “como o aluno aprende?”. O conhecimento científico e a habilidade didática na elaboração e execução de um planejamento pedagógico podem ser planejados e elaborados com a participação dos educadores e educando, facilitando o alcance de resultados a partir do conceito de coletividade<sup>25</sup>. Segundo a autora (idem: p.5) “O conhecimento tem que ser compreendido como em constante construção”. Sendo assim, o meio físico e social é uma questão que deve ser levada em consideração no processo de aprendizagem dos/as adolescentes /jovens.

É claro que a aprendizagem é mais efetiva quando se privilegia a relação do educando que aprende com seus pares e principalmente quando a atuação se dá dentro de um contexto que evoca a prática, ou seja, saber utilizar o conhecimento adquirido dentro de um contexto real. Daí ser interessante elaborar metodologias que cumpram a função de transformar idéias/concepções em práticas pedagógicas.

Também é interessante utilizar e envolver os vários espaços de abrangência da instituição e os demais aparelhos que existem na comunidade, pois precisamos conhecer a historicidade do educando, o meio em que vivenciam o cotidiano, sua comunidade, suas relações sociais, seus espaços para além das instituições. Buscando interagir e fomentar a participação política e social local.

A Educação em Direitos Humanos deve levar à compreensão do conhecimento como algo capaz de ampliar a qualidade de vida. Se por um lado o conhecimento existente é utilizado para entender e atuar no cotidiano, por outro deve ser capaz de produzir um novo conhecimento, pelo estímulo à investigação sobre novas formas de se compreender e atuar num mundo em constante transformação.

Ao admitirmos que o sujeito aprende fazendo e assumindo um papel ativo na sua aprendizagem há de se ressaltar metodologias bastante interessantes e participativas, que valorizam a

---

<sup>25</sup> Segundo Ana Klein (2010,p.10) despertar nos indivíduos o sentimento de que cada um foi parte integrante de um trabalho coletivo, imprimindo a esta realização conjunta o senso de responsabilidade, cooperação e prazer, tidos como essenciais á participação coletiva e social.

cidadania, a integração, o capital social, os valores, a pro- sociabilidade, o conhecimento e a responsabilidade.

## 2. AS DIFERENTES “JUVENTUDES” NA EDUCAÇÃO NÃO FORMAL

Para se discutir a problemática da educação não formal é necessário retratar os vários olhares e as produções teóricas acerca do conceito de “juventude”. Os estudos atuais definem quatro perspectivas diferentes para se compreender o fenômeno juvenil. Este é composto de elementos, tanto do sujeito em si (o jovem) quanto do contexto social no qual este sujeito se insere. Dentre estes elementos destacam-se os relacionados à idade, sexo, etnia, formação, ocupação/trabalho, estilo de vida e as condições juvenis.

Essas quatro abordagens de juventude são assim definidas:

“**a juventude como período preparatório:** nesta primeira abordagem, a juventude aparece como período de transição entre a infância e a idade adulta, gerando políticas centradas na preparação para o mundo adulto [...] **a juventude como etapa problemática.** O sujeito juvenil aparece a partir dos problemas que ameaçam a ordem social ou desde o déficit nas manifestações de seu desenvolvimento. Neste sentido, as questões que emergem são aquelas relativas a comportamentos de risco e transgressão [...] **o jovem como ator estratégico do desenvolvimento:** a visão do jovem como ator estratégico do desenvolvimento está orientado à formação de capital humano e de outros, como os de classe, raça, etc., que atravessam tanto os adultos como os jovens [...] **a juventude cidadã** como sujeito das políticas é compreendida como etapa singular do desenvolvimento pessoal e social, por onde os jovens passam a ser considerados como sujeitos de direitos e deixam de ser definidos por suas incompletudes ou desvios” (ABRAMO; LEON, 2007, p.20-22).

Assim, falar de juventude hoje é considerar as várias diferenças e contextos diferenciados e, às vezes dicotômicos que a mesma apresenta na sociedade. Para Dayrell (2007, p.40), “nos deparamos no cotidiano com uma série de imagens a respeito da juventude que interferem na nossa maneira de compreender os jovens”.

Neste sentido, para entender os adolescentes e as várias juventudes é preciso procurar compreendê-las como parte de um processo mais amplo de constituição de sujeitos, que têm suas especificidades marcadas por um conjunto de variáveis que se produzem e reproduzem dentro do contexto social. Assim, podemos dizer que não existe um único modo de ser adolescente/jovem, mas uma multiplicidade de formas diferenciadas. No entanto tomar os jovens como sujeitos de direito é reconhecê-los como atores significativos na elaboração e formulação das Políticas Públicas, é romper a ótica de perceber a juventude como uma categoria social homogênea, é compreender assim, que não há apenas uma juventude, mas várias juventudes que necessitam de ações e políticas diferenciadas.

Como afirma Abramo (2006, p. 03),

“tomar o jovem como sujeito de direitos, significa, portanto, em primeiro lugar, reconhecer a especificidade de sua condição e a singularidade da sua experiência geracional; significa também olhar suas demandas como relevantes e pertinentes ao debate público”.

Desta forma é importante reconhecer que para abordarmos a Educação em Direitos Humanos com diversos grupos juvenis, é preciso elaborar junto com eles, metodologias a partir dos seus espaços sociais, de suas relações, seus convívios familiares e comunitários, visto que, esta reflexão coloca a importância de pensar o sujeito dentro do seu contexto social, levando em consideração suas condições de vida.

Entretanto, o que se verifica é que muitas políticas destinadas a atender jovens, acabam se pautando numa visão de juventude enquanto um problema para a sociedade. Abramo (2003) descreve ainda, que os espaços para jovens têm sido pensado com a ótica de controle social e guarda, e de ocupação do tempo livre, marcada pela lógica de espaços protegidos voltados a ações complementares à escola.

Inclusive nas instituições de medidas sócio educativas em nosso país, conforme Patrícia Marques (2008, s/p.),

“o sucesso do sistema socioeducativo, em prol dos adolescentes, depende da execução de medidas que forneçam condições pedagógicas, com metodologias reintegrantes ao meio social, em conjunto a políticas públicas que lhe garanta a alimentação, educação, saúde, cultura, lazer, profissão, aliados à realização de atitudes e ações beneficiárias do Estado, sociedade e família em proveito da transformação da realidade do sujeito”.

É preciso que nossos adolescentes e jovens desenvolvam habilidades para interferir de forma positiva na realidade onde vivem e para desenvolver projeto de vida, com base em uma metodologia de capacitação teórica e prática dotada de ações criativas, dinâmicas e críticas na área de Saúde, Cidadania, Direitos Humanos, Meio-ambiente, Cultura, Esporte e Turismo. Metodologia desenvolvida a partir do cotidiano comunitário, familiar, considerando sempre a

história de vida de cada um, seus conhecimentos e a realidade do contexto social a que estão submetidos.

Assim provavelmente alcançaremos maior eficácia nos resultados obtidos, realizaremos intervenções que favoreçam a produção de diferentes formas de sociabilidade além da aquisição de um conjunto de conhecimentos e habilidades que a possibilite tornar-se protagonista de sua própria história.

Para estabelecer vínculo e criar canais de diálogo e participação nos grupos de educação não formal, é importante demarcar esses espaços pela identidade<sup>26</sup> juvenil, respeitando as diversas linguagens para que os jovens sintam-se parte deste grupo. Nesta direção, Schmidt e Durand (2004, p 241), registram que “com o enfoque das diversidades” e das diferenças, entenderemos, os jovens como sujeitos de direitos que vivem e se constituem na contemporaneidade em complexos contextos sociais e educativos, construídos historicamente e culturalmente, mediados por significações sociais de seu mundo.

### **3. METODOLOGIA APLICADA NA EDUCAÇÃO NÃO FORMAL NO COLETIVO JUVENIL PROJovem ADOLESCENTE NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA/ES.**

O Projovem Adolescente é caracterizado como um Serviço Socioeducativo (educação não formal), integrante da Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) MDS - Ministério de Desenvolvimento Social em parceria com a Prefeitura Municipal de Vitória. Têm como meta estimular o Protagonismo Juvenil, auxiliando os jovens entre 15 a 17 anos a compreender que é possível planejar e construir seu próprio futuro. Como também, entender e buscar nossos direitos e praticar nossa cidadania.

Os coletivos juvenis são espaços de aprendizado onde os jovens possam vivenciar e ampliar sua concepção de mundo e de sociedade. Como afirma Pais (1993), “é no cotidiano que os múltiplos aspectos da vida social se revelam.”

A metodologia utilizada com a temática “Juventude e Direitos Humanos” nas atividades sócio educativas no Projovem Adolescente têm como objetivo proporcionar um conhecimento sobre os nossos direitos e deveres, provocando novas percepções e novas formas de agir: diante do mundo e do outro, valorizando os princípios de respeito, tolerância, justiça e solidariedade.

---

<sup>26</sup> A identidade é caracterizada essencialmente pela forma como nos vemos, ou seja, é um sentido do “eu”, conjugada com a forma como os outros nos vêem. Em meio às constantes transformações vividas, cada vez mais a construção da identidade é dinâmica e instável, pois somos objetos de uma construção de uma identidade própria e também colaboradores de uma identidade coletiva.

Partimos da compreensão que o processo educativo é uma ação permanente na vida de cada um e que a gente aprende e ensina o tempo todo e em todos os lugares. Sendo assim, utilizamos a cidade como forma de aprendizagem sobre a temática “Direitos Humana”, buscando possibilitar a apreensão desses conhecimentos por uma via não escolarizada, onde os jovens criam e recriam diversos modos de ser jovens no dia a dia.

Através das atividades sócias educativas, intervirmos numa educação tomada em seu sentido mais amplo, o da aprendizagem ao longo da vida individual e coletiva, o de um conhecimento que traz em si a sustentabilidade como base da convivência entre as pessoas, familiares e o seu território.

Sendo assim, trabalharmos por meio de atividades articuladas aos territórios de abrangência dos Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, congregando ações conjuntas entre as redes sócioassistencias locais.

No traçado metodológico do Projovem Adolescente um dos eixos estruturantes é a participação cidadã. Assim, a metodologia visa o desenvolvimento integral dos jovens, articulando as diversas etapas de sua vida como indivíduo, como profissional e como cidadão e proporcionando vivências e práticas socioeducativas que possibilitem o desenvolvimento de habilidades para construção de projetos de vida pessoais e coletivos.

Na medida em que utilizamos nossa metodologia com a temática “Direitos Humanos” aprendemos que ensinar e aprender a ser cidadão não são só uma questão de adquirir informações novas, mas de assumir também novas atitudes e comportamentos na relação entre seres humanos.

### **3.1 Exemplo de Metodologia (01):**

Imagina-se um grupo com média de 25 participantes (adolescentes/ jovens), moradores numa determinada comunidade periférica, onde a maioria frequenta a mesma escola e os mesmos espaços sociais existente no bairro e que participam de um projeto social desenvolvido pelo o Poder Público, assim como o Projovem Adolescente. A partir de um diagnóstico identifica-se que na comunidade desses adolescentes/jovens circula um jornal informativo, como também, outros jornais da cidade. Diante dessa informação busca-se utilizar essas fermentas como estratégias educativas.

Por exemplo, pode-se utilizar os jornais como forma de informações referente à violação de direitos humanos em nosso município, onde os adolescentes/jovens vivem e presenciam todos os dias situações referentes aos anúncios postos no meio de comunicação (jornal). Além disso, as matérias publicadas incluem tipos e gêneros textuais diferentes, presentes no convívio social

e na vida dos adolescentes: artigos de opinião, poesias, notícias, charges, recados, bilhetes, cartas, crônicas, contos, diários, receitas, entrevistas, histórias em quadrinhos, resenhas (livros, filmes), adivinhações, charadas, dicas de saúde, esporte e trabalho, que poderão desenvolver a capacidade argumentativa e crítica dos adolescentes/ jovens.

- Solicitar que os participantes concordem ou discordem de um texto ou notícia através de argumentos;
- Identificar as matérias com informações sobre violação de direitos humanos;
- Pedir que estabeleçam a distinção entre opinião e fato;
- Explicitar suas posições referentes às opiniões relatadas;
- Incentivar a produção de um jornal informativo, com os resultados alcançados referentes à construção dos textos a partir de suas opiniões sobre a temática “violação de direitos humanos”, e que os mesmos façam circular na escola e na comunidade local.

A finalidade desta metodologia é desenvolver um trabalho a partir das próprias idéias dos adolescentes / jovens, aproximando-os da leitura e da escrita e identificando no cotidiano de sua cidade várias informações que desrespeitam aos Direitos Humanos, tendo por base o que foi relatado no início do artigo, que Educação em Direitos Humanos é tudo que abrange o nosso meio social.

Outro grande diferencial é a diversificação na metodologia de trabalho com grupos de educação não formal, onde há autonomia dos participantes nas escolhas das diversidades de textos que podem ser explorados, possibilitando o desenvolvimento do senso crítico dos mesmos.

Portanto, essa metodologia favorece uma melhor aprendizagem desses/as adolescentes/jovens, pois os/as mesmos/as visualizam com mais rapidez e precisão o porquê da importância de Educação em Direitos Humanos - EDH, se identificando como sujeitos das ações, além de produzirem o produto final através de suas próprias idéias. Isso potencializa o educando e fortalece a afetividade de todo o grupo.

### **3.2 Metodologia (02):**

Atividades que conduzem os/as adolescentes a fazerem uma reflexão sobre suas condutas éticas, não só no espaço de convivências institucionais, como também no seu convívio cotidiano. Trabalhar com os/as adolescentes/jovens o conceito de valores éticos, levando em consideração as mudanças decorrentes do tempo histórico, a partir de vivências e de convivências no contexto social.

Exemplo: os/as adolescente/jovens, dos coletivos juvenis do Projovem Adolescente, entrevistarão seus familiares (pais, avós, tios, e outros), sobre assuntos referentes aos direitos humanos e os valores éticos, respaldando suas percepções no decorrer do tempo, identificando os valores que passaram por mudanças. Esta atividade proporcionará aproximação maior entre adolescentes e familiares, pois irão utilizar o dialogo como forma de interação social entre duas pessoas ou mais, no qual permite que os/as adolescentes/jovens realizem observações e interpretações para construção de conhecimentos e formações sob determinados aspectos da realidade. Como mencionado acima, a “Educação em Direitos Humanos é tudo que abrangem o nosso meio, pois o saber pode ser utilizado para lutar contra os problemas e limitações da realidade. Assim, através das informações adquiridas pelos/as entrevistadores/as podemos elaborar:

- Revistas em quadrinhos, em forma de diálogos;
- Construir um varal de poesias com a temática EDH;
- Informativos com palavras cruzadas;
- Oficinas de áudio visual (durante a entrevista), ou fotografia com os entrevistados.

Enfim, usando a criatividade para alcançar o objetivo comum a todos, realizando reflexões sobre o olhar do outro em relação à razão e aos valores éticos, moral e que proporcione uma ampliação de consciência sobre questões vivenciadas no cotidiano relacionado aos Direitos Humanos.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Pode-se concluir que, é possível apresentar metodologias ativas e participativas inerente ao conhecimento referente à temática Educação em Direitos Humanos, na educação não formal. É válido salientar, que o importante na metodologia aplicada é saber utilizar, o espaço, as idéias, a criatividade, o momento presente e real, valorizando as ações cotidianas dos sujeitos, as quais venham fortalecer os vínculos familiares e comunitários através de olhares mais sensíveis sobre o cenário urbano e todas as suas contradições, proporcionando o entendimento teórico e prático sobre o que seja justiça, moral, leis, e, em suma, Direitos Humanos.

#### **REFERÊNCIAS**

ABRAMO, Helena Wendel; LEÓN, Oscar Dávila. **Juventude e adolescência no Brasil:** referências conceituais. São Paulo: Ed. Ação Educativa, 2007.

ABRAMO, Helena Wendel; LEÓN, Oscar Dávila. **Juventude e adolescência no Brasil:** referências conceituais. São Paulo: Ed. Ação Educativa, 2006.

ABRAMO, Helena Wende; FREITAS, Maria Virginia de; SPOSITO, Marília Pontes.(Org.) **Juventude em debate**.2.ed. São Paulo: Cortez, 2003.

ARENDT, Hannah; **O que é política**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil LTDA,2010.

CAVALCANTE, Patrícia Marques. **As medidas socioeducativas impostas ao adolescente infrator segundo o eca**: verso e anverso, Fortaleza Junho-2008, Monografia Disponível em: <[http://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id\\_dh=711](http://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=711) Acesso em: 01 novembro de 2011

DAYRELL, Juarez. Universidade Federal de Minas – **Juventude – Socialização – Cultura Juvenil – Sociabilidade**, Minas Gerais, 2007.

FILHO, Manuel Alves. **Jornal da Unicamp**: Universidade Estadual de Campinas – 13 a 19 de agosto de 2007, Disponível em: < <http://www.unicamp.br/> Acesso em: 15 novembro de 2011

KLEIN, Ana Maria. “**Educação em Direitos Humanos e Metodologias Ativas de Aprendizagem**”, 2010.

PAIS, J.M. Nas rotas do cotidiano.Revista Crítica de Ciências Sociais, Coimbra, n.37, p.105-115, 1993.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; Durand, Olga Celestina da Silva. **Perspectiva**: Revista do Centro de Ciências da Educação, volume 22. Florianópolis: UFSC, 2004.

## **ARTIGO 6: CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS FAMILIARES E COMUNITÁRIOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO SUAS VITÓRIA**

Eliana Moreira N. Garcia<sup>27</sup>  
Fabiola Barbosa da Silva<sup>28</sup>  
Fernanda Alves dos Santos<sup>29</sup>  
Lívia Dias Pereira<sup>30</sup>  
Mirella Loterio Siqueira<sup>31</sup>

### **1- Introdução**

O presente trabalho discute o tema da Convivência e Fortalecimento de Vínculos Familiares e Comunitários. Toma-se como referência as normativas legais expressas na Constituição Federal – CF (1988), Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (1990), Política Nacional de Assistência Social - PNAS (2004), Sistema Único de Assistência Social – SUAS (2005), o Sistema Municipal de Assistência Social do Município de Vitória – ES (2012).

---

<sup>27</sup>Bacharel em Serviço Social (UFF), Mestre em Políticas Sociais (PUC-RJ), Assessora do Serviço de Acolhimento Institucional da Secretaria de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Vitória/Professora do Curso de Serviço Social da Faculdade Emescam. [emngarcia@gmail.com](mailto:emngarcia@gmail.com)

<sup>28</sup> Bacharel em Serviço Social (UFES). Especialista em Administração Hospitalar (Unaerp-Ribeirão Preto).Coordenadora do Creas (Vitória-ES.). [fabiolabiavv@yahoo.com.br](mailto:fabiolabiavv@yahoo.com.br)

<sup>29</sup> Fernanda Alves dos Santos, Discente em Ciências Sociais (UFES). [fernandaados@gmail.com](mailto:fernandaados@gmail.com)

<sup>30</sup> Bacharel em Serviço Social (Faculdade Emescam). [liviadiasjd@hotmail.com](mailto:liviadiasjd@hotmail.com)

<sup>31</sup> Bacharel em Serviço Social (UFJF), Mestre em Serviço Social (UFJF), Coordenadora de Acolhimento Familiar da Secretaria de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Vitória. [mirellaloterio@hotmail.com](mailto:mirellaloterio@hotmail.com)

A relevância do tema está relacionada à importância da família no processo de proteção e desenvolvimentos de seus membros, dos vínculos familiares, da necessidade de enfrentamento às violações de direito, que muitas vezes acontece no espaço doméstico.

Cabe ao Estado em Suas diferentes esferas de governo oferecer condições à família, uma vez esta representa o locus privilegiado de proteção e socialização dos indivíduos, e quando na sua ausência, a família substituta deve exercer esta função.

O município adota as diretrizes da PNAS/SUAS, que tem como centralidade a família, na formulação e execução da política de assistência social por meio de benefícios, programas, projetos e serviços. E mais, o SUAS Vitória estabelece a garantia da convivência familiar e comunitária e a responsabilidade do poder público ofertar respostas no sentido de fortalecer os vínculos familiares (BRASIL, 2012).

Este trabalho objetiva investigar em que medida a execução da política de assistência social no município contribui para o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários de crianças e adolescentes. Especificamente visa investigar quais são as intervenções dos técnicos que atuam na Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade no fortalecimento da convivência familiar e comunitária, seja em situação de fragilidade ou rompimento de vínculos. Isto é, apreender as respostas que as equipes técnicas dos serviços oferecem na perspectiva da garantia deste direito.

## **2- O trabalho com famílias no Suas na perspectiva da convivência família e comunitária**

### **2.1 – Direito a convivência familiar e comunitária**

O direito a convivência familiar e comunitária é um princípio garantido na Constituição Federal (1988), art. artigo 227 e Estatuto da Criança e do Adolescente, reafirma esta direção (1990, art. 4º).

Assim, o direito a convivência familiar e comunitária coloca-se como forma privilegiada de proteção social e mais, significa que crianças e adolescentes têm o direito de crescer num ambiente acolhedor e de serem protegidos pelo núcleo familiar de origem, ou o qual fazem parte. Neste sentido o Plano Nacional de Proteção, Promoção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (2006) é um marco que reafirma esta diretriz.

Outra orientação decorrente do direito a convivência familiar e comunitária é que crianças, adolescentes e suas famílias têm preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas. política de assistência social, a PNAS e o SUAS representam um avanço quando adotam o fortalecimento da família como eixo estruturante de suas ações.

Desta forma, compreende-se que ao fortalecer a família previnem-se situações de violação de direitos e rompimento de vínculos entre seus entes.

Sabe-se que a violação de direito é uma questão ampla e ultrapassa a condição de pobreza, embora, haja uma relação estreita entre elas.

A realidade de Vitória - ES aponta a existência de violação de direitos nas famílias relacionada à pobreza. Muitas delas recebem como medida de proteção por parte do Sistema de Garantia de Direitos, a retida de crianças e/ou adolescentes do convívio familiar por motivo de negligência<sup>32</sup>. Isto significa que em situações de vulnerabilidade e fragilidade dos vínculos familiares um das respostas do Estado é o rompimento de vínculos e, muitas vezes, a destituição do poder familiar<sup>33</sup>.

Assim, se justifica discutir a temática da convivência familiar e comunitária e o fortalecimento de vínculos, enquanto diretriz do SUAS Vitória, considerando o esforço que o município tem realizado no sentido de ofertar respostas ao enfrentamento da violação de direitos. Tais respostas estão expressas na consolidação da política no município através da sua organização em Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade.

## 2.2 – A Família no contexto da Política de Assistência Social

A Constituição Federal de 1988 regulamenta a Assistência Social como direito do cidadão e dever do Estado, integrante do padrão de Seguridade Social brasileiro. A intervenção estatal visa construir respostas às desigualdades e injustiças sociais, que decorrem de um processo complexo relacionado à forma de organização econômica, social, política e cultural. A PNAS/SUAS oferece algumas respostas, no entanto, a questão é ampla e requer o seu enfrentamento em diferentes esferas da sociedade.

Segundo a PNAS, o objetivo da política é enfrentar a vulnerabilidade e o risco; estas são situações que decorrem de:

perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e/ou no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado formal e

---

<sup>32</sup> Em relação à motivação para o acolhimento, segundo guia de acolhimento expedida pela Vara da Infância e da Juventude e relatórios do Conselho, verificamos que a negligência é o motivo de maior incidência para acolhimento de crianças (36,68%) [...] Nesse sentido, observamos que **a negligência é um termo amplo, que mascara outras situações, como por exemplo, a pobreza.** (VITÓRIA, 2011) (grifos nossos).

<sup>33</sup> O Relatório de Gestão da SEMAS/PMV de 2011 aponta um dado significativo: aproximadamente 85% de crianças e adolescentes inseridos nos serviços de acolhimento possuíam famílias atendidas nos serviços da rede que não foram suficientes para bloquear ações de rompimento de vínculos.

informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social (BRASIL, 2005, p. 33).

A PNAS/SUAS toma como referência a família, independente do seu modelo ou formato e o território. Entende que a família tem papel preponderante no desenvolvimento, cuidado e proteção aos seus membros,.

Sabe-se que uma parcela significativa das famílias brasileiras vivem processos de exclusão social. As diretrizes da PNAS afirmam que é necessário superar a focalização, especialmente aos grupos que se encontram em situação de extrema vulnerabilidade, e ofertar políticas por meio de serviços e benefícios, de modo a potencializar a família.

Em relação ao território compreende-se que é neste que o indivíduo alcança visibilidade. O município tem papel fundamental em relação ao reconhecimento dos cidadãos e de suas demandas, e assim deve promover uma gestão capaz de incorporar, particularmente a dos segmentos excluídos.

Visando o fortalecimento da família no âmbito do território a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009) renomeia, reordena, padroniza e orienta os serviços socioassistenciais. Estabelece condições e formas de acesso dos usuários e formas de encaminhamento às necessidades sociais. Também define a necessidade de equipamentos onde devem ser realizados os serviços socioassistenciais, de acordo com cada complexidade. Quanto ao funcionamento dos serviços para atendimento ao público estes devem ser adequados às necessidades dos usuários, por meio de horários e dias da semana compatíveis.

A Tipificação aponta a necessidade de articulação em rede, no sentido de não reduzir a necessidade do usuário ao que a política oferece, pelo contrário há necessidade da completude entre as outras políticas. Indica a conexão de cada serviço com outros serviços, programas, projetos e organizações dos Poderes Executivo e Judiciário e organizações não governamentais. (Brasil, 2009, p.5).

Em relação à organização dos serviços, na Proteção Social Básica - PSB, o Centro de Referência da Assistência Social - Cras é responsável pela organização e oferta de serviços, além de exercer a função de gestão territorial da rede de assistência social básica, de promover a organização e a articulação das unidades a ele referenciadas e o gerenciamento dos processos nele envolvidos (PNAS, 2004). É função do CRAS ofertar serviços socioassistenciais contínuos que visem o fortalecimento das famílias para prevenir a ruptura de vínculos. Em Vitória a rede da PSB conta com 12 Cras atualmente.

Em relação à Proteção Social Especial de Média Complexidade, o Creas – Centro de Referência Especializado da Assistência Social - exerce papel preponderante no enfrentamento às violações de direitos. Este oferece serviços de proteção às famílias e indivíduos com vínculos familiares mantidos, mas que sofreram processos de violação de direitos, decorrentes entre

outros de violência, maus tratos, negligência, abandono, trabalho infantil. O Creas atua na prevenção de processos de ruptura de vínculos familiares e comunitários. O município dispõe de 03 Creas, 01 Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua - Centro POP.

A Proteção Social Especial de Alta Complexidade destina-se ao atendimento de famílias e indivíduos que sofreram violação de direitos e/ou com vínculos rompidos. Oferece atendimento integral (moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido). Em relação ao atendimento de crianças e adolescentes Vitória possui 08 serviços de acolhimento institucional, 02 serviços de acolhimento familiar. Em 2006 implantou o Programa Família Acolhedora, e em 2012 o Serviço de Acolhimento em Família Extensa que objetivam reforçar a perspectiva do direito a convivência familiar e comunitária.

Aponta-se na direção de melhoria dos serviços, já que estes possuem estrutura física e equipes de profissionais para atender aos municípios. Tomam-se como referência os parâmetros estabelecidos pela Política na busca de qualificação dos serviços por meio de respostas técnicas que avancem na perspectiva de atendimentos às demandas, especialmente potencializar e fortalecer os vínculos familiares. E mais, o objetivo é que estas possam resignificar os processos de violação de direitos e violência

Assim, a política aponta o potencial da família, mas reconhece suas fragilidades, assim, é necessário potencializá-la quando os vínculos estão frágeis. Este deve ser o princípio das intervenções profissionais com famílias e indivíduos.

### **2.3 - Metodologia de trabalho profissional: por uma lógica de fortalecimento da família**

Segundo Mioto (2000) as transformações na sociedade contemporânea<sup>34</sup> provocaram mudanças radicais nas famílias<sup>35</sup> que implicaram num processo de fragilização dos vínculos familiares tornando-as mais vulneráveis. Tal situação exige uma mudança na concepção de família compreendendo-a não apenas como instância geradora de cuidados, mas também como espaço a ser cuidado. A autora define a família como *“(...) um espaço altamente complexo. É construída e reconstruída histórica e cotidianamente, através das relações e negociações que estabelece entre seus membros, entres seus membros e outras esferas da sociedade e entre ela e outras esferas da sociedade, tais como Estado, trabalho e mercado.”* (MIOTO, 2010 p.168).

Conforme Mioto (2000, p. 221) o cuidado direcionado às famílias deve ser proposto a partir de duas grandes linhas. Na primeira, os cuidados devem estar voltados à sustentabilidade

---

<sup>34</sup> Estão relacionadas à ordem econômica, à organização do trabalho, ao fortalecimento da lógica individualista, à revolução na área da reprodução humana e à mudança de valores e liberalização de hábitos e costumes.

<sup>35</sup> São mudanças ocorridas na família, destacadas pela autora: empobrecimento acelerado, desterritorialização devido a movimentos migratórios, diminuição da eficiência do setor público na prestação de serviços, enxugamento do grupo familiar, aumento da variedade de arranjos (monoparentais, chefiadas por mulheres, reconstituídas).

das famílias constituindo espaços de cuidado, proteção e referência para elas. Na segunda, deve estar relacionada ao processo de atenção às famílias em vulnerabilidade, propensas a desencadear situações que comprometam a qualidade das relações, ou as que já apresentam expressões de sofrimento. O que implica integralidade entre as políticas, ação continuada e comunicação entre elas.

No campo da proteção social, Mioto (2010) expõe que existem duas grandes tendências no trabalho com famílias: proposta familista e proposta protetiva.

Na proposta familista parte-se do princípio que a família e o mercado são instâncias naturais de satisfação das necessidades dos indivíduos. A intervenção do Estado deve ser forma compensatória e temporária. Em seu bojo está a ideia da falência da família, fundada na incapacidade desta de gerir sua própria vida.

Esta concepção foi desenvolvida no surgimento do ideário capitalista que conformou a concepção de família burguesa. Assim, “foi delegado a ela a responsabilidade pela reprodução social e junto se jogou também para dentro dela os problemas e os conflitos gerados na esfera da produção.” (Mioto, 2010, p.170).

Na proposta protetiva, por sua vez, compreende-se que “a proteção se efetiva através da garantia dos direitos sociais universais, pois somente através deles é possível consolidar a cidadania e caminhar para a equidade e a justiça social.” (Mioto, 2010, p.171). A política pública é compreendida “no sentido de socializar antecipadamente os custos enfrentados pela família, sem esperar que a sua capacidade se esgote”. (Saraceno, 1996 *apud* Mioto (p.171).

Desta forma o trabalho profissional, deve deslocar-se do eixo da busca das causas dos problemas e conflitos para o fortalecimento das famílias, o que implica considerá-las enquanto sujeitos e assim, trabalhar conjuntamente com elas.

A autora afirma que as ações profissionais dirigidas aos cuidados sociais com famílias devem integrar três níveis<sup>36</sup>:

- 1- *Proposição, articulação e avaliação das políticas sociais.* Tem o objetivo de dar sustentabilidade às famílias. Prevê a articulação entre as políticas setoriais, evitando-se o tratamento fragmentado.
- 2- *Organização e articulação dos serviços.* É necessário estabelecer novas formas de relacionamento entre as famílias e os serviços, visto que o ideário da substituição dos cuidados familiares pelas instituições e da visão da família apenas como espaço de cuidados gerou uma cultura de serviço voltado aos objetivos institucionais. (MIOTO, 2000, p. 220).

---

<sup>36</sup> Mioto (2000; 2010) aborda a relação do trabalho com famílias sob a ótica da intervenção do Serviço Social. Entretanto, compreendemos que a análise se estende para todas as profissões envolvidas em ações de cuidados com famílias e, no estudo em questão, aos profissionais do Suas Vitória.

3- *Intervenção das situações familiares.* O objetivo é a identificação de fontes de dificuldades familiares, possibilidades de mudanças e os recursos, da família e do meio social.

Mioto (2010) apresenta dois pontos centrais no processo de trabalho dos profissionais: a interpretação e o atendimento das demandas das famílias.

Em relação às demandas ela explica que estas devem ser compreendidas como expressões das necessidades decorrentes da desigualdade social da organização capitalista. Sendo assim, desvincula-se a satisfação das necessidades sociais à competência ou incompetência individual das famílias. Implica conceber que a responsabilidade de proteção social não está restrita às famílias e, portanto, a solução das questões extrapola as possibilidades individuais.

Concernente, à direcionalidade da ação profissional, a autora coloca que ela deve ser pensada para além da eficiência operativa da instrumentalidade e incorporada ao compromisso ético com a transformação social, que se traduz em conquista e garantia dos direitos.

Em relação ao trabalho com as famílias na perspectiva do Suas, a PNAS estabelece a necessidade dos serviços serem dotados de equipes técnicas para o atendimento com vistas ao acompanhamento familiar que possibilite um espaço de reflexão, a construção de novos projetos de vida e a transformar das relações.

Sabe-se que a resignificação da violação de direitos e a reorganização da vida em família é a principal diretriz da política, portanto, esta é uma necessidade a ser perseguida na intervenção dos profissionais que atuam junto à família.

### **3- Convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes no âmbito do Suas Vitória**

Este tópico trata dos resultados da pesquisa de campo, cujo objetivo foi investigar em que medida a execução da política de assistência social de Vitória contribui para o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários de crianças e adolescentes. Especificamente quais as intervenções dos trabalhadores do suas Vitória no fortalecimento da convivência familiar e comunitária.

Inicialmente foi realizada uma revisão bibliográfica, com base nos principais autores que discutem o tema e a legislação pertinente, o que permitiu o aprofundamento teórico do assunto com base nas categorias convivência familiar e comunitária, família, violação de direitos e metodologia de trabalho profissional.

Optou-se pela entrevista semi-estruturada, na qual o informante tem a possibilidade de discorrer sobre suas experiências a partir do foco principal proposto pelos pesquisadores e, ao mesmo tempo em que permite respostas livres e espontâneas do informante, valorizando a atuação do entrevistador.

Realizou-se a coleta de dados junto a 20% de um universo total de 150 dos profissionais que atuam no Suas Vitória, diretamente no acompanhamento às famílias na Proteção Social Básica, e na Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade. Foram entrevistados 15 profissionais do Cras, 12 do Creas e 3 dos Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes.

Entre os entrevistados, 73% eram assistentes sociais, 24% psicólogos e 3% advogados. Deste total, 90% possuíam especialização.

Em relação ao tempo de exercício profissional, 38% possuíam de 5 a 10 anos, 31% de 3 a 5 anos, 17% até 2 anos e 14% acima de 10 anos. Assim, a maioria dos profissionais possui consolidação no mercado de trabalho, já que 80% se formaram entre o ano 2000 e 2009. Entre os entrevistados, 38% tinham vínculo de trabalho diretamente à PMV – ES, e 62% junto às entidades parceiras.

Atendendo um dos objetivos desta pesquisa destaca-se à compreensão dos profissionais do Suas Vitória quanto ao direito à convivência familiar e comunitária percebemos que a maioria possui uma visão ampla desse direito. Compreendem-no para além do direito garantido em lei como uma forma privilegiada de proteção social, na qual crianças e adolescentes tem o direito de crescer num ambiente acolhedor e de serem protegidos pelo núcleo familiar de origem ou extenso.

Uma profissional destaca a importância da permanência da criança no núcleo de origem e para isso, é necessário o investimento da rede de serviços. Na sua impossibilidade, a colocação em família extensa e por último a família substituta, na modalidade de adoção. Evitando-se assim, o rompimento de vínculos.

Há também aqueles que destacam a valorização da família extensa como possibilidade de convivência familiar, quando a família de origem apresenta alguma impossibilidade para permanecer com sua criança/adolescente. E mais, críticas ao acolhimento institucional como primeira estratégia de proteção, anterior ao investimento nas possibilidades de permanência na família de origem e/ou extensa.

Quanto à compreensão acerca do conceito de Família, os profissionais em sua maioria, definiram família para além do biológico, no entanto, estes apontam uma visão restrita de família, pois não consideram família extensa como família, locus de proteção e estímulo ao desenvolvimento. Porém, a pesquisa aponta que há uma tendência da compreensão de família como locus de proteção, estímulo ao desenvolvimento, e propagação de cultura e trocas.

Aparece uma crítica ao Serviço de Acolhimento em Família Extensa, serviço da Proteção Social Especial de Alta Complexidade, lançado em junho de 2012 no município, programa no qual há uma contribuição financeira e suporte psicossocial para famílias extensas

que assumam a guarda de crianças e adolescentes por determinação judicial. Trata-se de um serviço com pouco tempo de implantação na cidade e ainda em processo de apropriação pela rede.

No que se refere às ações empreendidas pelos profissionais do Suas Vitória para garantir o direito à convivência familiar e comunitária das famílias atendidas, estes responderam de diferentes formas, prevalecendo ações de atendimento em grupos, individual, visitas domiciliares e oficinas.

Um profissional afirma que sua intervenção é realizada por meio de grupos familiares, realizados mensalmente. Este realiza outras ações (atendimento individual, busca ativa, visitas, estudos de caso etc.) junto à família. Reafirmamos a importância de que o profissional compreenda que o conjunto de suas ações contribui no processo de fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. O entrevistado apresenta uma compreensão ampliada de sua intervenção, pois aponta que as ações realizadas se baseiam na diretriz do fortalecimento dos vínculos, cumprindo as atribuições do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – Paif -, que é fortalecer a função protetiva das famílias.

Um profissional afirma que realiza encaminhamentos para a rede, esboçando um trabalho articulado para a garantia de direitos aos usuários, por meio do Paif, que é promover o acesso da família aos direitos, dentre outros.

Sabe-se que as violações de direito, muitas vezes, se apresentam ao Creas de forma agravada. É importante que a rede compreenda e atue na prevenção das violações, antecipando ações de inclusão nos serviços de fortalecimento de vínculos familiares e comunitários para evitar que as violações se concretizem e necessitem da intervenção dos serviços da proteção social especial.

Em relação à questão da intervenção dos profissionais do Suas Vitória em famílias com crianças e/ou adolescentes com violação de direitos, muitos respondem que realizam ações de conscientização, reflexão e inserção dessas famílias, via encaminhamentos, nas políticas de saúde e educação. As intervenções visam despertar e fortalecer os sujeitos por meio do acesso aos serviços oferecidos.

Em sua resposta o entrevistado evidencia a importância das ações em redes intersetoriais, e que as intervenções são o resultado de um trabalho conjunto, mas que nem sempre é possível um acompanhamento sistemático, devido as demais atividades a serem executadas pelo profissional.

O profissional afirma que em caso de violação grave de direito a família nem sempre procura o serviço. Nesta situação, a busca do sujeito via visita domiciliar, é fundamental para intervir com possibilidade de resignificação da violação na família.

Em relação aos encaminhamentos realizados durante a intervenção estes podem ser entendidos como parte da ação mais geral dos profissionais ou como uma ação estanque, isolado de um sistema que tem a função de garantir direitos.

Um profissional afirma que nos casos de famílias com violações, primeiramente encaminha a família para o Conselho Tutelar, depois faz o encaminhamento para os serviços do Creas e Sistema de Garantia de Direitos. Porém, não abandona a família, mas busca acompanhar o seu desenvolvimento.

No processo de gerenciamento do caso, é necessário que o trabalhador realize os encaminhamentos necessários, sem com isso se desligar, ou mesmo repassar o caso. Na medida em que a família e o indivíduo se encontram no território, isto requer uma comunicação entre os serviços para avaliar as respostas ao enfrentamento da situação, evitando assim, a quebra de vínculos e o afastamento definitivo do serviço que originou o atendimento.

Denota-se a importância da ação articulada entre as proteções sociais e outros serviços de maior complexidade.

[...] Por mais que eu não trabalhe sozinho é preciso ficar articulado com parceiros para poder realmente... que essa família possa superar aquela situação e junto a crianças o serviço vai atuar conseguindo que essa crianças volte a convivência familiar com essa família extensa, que possa ser por um período, que ela possa realmente cuidar, trabalhando com essa perspectiva da rede [...] (Assistente Social, Acolhimento Familiar, entrevista 15).

Diversos trabalhadores do Suas compreendem que, sem uma articulação intersetorial não é possível enfrentar as demandas e elaborar respostas eficientes aos indivíduos atendidos. A articulação em rede é uma dinâmica que deve ser buscada constantemente, pois, a política não deve se feita isoladamente.

Quanto ao enfrentamento da violação de direito, percebemos que ainda há uma tendência de alguns profissionais em relacioná-la à situação de pobreza da família. Esta desperta para uma reflexão no tocante a perpetuação da violação de direitos e da relação com o abandono e a pobreza extrema das famílias brasileiras. Assim, muitas destas naturalizam a pobreza e produzem violação, por não terem tido acesso a condições mínimas de sobrevivência.

Compreender e conhecer o papel da rede é fundamental nas ações de prevenção e atendimento às situações de violação de direitos. A eficácia da intervenção tem como premissa compreender todo o sistema existente no território e saber intervir e acionar a rede de modo a atuar preventivamente nas situações de fragilidade ou de rompimento de vínculos.

Após identificar as ações que são empreendidas pelos profissionais do SUAS Vitória na garantia do direito à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes, a pesquisa buscou identificar quais os fatores que facilitam e/ou dificultam a efetivação deste direito nas

famílias atendidas. Em relação às facilidades, apenas 11 profissionais destacaram-nas. Entre as respostas estão: utilização do Sistema de Informação e Gerenciamento da Atenção a Família - Sigaf e Gestão Estratégica de Políticas Sociais - Geps, instrumentos da vigilância socioassistencial; envolvimento da família no serviço; boa relação do serviço com a comunidade; compreensão do papel dos atores da rede; compreensão do usuário que a assistência social é um direito e criação de programas específicos que trouxeram vantagens à convivência familiar e comunitária.

O que facilita é a gente trabalhar em rede: CMEI, Unidade de Saúde, Escola, é ... Com o Creas, então, isso facilita muito, esse trabalho nosso em rede. A gente vai trabalhando junto. (Assistente Social, Cras, entrevista 07).

Na fala acima, o profissional destacou a organização da rede de serviços no município de Vitória como fator que contribui para a garantia da convivência familiar e comunitária. E outro ressaltou que há um número suficiente de recursos humanos.

No que diz respeito à opinião dos profissionais do Suas Vitória quanto aos fatores que dificultam à efetivação da convivência familiar e comunitária das famílias atendidas, ocorreram 28 incidências de respostas. A maioria delas relaciona a questões voltadas à situação de violência e conflito nos territórios, ao trabalho em rede e à situação relacionadas à família numa visão culpabilizadora delas (baixa escolaridade, não procuram emprego, falta de perspectiva familiar, deslocamento no território, não comparecem aos atendimentos, não adesão aos serviços), algumas inclusive relacionadas à pobreza.

Um profissional ressalta a vulnerabilidade social como fator que, uma vez não havendo intervenção das políticas públicas sobre ela, pode gerar situações de violação de direitos. Outro depoimento evidencia que há ausência de políticas para dar conta da injustiça e da desigualdade social.

Alguns profissionais destacaram a fragilidade dos vínculos ou conflitos familiares como fatores dificultadores da convivência familiar e comunitária.

Também a pesquisa aponta que há a defesa do modelo de família nuclear burguesa e uma fragilidade na compreensão de arranjos familiares contemporâneos, especialmente das famílias chefiadas por mulheres.

Um entrevistado reforça, além da criminalização da pobreza, uma visão positivista do enfrentamento à questão social, na qual os indivíduos são responsabilizados pelas suas mazelas e no entendimento de que a resposta à questão social é de ordem individual.

Outros depoimentos destacam a situação de violência no território e no interior da família.

Alguns trabalhadores ressaltaram questões ligadas à gestão do trabalho como dificultadores ao desenvolvimento do serviço como excesso de demanda, associado a poucos recursos para efetivação do trabalho.

Ainda em relação à gestão do trabalho, algumas falas destacaram a dificuldade de agendamento de carro na Central de Veículos Semas, ausência de impressora ou acesso à internet no espaço de trabalho e, em maior incidência, a dificuldade de realização de ligações para celular nos telefones do serviço.

Alguns trabalhadores enfatizaram a importância e o papel da rede na efetivação da convivência familiar e comunitária e defendem a ampliação da rede para a melhoria da qualidade dos serviços.

#### **4- Considerações finais**

A presente pesquisa objetivou investigar em que medida a execução da política de assistência social de Vitória contribui para o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários de crianças e adolescentes. De forma específica, investigar as intervenções dos técnicos que atuam na Proteção Social Básica e na Proteção Social Especial de Média e de Alta Complexidade no fortalecimento da convivência familiar e comunitária; e apreender as respostas que as equipes técnicas do Suas Vitória oferecem na perspectiva deste direito.

Observou-se a tendência de uma compreensão ampla acerca do direito à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes, por parte dos profissionais do Suas Vitória. Mas, ainda percebemos que esta não é uma unanimidade.

A forma como o Suas Vitória está organizado favorece a garantia do direito a convivência familiar e comunitária. No entanto, há necessidade de aprofundar a concepção de que todos os atores (assistência social e demais políticas) possuem papel fundamental na consolidação da garantia desse direito.

Também percebemos a presença da compreensão ideal de família, baseado no modelo nuclear burguês como garantidor de proteção de crianças e adolescentes.

Identificamos que existe entre os profissionais uma dificuldade em compreender as possibilidades da família com situação de violação grave de superá-la. É possível afirmar que o acesso às metodologias de intervenção com famílias deve ser ampliado, já que as violações são recorrentes e passíveis de superação.

Outra informação relevante é a dificuldade de percepção preventiva dos profissionais para acionar a rede de serviços nas situações de fragilidades. A tendência é valorizar as situações de grave violação, e muitas vezes, recorrer à institucionalização como forma de trabalhar as famílias.

Muitos entrevistados apontaram os avanços alcançados pelo Suas Vitória. No entanto, alguns indicam que a sobrecarga de trabalho e a escassez de recursos nos serviços dificultam as intervenções profissionais.

A violência nos territórios também foi apontada como agravadora das violações das famílias atendidas e limitadora da intervenção profissional.

Também verificou-se que os profissionais não acionam o Sistema de Garantia de Direitos como primeira opção de intervenção nos casos de violação de direitos contra crianças e adolescentes, valorizam a potencialidade do território na busca das respostas.

Em relação às metodologias de atendimento com famílias, detectou-se que a consolidação do Suas Vitória requer planejamento, capacitações e articulações entre os atores do território para que estes conheçam as competências do SGD e sejam conhecidas pelas demais políticas existentes na cidade.

A rede de Vitória precisa trabalhar para o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários em todos os ciclos de vida na perspectiva de ampliação da aderência dos usuários a esses serviços com objetivo de garantir a convivência familiar e comunitária.

## 5- Referências Bibliográficas

BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Lei 8.069 de 13 de Julho de 1990.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. *Norma Operacional Básica – NOB/SUAS*. Construindo as bases para implementação do Sistema Único de Assistência Social. Brasília, 2005.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Especial de Direitos Humanos. *Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária*. Brasília, 2006.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome. *Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferências de Renda no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)*. Brasília, 2009.

BRASIL, Prefeitura Municipal de Vitória. Lei nº 8.216, de 16 de janeiro de 2012. *Institui o Sistema Municipal de Assistência Social do Município de Vitória, e dá outras providências*. Vitória, 2012.

MIOTO, R. C. T. Cuidados dirigidos à família e segmentos sociais vulneráveis. UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. *Cadernos Capacitação em Serviço Social e Política Social*. Brasília: CEAD, 2000. Mod.4. (p.215-224).

\_\_\_\_\_. Família, trabalho com famílias e Serviço Social. *Serviço Social Revista*. Londrina, v.12, n.2, jan./jun. 2010. (p.163-176).

SILVA, E. R. A (Coord). *O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil*. Brasília: IPEA/CONANDA, 2004, (416 p.)

### **EIXO 3: VIOLAÇÃO DE DIREITOS E SUA SUPERAÇÃO**

*Por violação de direitos entendem-se como tudo o que atenta aos direitos do cidadão, seja por ações ou omissões, que infrinja normas ou disposição legal, ou contratual, podendo dar-se através de negligência, discriminação, violência, crueldade ou opressão. Este eixo se ocupará das situações pessoais e familiares com ocorrência de contingências/vitimizações e agressões.*

#### **ARTIGO 1: VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER APÓS A DEMUNCIAR O AGRESSOR – O GRITO DE LIBERDADE**

Conceição aparecida Medeiros<sup>37</sup>

#### **RESUMO**

Este trabalho se propõe compreender a situação de mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, fenômeno de ruptura e desequilíbrio familiar e emocional em todos os seus membros. Teve como objetivo central avaliar como funcionam os subsistemas quando se dá a interação violenta na família, especialmente a violência doméstica. A discussão teórica parte do tema violência doméstica se baseia principalmente nas abordagens de Saffioti (2004), Silva (1992) e Lins (2000). Por fim, para legitimar empiricamente as contribuições teóricas oferecidas, realizou-se um estudo de caso em uma unidade de atendimento social de Vitória/ES. Os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas, em mulheres que tiveram atendimento de medida de proteção de urgência – MPU, sendo posteriormente tratados por meio da análise de conteúdo. A pesquisa indicou que a violência doméstica contra a mulher é o reflexo de uma série de expressão da questão social, que envolve o acesso à saúde, planejamento familiar, educação, precarização do trabalho e a falta de oportunidades, além da cultura patriarcal e do machismo. Além disso, pode se perceber que o segredo faz parte dos fenômenos sistêmicos dos quais estão ligados os relacionamentos familiares e que os profissionais de serviço social em geral precisam levar isto em consideração o que poderá possibilitar oportunidades de crescimento pessoal com os membros da família envolvidos, criando uma ponte interpessoal com os envolvidos na terapia.

**Palavras Chave:** Violência Doméstica, Lei Maria da Penha, Medidas Protetivas de Urgência-MPU.

#### **1. INTRODUÇÃO**

---

<sup>37</sup> Pós-Graduada em Terapia Familiar e Políticas Sociais de Atenção à Família, pela Faculdade Unida de Vitória.

Partindo do princípio de que a violência doméstica não é mais uma questão privada, e sim um objeto de preocupação social, este tem como objetivo geral revisar a questão da violência doméstica e familiar, tendo como objetivo específico descrever o perfil da mulher vítima de violência doméstica e as particularidades das agressões sofridas, descrever e analisar os tipos de violência doméstica mais sofrida pelas mulheres em seus lares.

Este estudo faz considerações relevantes acerca da violência doméstica e familiar, conceitos que interligado constituem fatores que predis põem a mulher à violência, bem como a efetivação da política da mulher, a implementação da Lei Maria da Penha. Medidas Protetivas de Urgência-MPU

Quanto ao referencial teórico foram utilizadas bibliografias indicadas sobre o tema, tendo sido consultadas obras como: Heleieth I. B. Saffioti, Bárbara M. Soares, Regina Navarro Lins dentre outras, que abordam em sua literatura as relações de gênero e patriarcado, retratado na violência doméstica, que foram complementados pela pesquisa de artigos científicos, sobre o tema “Violência doméstica contra a mulher”, para que seja possível comprovar e alcançar o objetivo proposto de conceituação do referencial teórico.

Este ensaio representou um grande desafio, por se tratar de um tema bem polêmico com uma série de questões relacionadas à violência doméstica e familiar contra a mulher.

## **2. A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA**

A violência doméstica e familiar contra a mulher é um tema gritante que atinge milhares de lares em todo o mundo, a violência é decorrente da desigualdade nas relações de poder entre homens e mulheres, esta relação de poder segundo Lins (2000), se deu quando os homens descobriram sua importância na tarefa sexual na fecundidade da mulher, tal descoberta, a mulher torna-se propriedade do homem, a sexualidade feminina é vista sobre uma extrema rigidez, em suma o homem é visto socialmente como superior à mulher, portanto, o homem assumiu o título de dominador originando o regime patriarcal, essa ideologia do homem dominador foi difundida por várias civilizações.

O patriarcado é uma palavra derivada do grego pater, e se refere a um território ou uma jurisdição governada por um patriarca. No sentido original este é uma autoridade masculina religiosa que tem poder sobre todos que lhe estão subordinados. O termo também pode ser estendido para os homens adulto que têm poder sobre seus familiares e empregados, concedido

tanto por autoridade religiosa que compactuam dessa dominação, quando por autoridades políticas que estimulam esse sistema de organização social. Segundo Lins (2000) “O patriarcado é um sistema autoritário tão bem sucedido que se sustenta porque as pessoas subordinadas ajudam a estimular a subordinação”

O patriarcado fez-se junção com o capitalismo e com o racismo, classificando-os em um único sistema de dominação e exploração. Sendo essa junção uma estrutura de poder que determina costumes, crenças, sentimentos, discursos, condutas e práticas institucionalizadas. Segundo Silva (1992, p. 28): “O patriarcado não deve se analisado isoladamente, posto que as evidências empíricas de sua realização mostrem sua inter-relação com os referidos sistemas”. É peculiar, a discriminação que existe contra a mulher ora pelo patriarcado, ora pelo capitalista, ora pelo racismo.

A desigualdade entre homens e mulheres nos tempos atuais é, em geral, explicada como consequência de resquícios de um patriarcado não mais existente. Isso não condiz com a verdade, visto que o patriarcado esta em permanente transformação, mas ainda resiste ao término integral.

Para Eisenstein apud (Silva, 1992, p. 31) o patriarcado (supremacia masculina), como sistema político, e o capitalismo, como sistema econômico, juntos formam a economia política da sociedade, não unicamente um ou outro, mas uma combinação particular dos dois. Trata-se, portanto, de uma ideologia a qual o homem é a maior autoridade, devido às pessoas que não se identificam fisicamente com ele (isto é, que não sejam também adultos do sexo masculino). Assim, todos se tornam seus subordinados, prestando-lhe imperiosa obediência.

É importante destacar que a mudança na ordem econômica e na inserção da mulher no mercado de trabalho não significa a eliminação da cultura patriarcal no sentido de superioridade masculina familiar. É comum vermos a ideologia da superioridade do marido ou do companheiro continua a ser sustentada por representações diversas, fazendo com que mesmo existindo a contribuição financeira da esposa equipara da a do parceiro, ainda assim este tende a preservar a sua posição hierárquica (RONANELLI, 1997).

De toda forma, atualmente pode se dizer que a família nuclear deixa de ser a forma mais predominante dentro da sociedade. A estrutura familiar acompanhada as transformações dada vez mais rápidas em cada contexto histórico, provocando e permitindo a organização familiar de novas configurações.

Segundo o Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, a violência pode ser conceituada como “qualidade de violento; ato violento; ato de violentar; constrangimento físico ou moral; uso da força e coação”.

Existe violência explícita quando há ruptura de normas ou moral social estabelecida a esse respeito, fazendo com que a violência exista em infinitas situações, e não seja possível a criação de um conceito único em todas as sociedades e em todos os tempos.

Conforme Chauí (1985) citado por Tavares e Pereira (2007), a violência é uma relação de forças caracterizada num polo pela coisificação. O pressuposto dessa definição é a ideia de liberdade.

[...] a liberdade não é a escolha voluntária, mas a capacidade de autodeterminação para pensar, querer, sentir e agir. É autonomia. Não se opõe à necessidade (natural ou social), trabalha com ela, opondo-se ao constrangimento e à autoridade. Nessa perspectiva, ser sujeito é construir-se e constituir-se como capaz de autonomia numa relação tal que as coisas e os demais não se ofereçam como determinantes do que somos e fazemos, mas como campo no qual o que somos e fazemos pode ter a capacidade aumentada ou diminuída, segundo nos submetamos ou não à força e a violência ou sejamos agentes dela (CHAUÍ, 1985, P.36).

Rocha (2001) citado por Geib ([200-(?)], p.91), considera a violência um fenômeno multicausal, sendo um processo de vitalização que se expressa em:

[...] atos com intenção de prejudicar, subtrair, subestimar e subjugar, envolvendo sempre um conteúdo de poder quer seja intelectual quer seja físico, econômico, político ou social. Atingem de forma mais hostil os seres, mas indefesos da sociedade, como as crianças e adolescentes, e também as mulheres sem, contudo, poupar os demais.

“A violência urbana, no entanto, não compreende apenas os crimes, mas todo o efeito que provocam sobre as pessoas e as regras de convívio na cidade. A violência urbana interfere no tecido social, prejudica a qualidade das relações sociais, corrói a qualidade de vida das pessoas. Assim, os crimes estão relacionados com as contravenções e com as incivilidades. Gangues urbanas, pichações, depredação do espaço público, o trânsito caótico, as praças malcuidadas, sujeira em período eleitoral compõem o quadro da perda da qualidade de vida.” (Asblaster A. “Dicionário do Pensamento Social do Século XX”, WIKIPÉDIA).

A violência funciona como uma força transgressora dos limites dos seres humanos, agindo diretamente no campo psíquico das pessoas, que agem em busca de mais poderes, ultrapassando os valores éticos, morais e humanos.

Tratando de Violência Intrafamiliar, é a que ocorre na família, envolvendo parentes, vivendo ou não sob o mesmo teto, sendo a maior probabilidade das ocorrências entre parentes que convivem cotidianamente no mesmo domicílio.

A família necessita de espaço, onde os membros possam se organizar, para se interagirem, com a função de viverem num ambiente que os proporcione afetividade, com diversões de papéis sendo na vida privada como também na pública.

Pois, não sendo possível identificar quais são estes papéis familiares, são construídos a partir das relações sociais que são estabelecidas quando se tornam confusas, gerando assim conflitos, onde os limites se contrapõem com as responsabilidades, criando um clima de desordem que poderá gerar a violência dentro da família.

É no espaço da casa onde se estruturam os conceitos de disciplinas, como os valores, normas sociais, que se organizam também a intimidade, e se estabelece às relações de afeto. A liberdade é na capacidade de autodeterminação, pois somos livres para pensar, querer, sentir e agir, sem que adentremos invadir o espaço do outro. A violência é uma violação de direitos à liberdade do direito de ser sujeito, da sua própria vida.

Violência doméstica é a que explícita ou velada e que ocorre no espaço doméstico, é praticada por membros da família, como companheiros e/ou companheiras, maridos e/ou esposas, filhos, enfim por pessoas ligadas por laços afetivos. A violência doméstica é um crime.

As fases da situação de violência doméstica compõem um ciclo que pode se tornar vicioso, repetindo-se ao longo de meses ou anos.

Primeiro, vem à fase da tensão, que vai se acumulando e se manifestando por meio de atritos, cheios de insultos e ameaças, muitas vezes recíprocos. Em seguida, vem à fase da agressão, com a descarga descontrolada de toda aquela tensão acumulada. O agressor atinge a vítima com empurrões, socos e pontapés, ou às vezes usa objetos, como garrafa, pau, ferro e outros. Depois, é a vez da fase da reconciliação, em que o agressor pede perdão e promete mudar de comportamento, ou finge que não houve nada, mas fica mais carinhoso, bonzinho, traz presentes, fazendo a mulher acreditar que aquilo não vai mais voltar a acontecer.

É muito comum que esse ciclo se repita, com cada vez maior violência e intervalo menor entre as fases. A experiência mostra que, ou esse ciclo se repete indefinidamente, ou, pior, muitas vezes termina em tragédia, com uma lesão grave ou até o assassinato da mulher. (Disponível em: <http://www.patriciagalvao.org.br>. Acesso em 17/08/2011).

De acordo com a citação acima o ciclo da violência doméstica ocorre entre a relação conjugal, se desenvolve muitas vezes a partir da violência psicológica que são as agressões verbais. Esse tipo de agressão pode ficar por anos sem ser denunciada, pois, a própria vítima desconhece ser vítima, somente compreendendo esta e sob uma relação de violência, quando atinge a agressão física, momento em que o agressor vai além das ofensas verbais e desferem empurrões, chutes, socos etc.

A violência doméstica não atinge somente a pessoa agredida, mas toda a família; como os filhos, irmos, pais entre outros. Assim, em 2006 o Instituto Patrícia Galvão<sup>38</sup>, lança uma campanha contra a violência à mulher, onde um cartaz chamou atenção onde retrata o ciclo da violência na família com o slogan (Quem bate na mulher machuca a família inteira).



Figura 1: Campanha Contra a Violência à Mulher

Fonte: Instituto Patrícia Galvão

O primeiro mostra o pânico nos olhos da mulher e dos filhos a cada gesto do pai, ameaçador e não identificado, que pega o adoçante na mesa do café ou procura as chaves para sair. Mesmo o cachorro se encolhe à sua passagem.

<sup>38</sup> Instituto Patrícia Galvão - O Instituto Patrícia Galvão é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, sediada na cidade de São Paulo e que tem por objetivo desenvolver projetos sobre direitos da mulher em meios de comunicação de massa. A Patrícia Galvão foi criado em 2001 por iniciativa de ativistas feministas atuantes na área de comunicação em diversas regiões do país. Seu objetivo é colaborar para a construção, na mídia, de uma imagem de mulher mais adequada à realidade e ao protagonismo das mulheres na sociedade brasileira. Atualmente, conta com o apoio de instituições como: Avon, Fundação Ford, Fundo de População das Nações Unidas, entre outros.

No segundo filme, o casal de crianças que assiste a TV na sala se agarra e se contorce a cada grito, misturado com sons de tapas e objetos quebrados que vêm do quarto dos pais.

A intenção é mostrar que a violência do homem machuca não só a mulher, mas também os filhos [...] (Disponível em: <http://www.patriciagalvao.org.br>. Acesso em 17/10/2009).

É importante ainda salientar, segundo Soares (1999) que “não é fácil, no início, reconhecer o abuso, admitir o ciclo da violência, e tampouco, romper a relação”. A mulher vítima de violência, muitas das vezes não consegue reconhecer a situação que se encontra, em virtude disso o ciclo pendura por muito tempo, até que esta consiga se desprender do agressor e da relação violenta.

A legislação que pune quem pratica a violência intrafamiliar, é a Lei 11.340 de 07 de setembro de 2006, denominada Lei Maria da Penha, criou-se mecanismo para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, estabelecem medidas de proteção e assistência, criada posteriormente as legislações de proteção ao idoso, crianças e adolescentes.

Melca (2007) afirma que a violência contra a mulher é uma violação dos direitos humanos e uma barreira para o desenvolvimento, paz e igualdade dentro das sociedades. Trata-se de um tipo de agressão que não costuma obedecer nenhum nível social, econômico, religioso ou cultural, como às vezes se supõe. Na maioria esmagadora dos casos, a violência contra a mulher é potencializada por fatores como o álcool e outras drogas. O agressor se utiliza da droga para justificar, posteriormente, a agressão.

Segundo a Lei 11.340/06 - Maria da Penha em seu artigo 6º. “A violência doméstica e familiar contra a mulher constitui uma das formas de violação dos direitos humanos” e em seu artigo 7º às formas de violência contra a mulher que são: Violência física, Violência psicológica, Violência sexual Violência patrimonial e a Violência moral.

A violência doméstica é invisível não apenas porque é pouco divulgada, não provoca comoções nacionais (salvo em situações excepcionais) ou não é objeto privilegiado de políticas públicas. Ela é invisível, também, por não ter um nome, não se constituir num problema político, não gerar polêmica, não ser objeto de disputas e estar confinada basicamente ao domínio das ações e dos debates feministas (sob a fórmula, paradoxalmente, tão ignorada quando desgastada, da violência contra a mulher). (SOARES, 1999, P.; 48 e 49).

Segundo a autora Cunha (2007) a violência contra a mulher pode ser feita de variadas formas, pois de forma sutil também se é violentada uma mulher, o agressor pode usar palavras, gestos, olhares, expressão facial, ou até mesmo mexer em objetos, (limpar uma arma, uma faca,

um canivete) arrumar amantes também é uma forma de agredir a uma mulher, visto que, através de tal atitude o homem declara sua insatisfação com a mesma. O agressor pode ainda fazer questionamentos negativos quanto ao tipo físico da mulher e até mesmo se utilizar de seu físico superior para intimidar à mesma.

Conforme a Lei 11.340/06, em seu inciso I do art. 7º diz expressamente que a violência física será, para efeitos da lei em análise, entendida como qualquer conduta que ofenda integridade ou saúde corporal da mulher.

Conforme destacado anteriormente é comum que antes da violência física ter a violência psicológica que de acordo com a Lei Maria da Penha.

Na violência psicológica o agressor recorre frequentemente às palavras depreciativas ou humilhantes, capazes de abalar seriamente a auto-estima da mulher, até mesmo as mais cultas ou inteligentes.

Conforme dito, a Violência psicológica muitas vezes não deixa inicialmente marcas visíveis, mas podem levar à graves estados psicológicos e emocionais. Muitos destes estados podem se tornar irrecuperáveis.

Saffioti (1997, p. 50) sistemática “A violência deixa, portanto, sequelas mais ou menos graves, muitas das quais incuráveis”.

Como fica claro para nós, que uma mulher passa a ser violentada psicologicamente a partir do momento em que seu parceiro passa então, a discriminá-la, ofende sua conduta moral e também humilha, insulta e discrimina seu trabalho, porém a violência contra mulher não se limita a isso, muitas delas sofrem vários tipos de violência, conforme os descritos posteriormente.

A violência moral é entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria. É a expressão que designa o fenômeno de comportamento deliberadamente transgressor e agressivo, apresentado pelo conjunto dos cidadãos ou por parte deles, nos limites do espaço interpessoal. É caracterizado por imprimir ofensas com palavras de baixo calão, fazendo afirmativas que desconhece ou presume, sem ter certeza do real conteúdo, na verdade é mexer literalmente com a idoneidade de outro ser.

Segundo a Lei 11.340/06 em seu inciso V do art. 7º cuida da violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria, prevista no código penal.

A violência sexual é entendida como uma variedade de atos ou tentativas que constrija a mulher a presenciar, a manter ou participar de relações sexuais não desejadas e

mediante intimidação, ameaça e coação ou uso da força, no casamento ou em outros relacionamentos. Na maioria das vezes a violência sexual é cometida por pessoas conhecidas e que tenha um vínculo conjugal, o esposo ou companheiro não ambiente doméstico, este ato acontece em todas as classes sociais.

De acordo com a Lei 11.340/06 em seu art. 7º inc. III que trata da violência sexual contra a mulher abrange condutas que atentam diretamente contra a sua liberdade sexual, adquirindo precedentes de importância sem igual no contexto da presente lei.

Na violência sexual, observa-se que em vários momentos históricos, fora excluída a mulher casada da possibilidade de ser vítima de seus maridos, entendendo que possuía a obrigação de “cumprir” as deveres do casamento. E assim “atender às necessidades sexuais do homem”. Além disso, é facilmente colocada como algoz de sua própria condição de vítima, por “Insinuações”, desencadeada a “normal virilidade masculina”,

Violência Patrimonial são situações em que o agressor destrói parcialmente ou totalmente de objetos ou bens materiais, e que implica em dano, perda, subtração, destruição, retenção de objetos, documentos pessoais, valores, instrumentos de trabalho ou direitos ou recursos econômicos destinados a satisfazer as necessidades da mulher. É uma violência que geralmente vem seguida das demais violências, pois até chegar ao ato violento ao patrimônio, discussões são travadas e ofensas são impelidas.

A maioria dos tipos de violência contra a mulher não acontecem única e exclusivamente, pois o ciclo da violência é composto por fases que senão forem interrompidas de imediato, podem repetir-se ao longo de meses e até mesmo anos, tornando-se cada vez mais graves.

A Lei Maria da Penha reconhece a gravidade dos casos de violência doméstica e na atualidade, as Delegacias Especializadas de Atendimento a Mulher e os Centros de Referência têm por base realizar um trabalho educativo com essas mulheres, procurando incentivá-las a sair da situação de violência, denunciando o agressor. Caso haja risco iminente de morte, as mulheres e seus filhos menores de idade são encaminhados aos abrigos que acolhem as mulheres vítimas de violência doméstica para que possam sair daquele momento de violência.

A Lei prevê a concessão de Medidas Protetivas de Urgência – MPU, que são concedidas à mulher face à gravidade dos atos violentos que é submetida por parte do seu agressor, consideradas meios de proteção e garantia aos seus direitos. Mais adiante vamos nos aprofundar nessa questão quando falar do Juizado de Violência Doméstica Contra a Mulher.

A Lei Maria da Penha traz Medidas Protetivas de Urgência – MPU, um mecanismo mais rápido por não depender da audiência das partes e da manifestação do Ministério Público,

podendo ser aplicada a qualquer momento que o direito da mulher for ameaçado. Conforme Art. 19, § 1º da Lei 11.340/2006.

Valendo-se das Medidas Protetivas de Urgência, o juiz poderá aplicar de imediato a que julgar necessária, sendo que normalmente é determinada a retirada do agressor da residência, permitindo que a mulher fique na casa com os filhos, e o juiz estipula um limite de distância entre o agressor e a vítima e seus familiares. Conforme Art. 22, inc. II e III alínea “a” da Lei 11.340/2006.

Caso não seja cumprida a ordem judicial, caberá ao juiz determinar a prisão preventiva do agressor. Porém, visando à preservação da integridade física e psicológica das mulheres vítimas de violência e seus filhos menores em risco iminente de morte e para garantir medidas de segurança, por se encontrarem mais vulneráveis, são afastados do âmbito de convivência do agressor conforme preconiza a Lei Maria da Penha em seu Art.35.

Com base no texto de Agente, 2007, o Ministério Público também atua na orientação e encaminhamentos da mulher em situação de violência doméstica e familiar, tendo ainda o dever de fiscalizar os estabelecimentos públicos e privados de atendimento às mulheres.

**O Centro de Referência e Atendimento a Mulheres em Situação de Violência**, de âmbito Municipal, **é um espaço que oferece atendimentos psicológicos, sociais e jurídicos, bem como serviços de orientação às mulheres em situação de violência**, para que tenham à informação e o esclarecimento acerca dos seus direitos, fazendo encaminhamentos das mulheres ao sistema de redes de atendimento, como Abrigos, Delegacia Especializada da Mulher, Ministério Público, fazendo todo um trabalho de sensibilização e informação de alternativas para coibir as diversas formas de Violência Contra a Mulher. Os Centros de referência da mulher estão previstos no Art. 35, inc. I, da Lei nº 11.340/2006<sup>39</sup>:

Segundo os dados do portal das Mulheres Samurais na Defesa da Dignidade do Centro de Referência e Atendimento às Mulheres Vítima de Violência – Região Sudeste são: Aracruz/ES. Delegacia Especializada em Atendimento a Mulher Centro. Cachoeiro de Itapemirim/ES. Centro de Atendimento S.O.S Mulher Rede de Apoio a Mulher Viva Maria Independência. Cachoeiro de Itapemirim/ES. Delegacia Especializada em Atendimento a Mulher Centro. Cariacica/ES, Campo Grande. Delegacia Especializada em Atendimento a

---

39 Art. 35. A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios poderão criar e promover, no limite das respectivas competências:

I - centros de atendimento integral e multidisciplinar para mulheres e respectivos dependentes em situação de violência doméstica e familiar.

Mulher. Colatina/ES, Sagrado Coração de Jesus. Delegacia Especializada em Atendimento a Mulher. Guarapari/ES. Delegacia Especializada em Atendimento a Mulher Centro. Guarapari/ES, Muquiçaba. Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Mulher. Laranjeiras – Serra/ES. Delegacia Especializada em Atendimento a Mulher. Linhares/ES. Delegacia Especializada em Atendimento a Mulher Centro. São Mateus/ES. Delegacia Especializada em Atendimento a Mulher. Serra/ES, Prefeitura Municipal da Serra. Pró-Vida - Núcleo de Atendimento às Vítimas de Violência Doméstica Secretaria de Direitos Humanos. Viana/ES, Centro. Delegacia de Polícia Judiciária – DPJ. Vila Velha/ES, Cobilândia. Casa Abrigo de Vila Velha Encaminhamento através do Centro de Referência Programa S.O.S. Hospital da Mulher. Vila Velha/ES, Prainha. Centro de Referência de Apoio à Mulher Vítima de Violência. Vila Velha/ES, Prainha. Delegacia Especializada em Atendimento a Mulher. Vitória/ES, Santa Luiza. Delegacias Delegacia Especializada de Atendimento a Mulher. Vitória/ES, Itararé. Centro de Referência de Atendimento à Mulher - Centro de Atendimento às Vítimas de Violência e Discriminação Doméstica de Gênero, Racial e por Orientação Sexual (CAVVID). Vitória/ES, Maruipé - UFES, PAVIVIS - Programa de Atendimento às Vítimas de Violência Sexual Centro Biomédico. Vitória/ES, Santos Dumont. Hospital Universitário Cassiano A. de Moraes (Hospital das Clínicas).

No Centro de Referência de Vitória o CAVVID, as demandas são atendidas com base no princípio da interdisciplinaridade, e atendem-se as usuárias diretamente quando procuram o CAVVID por livre e espontânea vontade ou quando vem encaminhada por outra instituição.

Estima-se que mais da metade das mulheres agredidas sofram caladas e não peçam ajuda. Para elas é difícil dar um basta naquela situação. Muitas sentem vergonha ou dependem emocionalmente ou financeiramente do agressor; outras acham que “foi só daquela vez” ou que, no fundo, são elas as culpadas pela violência; outras não falam nada por causa dos filhos, porque têm medo de apanhar ainda mais ou porque não querem prejudicar o agressor, que pode ser preso ou condenado socialmente. E ainda tem também aquela ideia do “ruim com ele, pior sem ele”. Muitas se sentem sozinhas, com medo e vergonha. Quando pedem ajuda, em geral, é para outra mulher da família, como a mãe ou irmã, ou então alguma amiga próxima, vizinha ou colega de trabalho. Já o número de mulheres que recorrem à polícia é ainda menor. Isso acontece principalmente no caso de ameaça com arma de fogo, depois de espancamentos com fraturas ou cortes e ameaças aos filhos. (PORTAL VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER).

### **3. MÉTODO DE PESQUISA**

Neste estudo adotou-se a abordagem qualitativa, portanto, a legitimidade das proposições inferidas não está, necessariamente, no número de casos ou entrevistados, mas na maneira de lidar com o essencial na explicação de regularidades descobertas (FERNANDES, 1973).

Optou-se pelo estudo de caso de uma casa abrigo “HOMELAR” (nome fictício), situada em Vitória no Espírito Santo. A escolha se justifica por ser esta casa a única especializada no tratamento de mulheres vítimas de violência doméstica em risco de vida, em Vitória.

A pesquisa iniciou-se a partir do contato com a coordenadora da HOMELAR, que disponibilizou acesso ao cadastro das mulheres atendidas pela mesma. Foram escolhidas seis mulheres a serem entrevistadas.

A escolha dessas mulheres ocorreu de forma aleatória, porém que atendessem aos seguintes critérios:

1. Acessibilidade e disponibilidade, restringindo-se àquelas mulheres que residiam na grande Vitória;
2. Tempo mínimo de atendimento pela casa de três meses.

A coleta de dados iniciou-se pelo levantamento dos dados gerais e perfil socioeconômico, seguido pela entrevista semi-estruturada propriamente dita, no período de Março a Novembro de 2009.

Para a análise de dados utilizou-se da Análise do Conteúdo que, segundo Bardin (1977) é:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

O tratamento de dados baseou-se em “proposições teóricas” (YIN, 2001) provenientes da revisão bibliográfica e de interpretações que surgiram durante a pesquisa.

#### **4. RELATOS DE MULHERES QUE TIVERAM MEDIDAS PROTETIVAS DE URGENCIA – MPU**

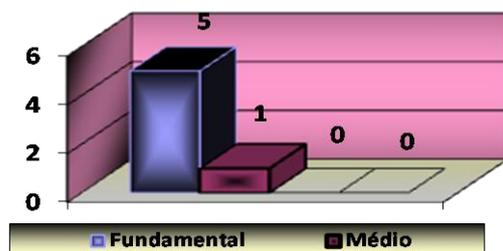
As medidas protetivas de urgência são providências de bastante interesse das vítimas para preservar sua integridade e segurança e a de sua família também. Por este motivo, trata-se de uma aplicação relevante nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher.

Vale destacar algumas medidas regularmente aplicadas: afastamento do agressor do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida; internação do autor do fato para tratamento de vício(s); e proibição de determinadas condutas, tais como proibição de aproximação da ofendida, de seus familiares e das testemunhas, devendo permanecer a uma distância mínima fixada pelo Magistrado; proibição de contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação e proibição de frequência de determinados lugares, a fim de preservar a integridade física e psicológica da ofendida.

Buscou-se através das entrevistas, coletar informações de seis mulheres que foram submetidas à MPU, procurou-se entrevistar as afeidas no mínimo de três meses de medidas, para que fosse possível ter uma avaliação de como e onde estão vivendo estas mulheres na atualidade, com base nos dados coletadas e analisados que serão expostos na sequencia.

O perfil educacional das entrevistadas é mostrado na Figura 1.

**Figura 1 – Nível de Escolaridade das Mulheres Entrevistadas**



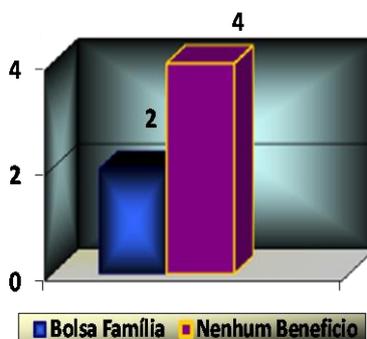
Observou-se que a maioria delas possui o ensino fundamental e conforme relatado por elas, incompleto, somente uma delas possui o ensino médio. Relataram ainda que a baixa escolaridade dificulta na hora de procurar emprego, pois a maioria das empresas exige pelo menos que se tenha o ensino fundamental completo.

Eu tive de parar meus estudos porque ele não queria que eu estudasse, era para eu não sair de casa, eu era prisioneira dele, falava que mulher não precisa estudar. Mas agora que estou separada dele, graças a Deus eu voltei a estudar, estou fazendo supletivo para terminar o ensino fundamental e depois quero fazer também do ensino médio. (ENTREVISTADA 1).

Mediante a citação dessa mulher, constata-se a violência psicológica que o agressor faz, quando controla o seu direito de ir e vir e lhe prejudica em seu pleno desenvolvimento e decisões, mediante ameaças e isolamento. Conforme a Lei Maria da Penha, Art. 7º, inc. III: [...] a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e

diminuição da autoestima, ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações [...].

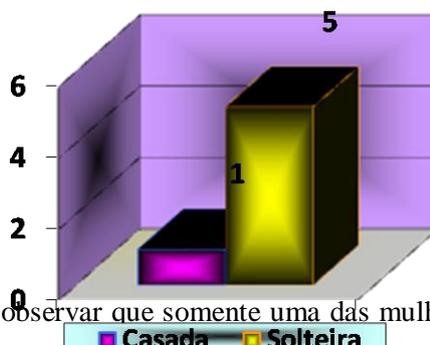
**Fig.2 – Quanto ao acesso a Benefícios**



A Fig. 2 mostra que, das mulheres entrevistadas, somente duas delas conta com o benefício Bolsa Família, sendo que quatro delas não possuem nenhum tipo de benefício do governo. Apesar da Lei Maria da Penha, em seu Art. 9º, § 1º, prevê que (O juiz determinará, por prazo certo, a inclusão da mulher em situação de violência doméstica e familiar no cadastro de programas assistenciais do governo federal, estadual e municipal).

É válido destacar que a ausência de sistematização da prática no processo de trabalho do assistente social, implica numa fragmentação do acesso aos serviços disponibilizados aos usuários, pois sem uma intervenção minuciosa das demandas apresentadas, fica inviável atender aos protagonistas sociais desse segmento – as mulheres vítimas de violência doméstica e familiar.

**Fig. 3 - Estado civil das entrevistadas**



Na Fig. 3, pode-se observar que somente uma das mulheres em situação de violência é casada, sendo que cinco delas são solteiras que moravam juntos. Porém, se consideram companheiras, tendo em vista que a maioria conviveu com o agressor por um período entre três

e dezesseis anos, sendo considerada por elas, uma relação entre marido e mulher, mesmo que não do jeito que sonhavam ser.

No começo não tinha briga nenhuma, depois que eu tive o meu primeiro filho foi que ele começou a beber e usar drogas, daí ficava violento comigo, tinha muito ciúmes, inventava coisas que ele imaginava para falar, me batia, dava empurrões, puxava meus cabelos, mas eu aguentava tudo pelos filhos, sempre pensei como eu ia sustentar meus filhos sozinha. Só que por fim eu já estava também batendo muito nos meus filhos, estava sem paciência para aguentar aquela vida [...]. (ENTREVISTADA 3).

Observa-se que na relação homem e mulher, não importa o estado civil, inclusive não foi abordado outros estados civis pelo fato da pesquisa se restringir ao estado civil apenas das mulheres que foram entrevistadas. Vale ressaltar que em qualquer situação a violência está presente, inclusive aliada ao consumo de bebidas alcoólicas e outras drogas ilícitas.

Da indagação de como iniciou os conflitos, todas responderam que foi a partir de um ano em que estavam juntos ou de quando nasceu o primeiro filho, ciúme também foi mencionado e o uso de álcool e outras drogas ilícitas por parte dos ex-companheiros.

Quanto a sofrer violências antecedentes ao agressor, somente uma mulher respondeu ter sofrido, em virtude de ter sido abandonada pela mãe e ter ido morar na rua quando criança.

Sobre a Lei Maria da Penha, do que conhecem as respostas foram do tipo “[...] sei que é para proteger a mulher que sofre violência, que é para punir o agressor, que é para nos ajudar na hora da denúncia [...]”. Ou seja, ficou constatado pela pesquisa de que as mulheres conhecem muito pouco da Lei Maria da Penha, portanto não sabem muito bem dos seus direitos.

Quanto a terem feito a denúncia, quatro delas responderam que se sentem bem, porém sem liberdade, mesmo não estando presas, mas que permanecessem com a mesma sensação de privação da liberdade, pois não podem sair sozinhas na rua, nem a lugares públicos.

Uma pergunta recorrente das entrevistadas foi “se não tem como fazer um tratamento psicológico nos agressores”, inclusive com internação hospitalar, objetivando o fim do comportamento violento.

Essas ponderações delas estão inclusive previstas na Lei Maria da Penha, para que eles frequentem programas de recuperação e reeducação, todavia, se questionam tal ação, é porque não está implementada, e sequer devidamente divulgada para a sociedade possível vítima e dos próprios órgão de proteção.

Enfatizando que a violência doméstica contra a mulher é uma violação grave dos direitos humanos.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que o segredo que faz parte dos fenômenos sistêmicos dos quais estão ligados os relacionamentos familiares. É necessário que o Assistente Social tenha cuidado na sistematização com o segredo familiar, a família com base na sistematização acaba distorcendo a comunicação, o Assistente Social agindo com cautela possibilitara uma oportunizara uma oportunidade de crescimento pessoal com os membro da família que foi rompido, ou seja, criará uma ponte interpessoal com os envolvidos na terapia.

O Assistente Social ao trabalhar com violência domestica cria uma capacidade de compreender a perspectiva psicológica das outras pessoas envolvidas criando uma relação reações emocionais por meio da observação da experiência alheia, assim possibilitara uma superação do sofrimento, levando uma nova forma de relacionamento e organização familiar de forma respeitosa.

O Assistente Social conhecendo a violência domestica atuar na promoção, defesa e construção da convivência social e familiar saudável, aplicando novos paradigmas na resolução de conflitos e alívio de sofrimentos no âmbito familiar, há que se pensar também que essas mulheres passam por uma desestruturação psicológica que dá lugar a baixa autoestima e a ansiedade. Portanto, é preciso que sejam viabilizadas políticas visando fortalecer a autoestima dessas mulheres no sentido de reconstruírem suas vidas.

Outra questão extremamente relevante é desenvolver ações e práticas com crianças e adolescentes, contemplando as questões das drogas e os seus efeitos na vida do ser humano, para que no futuro a droga não seja uma aliada da violência como está sendo hoje. Inclusive desenvolver ações educativas, logo nos primeiros anos da vida escolar de cada indivíduo, com práticas que revelem de fato o respeito ao outro e suas diferenças, bem como a defesa e promoção dos direitos humanos das mulheres.

Enfatizando que o Estado, deve criar as políticas públicas que de fato possam reforçar e efetivar os direitos das mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, mas há que se pensar na importância do envolvimento e o engajamento de toda a sociedade, para que seja possível eliminar toda essa “cadeia de condicionamentos históricos e de preconceitos formados em torno

da questão, que vai se transmitindo quase intacta de uma geração para outra”. (BELOTTI, 1983, p.9).

A pesquisa identificou ainda que a violência doméstica contra a mulher é reflexa de uma série de expressões da questão social, que envolve o acesso à saúde, planejamento familiar, educação, precarização do trabalho e a falta de oportunidades, além da cultura patriarcal e do machismo.

Enfatizando que há uma grande resistência para a eliminação da violência doméstica e familiar, pelo fato da cultura da violência patriarcal que continua enraizada mesmo na contemporaneidade, a desigualdade entre homens e mulheres continua e bem forte, seja quando a mulher é submissa e depende economicamente do homem para sobreviver ou até mesmo quando não há essa necessidade, que nesse caso o homem fica furioso por ver que a mulher não depende dele para sobreviver, mas mesmo assim quer manter a figura do poder dentro de casa.

[... o agente social marido se constitui antes que a figura do pai. Esta se encontra atenuada nas sociedades complexas contemporâneas, mas ainda é legítimo afirmar-se que se vive sob a lei do pai...] (SAFIOTTI, 2004 p.56).

## 6. REFERÊNCIAS

Asblaster A. **“Dicionário do Pensamento Social do Século XX”**. Disponível em: <http://www.serasa.com/guiacontraviolencia/violencia.htm>. Acessado em 11.08.2011

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977

BRASIL. **Lei 11.340**, de 07 de agosto de 2006. Lei Maria da Penha, Brasília, 08 de agosto de 2006. Disponível em: [HTTP://www.planalto.gov.br/CCIVIL/\\_ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm](HTTP://www.planalto.gov.br/CCIVIL/_ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm). Acesso em 17 de outubro de 2009

BELOTTI, Elena G., **Educar para a submissão: O descondicionamento da mulher**. Rio de Janeiro: Vozes, 1983.

**BRASIL. Lei 11.340/2006. Maria da Penha. Disponível em: [http://www.observe.ufba.br/lei\\_integra](http://www.observe.ufba.br/lei_integra) - Acessado em 15.08.2011.**

FERNANDES, F. (1973). **Fundamentos empíricos da explicação sociológica**. São Paulo: T. A. Queiroz/Edusp.

LINS, R. N. **A cama na varanda: arejando nossas ideias a respeito de amor e sexo**: Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

Melça, Fabíola. Mulher, mídia e história. **Intransitabilidade: mulheres que escrevem**, Vitória, ano 1, n. 1, março 2007

NOVO DICIONÁRIO Aurélio da Língua Portuguesa, 2ª Edição revista e ampliada, Editora Nova Fronteira.

Portal das **Mulheres Samurais na Defesa da Dignidade**, Centro de Referência e Atendimento às Mulheres Vítima de Violência – Região Sudeste. Disponível em <http://estoucontigo.mulheres-samurais.com.br>.

Portal da Polícia Civil do Estado do Espírito Santo, **Unidades Institucionais**. Disponível em: [http://www.pc.es.gov.br/index.php?cod\\_secao=institucional\\_unidades](http://www.pc.es.gov.br/index.php?cod_secao=institucional_unidades). Acessado em 19.08.2011.

Pesquisa Ibope do **Instituto Patrícia Galvão** (Atitudes frente à violência contra a mulher). Disponível em: <http://www.patriciagalvao.org.br>. Aceso em 20/08/2011

ROMANELLI, Geraldo. Autoridade e poder na família. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (Org.). **A família contemporânea em debate**. 2 ed. São Paulo: Cortez: EDUC, 1997.

**SAFFIOTI, Heleieth, I.B. Gênero, patriarcado, violência. 1. Ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.**

SILVA, Marlise V., **Violência contra a mulher: QUEM METE A COLHER?** São Paulo: Cortez, 1992.

SOARES, Barbara M., **Mulheres invisíveis, Violência conjugal e novas políticas públicas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

## ARTIGO 2: A EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA FAMÍLIA ACOLHEDORA DE VITÓRIA-ES

Andrea Cristina Quirino<sup>40</sup>  
Cássia Nunes Rodrigues<sup>41</sup>  
Júnia de Meira Vieira<sup>42</sup>  
Mirella Loterio Siqueira<sup>43</sup>  
Priscila Santos da Silva<sup>44</sup>  
Valeska Campos Tristão<sup>45</sup>

### RESUMO

Este artigo objetiva compartilhar a experiência de seis anos do Programa Família Acolhedora de Vitória-ES destacando a caracterização das famílias acolhedoras e de origem acompanhadas e a prática do acolhimento de crianças no Programa que vem mostrando resultados positivos na garantia do direito à convivência familiar e comunitária.

**Palavras-chave:** acolhimento familiar, criança e adolescente, família de origem, família acolhedora.

### 1- INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo mostrar a trajetória e experiência dos seis anos do Programa Família Acolhedora (PFA) de Vitória, instituído pela Lei Nº 6.708, de 23 de outubro de 2006.

Preconizado no Estatuto da Criança e do Adolescente como medida de proteção especial, em consonância com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS-2004) e o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária<sup>46</sup> (2006), o Programa consiste em cadastrar e capacitar famílias da comunidade para receberem em suas casas, por um período determinado, crianças e

---

<sup>40</sup>Bacharel em Serviço Social (UFES). Atua no Programa Família Acolhedora da Secretaria de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Vitória. [aaquirinop@yahoo.com.br](mailto:aaquirinop@yahoo.com.br)

<sup>41</sup>Discente de Psicologia, estagiária do Programa Família Acolhedora. [cassinha.nunes@gmail.com](mailto:cassinha.nunes@gmail.com)

<sup>42</sup>Discente de Serviço Social, estagiária do Programa Família Acolhedora. [juniameirav@hotmail.com](mailto:juniameirav@hotmail.com)

<sup>43</sup>Bacharel em Serviço Social (UFJF), Mestre em Serviço Social (UFJF), Coordenadora de Acolhimento Familiar da Secretaria de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Vitória. [mirellaloterio@hotmail.com](mailto:mirellaloterio@hotmail.com)

<sup>44</sup>Bacharel em Serviço Social (UFES), Pós Graduada em Políticas Sociais, Gestão e Controle Social (EMESCAM) e em Atenção Psicossocial na Saúde Mental (FAFIA). Atua no Programa Família Acolhedora da Secretaria de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Vitória. [priscila.es@gmail.com](mailto:priscila.es@gmail.com)

<sup>45</sup>Bacharel em Psicologia (UFES). Mestranda em Psicologia Institucional (UFES). Atua no Programa Família Acolhedora da Secretaria de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Vitória. [valeskatristao@yahoo.com.br](mailto:valeskatristao@yahoo.com.br)

<sup>46</sup>Ao longo do artigo vamos nomear o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária apenas como Plano Nacional.

adolescentes, individualmente ou grupos de irmãos, em situação de violação grave de direitos, oferecendo-lhes acolhida, amparo, amor e a convivência familiar e comunitária.

O acolhimento familiar representa a possibilidade de continuidade da convivência familiar em ambiente sadio para a criança e/ou adolescente. No acolhimento, a família acolhedora assume o papel de parceira no atendimento e na preparação da criança e adolescente para o retorno à família de origem, extensa ou encaminhamento para colocação em família substituta na modalidade de adoção.

Este artigo apresenta o perfil das famílias acolhedoras e expõe a prática do acolhimento realizada nesses seis anos, destacando o resultado dos casos acompanhados. Visa também abordar questões referentes às famílias de origem e ao trabalho da equipe realizado com elas no intuito da reintegração familiar, objetivo principal do Programa. Para tanto, foi realizada uma pesquisa documental nos prontuários das crianças acolhidas, bem como nas fichas de registro das famílias acolhedoras.

## **2- BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO**

### **2.1 ESTAR E PERMANECER EM FAMÍLIA: A FAMÍLIA COMO CENTRALIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS**

Há um consenso da família como *locus* privilegiado para o adequado desenvolvimento humano e como garantia de sobrevivência e proteção integral de crianças e adolescentes. Tal consenso é consagrado nos documentos internacionais tal como a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, e no Brasil através da Constituição Federal de 1988, do ECRIAD, da PNAS e do Plano Nacional.

A família, segundo Miotto (2000), é a matriz da identidade individual, isto é, o espaço privilegiado onde aprendemos a ser e a conviver. Ela se coloca como mediadora das relações entre os sujeitos e a coletividade e, simultaneamente, é geradora de formas comunitárias de vida.

“A família, nas suas mais diversas configurações constitui-se como um espaço altamente complexo. É construída e reconstruída histórica e cotidianamente, através das relações e negociações que estabelece entre seus membros, entre seus membros e outras esferas da sociedade e entre ela e outras esferas da sociedade, tais como Estado, trabalho e mercado.” (MIOTTO, 2010, p.16).

A organização da família depende do processo de desenvolvimento sócio-econômico e do impacto da ação do Estado através das políticas sociais. Entretanto, a situação de classe social da família não garante *a priori* à proteção dos vínculos familiares. Estes estão condicionados a fatores sociais, econômicos, culturais e psicológicos. Enfatizar tais fatores

requer um novo olhar sobre as famílias, em que o modelo de família nuclear burguesa, composta por pai, mãe e filhos, não é a única forma de organização.

A PNAS (2004) e o Plano Nacional (2006) trazem uma concepção de família que considera a diversidade das organizações familiares e as compreende para além da consanguinidade, considerando também laços de afeto, solidariedade e aliança. Nesse sentido, Valente (2008) aponta a necessidade de reconhecer a complexidade e a riqueza que os vínculos familiares e comunitários podem ser mobilizados nas diversas frentes de defesa dos direitos das crianças e adolescentes.

Conforme Miotto (2010) a responsabilidade de proteção social não está restrita às famílias e, logo, a solução das situações por elas enfrentadas extrapola as possibilidades individuais. Para a autora, a política pública socializaria antecipadamente os custos enfrentados pela família, sem esperar que sua capacidade se esgote. Assim, percebe-se uma lógica indissociável entre família e política social na provisão do bem-estar.

A PNAS (2004), o Sistema Único de Assistência Social – SUAS (2005) e o SUAS Vitória-ES (2011), apontam como diretriz da política pública ações de fortalecimento da família com vistas à garantia da convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes. O ECRID, em seu artigo 101, aponta medidas de proteção que visam à manutenção da criança e do adolescente na família de origem ou extensa e no convívio social assegurando-lhe seus direitos básicos prevenindo situações de violação de direitos. Quando esgotadas tais medidas, o ECRID ainda determina a inclusão em programas de acolhimento familiar, institucional ou colocação em família substituta.

O acolhimento institucional e familiar é considerado uma medida provisória e excepcional, utilizável como forma de transição para posterior retorno à família de origem ou extensa ou para colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade. É uma medida de proteção aplicada a crianças e adolescentes que se encontram em situação de violação grave de direito, ou seja, violência doméstica, maus-tratos, abuso sexual, prostituição, drogadição, situação de rua, abandono ou negligência. As dificuldades de natureza socioeconômica são, muitas vezes, confundidas com negligência.

Segundo o artigo 23 do ECRID, a condição econômica da família não se caracteriza como motivo para perda ou suspensão do poder familiar ressalvando-se quando está articulada com outros fatores determinantes da violação de direitos. Para Gueiros (2005) “ainda que a pobreza não possa justificá-lo, é a violação de direitos básicos, em geral, por parte do Poder Público, o gerador de inclusão das crianças, adolescentes e famílias pobres no sistema de justiça”.

Conforme Nascimento (2011, p.1),

[...] a questão financeira torna-se o principal motivo para a desqualificação das famílias pobres e a produção de uma subjetividade que diz serem elas incompetentes para o cuidado dos filhos, o que justifica uma intervenção técnica e estatal. A construção de um modelo de família nuclear, estruturada e higiênica, apoiada em um saber técnico-científico produziu automaticamente a desqualificação de outras configurações familiares que não se organizam dessa maneira. As famílias pobres, que atuam por outras vias, não correspondem ao que o discurso médico-científico estabelece como correto. Dessa maneira, passam a constituir uma ameaça à ordem social, legitimando uma intervenção/tutela do Estado a fim de promover a manutenção da ordem.

Diversos autores que abordaram a história da institucionalização de crianças e adolescentes pobres no nosso país [Rizzini (2004), Venâncio (1999), Valente (2008)] apontaram-na como uma prática naturalizada e que ainda guarda marcas na contemporaneidade. Urge o rompimento com esta lógica. É importante uma melhor avaliação para aplicação da medida de proteção pelos operadores do direito e necessidade de esgotamento de todos os recursos para a permanência de crianças e adolescentes na família de origem ou extensa. Há que se investir e apoiar as famílias em suas fragilidades e acreditar na potencialidade dela em cuidar dos seus membros.

## 2.2 O ACOLHIMENTO FAMILIAR COMO ALTERNATIVA DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

A partir do início do século XX, influenciados por estudos médicos-psicológicos do desenvolvimento humano e discussões referentes à garantia do direito da criança e do adolescente, países como os Estados Unidos, Inglaterra, Espanha e Itália implantaram o acolhimento familiar como política de proteção (CABRAL, 2004; MARTINS et al, 2010) . Inicia-se, então, esta modalidade de acolhimento como prática formal<sup>47</sup> alternativa ao abrigamento de crianças e adolescentes. Na América Latina, o processo de implementação dos Programas de Acolhimento Familiar inicia-se a partir da década de 90, “apesar de algumas iniciativas isoladas terem ocorrido anteriormente” (CABRAL, 2004, p. 11).

No Brasil, dados dos acolhimentos de crianças e adolescentes levantados pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas, em 2003, indicaram a necessidade de intervenções – 80.000 crianças/adolescentes ainda viviam em acolhimentos institucionais e a maioria delas possuía família e foi acolhida por motivo de pobreza (COSTA & ROSSETI-FERREIRA, 2009). Esses dados mostraram a existência de um grande distanciamento entre as diretrizes jurídicas e as práticas e realidades cotidianas. A partir dessa coleta foram fortalecidas as discussões a

---

<sup>47</sup>Frisamos a formalidade do acolhimento familiar pois, segundo Cabral (2004), o acolhimento “informal” sempre existiu no Brasil, em que a família biológica delega seu papel parental à família extensa ou a outro adulto e repassa a responsabilidade pela criação ou cuidado do seu filho.

respeito de alternativas à institucionalização e observou-se a urgência de medidas alternativas a esta prática. (COELHO, 2010).

A PNAS (2004), visando garantir modalidades de atendimento assistencial a famílias em situação de risco, apresenta o acolhimento familiar como serviço de proteção especial de alta complexidade (BRASIL, 2005). Na PNAS “a proteção social especial prioriza novas modalidades de atendimento visando à reestruturação de serviços de abrigamentos” (MARTINS et al, 2010, p.361).

Em relação ao Plano Nacional (2006), Costa & Rosseti-Ferreira (2009), afirmam que ele buscou incorporar na sua plenitude a doutrina de proteção integral, e mobilizou no processo de sua construção discussões sobre o acolhimento familiar entre os atores que compõem o Sistema de Garantia de Direitos. Com a promulgação da Lei nº 12.010, o acolhimento familiar é colocado como medida preferencial de proteção às crianças e adolescentes que precisam de afastamento da família de origem. Desta forma, o acolhimento familiar é fortalecido como política de proteção.

Como relatado, os países que implementaram o Acolhimento Familiar o fizeram como decisão de alternativa à desinstitucionalização de crianças (CABRAL, 2004). A busca pela desinstitucionalização e a valorização da família como contexto primordial de desenvolvimento articula-se a teorias da Psicologia, em especial a do desenvolvimento. Segundo Costa & Rosseti-Ferreira (2009, p.115)

Bowlby é bastante citado na escassa literatura nacional sobre acolhimento familiar. A sua visão de que a institucionalização, o rompimento de vínculos e a privação materna deixariam marcas profundas e prejudiciais na criança é freqüentemente usada na argumentação para criação de programas de acolhimento familiar como alternativa ao acolhimento em instituições.

Bowlby (1969/1990 apud COSTA & ROSSETI FERREIRA, 2009) e tantos outros autores discutiram a Teoria do Apego, em que se afirma que a constância das primeiras relações de vinculação afetiva com uma pessoa (geralmente associada à figura materna) é crucial para o desenvolvimento psicossocial saudável. O autor também ressaltou os efeitos nocivos ao desenvolvimento causado pelo processo de institucionalização.

Alguns autores teceram críticas bem fundamentadas a esses estudos que frisavam o fracasso das crianças institucionalizadas. Rutter (1972 apud COSTA & FERREIRA, p. 115), por exemplo, apontou que as patologias presentes nesse público “derivavam mais das péssimas condições institucionais a que eles foram submetidos do que propriamente à privação materna”.

Ayres et al (2010, p.425) objetivando investigar o que estava sendo produzido em trabalhos acadêmicos sobre os acolhimentos institucionais para crianças e adolescentes, verificou que a maioria do material coletado fala sobre “déficits” das crianças abrigadas, com

discursos deterministas respaldados na Psicologia Diferencial, sendo que tal saber foi construído com finalidade de “normatizar, regular comportamentos e vidas, assentando-se sob as bases de uma visão mecanicista e dualista do conhecimento [...]”

A busca pelo modelo de família burguesa ainda se mostra dominante na sociedade contemporânea e, dentro desse contexto, as relações de afeto não mantidas dentro desse molde são desmerecidas e encaradas como inferiores [...] A possibilidade de se viver dentro de outras dinâmicas familiares que não a família nuclear, assim como a criação de vínculos diferenciados na rede de assistência da qual a criança é usuária, não é o grande enfoque dos artigos coletados (AYRES et al, p. 426).

Sabemos que existe uma produção de subjetividade<sup>48</sup> no que diz respeito às crianças abrigadas e também uma construção social que atribui ora uma essência “mal”, ora uma essência de “bem” ao acolhimento institucional. Rebatendo tais construções, Coelho (2010, p. 47) afirma,

[...] os Serviços de Acolhimento Institucional [...] não se fazem bons ou maus, vilões ou mocinhos em si mesmos. Não são as paredes do abrigo que definem suas práticas/discursos. Ao contrário, **são as práticas e os discursos que constituem o abrigo** [grifo nosso]: suas paredes, suas formas, suas aberturas e seus cadeados.

Portanto, não pretendemos desqualificar as relações afetivas que são construídas nos abrigos, e nem afirmar que o acolhimento familiar é melhor ou pior que o acolhimento institucional. Como afirma Costa & Rosseti-Ferreira (2009, p. 117):

Parece ser necessário romper com a dicotomia instaurada entre formas de acolhimento, em que se busca a defesa de uma como a melhor, única e mais adequada, em detrimento de outras. **O momento é de assumir que para trabalhar com uma realidade complexa precisamos de diversas formas de acolhimento, desde que todas sejam desempenhadas com qualidade e compromisso, o que envolve qualidade de ambientes, de pessoal, de capacitação inicial e em serviço, de conhecimentos técnicos, etc.** [grifo nosso].

Desta maneira, afirmamos a necessidade do fortalecimento do acolhimento familiar buscando ampliar as possibilidades de cuidado das diversas demandas que surgem nos casos de crianças e adolescentes que necessitam ser afastadas de suas famílias.

---

<sup>48</sup>A produção de subjetividade não é entendida “como sinônimo de individualidade, mas fabricada e modelada no social. Sendo assim, a subjetividade não é algo interno ao sujeito, mas é um modo de existência produzido por forças que não estão nem fora nem dentro dele, mas se interceptam e se conjugam, fazendo emergir certos padrões que, em determinado momento, se tornam hegemônicos, ditando as formas de viver, de se relacionar, de produzir, etc” (Ayres et al, 2010, p.425).

### **3- OS SEIS ANOS DE EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA FAMÍLIA ACOLHEDORA DE VITÓRIA-ES**

O Programa Família Acolhedora de Vitória tem como objetivo acolher, em famílias da comunidade, crianças e adolescentes, na faixa etária de 0 (zero) a 18 anos incompletos, vítimas de abandono, negligência e formas múltiplas de violência, como alternativa à institucionalização, garantindo o direito à convivência familiar e comunitária.

Podem se candidatar ao Programa Família Acolhedora pessoas residentes no município de Vitória, maiores de 25 anos, que tenham o desejo de acolher, por um tempo provisório, crianças e adolescentes nas condições já especificadas.

Uma vez acolhendo, a família recebe a guarda provisória da criança, em caráter excepcional, a fim de se evitar que ela permaneça nessa família sem proteção legal até o término do processo judicial, além do apoio psicossocial da equipe técnica e o auxílio financeiro mensal no valor de 60% do salário mínimo por criança e/ou adolescente acolhido.

Durante o período de acolhimento, a equipe acompanhará as crianças/adolescentes, famílias acolhedoras e famílias de origem por meio de visitas domiciliares, reuniões e encontros semanais, quinzenais ou mensais. Como estratégias de intervenção também estão os encaminhamentos à rede de serviços; estudo de caso em rede, articulação com o Sistema de Garantia de Direitos e elaboração de pareceres técnicos e relatórios diversos. Outra vertente fundamental na metodologia do trabalho do PFA é a realização de grupos com os sujeitos envolvidos no acolhimento familiar.

O Programa Família Acolhedora trabalha a tríade: família de origem – criança/adolescente acolhido – família acolhedora. Para tanto, é necessário desenvolver e garantir ações que visem ao fortalecimento e à reorganização das famílias de origem, possibilitando a ressignificação da situação de violação de direitos, o fortalecimento dos vínculos e da convivência familiar. Além disso, visa incentivar e oportunizar a convivência das crianças e adolescentes acolhidos com outras famílias, promovendo uma inserção e integração mais plena na comunidade; criar uma rede de solidariedade para amparar e compartilhar esforços entre as famílias acolhedoras e, por fim, dar suporte psicossocial às famílias acolhedoras.

#### **3.1 CONHECENDO AS FAMÍLIAS ACOLHEDORAS**

Ao longo de sua trajetória, o Programa Família Acolhedora apresentou uma demanda de 224 pessoas interessadas em conhecer ou, até mesmo, participar do Programa<sup>49</sup>.

---

<sup>49</sup>Levantamento realizado nas fichas de inscrição de famílias ao Programa Família Acolhedora. Trata-se do primeiro instrumento de habilitação da família no PFA. Ele é preenchido toda vez que uma família entra em contato com o Programa, seja por telefone, e-mail ou pessoalmente na sede.

Para participar do PFA as famílias passam por um processo de habilitação que consiste em visita domiciliar, entrevista individual com os membros da família e uma formação em grupo no qual são trabalhados temas como o papel do guardião, a questão do apego e desapego, desmitificação da família de origem, idealização da criança acolhida, além de troca de experiência com famílias que já realizaram o acolhimento.

Das famílias interessadas, 52 iniciaram o processo de habilitação e 27 finalizaram-no. Entretanto, apenas 15 famílias realizaram acolhimento de crianças.

Do universo dessas 15 famílias acolhedoras, 87% apresentam composição familiar nuclear, 7% monoparental e 7% ampliada. 80% das famílias apresentam filhos, sendo estes, ativos parceiros ao concordarem em participar do Programa e colaborarem com o acolhimento. Tais dados mostram que as famílias que se propõem a realizar o acolhimento de crianças e adolescentes são famílias com composição tradicional (pai, mãe e filhos), o que, segundo Couto et al (2011), reforça que, apesar das transformações ocorridas nos arranjos e composições familiares contemporâneas, ainda há a permanência de velhos padrões e expectativas da família burguesa no que diz respeito a seu funcionamento e desempenho de papéis (paterno e materno), independente do lugar social que ocupam na estrutura de classes sociais.

O grau de escolaridade dos 29 acolhedores (15 mulheres e 14 homens) perpassam pelo Ensino Fundamental (28%), Ensino Médio (28%), Ensino Superior (24%), Nível Técnico (10%), Pós-Graduação (2%) e Mestrado (3%).

As profissões dos acolhedores no grupo masculino estão, em sua maioria (93%), relacionadas a atividades com vínculo empregatício (público ou privado), e no grupo feminino, tal vínculo se reduz para 33%, aparecendo também mulheres já aposentadas, autônomas e do lar.

Importante destacar a presença de um elevado número de mulheres que têm certa disponibilidade durante o dia para o cuidado relacionado aos afazeres familiares. Para Martins et al (2010, p.364) “o fato de muitas mulheres serem classificadas como “do lar”, indica uma disponibilidade por parte das mesmas em realizar o acolhimento e oferecer dedicação quase integral ao cuidado das crianças”. Tal situação reforça o papel de centralidade da mulher na família, sendo muitas vezes delegado a ela o cuidado para com o outro.

Em relação à renda das famílias acolhedoras, foi possível verificar que 40% possuem renda de até 3 salários mínimos, 27% até 4 salários e 33% acima de 6 salários mínimos. Para o PFA a renda não é um critério de inclusão para habilitação ao acolhimento, de modo que os dados acima demonstram que boa parcela dos acolhedores possui uma faixa salarial modesta. Tal dado reforça que o acolhimento familiar se configura como uma prática realizada entre pessoas de camadas populares, formando assim uma rede solidária (SARTI, 1996).

No que diz respeito ao local de residência das famílias acolhedoras, 27% fazem parte da Regional de Santo Antonio (Santo Antonio, Mário Cipreste, Universitário, Estrelinha), outros

27% estão na Regional de Maruípe (Andorinhas, Itararé e São Benedito), 13% na Regional de São Pedro (São Pedro III e Nova Palestina I), 7% na Regional de Bento Ferreira (Bento Ferreira) e 4% da Regional Continental (Jardim da Penha). Essa divisão territorial reforça que a prática do acolhimento familiar no município de Vitória tem acontecido entre as camadas mais populares da região.

Quanto às motivações que levaram as famílias a realizarem acolhimento, foi possível levantar que 47% relacionam-se ao sentimento de ajudar/cuidar de uma criança em vulnerabilidade, 12% apontam motivações religiosas, 12% desejam vivenciar a prática do acolhimento como uma experiência para adoção futura, 12% para ter companhia, 6% dificuldade em ter filhos, 6% incentivo de terceiros, 6% tempo disponível.

Martins et al (2010) pontua que conhecer o motivo que levou uma família a participar do Programa é importante para avaliar a disponibilidade, principalmente a afetiva, e o desejo dessas famílias em desempenhar o acolhimento de crianças que se encontram em situações de vulnerabilidade e vitimização.

Outro fator que pode ter impulsionado ou influenciado as famílias na questão da motivação para participação no PFA, são os antecedentes familiares em relação a experiências de guarda provisória (10%), guarda irregular (10%), acolhimento de familiares (24%), adoção (19%) e processo de adoção (13%).

Como se pode verificar, 76% já tiveram alguma experiência de acolhimento em sua família antes do acolhimento familiar.

Em relação à quantidade de acolhimentos realizados pelas famílias acolhedoras 80% acolheram uma vez, 13% quatro vezes e 7% duas vezes.

### 3.2 A PRÁTICA DO ACOLHIMENTO FAMILIAR

Durante os seis anos de existência do Programa Família Acolhedora foram acolhidas, até o momento<sup>50</sup>, 29 crianças. Com o objetivo de refletir sobre a prática do acolhimento delas, extraímos dos prontuários alguns dados que se relacionam com as questões que pretendemos analisar: motivo do acolhimento, idade dos acolhidos, vínculos familiares, tempo de acolhimento e desfecho dos casos.

Entre os principais motivos para o acolhimento estão a negligência familiar (80%), violência doméstica física (12%) e abandono (8%)<sup>51</sup>. É preciso pontuar o que está sendo compreendido como negligência uma vez que o ECRIAD aponta que a pobreza não pode ser

---

<sup>50</sup>Dados referentes ao mês de julho de 2012.

<sup>51</sup>Dados extraídos a partir da guia de acolhimento emitida pela Vara de Infância e Juventude de Vitória ou relatórios do Conselho Tutelar, indicando o acolhimento.

motivo para o acolhimento. Conforme Nascimento (2011), a pobreza ainda continua sendo motivo para o acolhimento, mascarada no termo “negligência”.

[...] com a emergência do ECA a família pobre ganha um novo estatuto: família negligente, categorização que passa a justificar a intervenção estatal e a continuidade da prática de retirar crianças e adolescentes de suas famílias. Em poucas palavras: não se retira por pobreza, mas se retira por negligência e são os pobres os considerados negligentes. (Nascimento, 2011, p.2).

A faixa etária dos acolhidos varia de 1 até 10 anos, sendo predominante crianças que estão na primeira infância, porém com maioria acima dos 3 anos. Conforme Silva (2007, p.5) “o acolhimento nessa faixa etária, se mostra uma alternativa bastante adequada, porque garante o cuidado individualizado num momento do desenvolvimento em que a criança mais precisa dele”.

O Programa Família Acolhedora não vivenciou experiência de acolhimento de adolescente. Destacamos que o acolhimento deste público é um desafio para o PFA, devido ao perfil desejado pelas famílias acolhedoras. Percebe-se resistência ao acolhimento de adolescentes, que precisam ser desmitificadas no processo de habilitação das famílias e assim desafiar-las ao acolhimento dessa faixa etária. Também se coloca como desafio a compatibilidade da modalidade de acolhimento do PFA (média permanência) com as poucas possibilidades de reintegração familiar e/ou adoção que essa faixa etária apresenta.

Em relação aos vínculos familiares, a maior parte das crianças acolhidas (80%) possuía um vínculo afetivo com sua família de origem ou extensa. Mesmo com o contato suspenso judicialmente, algumas demandavam a presença da família e demonstravam sentir saudade dela ou de pelo menos um familiar. Outras crianças não possuíam essa demanda, afirmando não sentir falta da família de origem e desejando ter uma nova.

De todas as crianças que passaram pelo Programa nos seis anos de existência, 18 foram reintegradas, sendo 8 em sua família de origem e 10 na família extensa. Foram encaminhadas 5 crianças para a colocação em família substituta na modalidade de adoção, 2 foram transferidas para o acolhimento institucional e 1 evadiu da residência da família acolhedora. Atualmente o Programa está com 3 acolhidas, número este devido a Audiência Concentrada que ocorreu no mês de junho de 2012 onde 5 crianças foram reintegradas a família extensa e 2 foram adotadas.

Um ponto importante do acolhimento familiar é o vínculo estabelecido entre criança/adolescente e família acolhedora. Tal questão, inclusive, se apresenta como um dos maiores receios das famílias antes de acolher, pois temem um futuro sofrimento com o desligamento da criança. Durante o acompanhamento psicossocial e as intervenções em grupo, a equipe técnica busca trabalhar este assunto ponderando que o afeto é imprescindível ao sucesso do acolhimento e que, portanto, é preciso aprender a ressignificá-lo.

Cada família adota uma forma de lidar com o rompimento, umas decidem por “emendar” um acolhimento no outro, outras solicitam um tempo antes de acolher novamente e algumas optam em não continuar acolhendo. Uma estratégia adotada pelo PFA, nessa fase do acolhimento, tem sido a manutenção do contato com a criança após a reintegração, o que consideramos como o mais saudável para a criança/adolescente. Isso acontece quando há o interesse e consentimento da família de origem e da família acolhedora. Nos casos em que isso foi possível, observamos que família acolhedora e a família de origem estabeleceram relação de amizade e apoio mútuo.

### 3.3 AS FAMÍLIAS DE ORIGEM ACOMPANHADAS

O PFA tem como um dos seus objetivos específicos desenvolver e garantir ações que fortaleçam as famílias de origem, possibilitando sua reorganização e o fortalecimento dos vínculos e da convivência familiar, pois entende que é preciso acreditar nas potencialidades da família. As ações do Programa visam trabalhar as relações familiares, os vínculos afetivos e a competência dos pais/responsáveis, tendo como objetivo prioritário a convivência familiar e comunitária.

Segundo o Plano Nacional (2006), o apoio às famílias e seus membros deve ser concretizado na articulação eficiente da rede de atendimento das diferentes políticas públicas.

O investimento que o PFA faz na família tem o intuito da reintegração da criança/adolescente acolhido a sua família de origem. Para tanto, são promovidos encontros semanais das crianças com familiares, fortalecendo, assim, os vínculos. Havendo a reintegração familiar, a equipe técnica do PFA continua acompanhando a família da criança por até dois anos, com o intuito de garantir a permanência da criança em sua família de origem, evitando, assim, novas retiradas. Durante esse período, o acompanhamento é realizado por meio de visitas domiciliares, atendimentos individuais, contato telefônico e encaminhamentos à rede de serviços do município.

Conforme os dados coletados, as 29 crianças acolhidas nos seis anos do Programa em Vitória, eram oriundas de 20 famílias do município. No momento de sua retirada, 35% das crianças tinham como pessoas de referência só a mãe e em outros 35% o pai e a mãe. Verificam-se também como figura de referência o tio (5%), o padrasto (5%), a avó ou bisavó (10%) e cuidadora (10%). Evidencia-se assim, a questão de gênero que se revela na responsabilidade da mulher pelos cuidados dos filhos.

Observa-se que, no momento da retirada das crianças, a maioria das pessoas de referência das crianças estava desempregada (24%) e as ocupações dos cuidadores, em sua maioria, se configuravam como trabalhos informais que necessitam de pouca qualificação, tais como pedreiro (10%), entregador (3%), flanelinha (6%), doméstica (10%). Ocupações que

exigem uma formação maior tais como cabeleireira (3%) e operador de máquinas (3%) também aparecem.

Analisando esses dados, verifica-se que a exclusão do mercado de trabalho tanto do ponto de vista do vínculo trabalhista, quanto do ponto de vista da ocupação é comprovada, pois os sujeitos estão praticamente ausentes da esfera produtiva e do setor público, sendo que se pode verificar a fragmentação, desqualificação e instabilidade de várias ordens que demonstram a diminuição da força de trabalho (FÁVERO, 2008).

Os dados referentes à renda das pessoas de referência mostram que 47% não possuíam renda, na época da retirada das crianças, 22% recebiam entre R\$500,00 e R\$700,00. Em 19% dos casos, a renda era menor que R\$500,00 e outros 12% recebiam mais de R\$1000,00. Desta forma, constata-se a necessidade do desenvolvimento do fortalecimento das potencialidades dos sujeitos na busca da autonomia da família, para que estas tenham direito ao trabalho e à renda alcançando assim, a independência e a manutenção da vida com dignidade.

#### 4- CONSIDERAÇÕES

Este artigo apresentou a experiência de seis anos do Programa Família Acolhedora de Vitória-ES destacando a caracterização das famílias acolhedoras e de origem acompanhadas e a experiência do acolhimento de crianças no Programa.

A captação de famílias acolhedoras se apresenta como um desafio para o Programa. Com vistas à expansão do acolhimento familiar em Vitória, o PFA passou a dispor, recentemente, de um profissional responsável pela divulgação do Programa e pela captação de famílias e novas ações já estão em curso.

A prática do acolhimento familiar no município vem apresentando resultados positivos na garantia do direito à convivência familiar e comunitária das crianças acolhidas, considerando que, na maioria dos casos acompanhados pelo Programa Família Acolhedora, a reintegração à família de origem ou extensa foi efetivada. Como centralidade do trabalho coloca-se a aposta nas potencialidades das famílias de origem e/ou extensas que, em suas fragilidades, devem ser apoiadas e fortalecidas pelas políticas sociais.

#### 5- REFERÊNCIAS

AYRES, L. S. M., COUTINHO, A. P. C., SÁ, D. A., ALBERNAZ, T. Abrigo e Abridados: construções e desconstruções de um estigma. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, UERJ, RJ, ano 10, n.2, (p. 420-433).

BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Lei 8.069 de 13 de Julho de 1990.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004 e Norma Operacional Básica – NOB/SUAS*. Brasília: 2005. 175 p.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social & Secretaria Especial de Direitos Humanos. *Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária*. Brasília, 2006.

CABRAL, C. (2004). Perspectivas do Acolhimento Familiar no Brasil. In CABRAL, C. (Org.), *Acolhimento familiar: Experiências e perspectivas* (p.10-17). Rio de Janeiro: UNICEF/ Terra dos Homens/ Booklink.

COELHO, D. C. G. As Políticas de Atenção à Criança e ao Adolescente no Município de Serra: Desconstruindo Vilões e Mocinhos. *Dissertação de Mestrado, Programa de Pós Graduação em Psicologia Institucional*, Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2010.

COSTA, N. R. A. & ROSSETI-FERREIRA, M. C. Acolhimento Familiar: Uma Alternativa de Proteção para Crianças e Adolescentes. *Psicologia Reflexão e Crítica*, 22(1), 2009, p. 111-118.

COUTO, B. R.; YASBEK, M. C.; RAICHELIS, R.. A Política Nacional de Assistência Social e o Suas: apresentando e problematizando fundamentos e conceitos. In COUTO et al (Orgs.). *O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento*. São Paulo: Cortez, 2011. p. 32-65.

FÁVERO, E. T.; VITALE, M. A. F.; BAPTISTA, M. V. (Orgs). Famílias de crianças e adolescentes abrigados: quem são, como vivem, o que pensam, o que desejam. São Paulo: Paulus, 2008. 211 p.

GUEIROS, D. A; OLIVEIRA, R. C. S. Direito à convivência familiar. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n.81, p. 117 – 134, mar. 2005.

MARTINS, L. B., Costa, N. R. A.. & ROSSETI-FERREIRA, M. C.. Acolhimento familiar: caracterização de um programa. *Paidéia*, v.20, n.47, 2010, p. 359-370. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-863X2010000300008](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2010000300008). Acesso em 12 de julho de 2012.

MIOTO, R. C, T. Cuidados dirigidos à família e segmentos sociais vulneráveis. Universidade de Brasília. *Cadernos Capacitação em Serviço Social e Política Social*. Brasília: CEAD, 2000. Mod.4. p.215-224.

\_\_\_\_\_. Família, trabalho com famílias e Serviço Social. *Serviço Social Revista*. Londrina, v.12, n.2, jan./jun. 2010. p.163-176.

NASCIMENTO, M. L. *Criminalização da pobreza, moralização das famílias, direito à convivência familiar: aproximações entre proteção e negligência*. Texto produzido para o IV Seminário de Convivência Familiar e Comunitária. Vitória, 2011. Disponível em: [http://sistemas6.vitoria.es.gov.br/diario/arquivos/20111020\\_seminario\\_semas\\_texto\\_maria.pdf](http://sistemas6.vitoria.es.gov.br/diario/arquivos/20111020_seminario_semas_texto_maria.pdf).

SARTI, C. A. *A família como espelho*. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.

SILVA, A. P. (Org.). Grupo de Trabalho Nacional Pró Convivência Familiar e Comunitária – Fazendo Valer um Direito. *Caderno 3. Famílias Acolhedoras*. ABTH, UNICEF, 2007.

VALENTE, J. A. G. *O acolhimento familiar como garantia do direito à convivência familiar e comunitária*. São Paulo, 2008. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Pontifícia Universidade de São Paulo (PUC/SP).

VITÓRIA. Lei nº 8.216, de 16 de janeiro de 2012. *Institui o Sistema Municipal de Assistência Social do Município de Vitória, e dá outras providências*. Disponível em: <http://sistemas.vitoria.es.gov.br/webleis/Arquivos/2012/L8216.PDF>.

### ARTIGO 3: CORINGA E O JOGO DO PERVERSO

Nayara Girelli / Graduada Letras – UFES<sup>52</sup>

“Naqueles instantes derradeiros  
as pessoas revelam quem são”  
Coringa

Palavras-chave: Coringa, palhaço, história em quadrinhos, educandos

Resumo: Ressignificação do personagem das histórias em quadrinhos (HQ), o: Coringa, com educandos em medida sócio-educativa *\_Liberdade Assistida (LA)\_* através dos percursos históricos que levaram esses meninos a associarem a imagem do palhaço à morte de policial.

Wood Allen, em seu filme “Tudo pode dar certo”, através de seu personagem principal, Bóris *\_que além de ser um suicida fracassado\_* um físico que quase ganhou o prêmio Nobel, logo no início do filme nos entrega a principal falha das teorias filosóficas e políticas que permeiam o mundo:

São ótimas ideias. Todas elas, mas todas sofrem de uma falha fatal. (...) Todas elas são baseadas na ideia falaciosa que as pessoas são, essencialmente, decentes. Dê a elas a chance de fazer o certo e elas o farão<sup>53</sup>.

De cabelos verdes, pele alva, roupas espalhafatosas, planos mirabolantes e sagacidade a toda prova que fazem cada aparição um grande evento, este personagem audacioso que tem um indelével sorriso e aparência histérica consegue se despir desta utopia social e enxergar a alma humana assim como ela é: *as pessoas são tão boas quanto o mundo permite*<sup>54</sup>. Enquanto Bóris nos traz sua teoria sobre o fracasso das filosofias, o Coringa tenta aproximar teoria à prática submetendo o povo de Gotham City a experimentos sociais, mas tudo com grandes doses de humor *a la coringa*, porque para um palhaço *matar de rir é o melhor remédio*<sup>55</sup>.

A necessidade de estudar este personagem surge de uma observação feita a partir de oficinas no CREAS da região de Maruípe, especificamente voltada para adolescentes integrantes da medida protetor *Liberdade Assistida (LA)* em cumprimento da medida sócio-educativa. Os oficinairos

<sup>52</sup> Educadora social e atualmente oficinaira do projeto Cajun e antiga oficinaira do CREAS

<sup>53</sup> Filme: *TUDO PODE DAR CERTO*. 00:01:47

<sup>54</sup> Filme: *BATMAN, O CAVALEIRO DAS TREVAS*

<sup>55</sup> Filme: *BATMAN, O CAVALEIRO DAS TREVAS*

de Literatura, Teatro e Hip Hop selecionavam personagens que pudessem interessar aos educandos, que a princípio usariam estas imagens para ensiná-los a transformá-las em moldes vazados (*stencil*) o que seria ponto de partida para o estudo da obra destes mesmos (cantores, personagens, escritores). Uma curiosidade que surgiu é que tanto os educandos do turno vespertino quanto do matutino, a presença do Coringa foi unânime e alguns deles ou mostraram suas tatuagens ao qual o palhaço estava traçado pelo corpo ou relataram sobre amigos que também tinham a figura tatuada. O Coringa para estes adolescentes significa a morte de um policial, o que dentro deste grupo gera certo status e admiração pelos companheiros. Depois de detectado essa inversão de valor, viu-se a necessidade de estudar este personagem caminhando na direção de que percebessem que se apropriaram de uma simbologia que veio de fora para dentro, na busca por algo com que se identifiquem. O intuito era mostrar que todo mundo precisa encontrar algo que lhe faça ter a sensação de pertencimento a um grupo (isso nos dá segurança etc.) e que isso pode ser reinventado. O objetivo era fazer com que estes adolescentes chegassem a conclusão de que o Coringa é um psicótico fruto de atrocidades sociais, sem perspectiva e projeto próprio e aqui serão relatados estes caminhos percorridos para alcançar o objetivo.

Tendo como ponto de partida para discussões e material de estudo o filme *BATMAN: O CAVALEIRO DAS TREVAS* e o HQ *BATMAN: A PIADA MORTAL*, foi desenvolvido uma metodologia a qual pudessem realmente conhecer o Coringa, seus ideais e seus traumas para que assim o sentimento de admiração se transformasse, já que muito deles cultuavam o vilão mas de fato, não o conheciam. O plano de estudo então se resume em 6 etapas distintas:

- 1- Bate-papo com o tema: “Quem é o Coringa?”
- 2- Assistir ao filme “Batman, cavaleiro das trevas”
- 3- Reflexão sobre o filme
- 4- Leitura do HQ “Batman: Piada Mortal”
- 5- Reflexão sobre o HQ
- 6- Pintura do Coringa através da técnica *stencil*, (reprodução de imagens)
- 7- Mural para exposição destas pinturas
- 8- Reflexão geral sobre a atividade como um todo, fazendo um contraponto sobre a ideia do Coringa, antes e depois do plano de estudo.

Todos os meninos que participaram das oficinas, apesar da falta de uma pesquisa que comprovasse sua classe social, aparentavam ser de classe baixa e eram todos da região da grande São Pedro, com um destaque maior para dois bairros: Ilha das Caieiras e Resistência. Adolescentes entre 14 e 17 anos no qual tinham um domínio mínimo da escrita e leitura, ressaltando que alguns deles erravam a grafia de seus próprios nomes. A maioria possuía mães analfabetas e semi-analfabetas. Refiro-me especificamente às mães e não aos pais devido à ausência destes nos acompanhamentos.

Logo na nossa primeira conversa apetece saber o motivo que os faziam tanto admirar o personagem, como um artifício para provocar a fala. Dentre essas conversas, logo revelaram que o Coringa \_dentro do grupo que pertenciam, as margens das leis que a sociedade impõe como necessárias para garantir a ordem e o bem estar social\_ o palhaço era como um herói e essa identificação vinha de um objetivo comum, a eterna tentativa de derrubar o inimigo que tanto incomoda.

Apesar de nunca terem feito uma comparação do Coringa que os foi apresentado pela vida e dos HQs, ainda assim significava na cadeia e nesses subgrupos que a imagem tatuada significava a morte/homicídio de um policial, simulacro do objetivo do palhaço na ficção: a luta contra Batman e Gordon. Falavam isso como se houvesse uma admiração e certa exaltação na fala, assim como quem soleniza o feito de um jogador de seu time em uma roda de amigos. Acreditavam que os policiais com suas atitudes de abuso de poder e descaso eram um segmento social que “pedia” por isso. Vários relatos começaram a surgir de experiências que tinham com policiais que abusavam e não respeitavam seus direitos como: abordagens constrangedoras, falsos relatos sobre conduta, surras abusivas escondidas pelas ruas, falsos flagrantes, humilhação dentre tantas outras. Eram tantas histórias que a partir daquele ponto o problema era fazê-los parar de falar. A comunhão destas histórias e saber que tantos lidam com os mesmos problemas, além da certeza de incapacidade perante a lei, sentem que não possuem uma voz ativa diante destas injustiças cometidas.

O Coringa a todo tempo tenta provar, através do Batman e do Gordon, que esse contrato social ético que nos é imposto socialmente só é seguido desde que, não termos de escolher dentre o outro e si mesmo e todas as crenças e valores que supostamente se vive sofre adaptações para poder escolher a si próprio. Através do filme e do HQ, a ideia era que eles próprios chegassem a conclusão de que o Coringa é um psicótico, que o objetivo dele não é matar o Batman, mas enlouquecê-lo (o que mostra que ele é, de certa maneira, dependente do Batman, ao colocá-lo como alvo preferido de todas as suas ações), assim registramos os principais pontos e conclusões que se seguiu neste percurso histórico do palhaço das trevas, em uma análise

simplista, um infeliz, sem perspectivas de vida e de ação, que não tem um projeto próprio à parte do Homem-Morcego. Sem o Batman, não é nada.

Não quero matar você, eu preciso de você.<sup>56</sup>

Coringa

O Batman vive para defender a honra das pessoas de sua cidade onde juntamente com o comissário Gordon representa o ideal de valores e moral. Vítima também de violência social (assassinato de seus pais), este é o ponto comum entre o herói e o vilão. O Coringa também é fruto de uma violência social, entre o filme e o HQ, ele nos apresenta três possibilidades que o levaram a ser quem ele é, afinal como ele mesmo diz, se for para ter um passado, de preferência que seja de múltipla escolha.<sup>57</sup> Dentre as opções no filme ele relata duas maneiras diferentes da origem das cicatrizes no rosto, a primeira que seu pai era um debochado e drogado e que em uma noite, sua mãe para se defender pegou uma faca na cozinha, o pai conseguiu tomar a lâmina de volta e ao virar para o menino o pergunta porque ele está tão sério e assim decidiu colocar um sorriso na sua cara. A segunda é que ele possuía uma mulher muito bonita que vivia o criticando por ele ser sério demais e que ele devia sorrir mais. Envolvida com agiotas, um dia retalharam sua cara e como o casal não tinha dinheiro para a cirurgia, ela não aguentou. Ele como um gesto de amor à esposa, enfiou uma navalha na boca e fez as cicatrizes, a mulher não aguentou a bizarrice e foi embora. Já a versão contada na HQ \_a versão mais completa\_ conta que ele trabalhava em uma fábrica de produtos químicos e que largou o emprego para ser comediante, fracassado se envolve em um roubo a sua antiga empresa para conseguir dar uma vida melhor para sua mulher e seu filho que está por nascer. Logo na noite do assalto, sua mulher morre eletrocutada por um aparelho doméstico, mas ele é obrigado a seguir o plano por seus comparsas. Quem aparece para impedir o roubo é seu arqui-inimigo, desesperado se joga no rio que a empresa despejava seus resíduos químicos e assim se torna o então Coringa que conhecemos. O susto foi maior que sua mente terrivelmente atormentada pode suportar perdendo definitivamente a sanidade mental. Como se pode notar em ambas as histórias ele é vítima de alguma violência social, seja familiar, conjugal ou econômica. A última versão é mais completa porque traz informações que explicam suas habilidades que compõem sua personalidade, ele é a fusão de elementos extremamente carregados semanticamente no mundo contemporâneo: o entretenimento (já que se veste de palhaço) e a ciência (já que ele é, hipoteticamente, um químico). Talvez a incrível habilidade em ler os pensamentos alheios \_principalmente aqueles inconfessáveis\_ venha da fórmula do humor: rebaixar o ser humano,

---

<sup>56</sup> Filme: *BATMAN, O CAVALEIRO DAS TREVAS*

<sup>57</sup> *BATMAN: A PIADA MORTAL*

enxergar a alma e seus recalques, esse despir-se do ser humano ideal. Talvez seja daí suas habilidades com a psicologia.

Essa fusão forma o nosso vilão, que representa a falência das narrativas modernas e a crença no progresso que munido destas habilidades, as usa para enlouquecer suas vítimas proporcionando o que os separa, *um dia ruim*<sup>58</sup>. Basta um dia ruim. Sempre com sarcasmo à “flor da pele”, constrói situações nas quais as vítimas passam a acreditar que elas tem um percentual de culpa por alguma catástrofe provocada pelo próprio Coringa, e por estas “piadas mortais” está disposto a sacrificar a própria vida. Sorri diante de um fracasso e isto é algo que Batman nunca consegue compreender realmente, causando também uma certa obsessão pelo vilão. Se a qualidade de um herói é medida por seus inimigos, temos o Batman na mais alta-estima. Diferente dos outros heróis, sem poder sobre-humano algum ele é reconhecido especificamente por suas habilidades humanas – intelecto, habilidades investigatórias, tecnologia e um físico bem preparado<sup>59</sup>. Juntos compõem o que a psicologia define como relação perversa ao qual um tenta perverter o outro: o herói tenta converter o bandido e o vilão derrotar o único homem que crê rivalizar com ele em genialidade, convertendo-o ao mundo dos loucos. Não apenas derrotá-lo, mas sim mostrar que tinha razão em ser louco, caótico e sem esperanças. Afinal, quem é o certo nesta história: O Coringa que quer provar a todos sobre a loucura ou o Batman que tenta mostrar o "LADO CORRETO" da justiça? Mas a maior indagação tanto na história de ficção quanto na realidade é porque algumas pessoas escolhem a marginalidade como refúgio?

É Alfred, o famoso mordomo de Bruce Wayne quem primeiro consegue entender a lógica do pensamento do inimigo:

Alguns homens não procuram nada lógico<sup>60</sup>

No entanto, Coringa tem um lado muito interessante que é o questionamento das lógicas da linearidade, da univocidade etc., o que é uma contribuição muito positiva. Ele traz paradigmas para questionamentos, padrão social e crenças que são seguidos sem haver questionamento do porque segui-los. Reconhece-se que a figura sedutora do Coringa é inteligente, e que para convencer suas vítimas os levam a pensar com os “calcanhares de Aquiles” do ser humano: na ganância, raiva, culpa, recalques, vingança, obsessão e sonho. Mas vale retomar que o conceito de inteligência é muito relativo: é inteligente quem devota seus dotes intelectuais à destruição alheia que, em última instância, culminam na própria destruição?

---

<sup>58</sup> BATMAN: A PIADA MORTAL

<sup>59</sup> <http://pt.wikipedia.org/wiki/Batman>

<sup>60</sup> Filme: *BATMAN, O CAVALEIRO DAS TREVAS*

De acordo com João Moreira Salles \_no Festival Internacional de Documentários “É Tudo Verdade” \_ nós quanto sociedade já não olhamos mais nos olhos do menino que vende bala, mas sim para o que nos aponta uma arma. Assim, ontologicamente, muito menino acaba se afirmando pelo mau o que causa nossas tragédias contemporâneas. Não que se justifique as escolhas destes meninos pela vida do crime e sim chegamos a um paradoxo (e este como tal não foi feito para ser resolvido): quem são os culpados por tanta violência, estes menores infratores que vangloriam a queda de um homem da lei devido as atrocidades cometidas por estes ou os policiais estão cada vez mais abusivos por conta da ousadia destes menores infratores? A nós já não importa mais quem é o culpado por esse ressentimento social e o ódio indiscriminado que se instaurou de ambas as partes. Se antes as narrativas policiais o assassino era encontrado com base na antiga chave: quem entre os personagens, de fato, tinha motivo para matar. Não em um tempo onde os assassinatos e atrocidades pode ser cometida tanto por criminosos quanto pelas instâncias responsáveis por assegurar a ordem e a lei. Ainda João Moreira Salles

Segundo o comandante da Polícia Militar que assumiu agora o psoto, no governo de Benedita da Silva, e que me parece um sujeito muito correto, declarou que nós não vivemos numa guerra civil. Segundo ele, o que existe na cidade são favelas, onde grupos fortemente armados ameaçam a população. Acho até que ele tem certa razão, porque a guerra exige certa formalidade, exige estratégias, exige clareza de adversário e, principalmente, exige objetivos. Nós não temos objetivo. Eu me pergunto “qual o motivo dessa matança?”, e não encontro nenhum. Nossa violência é difícil de ser circunscrita teoricamente. Ela escorrega, ela escapa. Como é que se percebe aquilo que não tem razão, que não tem objetivo, que não chega a lugar nenhum? Acredito que as explicações clássicas sobre a violência no Brasil, desigualdade social etc., explicam parte do fenômeno, mas não totalmente. Aliás penso que explicam uma parte do fenômeno, mas não totalmente.<sup>61</sup>

O Coringa logo nos primeiros cinco minutos de filme faz uma afirmação que nos aponta um dos resultados desta trágica relação: “O que não nos mata só nos deixa mais estranhos”. Então estes meninos que se criam nos berços destas atrocidades, como esperar destes uma conduta de recuperação do seu olhar diante da sociedade? Criados sem perspectiva de futuro promissor em uma sociedade totalmente capitalista onde se é julgado e respeitado pelo que se tem e não pelo que se é, sem direito a uma educação e saúde de qualidade. Kal Marx nos aponta os principais culpados por termos chegado a este ponto. Nós mesmos. Criamos os bandidos para depois puni-

---

<sup>61</sup> MOURÃO, Dora Maria. LABAKI, Amir. O Cinema Do Real: Organização de Maria Dora Mourão e Almir Labaki. SALLES, João Moreira. Imagens em Conflito. São Paulo: Cosac Naify, 2005. Pag 82-95.

los. Chegamos a um ciclo social tão perigoso onde todos são reféns de todos, vítimas e culpados.

Apesar desta desordem que parece reger o pensamento do inimigo, o Coringa parece ser o único a enxergar as coisas como são, as pessoas e suas fraquezas e virtudes. Assim como em Shakeaspeare e seu eterno vilão Iago ao qual conseguia enxergar a alma do Mouro e através de seu psicológico botar em prática seu plano. Ainda neste campo psicológico são esses pensamentos inconfessáveis que todos temos que o Coringa parece ler. O Coringa nos traz uma crítica social que o militante político/escritor/chargista/etc Ziraldo nos faz refletir em sua coletânea de tirinhas “Jeremias, O Bom”, como ser bom em um mundo que as pessoas não são tão boas?

Apesar desta desordem que parece reger o pensamento do inimigo, o Coringa, assim como outros vilões, parece ser o único a enxergar as coisas como são, as pessoas em suas fraquezas e virtudes. Parece-nos que enquanto os heróis idealizam o outro, mesmo que este melhor nem venha existir, os vilões lidam com o momento presente. Assim é Iago, o célebre vilão de Shakeaspeare, na luta para tomar o lugar de Otelo, toda sua trama se baseia em recalques existentes na alma do mouro e dos outros personagens, seu plano se baseia totalmente no psicológico dos personagens. Ainda neste campo, são esses pensamentos inconfessáveis que todos temos que o Coringa parece ler. O Coringa nos traz uma crítica social que o militante político/escritor/chargista/etc Ziraldo nos faz refletir em sua coletânea de tirinhas “Jeremias, O Bom”, como ser bom em um mundo que as pessoas não são tão boas?

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALLEN, Wood. Filme: *TUDO PODE DAR CERTO*. EUA, 2010. 92 min.

HQ, BATMAN: A PIADA MORTAL <http://paranoidzine.blogspot.com.br/2009/01/batman-piada-mortal-1988-download.html>

MOURÃO, Dora Maria. LABAKI, Amir. O Cinema Do Real: Organização de Maria Dora Mourão e Almir Labaki. SALLES, João Moreira. *Imagens em Conflito*. São Paulo: Cosac Naify, 2005. Pag 82-95.

NOLAN, Christopher. Filme: *BATMAN, O CAVALEIRO DAS TREVAS*. EUA/Reino Unido, 2008. 152min.

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Batman>

## ARTIGO 4: ESCREVENDO CAMINHOS: CONSTRUINDO HISTÓRIAS A PARTIR DA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA

Adriana Lúcia de Souza Zoppi<sup>62</sup>  
Mônica Aparecida da Silva Gomes Scárdua<sup>63</sup>  
Roseane Pimentel Rhodes Gonçalves Fernandes<sup>64</sup>  
Vanessa Pereira Rocha Vargas<sup>65</sup>

**RESUMO:** O presente trabalho trata-se de um projeto de intervenção em curso, motivado a partir da realização pelas autoras em tela de um curso de formação sobre Risco Social, desde agosto de 2011, oferecido pela Prefeitura Municipal de Vitória. Sua abordagem é qualitativa e vem sendo realizado juntamente a 02 (dois) jovens<sup>66</sup> que cumprem Medida Socioeducativa (MSE) de Liberdade Assistida (LA) de 06 (seis) meses a 01 (um) ano no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) Bento Ferreira. Ambos iniciaram a medida a partir do mês de janeiro/2012, sendo 01 (um) residente no microterritório A e 01 (um) no microterritório B<sup>67</sup>. O objetivo geral do trabalho é o de proporcionar a reflexão e a ressignificação do ato infracional a partir do cumprimento da LA, por meio da elaboração de uma monografia em que o socioeducando abordará suas perspectivas de futuro e como ele tem construído sua trajetória de vida mediante o cumprimento de medida socioeducativa de LA no espaço do CREAS. Ao final é prevista a apresentação da monografia pelos socioeducandos.

**Palavras-chave:** Medida Socioeducativa, liberdade assistida, ato infracional.

### 1 . INTRODUÇÃO

Com o Estatuto da Criança e do Adolescente, em julho de 1990, os adolescentes que cometem ato infracional, passam a receber medidas socioeducativas, dentre elas a LA e a PSC, ambas

---

<sup>62</sup> Psicóloga pela Universidade Federal do Espírito Santo (2002), especialista em Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes (Universidade de São Paulo - 2006) e em Saúde Coletiva com Ênfase em Saúde da Família (Faculdades Integradas São Pedro - 2006). [adrianasouzas@bol.com.br](mailto:adrianasouzas@bol.com.br) / 3381-3414.

<sup>63</sup> Psicóloga pela Universidade Federal do Espírito Santo (2007). [monicascardua@yahoo.com.br](mailto:monicascardua@yahoo.com.br) / 3381-3414

<sup>64</sup> Assistente Social pela Universidade Federal do Espírito Santo (2008), especialista em Gestão Pública Municipal (Instituto Federal do Espírito Santo, 2011). [Roseanefernandes2006@hotmail.com](mailto:Roseanefernandes2006@hotmail.com) / 3235-2605

<sup>65</sup> Assistente Social pela Universidade Federal do Espírito Santo (2004), especialista em Saúde Coletiva com Ênfase em Saúde da Família (Faculdades Integradas São Pedro - 2006). [rochapvanessa@hotmail.com](mailto:rochapvanessa@hotmail.com) / 3381-3414.

<sup>66</sup> Cabe sinalizar que o projeto está sendo aplicado a dois jovens, uma vez que quando o ato infracional foi cometido, os jovens em questão ainda eram adolescentes, conforme os critérios apresentados pelo ECRAD.

<sup>67</sup> Microterritório A: Compreende os bairros: Consolação, Nazaré, de Lourdes, Maria Ortiz e Jabour. Microterritório B: Compreende os bairros: Barro Vermelho, Bento Ferreira, Enseada do Suá, Ilha de Santa Maria, Ilha de Monte Belo, Praia do Suá, Praia do Canto, Santa Helena, Santa Lúcia, Santa Luiza.

executadas, no município de Vitória, pelo CREAS desde julho de 2010 quando este foi implantado na capital.

O tema adolescente em conflito com a lei vem despertando interesse de matérias jornalísticas e televisivas, pesquisas acadêmicas e de natureza prática, além disso, tem pautado várias discussões no âmbito das políticas públicas e sociais, seja na área de Assistência Social, Direitos Humanos, Direito, Cidadania, Juventude, dentre outros.

Sendo assim, torna-se relevante compreender a temática, haja vista que, atualmente, faz parte das ações do SUAS, em específico, das atividades da Proteção Social Especial de Média Complexidade no CREAS.

A execução do presente projeto torna-se relevante, uma vez que objetiva contribuir com a reflexão e a ressignificação do ato infracional a partir da medida socioeducativa de LA desenvolvida no âmbito do CREAS Bento Ferreira, mediante a elaboração de uma monografia em que o adolescente/jovem abordará suas perspectivas de futuro e como ele tem construído sua trajetória de vida a partir do cumprimento da LA. Ao final, prevê-se a apresentação deste trabalho aos familiares, aos profissionais e a outros usuários.

Especificamente, objetiva ainda identificar com o adolescente/jovem o impacto do ato infracional e da LA na sua experiência de vida e na de sua família; compreender a sua trajetória de vida no seu contexto familiar e comunitário até sua vivência de liberdade assistida; discutir com o adolescente/jovem e sua família a construção de um novo projeto de vida; fortalecer no adolescente/jovem e em sua família a ideia de responsabilidade, bem como a capacidade de continuar agindo responsabilmente após o cumprimento da medida socioeducativa.

## **2. HISTÓRICO DA POLÍTICA DE ATENDIMENTO**

O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) trata-se de Lei aprovada em janeiro de 2012 (Lei 12.594/2012), que tramitou no Congresso Nacional através do Projeto de Lei 1627/2007. Antes de tornar-se Lei, o SINASE tinha sido aprovado pela Resolução nº 119/2006 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA).

A função do SINASE é orientar a aplicação e a execução das medidas socioeducativas no Brasil, previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, as quais compreendem: medida em meio aberto (advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade -

PSC, liberdade assistida - LA) e medidas em meio fechado (inserção em regime de semiliberdade, internação em estabelecimento educacional - art. 112), além de medidas protetivas no art. 101, I a VI (BRASIL, 1990). Conforme esse Sistema, a execução das medidas em meio aberto é de competência municipal, enquanto que as em meio fechado competem ao estado.

A Lei 12.594/2012 indica que as medidas em meio aberto são a melhor alternativa para a inserção social dos adolescentes e sua implementação objetiva o desenvolvimento de uma ação socioeducativa, sustentada nos princípios dos direitos humanos, tendo bases éticas e pedagógicas. Esse Sistema intenta dar concretude à mudança de paradigma instaurada pelo ECRAD, abordando a questão infracional com o interesse da reinserção social e não da perspectiva do adolescente como simples objeto de intervenção (COSTA, CORREIA e FRASSETO, 2010).

O SINASE pode ser considerado um subsistema do sistema de proteção geral de direitos, o qual tem interlocução com outros subsistemas, em especial o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Este, em conformidade com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), organiza suas intervenções nos níveis de proteção social básica e especial de média e alta complexidade (BRASIL, 2004).

É importante considerar, no entanto, que até se chegar à PNAS e ao SUAS houve um contexto histórico de luta pela consolidação da assistência social como política pública. Um dos maiores marcos legais desse processo é a própria Constituição Federal de 1988, a partir da qual a assistência social é reconhecida como dever do Estado no campo da Seguridade Social, e não mais como uma política complementar.

Para regulamentar os artigos constitucionais 203 e 204, em 1993 foi publicada a Lei 8.742, denominada Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e, finalmente, em 2004, após ampla mobilização nacional, o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), atendendo às deliberações da IV Conferência Nacional de Assistência Social editou a Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004), que apresenta a perspectiva de implementação do SUAS (BRASIL, 2004).

O SUAS volta-se à articulação, em todo o território nacional, das responsabilidades, vínculos e hierarquias do sistema de serviços, benefícios e ações de assistência social, introduzindo uma

concepção de sistema orgânico, onde a articulação entre as três esferas de governo é um elemento fundamental (YASBECK, 2008).

Conforme já citado, os serviços prestados dentro do SUAS estão organizados em dois níveis de Proteção Social: Básica e Especial, esta última subdividida em Média e Alta Complexidade. Para detalhar essa organização e padronizar os serviços socioassistenciais, em 2009 o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) publicou a Resolução nº 109, intitulada Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2009).

A Tipificação também normaliza o nome das unidades de atendimento e o nível de proteção social a ser prestado por estas. Em se tratando do CREAS, este é apresentado como uma das unidades que deve prestar serviços especializados de Proteção Social Especial de Média Complexidade, dentre eles o Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de LA e PSC, preponderante no acompanhamento de adolescentes autores de ato infracional (BRASIL, 2004).

Por ser uma unidade de atendimento classificada como prestadora de Proteção Social Especial (PSE) de Média Complexidade, o CREAS é responsável por ações que minimizem o agravamento de situações de violação de direitos através de orientação e apoio especializados a famílias e indivíduos. Assim, os serviços prestados visam assegurar proteção social imediata e atuar na tentativa de interromper processos de ruptura de vínculos familiares e comunitários, prevenindo o acolhimento institucional, devendo ser desenvolvidos de modo articulado com a rede de serviços da assistência social, órgãos de defesa de direitos e demais políticas públicas.

No município de Vitória, o CREAS iniciou sua atuação em julho de 2010. Antes de sua implantação, os serviços prestados a pessoas com direitos violados eram executados de forma descentralizada e organizados em diferentes unidades de atendimento, sendo que o acompanhamento à LA e à PSC era realizado no então Programa de Liberdade Assistida Comunitária (LAC).

O LAC teve início em fevereiro de 2008 com o objetivo de atender adolescentes, encaminhados pela Vara Especializada da Infância e Juventude de Vitória (VEIJ), para o cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto de liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade. O Programa atuava diretamente com os socioeducandos, no intuito de

acompanhar, auxiliar e orientar o cumprimento das medidas, além de oportunizar a inclusão social e trabalhar os vínculos familiares e comunitários (VITÓRIA, 2009).

Com o CREAS, o Programa LAC se reorganiza na forma de Serviço Especializado para Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de LA e PSC, conforme previsto na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2009).

### **3. A PRÁTICA NO CREAS BENTO FERREIRA COM A MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE LIBERDADE ASSISTIDA**

A medida socioeducativa em meio aberto de liberdade assistida, doravante denominada LA nesse projeto, conforme o ECRIAD, consiste em:

Art. 118. A liberdade assistida será adotada sempre que se afigurar a medida mais adequada para o fim de acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente.

§ 1º A autoridade designará pessoa capacitada para acompanhar o caso, a qual poderá ser recomendada por entidade ou programa de atendimento.

§ 2º A liberdade assistida será fixada pelo prazo mínimo de seis meses, podendo a qualquer tempo ser prorrogada, revogada ou substituída por outra medida, ouvido o orientador, o Ministério Público e o defensor (BRASIL, 1990, p. 59).

Além disso, trata-se de uma determinação judicial de cumprimento obrigatório para o adolescente que dela é sujeito.

A execução dos Programas em Meio Aberto é, conforme o SINASE, de responsabilidade municipal. A partir daí, o trabalho do CREAS no acompanhamento da LA, tem por objetivos principais promover socialmente o adolescente e sua família, supervisionar a frequência e o aproveitamento escolar do adolescente, trabalhar a profissionalização do adolescente e de sua inserção no mercado de trabalho e apresentar relatório do caso à autoridade competente (BRASIL, 2012). Conforme a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, cabe ao CREAS:

“... realizar acompanhamento social a adolescentes durante o cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade e sua inserção em outros serviços e programas socioassistenciais e de políticas públicas setoriais; criar condições para a

construção/reconstrução de projetos de vida que visem à ruptura com a prática de ato infracional; estabelecer contratos como adolescente a partir das possibilidades e limites do trabalho a ser desenvolvido e normas que regulem o período de cumprimento da medida socioeducativa; contribuir para o estabelecimento da autoconfiança e a capacidade de reflexão sobre as possibilidades de construção de autonomies; possibilitar acessos e oportunidades para a ampliação do universo informacional e cultural e o desenvolvimento de habilidades e competências; fortalecer a convivência familiar e comunitária” (BRASIL, 2009, p. 24).

Desde a sua implantação, o CREAS vem desenvolvendo atividades com adolescentes que cumprem LA, medida socioeducativa do presente trabalho, a partir de uma metodologia que envolve diferentes profissionais, na perspectiva de um trabalho interdisciplinar, dentre eles: assistentes sociais, psicólogos, educadores sociais, oficinairos e outros.

Destaca-se que a interdisciplinaridade configura-se como a base de atuação do CREAS, que privilegia os diferentes olhares e as distintas contribuições profissionais, com o objetivo de qualificar e dinamizar as intervenções, possibilitar a troca de conhecimentos e o estudo intersetorial das situações atendidas e potencializar as respostas frente às complexas demandas apresentadas (BRASIL, 2011).

A intervenção com a família e com o socioeducando inicia-se com o seu acolhimento inicial, que se dá no âmbito da Vara Especializada da Infância e Juventude de Vitória, realizada por educadores sociais. Posterior é agendado nesse mesmo dia pelo educador social, uma data para o acolhimento da família no espaço do CREAS, em que uma equipe psicossocial, formada por assistente social e psicólogo, realiza o acolhimento do socioeducando e sua família, intervenção que tem por objetivos “...*identificar as necessidades apresentadas pelas famílias e indivíduos, avaliar se realmente constitui situação a ser atendida nos serviços do CREAS e identificar demandas imediatas de encaminhamentos*” (BRASIL, 2011, p.59). Como atendimento feito por equipe psicossocial entende-se que:

“...é um instrumento fundamental para a garantia dos direitos de crianças e adolescentes, que tem como referência básica os princípios de prioridade absoluta, por ser sujeitos de direitos e em condição peculiar de desenvolvimento. Configura conjunto de atividades e ações psicossocioeducativas, de apoio e especializadas, desenvolvidas individualmente e em pequenos grupos (prioritariamente), de caráter disciplinar e interdisciplinar, de cunho terapêutico – não confundir com psicoterapêutico –, com níveis de verticalização e planejamento (início, meio e fim), de acordo com o plano de atendimento desenvolvido pela equipe.” (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2009, p.49-50).

É importante ressaltar que o conceito de família aqui abordado está em consonância com as orientações técnicas para o CREAS, ou seja, a

“...heterogeneidade da família, deve ser compreendida a partir da variedade de formas e arranjos observados na realidade da sociedade contemporânea, bem como do contexto socioeconômico e cultural que imprime tensões variadas nas dinâmicas das relações entre seus membros e entre estes e o contexto social, seja no campo objetivo e/ou subjetivo.” (BRASIL, 2011, p. 18).

A partir do primeiro contato da família com a equipe psicossocial inicia-se a construção do Plano Individual de Atendimento (PIA), que conforme previsto no SINASE, trata-se de um instrumento que deve ser elaborado pela equipe técnica do serviço, juntamente com o adolescente e sua família. Nele deve conter as atividades e os registros das atividades desenvolvidas pelo adolescente, devendo-se incluir a participação dos pais ou responsáveis durante a sua elaboração, para que estes possam contribuir com o processo de ressocialização do socioeducando.

É importante que o PIA contemple, os resultados da avaliação interdisciplinar, os objetivos verbalizados pelo adolescente quanto ao cumprimento da medida, a previsão das atividades socioeducativas e de profissionalização a serem desenvolvidas, as atividades e as formas de participação da família frente ao cumprimento da MSE e as medidas de atenção à saúde (BRASIL, 2012).

Normalmente o adolescente/jovem no acolhimento no CREAS indica o dia da semana e o turno (matutino ou vespertino) que irá realizar as oficinas oferecidas no serviço, mesmo dia que possivelmente realizará os atendimentos psicossociais. Em se tratando do CREAS Bento Ferreira as oficinas são de informática, artes, música e esportes.

O atendimento aos responsáveis ocorre ora quinzenalmente ora mensalmente, de acordo com demanda da própria família ou mesmo da equipe psicossocial. Sempre considerando o fato de o familiar exercer atividades laborais e o dia e horários agendados for de comodidade para ele, de forma a não prejudicar o seu trabalho.

Além das oficinas e dos atendimentos psicossociais, são realizadas visitas domiciliares e institucionais (escola, serviços de saúde, ONG's, dentre outras), à medida que a equipe avalia

como necessária (socioeducandos fora da escola, ameaçado de morte, fazendo uso de substância psicoativa, etc.) e/ou por demanda da família.

O período de cumprimento da medida socioeducativa de LA é determinado pelo poder judiciário, por isso o prazo que o adolescente/jovem permanece no CREAS vai ao encontro do determinado judicialmente.

Não é prevista uma oficina ou uma atividade em que o socioeducando pudesse escrever e/ou publicar sua experiência de vida no que se referia ao ato infracional e ao impacto dele em sua vida. Sua história vem sendo sim subjetivada, nas oficinas e atendimentos, mas em nenhum momento foi escrita como forma de um diário e/ou monografia, para que, inclusive, pudesse orientar outros adolescentes e jovens no tocante a prática infracional e tudo que ela desencadeia na vida pessoal e familiar, intervenção que agora vem sendo proposta pelo projeto piloto em questão.

#### **4. METODOLOGIA**

O presente trabalho trata-se de um projeto de intervenção em curso desde fevereiro de 2012 com abordagem qualitativa. A proposta inicial era a de que ele fosse realizado juntamente aos 04 (quatro) primeiros adolescentes/jovens que cumprissem Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida de 06 (seis) meses a 01 (um) ano no CREAS Bento Ferreira, com início no mês de janeiro/2012, sendo dois residentes no microterritório A e dois no microterritório B<sup>68</sup>. No entanto, ele vem sendo desenvolvido juntamente a 02 (dois) jovens, sendo 01 (um) de cada microterritório citado.

Inicialmente, o projeto foi apresentado à Gerência de Média Complexidade (GMC), à coordenação local do CREAS Bento Ferreira e à equipe deste serviço com a finalidade de obter-se apoio institucional.

A partir de então, o projeto de intervenção foi apresentado a 02 (dois) jovens e suas famílias e vem sendo operacionalizado no decorrer do cumprimento da medida socioeducativa de LA. Prevê-se, durante a realização da intervenção, a aplicação de um questionário, com roteiro semi-estruturado, individualmente a cada socioeducando e ao responsável que o acompanhe no

---

<sup>68</sup> Microterritório A: Consolação, Nazaré, de Lourdes, Maria Ortiz e Jabour.  
Microterritório B: Barro Vermelho, Bento Ferreira, Enseada do Suá, Ilha de Sta. Maria, Ilha de Monte Belo, Praia do Suá, Praia do Canto, Santa Helena, Santa Lúcia, Santa Luiza

CREAS. Ressalta-se que o questionário será aplicado em 03 (três) momentos diferentes, tendo o mesmo teor no início, meio e fim da medida.

Em casos que o socioeducando e/ou seu responsável tiverem dificuldade com a escrita, será realizada entrevista semi-estruturada, a qual será gravada mediante autorização dos sujeitos entrevistados e transcrita na íntegra.

Paralelamente, vem ocorrendo reuniões de planejamento e grupos de estudo da equipe envolvida na operacionalização deste projeto, com a participação em especial, além dos autores do projeto, da oficina de artes. Com os jovens vem sendo realizados atendimentos individuais, oficinas e supervisão para elaboração da monografia.

O material produzido tem a previsão de ser apresentado à família de cada socioeducando, alvo do projeto, aos profissionais e aos demais adolescentes/jovens em cumprimento de medida socioeducativa no mês de novembro/ 2012 no CREAS Bento Ferreira.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Quanto aos resultados alcançados, cabe sinalizar que a intervenção encontra-se em curso por isso ainda não é possível falar-se em resultados, mas sim considerações e discussões acerca do que já foi realizado.

Primeiramente, cabe apontar o importante apoio institucional destinado pela Gerência de Média Complexidade (GMC) da Prefeitura Municipal de Vitória e pela coordenação local do CREAS Bento Ferreira à execução do projeto piloto, após sua aprovação, obtida mediante a sua apresentação em uma reunião entre coordenadores e gerentes. Quanto à apresentação para a equipe local do CREAS, esta ocorreu de forma geral em reunião de equipe e, posteriormente, de forma mais minuciosa aos oficinairos, educadores e pedagoga, profissionais mais diretamente envolvidos na execução do projeto proposto, também aceito por todos.

Posteriormente, a intervenção foi proposta a dois jovens, um que iniciou a medida em fevereiro e o outro em junho de 2012. Cabe sinalizar que o projeto está sendo aplicado a dois jovens, uma vez que, quando o ato infracional foi cometido, ambos eram adolescentes, conforme os critérios apresentados pelo ECRIAD. Ressalta-se que ato infracional é toda conduta descrita como crime ou contravenção penal e que para os efeitos do ECRIAD considera-se a idade do adolescente à data do fato (BRASIL, 1990).

O que iniciou a medida em fevereiro de 2012 teve a proposta de intervenção do projeto apresentada no seu acolhimento inicial, assim como a sua família, sendo ele acompanhado por equipe do microterritório A.

Inicialmente, o jovem e a família, representada no momento da acolhida pela genitora e o padrasto, aceitaram a proposta e se dispuseram a construir junto com a equipe CREAS a monografia prevista no projeto.

Nesse momento, entregou-se ao socioeducando um caderno com o objetivo de que ele registrasse sua história de vida, antes, durante e após o ato infracional, para subsidiar a elaboração posterior da monografia. Ele iniciou o registro, mas no decorrer do processo de acompanhamento distanciou-se e passou a faltar os atendimentos agendados, que foram sendo justificados pela mãe e pela companheira, as quais apontavam o crescente desinteresse dele no cumprimento da medida socioeducativa. O jovem cumpriu a MSE até o mês de junho, mas em virtude de alegar dificuldades com a escrita e a falta de tempo por exercer atividade laboral (com base na CLT), escreveu em uma folha do caderno, mas não a devolveu ao CREAS, uma vez que desde o referido mês ausentou-se definitivamente do serviço.

Cabe mencionar que o jovem teve progressão de medida, ou seja, cumpria medida socioeducativa em meio fechado e posteriormente recebeu uma LA, e no local que a executou chegou a elaborar um trabalho em que teria como proposta escrever a sua história. Daí infere-se que escrever uma monografia possa ter sido para este socioeducando uma repetição de atividades, apesar de isto não ter sido apontado em nenhum momento por ele e sua família.

Um aspecto importante a ser mencionado foi o apoio que o jovem teve de sua família para o cumprimento satisfatório da LA, o que não foi suficiente para que ele a cumprisse, pelo contrário, foram identificados diferentes conflitos entre ele, sua genitora e a companheira, que buscavam motivá-lo para o cumprimento. Fato destacado por ser identificada em diferentes casos a falta de apoio de familiares aos socioeducandos que cumprem LA no âmbito do CREAS.

O jovem que chegou a permanecer 01 (um) ano privado de sua liberdade indicava a todo o momento conflitos frente a uma nova medida, a LA em questão, por isso infere-se que o fato de ele ser reincidente pode ter interferido no cumprimento da medida e, por conseguinte, na elaboração da monografia como uma das atividades previstas no seu PIA.

Paralelamente, o projeto foi apresentado a um jovem e sua família do microterritório B, em junho do corrente ano, também em um acolhimento realizado no CREAS, estando ele acompanhado de seus progenitores. Vale ressaltar que se trata da segunda MSE recebida pelo socioeducando, sendo que da primeira vez ele a descumpriu recebendo medida de internação, como previsto no ECRAD no art. 122, inciso III.

A proposta foi aceita e vem sendo executada satisfatoriamente, tendo sido, inclusive, aplicado o questionário inicial ao jovem e seus genitores. Neste sentido, ainda não se tem dados para análise do referido questionário, uma vez que ainda falta aplicá-lo nos outros momentos da medida (meio e fim).

Além disso, a proposta vem sendo amplamente dialogada com aicineira de artes, que, inclusive, chegou a propor que mediante a escrita da monografia pudesse ser feito um painel da história do socioeducando, contendo fotos, recortes e desenhos da trajetória dele e de sua família.

Nos atendimentos feitos à família, em especial ao genitor, foi explicitado que pai e filho intensifiquem o diálogo a fim de que o jovem relembre sua infância e a escreva no caderno entregue. Como ele diz não ter exatamente a memória dos fatos e das vivências infantis, ele vem recorrendo ao pai para auxiliá-lo. O que vem contribuindo na convivência, no diálogo e na aproximação entre ambos. Acrescenta-se que o jovem levantou a hipótese de também recorrer à avó para a busca das histórias sobre sua infância.

Um aspecto importante a ser levantado diz respeito ao fato de ambos os jovens serem reincidentes, ou seja, terem recebido mais de uma vez uma medida socioeducativa, e terem amplo apoio dos familiares quanto ao cumprimento da LA. No entanto, somente um vem aderindo satisfatoriamente à medida, e, por conseguinte, à elaboração da monografia, o que indica o quanto é subjetivo a vivência de uma medida socioeducativa e que fatores de proteção como o apoio familiar e o institucional, como no caso do CREAS, nem sempre são suficientes para garantir a adesão de um socioeducando no tocante ao cumprimento de sua medida.

Insta mencionar que não foi possível a inclusão de outros socioeducandos, pois as equipes dos microterritórios A e B, não receberam outros adolescentes/jovens para o cumprimento da medida de LA no período indicado inicialmente no projeto. Foram recebidos outros para cumprimento de PSC, mas que não estavam inclusos no público alvo. Além disso, avaliou-se

que incluir socioeducandos que receberam a LA a partir de julho de 2012, não seria interessante, uma vez que se acreditava que não haveria tempo suficiente para que os objetivos propostos no projeto pudessem ser alcançados.

Portanto, mesmo em curso, avalia-se que um projeto de intervenção que visa antes de tudo repensar uma prática metodológica, além de poder provocar nos adolescentes/jovens que cumprem LA uma práxis de reflexão sobre, não somente o ato infracional em si, mas principalmente sobre sua história de vida e familiar (num contexto social, econômico, histórico e também subjetivo), pode vir a contribuir para mudanças significativas frente ao atendimento com adolescentes/jovens em cumprimento de medida socioeducativa de LA no CREAS.

## 6. REFERÊNCIAS

BRASIL. CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução número 145 de 15 de outubro de 2004. Aprova a Política Nacional de Assistência Social. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 out. 2004.

\_\_\_\_\_. CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução número 109 de 11 de novembro de 2009. Institui a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais no território brasileiro. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 nov. 2009.

\_\_\_\_\_. CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução número 109 de 11 de novembro de 2009. Institui a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais no território brasileiro. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 nov. 2009.

\_\_\_\_\_. CONANDA – Conselho Nacional Dos Direitos da Criança e do Adolescente. Resolução número 119 de 11 de dezembro de 2006. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 dez. 2006.

\_\_\_\_\_. Lei número 8.742 de 07 de dezembro de 1993. Lei Orgânica da Assistência Social. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasil, DF, 08 dez.1993.

\_\_\_\_\_. Lei número 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 13 jul. 1990.

\_\_\_\_\_. Lei número 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional; e altera as Leis nºs 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 5.537, de 21 de novembro de 1968, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, os Decretos-Leis nºs 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 jan. 2012.

\_\_\_\_\_. Projeto de Lei número 1.627 de 2007. Dispõe sobre os sistemas de atendimento socioeducativo, regulamenta a execução das medidas destinadas ao adolescente, em razão de ato infracional, altera dispositivos da Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2007.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas**: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS. – Brasília, DF: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Serviço de Proteção Social a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias**: referências para a atuação do psicólogo / Conselho Federal de Psicologia, Brasília, CFP, 2009. 92 p.

COSTA, Cândida da; CORREIA, Ludmila Cerqueira; FRASSETO, Flávio Américo. **Capacitação para Operadores do SINASE**. Módulo: Instrumentos legais e normativos do SINASE. CEAG – Centro de Estudos Avançados de Governo e Administração Pública/Universidade de Brasília; Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Março de 2010.

VITÓRIA (Espírito Santo). Secretaria de Assistência Social. **Relatório geral de gestão**: gerência de proteção social a criança e ao adolescente. Vitória, 2009.

YAZBECK, Maria Carmelita. Estado, Políticas Sociais e Implementação do SUAS. In: **SUAS: Configurando os Eixos de Mudança**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – 1 ed. – Brasília: MDS, 2008.

## **ARTIGO 5: O PAPEL DA FAMÍLIA DE LGBT: A DUALIDADE DE VÍTIMA E VITIMIZADOR**

Jacqueline Malacarne Mendonça<sup>69</sup>  
Renata Botelho Campbell<sup>70</sup>  
Angelo Eduardo Carneiro Dias<sup>71</sup>

As relações sociais estabelecidas em nosso país são baseadas em padrões heteronormativos. Daí decorre que a presença de um ou uma homossexual na família provoca uma série de atitudes que desestabilizam o arranjo familiar estabelecido. A grande maioria dessas famílias encara a descoberta ou a desconfiança de uma homossexualidade em seu meio como algo que gera medos, dúvidas, preconceitos e reações agressivas. Muitas dessas famílias encaram essa descoberta como algo danoso a moral social vigente e que precisa ser “corrigido”. Os dados estatísticos mostram que é no ambiente familiar que grande parte das violações aos direitos da população LGBT acontecem, variando da não aceitação podendo chegar à violência física e ou expulsão de casa. Esses conceitos da heteronormatividade são baseados em questões religiosas, morais, machistas e convenções estabelecidas na

<sup>69</sup>Assistente Social pós-graduada da Prefeitura Municipal da Vitória.

<sup>70</sup>Assistente Social pós-graduada da Prefeitura Municipal de Vitória.

<sup>71</sup>Psicólogo pós-graduado da Prefeitura Municipal de Vitória.

sociedade. A desestabilização do arranjo familiar mostrada pela demanda apresentada pelo movimento social e pelos dados estatísticos provocou o debate dentro da Coordenação de Políticas de Promoção para Diversidade Sexual, que acolheu a proposta de criação de um espaço de discussão e reflexão para que essas famílias possam repensar seus conceitos e resignificar a sua relação com a homossexualidade – O NAFAM LGBT.

O presente artigo apresenta uma reflexão sobre a homossexualidade e os reflexos sobre as interações familiares que marcam o sujeito de forma determinante. Assim, apresentamos o Núcleo de Atendimento a Pais e Familiares de LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) – NAFAM LGBT da Prefeitura Municipal de Vitória-ES, que realiza atendimento psicossocial às famílias que procuram compreender a situação que vivenciam.

O objetivo da pesquisa é apresentar o Núcleo de Atendimento e refletir sobre a vivência das famílias a partir do momento que passam a conviver com a realidade homossexual.

O referencial teórico permeia as considerações dos seguintes autores: Nunan (2003), Bento (2006), Butler (1990), Pesquisas Nacionais, dentre outros.

A pesquisa é de cunho bibliográfico, pois a partir da coleta de informações, conceitos e reflexões dos autores partiremos para uma compreensão das maneiras pelas quais o preconceito permeia o ambiente familiar manifestando-se pela não aceitação da orientação sexual dos seus membros, caso esta fuja da heteronormatividade. O estudo baseia-se em relato de experiência da criação de um espaço público de atendimento aos familiares de LGBT. Iniciaremos com um movimento de compreensão dos conceitos relativos à homossexualidade e em seguida relacionaremos com o objetivo do Núcleo.

Relacionar a discussão sobre a diversidade sexual e família não é algo simples de introduzir, pois cogitar a existência de um homossexual no arranjo familiar destoa de toda a norma heteronormativa que nos foi transmitida desde o nascimento, por isso o silêncio e a negação são correntes.

No início da década de 1980, observamos, no Brasil, o fortalecimento da luta pelos direitos humanos das/dos LGBT. A partir da I Conferência Nacional de Direitos Humanos e Políticas de GLBT (2008), foi acordado a implementação do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT que, lançado em 2009, “apresenta para a sociedade as reflexões e proposições que deverão orientar as políticas públicas” (SILVA, 2010, p. 7).

A orientação sexual é uma denominação resultante das experiências sociais, pessoais e de como a pessoa absorve e entende o mundo, seus desejos, o amor, seu corpo e as outras pessoas. Podemos dizer que somos orientados ao desejo para alguém, sendo uma condição dada a qualquer ser sexuado. Por isto, nascer significa possuir uma multiplicidade de desejos e experiências que pode ser por pessoas do sexo oposto, do mesmo sexo ou de ambos (FERREIRA, 2011).

O sexo é biológico, no entanto, os gêneros femininos e masculinos são papéis culturalmente construídos e podem ser diferentes, de acordo com os comportamentos de uma sociedade. Para Louro (2007), as identidades sexuais se constituíam através das formas como vivem sua sexualidade, com parceiros/as do mesmo sexo, do sexo oposto, de ambos os sexos ou sem parceiros/as. Por outro lado, os sujeitos também se identificam, social e historicamente, como masculinos e femininos e assim constroem suas identidades de gênero.

Como identidades sexuais, podemos traduzir as lésbicas, os gays, os (as) bissexuais, os (as) travestis e os (as) transexuais, como expressão do jogo de relações estabelecido entre o masculino ou feminino e também, uma rediscussão dos padrões de gênero que funcionam mais como instrumentos de controle e punição, do que como mera condição de dar-se aos indivíduos o livre arbítrio às imagens e desejos que estes querem ter e ser para o mundo (FERREIRA, 2011).

Analisar as identidades nos leva a compreensão de que o gênero se constitui como uma série de transformações, resignificações que são dinâmicas e até mesmo, contraditórias a um padrão moralmente controlado. Para Louro (2007), esta lógica dicotômica ‘masculino-feminino’ supõe ignorar ou negar todos os sujeitos que não se ‘enquadrem’ em uma destas formas. Sendo assim, desconstruí-la implicaria observar que o pólo masculino contém o feminino (de modo desviado, postergado, reprimido) e vice-versa; implicaria também perceber que cada um desses pólos é internamente fragmentado e dividido (LOURO 2007).

Os/as transexuais e os/as travestis são identidades que mais questionam os padrões comportamentais normativos, que denunciam as situações nas quais variações da orientação heterossexual são marginalizadas, ignoradas ou perseguidas por práticas sociais, crenças ou políticas. Isto inclui a idéia de que os [seres humanos](#) só cabem em duas categorias distintas e complementares: [macho](#) e [fêmea](#); que relações sexuais e maritais são “normais” somente entre pessoas de sexos diferentes; e que cada sexo têm certos papéis naturais na vida (BENTO, 2006).

A sexualidade, o gênero e a subjetividade, não foram pensados fora de uma relação binária (pênis - homem, vagina – mulher) e as performances podem provocar fissuras nas normas de gêneros, argumenta Butler (2003). Por isto, pensar a instabilidade do gênero é uma condição essencial para compreendermos que as experiências trans não estão condicionadas a orientação homo ou heterossexual e sim, a forma como estes sujeitos se sentem e se identificam emocional, sexual e socialmente.

Por conseguinte, rediscutir a condição binária permite compreender por quais motivos a população LGBT é fortemente discriminada e afastada das instituições que sustentam a ordem dos gêneros como família, igreja, escola e outros. Para Bento (2006), a história do corpo não pode ser separada ou deslocada dos dispositivos de construção do biopoder. O corpo é um texto socialmente construído, um arquivo vivo da história do processo de produção e reprodução sexual. Nesse processo, certos códigos naturalizam-se, outros são sufocados ou e/sistematicamente eliminados, postos à margem do humanamente aceitável.

Baseado na idéia estereotipada de que homossexuais tem um sistema de valores diferentes ou na contramão da cultura dominante é que esse grupo é constantemente discriminado e tem seus direitos humanos violados em diversas esferas da sociedade, como no ambiente doméstico-familiar, acesso a trabalho e moradia, locais públicos, escola, polícia e exército (RODRIGUES, apud NUNAN, 2003).

Cercear o acesso dessa população aos seus direitos fundamentais e por conseqüência à sua autonomia civil constitui violação de direitos humanos na medida em que não há adequação dos sujeitos à heteronormatividade, entendida como uma crença de que existe a divisão de duas categorias distintas, o masculino e o feminino. Essa cisão configura uma normatização do corpo fundada na concepção estritamente biológica (FERREIRA, 2011).

A homofobia é a nomenclatura utilizada para designar a violação e negação de direitos à população LGBT. É caracterizada

[...] como uma atitude hostil que marca a orientação sexual homossexual como sendo invertida, inferior ou anormal, e segundo a qual as pessoas com práticas homossexuais seriam pecadoras, delinqüentes ou doentes, podendo às vezes esta hostilidade chegar ao extremo de resultar no assassinato de pessoas que são homossexuais ou que são percebidas como tal (REIS, 2012).

A família é o primeiro lugar no qual o corpo da criança é apresentado e são construídas todas as normas referentes ao sexo designado ao nascimento. E assim, cotidianamente, a criança é submetida a discursos que a moldam na construção de sua identidade de gênero.

Segundo Nunan (2003), o preconceito contra a homossexualidade é geralmente desenvolvido no decorrer da infância do sujeito, sendo especialmente influenciado pela socialização de gênero. É corrente entre os autores que homens heterossexuais tendem a ser mais preconceituosos contra gays do que mulheres hetero. Homens são pressionados a afirmar uma masculinidade na falsa certeza de que o comportamento macho corresponde necessariamente à identidade de gênero masculina.

A experiência de se assumir em relação à orientação sexual (homossexual ou bissexual) é uma atitude em oposição à expectativa social. Mais constrangedor ainda é o processo de inferiorização causado pela família ao seu integrante homossexual que é “condenado” pela forma de comportamento e de tratamento com outros gays (SCHULMAN, 2009).

Assumir a homossexualidade perante a família pode desencadear também um processo de aceitação da orientação sexual condicionada à manutenção do comportamento heteronormativo. Dessa forma, tolera-se a convivência com o (a) familiar homossexual, mas não se aceita o relacionamento homoafetivo que ele ou ela possa ter e nem comportamentos e afetos associados à homossexualidade.

De acordo com Schulman (2009),

Devido à natureza invertida do comportamento dominante, as pessoas gays estão sendo punidas no interior da estrutura familiar, mesmo que nunca tenhamos feito nada de errado. Essa punição tem consequências dramáticas tanto nas nossas experiências sociais quanto em nossas relações de maior confiança, as relações afetivo-sexuais (SCHULMAN, 2009).

A homofobia familiar possui especificidades e dimensões amplas. Variam entre pequenos desrespeitos a diversos graus de exclusão, podendo chegar a agressões brutais que modificam a vida da pessoa. O impacto dessas violências pode variar de acordo com os outros tipos de sistema de apoio que a vítima consiga acessar, “com o quão comprometida é a sua família no reforço da homofobia e com os tipos de intervenção realizados por terceiros” (SCHULMAN, 2009, p. 70).

Famílias reagem de diferentes formas frente à realidade homossexual. Isso decorre das diversas experiências vividas pelo sujeito e pelo grupo que resulta em diferentes discursos e formas de encarar a vida e eventualmente até superam a homofobia.

Segundo dados provenientes do Disque Direitos Humanos (Disque 100) da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, que recebe denúncias de violações cometidas contra a população LGBT desde dezembro de 2010, um importante aspecto na caracterização das violações foca-se na relação existente entre vítimas e agressores. É evidente que as violências são cometidas por uma variedade de sujeitos, em relações interpessoais familiares, domésticas, de trabalho, estudo, lazer e desconhecidos. No que se refere aos dados das denúncias destinadas ao governo federal em 2011, evidencia que 61,9% eram conhecidos, enquanto 29,4% eram desconhecidos e 8,7% não informados (BRASIL, 2012).

Analisando a relação existente entre suspeitos e vítimas que se conheciam pode-se perceber que familiares (38,2%) e vizinhos (35,8%) são os mais comuns. Entre os familiares, 9,5% das ocorrências de violações foram cometidas pelas mães contra seus filhos/as, seguidas pelos pais com 4,8%. Dentro da categoria companheiro(a) foram contados maridos (0,4%), esposas (0,2%), ex-maridos (0,3%), ex-esposas (0,1%), namorados(as) (1,9%) e companheiros(as) (6,9%) (BRASIL, 2012).

Segundo a faixa etária, é conclusivo na pesquisa que as vítimas concentram-se na população jovem, entre 15 e 29 anos (47,1%). Neste total, as vítimas entre 15 e 18 anos totalizam 16,0%, e as que têm entre 19 e 29 anos, 31,1% (BRASIL, 2012). Sugere-se que o resultado desta faixa etária juvenil é que é a idade dos jovens que ainda residem com a família, ambiente que é comum a homofobia.

Outro dado importante a ser analisado é referente ao local em que tais violações ocorreram. A violação com 42,0% ocorreu em casa – da vítima (21,1%), do suspeito (7,5%), de ambos ou de terceiros. O segundo local de maior ocorrência são as ruas, com 30,0% do total. A homofobia na sociedade brasileira é identificada em casa e na rua, no público e no privado, vitimando diariamente a população LGBT (BRASIL, 2012).

É no bojo dos questionamentos que são suscitados pelas famílias acerca da orientação sexual dos seus entes, cujo o principal é o que leva alguém a ser homossexual, questões de normalidade, dentre outros, além do fato das violações acontecerem majoritariamente no ambiente familiar, é que foi pensada a criação do Núcleo de Atendimento a Pais e Familiares de LGBT no âmbito da Prefeitura Municipal de Vitória.

A partir da institucionalização da Coordenação de Políticas de Promoção para a Diversidade Sexual, que incorporou as ações presentes no Programa Vitória Sem Homofobia, o enfrentamento e a prevenção da homofobia na sociedade começou a ser encarado como ponto de pauta para implementação de políticas públicas para a formação, educação e promoção dos direitos da população LGBT.

Mesmo com a grande transformação dos costumes e valores, ainda persistem muitas discriminações, muitas vezes ocultas, relacionadas ao gênero e a diversidade sexual. Esse comportamento discriminatório, que insiste em se manifestar nas relações sociais, causa conseqüências a toda população, em especial à população LGBT.

Segundo relatório divulgado no dia 4 de abril de 2011 pelo Grupo Gay da Bahia (GGB), “a cada um dia e meio um homossexual brasileiro é morto. Nos últimos cinco anos, houve aumento de 113% no número de assassinatos de homossexuais. Apenas nos três primeiros meses de 2011 foram 65 assassinatos, entre as vítimas, 54% são gays, 42%, travestis e 4%, lésbicas.”

Esses dados mostram que a realidade da população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais é cruel e desigual, pois a primeira luta é pela sobrevivência e pela segurança. A liberdade de ir e vir, direito assegurado pela Constituição Federal, não se aplica, na prática, aos homossexuais. A construção de políticas públicas de enfrentamento da homofobia significa garantir aos homossexuais o direito à vida.

Porém, quando se pensa nos números de assassinatos e espancamentos de homossexuais, é possível que se pense somente nos casos que ganham a mídia e chamam atenção sobre a violência urbana e suas conseqüências. Na maioria dos casos noticiados são câmeras de vigilância externa que captam imagens de extrema brutalidade contra homossexuais ou pessoas que tenham comportamento associado à homossexualidade, nas ruas das cidades. O que denota o nível de intolerância nas relações sociais e na interação entre as pessoas.

Porém a discriminação e a violência contra homossexuais é vivenciada por muitas e muitos nas relações familiares de uma forma geral. Pais, mães e irmãos de homossexuais são muitas vezes os maiores algozes de filhas e filhos, praticando a homofobia no silêncio e na intimidade da família.

Prova desses dados alarmantes, é que em Janeiro de 2012 surge um movimento de mães da Grande Vitória, intitulado GAF de LGBT – Grupo de Apoio a Familiares de LGBT,

organização social que tem por objetivo acolher familiares em situação de crise em suas relações para que na troca de vivência entre pares possam encontrar alternativas de convivência pacífica com a homossexualidade.

O GAF de LGBT, em conjunto com o movimento social organizado LGBT, demanda do poder público a discussão do atendimento especializado de familiares de homossexuais que praticam a homofobia em seus lares ou ainda que são vítimas da homofobia social por compreenderem e/ou aceitarem seu filho ou filha homossexual.

É também por entender que esta demanda social faz parte das atribuições da Coordenação de Políticas de Promoção para Diversidade Sexual, a Secretaria de Cidadania e Direitos Humanos, em Junho de 2012, cria um serviço denominado NAFAM LGBT - Núcleo de Atendimento a Pais e Familiares de LGBT, composto por equipe de um psicólogo, uma assistente social e uma assistente administrativo, com objetivo de atender em grupo pais e demais familiares de homossexuais.

O NAFAM LGBT visa contribuir para redução dos preconceitos, atitudes e padrões comportamentais que perpetuam a discriminação por orientação sexual nas relações familiares, na medida em que proporciona um espaço de reflexão, vivências e troca de experiências destes familiares, sobre os mitos, medos e tabus que envolvem a diversidade sexual. Abrindo este espaço de troca as famílias podem falar da experiência de aceitação ou não de seu familiar homossexual, dos medos que acompanham a descoberta ou desconfiança da homossexualidade, da discriminação que praticam nas relações familiares e também da discriminação que sofrem na sociedade por terem um homossexual na família.

O NAFAM LGBT é idealizado em conjunto com a Coordenação de Políticas de Promoção para Diversidade Sexual, porém sua estruturação está vinculada ao Gabinete da Secretaria de Direitos Humanos. Sua estrutura física foi montada em duas salas no 3º piso do Bloco A da Casa do Cidadão. Uma sala é utilizada para organização da equipe de trabalho e outra sala para realização das reuniões do grupo. Os atendimentos do NAFAM LGBT têm como proposta de atuar com grupos abertos, nas quintas-feiras no período da tarde, com número máximo de 15 familiares, para que a viabilidade das reflexões não seja comprometida. Havendo necessidade de abertura de mais de um grupo de atendimento, a equipe sinalizará ao Gabinete para que seja feita reestruturação do serviço.

O fluxo de atendimento do NAFAM LGBT passa por diversos atores envolvidos no enfrentamento da homofobia. Os familiares identificados poderão ser encaminhados através do

e-mail do NAFAM LGBT, com a descrição do caso, pela Coordenação de Atendimento à Vítimas de Violência e discriminação – CAVVID, pelos Fóruns Estadual e Municipais LGBT, pelo GAF de LGBT e pelos Gestores de Políticas de Diversidades Sexual.

Desde a criação do NAFAM LGBT, a equipe vem fazendo um trabalho de divulgação do serviço em reuniões do Fórum Estadual LGBT, Fóruns Municipais LGBT de Serra e Cariacica, Secretaria Municipal de Educação de Vitória, Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente, Conselho Municipal de Direitos Humanos de Vitória e em oficinas e palestras de diversas temáticas proferidas pelos técnicos. No último ano a mídia capixaba tem realizado várias matérias relatando a preocupação de pais e outros familiares quando descobre ou reconhece a orientação sexual divergente da heteronormativa de um de seus membros, chegando ao ponto de buscarem a Delegacia de Proteção à Criança e o Adolescente, na tentativa de criminalizar a atitude homossexual. O NAFAM LGBT vem para preencher uma lacuna nas questões da reparação das violações dos direitos da população LGBT, onde é o primeiro trabalho desenvolvido por técnicos e inserido numa repartição pública do país destinado aos familiares.

Apesar de ainda não haver no momento nenhum grupo em funcionamento, a equipe entende que este é um serviço essencial para a política de enfrentamento da homofobia. Casos e mais casos de práticas familiares homofóbicas são relatados por onde a equipe faz a divulgação do serviço. Para ilustrar esta verificação, pode-se relatar o depoimento da mãe de uma transexual que ao saber da existência do NAFAM LGBT, chora emocionadamente, reconhecendo que praticou homofobia contra sua filha durante anos e que sabe que muitas outras mães fazem o mesmo que ela fazia anteriormente e que apesar de hoje ter um relacionamento de muito amor e compreensão com sua filha, se arrepende de suas atitudes e fala do medo e do desconhecimento que prejudicava sua relação familiar.

A política de Assistência Social prevê que haja “respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como a convivência familiar e comunitária [...]”, assim como está pautado na Lei Orgânica da Assistência Social (CAPÍTULO II, SEÇÃO I, art. 4º, inciso III). Seguindo a mesma lógica, a Política Nacional de Assistência Social (2005) tem como objetivo assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária. A atenção em relação à convivência familiar e comunitária tem como objetivo prevenir possíveis situações de risco, como rompimento de vínculos familiares, violências simbólicas e reais e perda de direitos fundamentais.

A proposta do NAFAM LGBT é um avanço nas políticas públicas, proporcionando aos municípios mais um espaço de discussão e de reflexão para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e equânime, independente da orientação sexual, onde o respeito pela pessoa seja a linha norteadora das relações sociais e familiares.

Palavras-chave: Homofobia. Heteronormatividade. Família. NAFAM.

Contatos: Jacqueline (27) 3382-5471 [jmmendonca@correio1.vitoria.es.gov.br](mailto:jmmendonca@correio1.vitoria.es.gov.br)

Renata (27) 3382-5587 [rbcampbell@correio1.vitoria.es.gov.br](mailto:rbcampbell@correio1.vitoria.es.gov.br)

Ângelo (27) 3382-5587 [aecdias@correio1.vitoria.es.gov.br](mailto:aecdias@correio1.vitoria.es.gov.br)

NAFAM LGBT [nafam-lgbt@correio1.vitoria.es.gov.br](mailto:nafam-lgbt@correio1.vitoria.es.gov.br)

## BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Lei nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 8 dez. 1993.

\_\_\_\_\_. Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil: o ano de 2011. Brasília-DF: 2012.

FERREIRA, Leyse da Cruz. Da escola para a pista: tecendo reflexões sobre as transexuais e travestis e a EJA no contexto do PROEJA. Artigo de Pós-Graduação, 2011.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da Sexualidade. In: LOURO, G. (org) O corpo educado. Pedagogias da Sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Presidência da República. Política Nacional da Assistência Social, 2005.

NUNAN, Adriana. Homossexualidade: do preconceito aos padrões de consumo. Rio de Janeiro: Caravansarai, 2003.

REIS, Toni. Educação e Diversidade Sexual. In: Caderno de Trabalhos do 3º Seminário Estadual de educação e Diversidade Sexual. Página 13-15. Edição 2012.

SCHULMAN, SARAH. Homofobia familiar: uma experiência em busca de reconhecimento. In: Ties that Bind: Familial Homophobia and Its Consequences. New York: The New Press, 2009. Traduzido por Felipe Bruno Martins Fernandes. Páginas 67-78.

SILVA, J. Adriani da. A vida nas cores do arco-íris: a diversidade sexual e o espaço escolar na Educação de Jovens e Adultos. In: Seminário de Educação de Jovens e Adultos - PUC- RJ.2010. Disponível em [www.seeja.com.br/](http://www.seeja.com.br/). Acesso em 20 de maio de 2011.

**ARTIGO 6: POBREZA E PERICULOSIDADE: UMA REFLEXÃO ACERCA DOS PROCESSOS DE EXCLUSÃO SOCIAL NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL – TERRITÓRIO CONTINENTAL**

Luizane Guedes Mateus<sup>72</sup>

Resumo

Neste artigo, busca-se uma análise da relação que vem sendo estabelecida ao longo da história, entre pobreza e periculosidade, utilizando como campo de análise o Município de Vitória e as Políticas de Segurança Pública e Assistência Social vinculadas ao mesmo. Foram utilizados dados do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – Creas, vinculado a Secretaria de Assistência Social do município supracitado, assim como da Secretaria de Cidadania; os dados populacionais são os disponibilizados pelo IBGE/2010. Destacam-se algumas situações que persistem no Brasil, assim como especificamente no estado do Espírito Santo e em sua capital, Vitória: elevadas taxas de homicídios supostamente vinculados ao consumo e tráfico de entorpecentes; concentração desses eventos na população jovem, negra e do sexo masculino, e o enredamento desses fenômenos com a ligação direta feita entre pobreza e periculosidade.

**Palavras-chave:** Violência, periculosidade e exclusão social.

**Objetivos? Andar sobre muros, lugar de observação. O Complexo da Penha e suas estratégias de formação.**

O alardeado colapso da segurança pública no Brasil é assunto em voga de dez entre dez brasileiros. O fenômeno da violência tem sido o elemento de atenção dos mais variados setores;

---

<sup>72</sup> Doutora em Psicologia. Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós Graduação, UFF. Niterói. RJ. / Centro de Referência Especializado da Assistência Social – Coordenação Local - Território Continental. E-mail: lg\_mateus75@hotmail.com.

assim, pesquisadores de todas as áreas têm investigado o problema, buscando, de variadas formas, lidar com a “suposta ameaça” que assola toda a sociedade. No estado do Espírito Santo, e mais especificamente neste artigo, no Município de Vitória, esta demanda não se apresenta de forma diferenciada.

O presente artigo tem como pano de fundo algumas análises das intervenções do Centro de Referência Especializado da Assistência Social – Creas, em uma das regiões consideradas mais violentas e “dominadas” pelo tráfico de drogas do Município de Vitória, o chamado “Complexo da Penha”. Estas análises acabam por demandar uma aproximação e entendimento de como se constrói historicamente a linearidade entre pobreza e periculosidade.

O território do chamado “Complexo da Penha” é formado pelos bairros Bonfim, da Penha, São Benedito e Itararé, cuja população é estimada em 23.411 habitantes, localizados em 7.041 domicílios, com uma média de 3.32 habitantes por residência, segundo dados do IBGE do ano de 2010.

Os quatro bairros compõem a Região 3 – Região Maruípe da administração, e neles estão concentrados os seguintes equipamentos públicos municipais: 03 unidades básicas de saúde, 02 Telecentros, 01 Centro de Referência da Assistência Social, 03 Projetos Caminhando Juntos, 03 Centros Municipais de Educação Infantil e 04 Escolas de nível fundamental. A região não conta com nenhum Posto Avançado da Guarda Municipal, sendo responsabilidade da Polícia Militar a manutenção das ações de segurança pública para a população residente no território pesquisado.<sup>73</sup>

Embora a região esteja estruturada com um número relativamente significativo de equipamentos públicos, é importante sinalizar que esse fator não tem sinalizado com a redução dos índices de violação de direitos, especialmente no que diz respeito ao envolvimento cada vez mais cedo de crianças e adolescentes em atos infracionais.

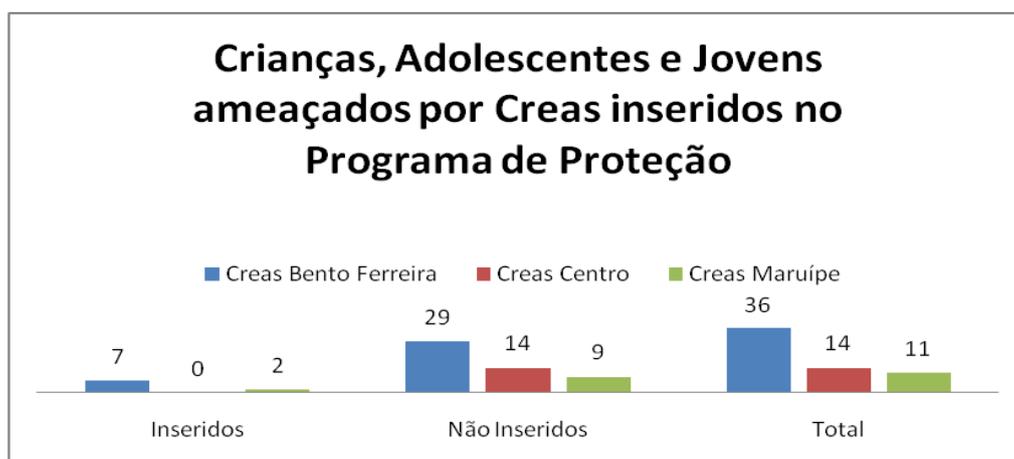
Isso se reflete nos dados apresentados pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (MATEUS, 2011), onde mostra que, de acordo com dados compilados no período de Agosto de 2010 a Agosto de 2011 os quatro bairros do Complexo da Penha são os bairros do Território Continental onde se concentram os maiores índices de violações de direitos relacionados a medidas socioeducativas, trabalho infantil, situação de rua e aplicação de medida protetiva de acolhimento institucional a crianças e adolescentes.

Salienta-se que o Território Continental caracteriza-se como o território de maior extensão dos Creas do município, sendo composto por 33 bairros com aproximadamente 115.648 habitantes, e onde se localiza os principais pólos turísticos e comerciais. Mesclando bairros economicamente vulneráveis como também bairros de alto poder aquisitivo, o território tem um expressivo contingente de crianças e adolescentes em situação de rua, assim como números

---

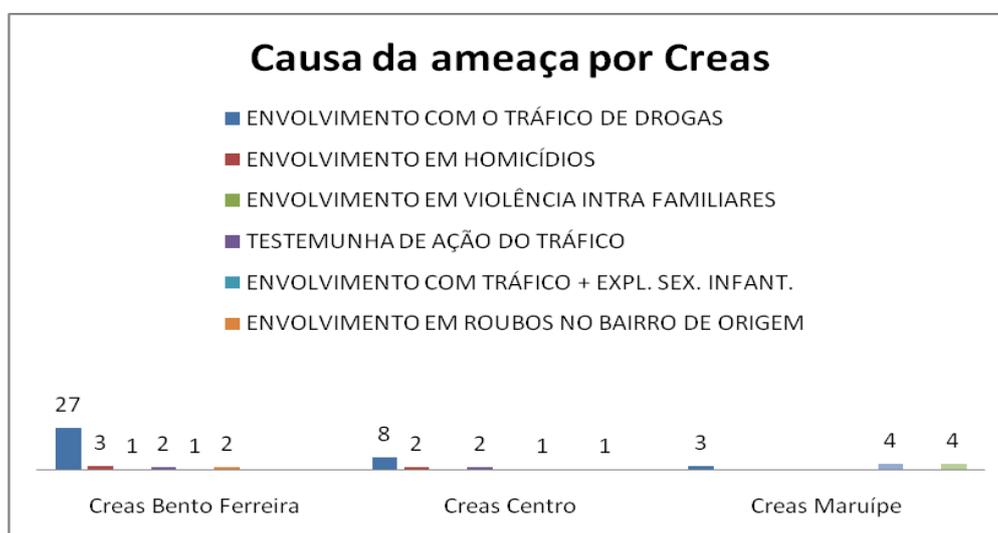
<sup>73</sup> Dados compilados a partir do site da Prefeitura Municipal de Vitória – Disponível em: <<http://www.vitoria.es.gov.br>>. Acesso em 13 de julho de 2012.

alarmantes no que tange a violência contra a pessoa idosa assim como crianças, adolescentes e jovens ameaçados de morte, como se apresenta no gráfico abaixo:



CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (MATEUS, 2011).

As causas relacionadas a estas ameaças vinculam-se diretamente ao envolvimento com o tráfico e consumo de substâncias psicoativas, especialmente no que diz respeito aos adolescentes e jovens, o que tem acarretado paulatinamente o aumento do número de óbitos no território mencionado.



CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, (MATEUS, 2011).

Dentre os bairros que se deparam no topo dessas estatísticas, encontram-se, mais uma vez, os bairros que compõem a região conhecida como Complexo da Penha – os quatro bairros estão entre os dez do Território Continental com maior número de óbitos, assim como com o maior

número de crianças, adolescentes e jovens ameaçados de morte (MATEUS,2011). Para a compreensão dessas estatísticas, e possível análise dessa situação, é de elevada importância o entendimento de como estes bairros se constituem, historicamente.

A narrativa de formação histórica dos quatro bairros citados nesta escrita se converge em inúmeros pontos. Seus primeiros residentes vieram do norte do Estado, norte de Minas Gerais, norte do Rio de Janeiro e do sul da Bahia, em busca de melhores condições sociais e econômicas. No início dos anos 50 já se evidenciava nos quatro locais formas de ocupação diferenciada - algumas pessoas comprando lotes de antigos invasores, outras demarcando lotes e estabelecendo barracos de madeira, no sentido de garantir a posse da terra. Este processo de ocupação avançou para a parte mais alta dos quatro bairros, exigindo por parte dos moradores a abertura de caminhos para a realização dos assentamentos.<sup>74</sup>

Outra questão convergente diz respeito aos inúmeros conflitos para a ocupação destes quatro bairros, enfrentamentos realizados com as instituições policiais, assim como com outros ocupantes. Os bairros Bonfim e da Penha, por exemplo, no início de sua ocupação, receberam o nome de Morro do Teimoso, visto que os moradores iam ocupando e construindo os barracos e a polícia voltava atrás, desmanchando estes mesmos barracos. Os moradores insistiam e retornavam a construção. Superada esta fase o nome dos bairros mudou para Morro do Martelo, que também tem origem em uma ação de proteção do espaço - os moradores passavam toda a madrugada batendo martelos na madeira dos barracos, para afastarem outros invasores e a própria polícia.

Neste processo de incursão em pelo menos três dos quatro bairros – São Benedito, Bonfim e da Penha, a tática de ocupação foi inicialmente o agrupamento de pessoas para dar início aos assentamentos. Os ocupantes eram, em sua maioria, trabalhadores rurais segregados do campo e atraídos pelo processo de modernização industrial que se desenvolvia na cidade de Vitória, principalmente com o surgimento da Companhia Siderúrgica de Tubarão – CST. Essa industrialização atraiu mão-de-obra originária de outros Estados, provocando uma ocupação desordenada nos morros, agravando os problemas urbanos do município.

Importante mencionar que inicialmente havia uma grande divisão dentro desses bairros, sendo que os moradores não podiam ultrapassar os perímetros demarcados do seu território, sendo esse fato causador de organizações de grupos e conseqüentemente de muitos enfrentamentos. Aos poucos essas barreiras foram se desfazendo e com o adensamento da área, a demarcação inicial deixou de existir. Porém, na atualidade, novas formas de divisão, delimitação e enfrentamento foram sendo construídas, especificamente a partir da demarcação desse território por grupos de

---

<sup>74</sup> Fonte: Diagonal Urbana, Projeto Terra, SEDEC / DIT / GEO. Disponível em <<http://www.vitoria.es.gov.br>> Acesso em 13 de julho de 2012.

traficantes de drogas rivais, o que transformou uma parte da região no perímetro conhecido como “*Faixa de Gaza*”, uma das mais temidas do município de Vitória.

É a partir dessa nova configuração que o território composto por estes quatro bairros passa a sofrer inúmeras intervenções das instituições policiais, seja da Polícia Militar, da Polícia Civil, e/ou do Batalhão de Missões Especiais – BME. Passam a ser realizadas operações militarizadas de grande repercussão no município, transformando a área em um celeiro de produção de “subjetividades perigosas”. Por subjetividade entendemos todos os processos que nos remetem não a uma origem, mas a um processo que se constitui e se constrói de acordo com a configuração sócio-histórica de determinados contextos. Assim, o que se configura seria “não somente uma produção de subjetividade individuada – subjetividade dos indivíduos – mas uma produção de subjetividade social (GUATTARI; ROLNIK, 1986).

**Metodologia de trabalho: tateando caminhos para a aproximação do “Complexo da Penha” a partir do trabalho desenvolvido pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social no Município de Vitória.**

Pensando na emancipação dos sujeitos, diversos segmentos da sociedade discutem temas que se baseiam tanto na importância de políticas sociais que busquem melhorias para as condições de vida de grande parte da população brasileira, e que contribuiriam para a redução da criminalidade, quanto na necessidade de crescimento do mercado de trabalho, diminuindo-se a taxa de desempregados - universo, segundo alguns, mais susceptível de agregação para as atividades criminosas. Diversos programas públicos e privados, como os de renda mínima, expressam essa visão que encara a violência como um produto advindo, sobretudo, da desigualdade.

Outro viés dessas ponderações diz respeito à ligação direta entre o crescimento da criminalidade como elemento articulado com o tráfico de drogas e armas, haja vista que as duas atividades seduzem, segundo alguns pesquisadores, parte dos jovens das camadas populares, oferecendo maior importância e visibilidade sociais nas periferias, produzindo novas formas de ocupar um lugar de destaque nos grupos sociais. Calcado nestas “novas formas de subjetividade”, imprime-se, no contemporâneo, o estudo das “causas” do crime e a solução para combatê-lo, afastando-se do delito e investindo-se sobre o criminoso, considerado anormal: seria ele recuperável?

A questão da desigualdade social é um ponto de partida para todo esse processo de criminalização da pobreza, visto que se observa a emergência de questões como uma maior concentração de renda, redução do crescimento econômico, do desemprego, do crescimento da economia informal, entre outros. Porém, entende-se também ser de um simplismo absoluto reduzir toda a questão da violência a este fator.

Frente a isto, foi necessário que alguns segmentos da municipalidade passassem a compreender não só a questão da desigualdade social, mas os mecanismos de deflagração da violência e da violação de direitos para em seguida agir sobre esses efeitos. Um desses segmentos refere-se ao Creas – Centro de Referência Especializado de Assistência Social.

O Creas é uma unidade pública estatal, de abrangência municipal ou regional, referência para a oferta de trabalho social a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, por violação de direitos, que demandam intervenções especializadas no âmbito do SUAS. Sua gestão e funcionamento compreendem um conjunto de aspectos, tais como: infraestrutura e recursos humanos compatíveis com os serviços ofertados, trabalho em rede, articulação com as demais unidades e serviços da rede socioassistencial, das demais políticas públicas e órgãos de defesa de direitos, além da organização de registros de informação e o desenvolvimento de processos de monitoramento e avaliação das ações realizadas (BRASIL, 2011, p. 08).

O Creas oferta assim, atendimento às situações de violação de direitos, sendo oferecido neste espaço o serviço de Proteção e Atendimento a Famílias e Indivíduos – PAEFI, Serviço Especializado em Abordagem Social, Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos e suas Famílias, e Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida – LA e de Prestação de Serviço a Comunidade – PSC. Estes serviços visam afiançar proteção social e atendimento interdisciplinar aos indivíduos em situação de violência, visando sua segurança física, mental e social, assim como fortalecer os vínculos familiares.

O Município de Vitória, em consonância com os governos federal e estadual, desenvolvia serviços específicos e descentralizados, para o atendimento aos indivíduos com direitos violados. Estes serviços eram gerenciados e desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social, sendo composta pelo Programa Sentinela, Programa de Liberdade Assistida Comunitária, Núcleo Contra a Violência ao Idoso, Programa de Abordagem de Rua e Serviço de Orientação Sócio-Familiar. Visando um olhar macro do usuário e de sua família, assim como a promoção de uma forma mais efetiva do protagonismo e da autonomia dos sujeitos, estes programas, antes estanques e afastados, foram unificados em âmbito federal, recebendo a designação de Centro de Referência Especializado da Assistência Social.

No Município de Vitória foram articuladas inúmeras reuniões entre representantes dos programas mencionados, assim como junto à rede de serviços socioassistenciais do município, visando à construção coletiva de um serviço que espelhasse a importância do atendimento integral e integrado ao município cuja demanda referia-se a algum tipo de violência sofrida. Assim, o início do serviço se deu em julho de 2010, com a implantação do primeiro Creas no território Continental, onde anteriormente eram desenvolvidas as atividades do Programa de

Liberdade Assistida Comunitária. É no referido território que se concentram os bairros escolhidos para o desenvolvimento desse artigo.

Mas como pensar o trabalho com a questão da violência e da violação de direitos nos territórios de abrangência dos Creas sem, no entanto, reforçar a ligação direta entre pobreza e periculosidade? E ainda assim, como trabalhar a partir da perspectiva da superação dessas violências em territórios como o “Complexo da Penha”, onde as regras ditadas referem-se a dois extremos – traficantes que comandam seus territórios pela exaltação do medo, e aparatos policiais que buscam o controle desses espaços através da constante violação de direitos humanos? O primeiro e maior desafio para a desconstrução da ligação direta entre pobreza e periculosidade foi superar a cultura punitiva que é colocada em prática todos os dias em relação aos usuários do serviço Creas – uma política guiada pela transformação da resolução de conflitos urbanos em “guerra contra a criminalidade”.

É fácil pensar que essa “fome punitiva” vai produzir novas - e não tão novas - armadilhas de sujeição e confinamento aos movimentos de recusa à criminalização da pobreza e da violência contra as comunidades mais empobrecidas. Uma dessas capturas diz respeito à apropriação e uso sistemático do envolvimento de adolescentes em atos infracionais para sua exclusão dos espaços escolares e de lazer coletivos, assim como de forma mais ampla, para a própria mudança do sistema penal.

Por meio de uma divulgação maciça dessas infrações pelo dispositivo midiático, da utilização das emoções do discurso das vítimas e de seus familiares, utiliza-se da comoção para mudanças mais duras e rigorosas seja no atendimento desses adolescentes em serviços públicos – escolas, unidades de saúde, programas de estágio e primeiro emprego, sejam na própria legislação. Fatos que por si só tem impactos no trabalho desenvolvido com estes adolescentes no Centro de Referência – são adolescentes que já chegam ao serviço com o rótulo de indesejados, irrecuperáveis, perigosos e acabam por se apoiar na sina do fracasso para suportar toda a pressão exercida pela sociedade. O trabalho que acaba por ser desenvolvido passa então pela desconstrução desses rótulos, para em um segundo momento ser trabalhada a constituição de um novo projeto de vida; onde antes só existiam supostos desajustes e uma sina voltada para o fracasso, emerge a possibilidade de novos começos, novas histórias.

Outro viés a ser desconstruído no cotidiano de acolhimento do serviço Creas e que esta intimamente ligado a articulação histórica entre pobreza e periculosidade diz respeito exatamente ao atendimento aos usuários que residem nos bairros considerados violentos. No que diz respeito a este ponto salientamos que os usuários, de quaisquer violações atendidas no Creas, sejam violência física, sexual, psicológica, medidas socioeducativas, violência contra a pessoa idosa, situação de rua, entre outras, passam por todo um complexo ritual de “re-exclusão” quando residem nos bairros ditos “em guerra”, no contexto da situação de risco. É como se, por serem moradores de bairros economicamente vulneráveis, considerados violentos

e dominados pelo tráfico de drogas, esses indivíduos deveriam ter um tratamento diferenciado, visto que, para alguns, “circulam” pelos lugares de vítimas e alcoses da sociedade.

Isso fica claro, mais uma vez, quando buscamos articulação com a rede de serviços como educação, saúde, mas principalmente segurança, assim como geração de trabalho e renda. Por vezes o usuário faz a opção por omitir o bairro onde reside, especialmente se mora em um dos bairros do Complexo da Penha, para que possa ter maiores possibilidades de atendimento digno as suas necessidades. É como se o pertencimento ao bairro “de risco” impetrasse um pesado fardo – são considerados os “improdutivos”, os “em situação de risco”, perigosos, devendo ser, por isso, vigiados, oprimidos e catalogados. Justificam-se assim, desde a exclusão em entrevistas de trabalho, o não atendimento adequado em unidades escolares, ao extremo dos mandados de busca e apreensão em aberto para comunidades ditas “carentes e perigosas”, “dominadas” pelo tráfico; aplaude-se a ausência de controle sob as forças policiais, assim como as demonstrações de violência e mortes. O estado de exceção “permanente” justifica a vigilância, a diferenciação e até o extermínio dos chamados “perigosos”.

O filósofo italiano Giorgio Agamben (2005) vai apresentar-nos este “estado de exceção” como um mecanismo de suspensão da ordem jurídica não como excepcionalidade, mas como protótipo de governo, dominante na política contemporânea. O que deveria transcorrer como exceção à regra, tornar-se-á regra geral e é embasado no signo da segurança que passa a agir fora dos mecanismos jurídicos.

Agamben (2005) ainda vai nos apresentar um processo de condução histórico onde medidas excepcionais serão aglutinadas enquanto técnicas normais de governo. A implicação disso acarretará na constituição de um panorama político como um “patamar de indeterminação” entre democracia e absolutismo. Observamos que a partir da exceção transformada em regra abrem-se brechas legalizadas para legitimar-se “ações de defesa” consideradas “fora da lei”, como a tortura e o extermínio de populações tidas como ameaçadoras à paz e à ordem. Através das exceções o Estado legitima ações enérgicas, ditas “necessárias” - o discurso é focado então no “bandido”, e não na concepção das condições que levaram a edificação desses “lugar bandido”. É cultivada uma “guerra preventiva”, atacando antes mesmo de ser atacado, legitimando a segregação, o sofrimento e a morte, possibilitando práticas autoritárias em relação a indivíduos considerados perigosos.

Assim constroem-se ações com as que foram realizadas sistematicamente no Complexo da Penha nos meses de maio, junho e julho de 2012 e que tem se perpetuado no decorrer do ano - para coibir a violência disseminada admite-se o BME nas ruas, o exército nas comunidades, toque de recolher imposto pelos próprios agentes da lei, a revista indiscriminada de crianças e adolescentes, a expulsão de famílias inteiras dessas comunidades.

### **Uma sinfonia agri-doce acerca da articulação histórica entre pobreza e periculosidade: o que seria da história dos caçadores, se os leões pudessem escrever?**

Campos de guerra...Iminente perigo social, para alguns a “pobreza perigosa” dos bairros periféricos precisa ser disciplinada, normatizada, regulada. Para estes destinam-se os “territórios dos pobres” (COIMBRA, 2001), onde a miséria extrema se faz enquanto realidade cotidiana, e onde a violação contínua de direitos e o extermínio assumem, por vezes, o lugar das políticas públicas. Neste terreno fértil onde permeia o medo urbano contemporâneo emergem discursos que, entre outras questões, produzem o endurecimento das políticas de segurança e acabam por naturalizar o extermínio de inúmeros indivíduos considerados descartáveis.

Verdades construídas no cotidiano, como aquelas que produzem linearidade entre periculosidade, suspeição e pobreza, passam a ser reedificadas por todos os segmentos da população. Como controlar a pobreza crescente senão criminalizando-a e recorrendo a penalidades cada vez mais duras e/ou mesmo “eliminando” seus agentes? (BRASIL, 2003, p. 06).

Estabelecendo um saber sobre as famílias pobres reforçam-se as chamadas “classes perigosas”. Apresentado como homogêneo, identitário, uno e, portanto, imutável, de forma unilateral e simplista, esse ‘rostro’ aparece referindo-se àqueles que têm um destino já conhecido e previsível, os mesmos problemas, as mesmas dificuldades, a mesma visão de mundo, forjados nas mesmas experiências, nas brigas da infância, nos desgostos e decepções da escola, na estigmatização associada ao fato de residir em um bairro pobre e a pertença a uma família marcada (BOURDIEU, 1997, p. 84).

Ao adentrarmos nos caminhos e descaminhos pouco retilíneos da história, percebemos que desde a passagem do feudalismo para o capitalismo foi sendo milimetricamente construída uma diferenciação entre aqueles que eram possuidores de propriedades e aqueles que não passavam de um exército industrial de reserva (GUIMARÃES 1981, p. 42), que foi logo denominado “classes perigosas” por sua sobrevivência precária frente ao trabalho e à habitação.

O primeiro registro no uso da expressão “classes perigosas” ocorreu em 1849, no título de uma obra de autoria de Mary Carpenter, conhecida escritora na área criminal. No Brasil a expressão “classes perigosas” parece caminhar e avançar, ao longo do século XIX, lado a lado com o processo de legitimação da medicina haja vista que o saber médico, antes pautado em uma perspectiva de intervenção individualizada, passa a intervir em diversos extratos do tecido social. Para além das patologias clínicas, o saber médico passa a adotar um discurso pautado em questões como o aleitamento materno, o casamento, a puberdade, a higiene familiar, a prostituição, entre tantos outros temas ligados diretamente à dimensão médico-sanitária dos problemas sociais, dando respostas médicas a estas inquietações (CHALHOUB, 1996, p. 34).

Esse “diagnóstico médico” construirá um terreno fértil para a associação direta entre “classes pobres” e “classes perigosas”, e, no contexto histórico daquele período, estabelecer a ligação direta entre pobreza, periculosidade e negritude. Fazendo um breve recorte no processo histórico em que se produziu a ligação direta entre pobreza e periculosidade, percebemos que emerge no século XIX, na Europa, baseada nos ideais da eugenia, uma referência entre as doenças físicas, morais e variadas formas de enfermidades e a população pobre, tida como degenerada, anormal. Com o mesmo viés dessa teoria, encontraremos, no século XX, os testes de inteligência, que buscavam, entre outras coisas, pensar a inteligência como algo inato e passível de ser mensurado. Tais teorias tiveram seu ápice com Paul Broca (1824-1880) e Cesare Lombroso (1835-1909). Este, baseado na tese da Antropologia Criminal, afirmava que poderia distinguir por determinadas características da anatomia do indivíduo, se este era ou não um criminoso nato.

Teorias como essas foram e ainda são largamente disseminadas e defendidas em nosso país, onde negros e mestiços foram e ainda são tidos como inferiores, degradados, ligados invariavelmente à população que mora nas favelas e que sobrevive de pequenos furtos, da prostituição ou da mão-de-obra escrava nos campos e periferias da cidade, de biscates, esmolos, favores.<sup>75</sup> Não sucumbir a estas construções, fomentar a superação desses papéis pré-concebidos e homogeneizantes, é o desafio dos Centros de Referência.

### **Esperando novas frentes de batalha? Os caminhos que ficam quando partimos.**

Não se busca aqui fechar proposições acerca do trabalho desenvolvido nos Centros de Referência de Assistência Social no Município de Vitória, muito menos aprofundar análises acerca da linearidade construída historicamente entre pobreza e periculosidade. Busca-se sim, apresentar uma pequena análise da imbricação desses dois temas e o que foi construído junto às famílias acompanhadas no Território Continental.

Compreender o funcionamento destas famílias para, em seguida, intervir em sua realidade, de forma a não expropriar seus saberes, construídos no cotidiano, no dia-a-dia de suas vivências, apresenta-se enquanto desafio para a quebra dessa linearidade. Em um primeiro momento parece tarefa difícil, visto que, os sujeitos se encontram em constante risco de embasar suas práticas na não aceitação das diferenças, aprisionando-se também nos desígnios da sina e do fracasso.

---

<sup>75</sup> A nova eugenia do Século XXI vai perder certa força científica e ética a partir das revelações acerca das atrocidades nazistas, porém, não vai desaparecer, mas se refugiar sob a égide da “genética humana”. “Avanços” genéticos vêm sendo direcionados a identificação de “genes indesejáveis”, com a utilização de exames que detectam doenças genéticas por companhias de seguros e planos de saúde, assim como o uso de bancos de DNA no controle da imigração.

Lançar mão de estar dia após dia na vivência cotidiana desses usuários, através dos atendimentos semanais, das visitas domiciliares e da participação efetiva junto a estes nas oficinas temáticas de resignificação da violência sofrida é uma aposta que tem mostrado frutos ainda em processo de maturação. Ouvir estas histórias torna-se uma tarefa delicada e decisiva na afirmação dessas narrativas, visto que se corre sempre o risco eminente de transformá-las em histórias únicas e retilíneas. Benjamin (1993) vai nos chamar atenção para a armadilha de uma compreensão que eterniza a barbárie ao conceber a história como se ela fosse contínua e progressiva. Para ele, essa seria a ótica dos “vencedores” que continuam a ditar como a “verdadeira” história deve ser escrita em cada época.

Faz-se necessário a afirmação de outras histórias, sendo assim é preeminente voltar o olhar para elementos até então esquecidos dessas histórias: os que foram rejeitados, jogados fora. São eles que não devem ser relegados a amnésia, porque é pela afirmação histórica dos que foram relegados ao ostracismo nas histórias oficiais que é possível afirmar os murmúrios dos escombros, suas narrativas. Não para a “salvação” dos atingidos pela violência, posto que não é este o caminho traçado nesta escrita, mas para romper com uma concepção de história, uma certa concepção de mundo.

Entende-se que este é o começo de uma longa desconstrução de conceitos como situação de risco, periculosidade, sina; porém, como todo longo caminho, entendemos ser de extrema importância que este seja revisitado sempre, afim de que as práticas produzidas sejam avaliadas, monitoradas e aprimoradas.

### **Referências Bibliográficas**

AGAMBEN, G. *Estado de exceção*. Tradução de Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo, 2005.

BENJAMIN, W. *O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov*. In: Magia e Técnica, Arte e Política. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1993

BRASIL, V. V. *Subjetividade e violência: a produção do medo e da insegurança*. Segundo Encontro Mundial Estados Gerais da Psicanálise, 2003.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, Secretaria Nacional de Assistência Social. *Orientações técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social* - Brasília, 2011.

BRASIL, IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios*. PNAD, 2010.

BOURDIEU, P. *Sobre a Televisão*, Oeiras: Celta Editora, 1997.

CHALHOUB, S. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

COIMBRA, C. M. B. *Operação Rio: O Mito das Classes Perigosas*. Um Estudo Sobre a Violência Urbana, a Mídia impressa e os Discursos de Segurança Pública. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 2001.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. *Micropolítica: Cartografias do Desejo*. Petrópolis: Vozes, 1986.

GUIMARÃES, A. P. *As classes perigosas: banditismo urbano e rural*. **Biblioteca de Ciências Sociais; N° 11. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981.**

MATEUS, L. *Centro de Referência Especializado de Assistência Social: relatório anual 2010-2011*. Espírito Santo, SEMAS, 2011.

**ARTIGO 07: TÍTULO: CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CREAS: O DESENVOLVIMENTO DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL A ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE LIBERDADE ASSISTIDA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA-ES**

Alexandre Cardoso Aranzedo  
Psicólogo, Doutor em Psicologia (PPGP/UFES),  
Professor da Faculdade Católica Salesiana do ES

Helena Marfisa Ventorin  
Assistente social,  
Gerente de Proteção Social de Média Complexidade da PMV/SEMAS,  
Professora da  
Escola Superior de Ciência da Santa Casa de Misericórdia.

**1. OS ADOLESCENTES E OS ATOS INFRACIONAIS**

Na análise do processo de construção do conceito de infância e da família, Ariés (1981) evidenciou as transformações sociais ocorridas ao longo da história, a partir das mudanças culturais, políticas, sociais e econômicas observadas nas sociedades, que influenciaram tanto no modo de conceituar crianças, adolescentes, famílias, quanto nas formas de relacionamento estabelecidas entre estes.

No Brasil, o Estatuto da criança e do adolescente (Lei 8.069/90) utiliza-se do critério cronológico para definir esses segmentos populacionais. Esta normativa legal conceitua como crianças aqueles que possuam até doze anos incompletos, e adolescentes, os indivíduos que

possuem idade entre doze e dezoito anos de idade incompletos. Sendo estes considerados como detentores do direito à proteção integral e do acesso aos direitos fundamentais que favoreçam o pleno desenvolvimento físico, psicológico, social e moral (BRASIL, 2011).

De certa forma, o Estatuto preconiza o tratamento igualitário a crianças e adolescentes, considerados em sua condição peculiar de pessoas em desenvolvimento. Entretanto, a previsão de igualdade na lei, não confere aos adolescentes contextos de desenvolvimento igualitários, já que cada adolescente possui características próprias, vivencia relações sociais, familiares e comunitárias que se tornam referenciais para o engendramento de histórias de vida singulares.

A adolescência não é uma fase universal e genérica da vida, na qual os adolescentes reproduzem características universais desvinculadas das realidades sociais vivenciadas. Isto significa dizer que a adolescência é uma construção social (MENANDRO, 2004; PAPALIA; OLDES; FELDMAN, 2009).

A relevância dos contextos vivenciados pelos adolescentes em seu processo de construção subjetiva demonstra “[...] o quanto as condições objetivas são constitutivas, o quanto geram outras formas de ser adolescente, com outras significações [...] (OZELLA; AGUIAR, 2008, p. 121)”.

A partir dessa compreensão, torna-se necessário, tanto no âmbito acadêmico, quanto na atuação profissional, a adoção de uma concepção plural de adolescência, que contemple as diversas relações sociais que os adolescentes vivenciam nos contextos históricos, sociais, culturais e econômicos, nos quais estão imersos no cotidiano (MENANDRO, 2004).

Ao analisar o processo de desenvolvimento dos adolescentes, Hutz (2002) considera que a,

adolescência é uma fase do desenvolvimento especialmente vulnerável, marcada por intensas mudanças biológicas, cognitivas, emocionais e sociais. Tais mudanças ocasionam o aumento no número e na variabilidade de experiências de vida e um aumento nas demandas que os diferentes ambientes (família, escola, grupo de pares) fazem aos jovens (p.155).

De acordo com Abramovay, Castro, Pinheiro, Lima e Martineli (2002), O processo de vulnerabilidade social pode ser definido pelo,

[...] resultado negativo da relação entre a disponibilidade dos recursos materiais ou simbólicos dos atores, sejam eles indivíduos ou grupos, e o acesso à estrutura de oportunidades sociais, econômicas, culturais que provêm do Estado, do mercado e da sociedade (p. 13).

No processo de vulnerabilidade da juventude, observa-se, em alguns casos, que este resulta no envolvimento de adolescentes na prática de atos infracionais, condutas contrárias às normas

sociais vigentes, descritas como crime ou contravenção penal pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 2011).

Ressalta-se que o processo de inserção de adolescentes nos atos infracionais é complexo e multifacetado. A literatura tem apontado a predominância dos seguintes fatores que contribuem para esse envolvimento, tais como: conflitos familiares; fragilidades nos vínculos comunitários e familiares; exclusão e vulnerabilidade social; consumismo; vitimização ou exposição à violência; uso de drogas; glorificação do mundo do crime, a sensação de pertencimento e proteção promovida pela inserção numa quadrilha (ANDRADE; ASSUNÇÃO JUNIOR; TEIXEIRA; FONSECA, 2011; BALANGUER, 2005; MINAYO, 2003; PEREIRA, 2002; ROSÁRIO, 2004; VELHO, 2000; ZALUAR, 2000).

O cometimento de delitos faculta aos adolescentes a responsabilização pelos atos praticados, por meio da aplicação, pela autoridade judicial competente, de medidas específicas de proteção e medidas socioeducativas, previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 2011).

## **2. AS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS NO BRASIL**

Ao longo da história do Brasil, verifica-se a ocorrência da prática de delitos cometidos por crianças e adolescentes. A fim de coibir tais práticas, a partir do século XIX, algumas normativas legais foram produzidas. A primeira destas, intitulada Código Criminal do Império de 1830, que fixava a maioridade, a partir dos quatorze anos de idade, e previa a internação em casas de correção até os dezessete daqueles que cometessem atividades contrárias às normas sociais vigentes (OLIVEIRA; ASSIS, 1999; RIZZINI; PILOTTI, 2009; SARAIVA, 2005).

A partir do início da República, instaurou-se o Código Penal dos Estados Unidos do Brasil de 1890 que inseriu, na prática do Magistrado, o critério biopsicológico de avaliação da capacidade de discernimento, daqueles que possuíssem de nove a quatorze anos e cometessem delitos, para fins de análise do caso e atribuição de pena (SARAIVA, 2005).

Em 1927 foi implantado o Primeiro Código de Menores do Brasil, intitulado Código Mello Mattos. Fundamentado na Doutrina de Situação Irregular, preconizava que os ‘menores’ abandonados e delinquentes estariam submetidos às suas normas, aspecto que consolidava o perverso binômio carência/ delinquência no imaginário da sociedade brasileira. Iniciou-se ainda a utilização do termo ‘menor’ para designar, de forma pejorativa, o segmento pobre da sociedade, aspecto presente na subjetividade dos brasileiros até os dias atuais (COIMBRA; NASCIMENTO, 2003; SARAIVA, 2005).

A implementação do Código de menores fortaleceu a política de internação como estratégia de intervenção. Nesse contexto foram criados o Serviço de Assistência ao Menor (SAM),

Fundação Nacional de Bem Estar do Menor (FUNABEM) e Rede Nacional de Fundações Estaduais de Bem Estar do Menor (FEBEMs),

[...] à época da vigência dos Códigos de Menores, esses estabelecimentos eram denominados ‘depósitos’, e se diziam destinados ao ‘regime educativo’, com a finalidade de ‘prevenção e preservação’. Em realidade, eram locais onde crianças e jovens pobres sofriam toda sorte de maus-tratos [...] (COIMBRA; NASCIMENTO, 2003, p.25).

O Serviço de Assistência ao Menor (SAM) tinha como princípio a utilização da prática do ‘sequestro social’, onde,

[...] retirava compulsoriamente das ruas crianças e adolescentes pobres, abandonados, órfãos, infratores e os confinava em internatos isolados do convívio social, onde passavam a receber um tratamento violento e repressivo. Essas instituições totais tinham na própria denominação um indicador de suas funções: patronatos, centros de recuperação, reeducação e institutos agrícolas. A promiscuidade, a violência e o tratamento desumano, a atuação repressiva dos ‘monitores’, as grades e muros altos, o distanciamento da população através da organização interna das instituições garantiam a arbitrariedade e o desconhecimento por parte da população do que acontecia ‘intramuros’ (VOLPI, 2002, p.27).

De acordo com Barbeta et al (2002, p.15), “todo o sistema de contenção do adolescente do antigo Código e da ‘Política de Bem Estar do Menor’ estava organizado para tratar um ‘delinquente’, e não para atender um adolescente que transgrediu uma norma [...]”.

No ano de 1979, o Código de Menores foi reformado no contexto da Doutrina de Segurança Nacional, mantendo assim a mesma base ideológica que o originou, considerando o menor em situação irregular sempre que estivesse fora dos padrões estabelecidos pela sociedade (VOLPI, 2001).

No ano de 1990, por meio de uma um grande processo de mobilização social decorrente das articulações para a promulgação da Constituição Federal de 1988, “[...] derruba-se o Código de Menores, escreve-se a ‘mil mãos’ o Estatuto da Criança e do Adolescente” (VOLPI, 2001, p.32).

Norteados pela Doutrina de Proteção Integral, a implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente instaura um novo paradigma para o atendimento de crianças e adolescentes do Brasil. De acordo com Saraiva (2005, p.57), a partir dessa doutrina se,

[...] revogou a antiga concepção tutelar, trazendo a criança e o adolescente para uma condição de sujeito de direito, de protagonista de sua própria história, titular de direitos e obrigações próprios de sua peculiar condição de

pessoa e, desenvolvimento, dando um novo contorno ao funcionamento da Justiça da Infância e Juventude, abandonando o conceito de menor, como subcategoria de cidadania.

O Estatuto da Criança e do Adolescente se estrutura em torno de três sistemas articulados: o primário, que consiste nas políticas de atendimento de caráter universal para todo o segmento infanto-juvenil do Brasil; o secundário, que engloba as medidas específicas de proteção a crianças e adolescentes em situação de risco social; e o terciário, que integra as medidas socioeducativas destinadas a adolescentes em conflito com a lei (SARAIVA, 2005).

No que concerne às intervenções, junto aos adolescentes aos quais foi atribuída a autoria de ato infracional, o Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece que eles, e em alguns casos suas famílias, sejam responsabilizados por meio da aplicação de medidas específicas de proteção (Art. 101, Capítulo I a VI) medidas socioeducativas (Art.112) (BRASIL, 2011).

As medidas específicas de proteção consistem no encaminhamento aos responsáveis, matrícula em estabelecimento de ensino fundamental, inclusão em programa comunitário, requisição de tratamento médico, acompanhamento psicológico, e inclusão em programa de tratamento a alcoolistas e toxicômanos (BRASIL, 2011).

As medidas socioeducativas (MSE) são compostas por advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, semiliberdade e internação (BRASIL, 2011).

A MSE de advertência (Art. 115) constitui-se numa admoestação verbal aos adolescentes e responsáveis, mediante assinatura de termo. A obrigação de reparar o dano (Art. 116) possibilita que, adolescentes e responsáveis, promovam o ressarcimento do dano material causado (BRASIL, 2011).

A MSE de prestação de serviços à comunidade (PSC) (Art. 117) responsabiliza o adolescente a desenvolver atividades gratuitas de interesse público, por períodos determinados, em organizações governamentais e não-governamentais (BRASIL, 2011). Para isso, se estabelece convênios entre o serviço de execução da MSE e a entidade que receberá o adolescente para o cumprimento da PSC, a fim de viabilizar o acompanhamento técnico do adolescente durante todo o processo.

A PSC visa estimular o adolescente a refletir e reavaliar valores e comportamentos. Na execução dessa medida, sobretudo, precisam ser respeitadas as aptidões dos adolescentes no cumprimento das atividades propostas (LIBERATI, 2006).

No desenvolvimento da PSC preconiza-se a interligação entre as principais habilidades e potencialidades apresentadas pelos adolescentes, e as melhores atividades de interesse público, propostas pela sociedade, que possibilitem reflexão sobre o ato infracional praticado.

Na aplicação de MSE de liberdade assistida (LA) (Art. 118), os adolescentes e suas famílias são acompanhados por profissionais (Psicólogos, Assistentes Sociais, Educadores) vinculados a serviços de execução da MSE do poder público municipal. A LA deve ser aplicada pelo prazo de seis meses, sendo passível de revogação, substituição e prorrogação.

A LA prevê o atendimento personalizado do adolescente e sua família, com vistas a identificar e valorizar as suas potencialidades (LIBERATI, 2006).

A partir do estabelecimento do Plano Individual de Atendimento (PIA), os adolescentes são encaminhados para oficinas culturais e esportivas; atendimento individual e em grupo; atividades escolares; profissionalização e obtenção de documentação pessoal (CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, 2006; BRASIL, 2011). O PIA preconiza ainda a firmatura de objetivos sociopedagógicos e estratégias de inserção comunitária, aos quais os adolescentes busquem alcançar, ao longo da medida socioeducativa (LIBERATI, 2006).

A MSE de inserção em regime de semiliberdade (Art. 120) estabelece que o adolescente, em local específico para o cumprimento dessa medida, permaneça durante um período do dia e também realize atividades externas (escola, trabalho, atividades comunitárias) (BRASIL, 2011).

A MSE de internação em estabelecimento educacional (Art. 121) constitui-se na privação de liberdade, pelo período máximo de três anos, sendo revista a cada seis meses, a fim de verificar a necessidade de revogação, prorrogação ou substituição da medida (BRASIL, 2011).

No que tange as competências de gestão, a execução das medidas socioeducativas em meio aberto (LA e PSC) é de atribuição do poder público municipal, enquanto a semiliberdade e internação é desenvolvida pelo poder público estadual (CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, 2006; BRASIL, 2011).

Apesar do Estatuto da Criança e do Adolescente prever a municipalização do atendimento desde 1990, a execução da Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade, pelo poder público municipal, tornou-se recente em várias partes do País, do Estado do Espírito Santo e também no município de Vitória-ES, visto que essas medidas eram executadas pela Vara Especializada da Infância e Juventude até o ano de 2008.

### **3. A EXPERIÊNCIA DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE VITÓRIA-ES NO DESENVOLVIMENTO DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO (LA e PSC)**

A partir de 2008, a Secretaria Municipal de Assistência Social, implantou o serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto. Esse serviço, inicialmente executado por meio de gestão partilhada com uma Organização Não - Governamental (ONG), desenvolvia-se em programa que atendia, exclusivamente, aos

adolescentes que recebiam a MSE de liberdade assistida ou de prestação de serviços à comunidade, bem como suas famílias.

Em meados de 2010, com o avanço da implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e do Sistema Nacional de Assistência Social (SINASE) no município de Vitória-ES, o atendimento a adolescentes em LA e PSC integrou-se ao Centro de Referência Especializada em Assistência Social (CREAS), conforme estabelece o Ministério de Assistência Social e Combate à Fome (2005, p.4), o CREAS,

[...] constitui-se numa unidade pública estatal, de prestação de serviços especializados e continuados a indivíduos e famílias com seus direitos violados, promovendo a integração de esforços, recursos e meios para enfrentar a dispersão dos serviços e potencializar a ação para os seus usuários, envolvendo um conjunto de profissionais e processos de trabalhos que devem ofertar apoio e acompanhamento individualizado especializado.

O município de Vitória possui quatro CREAS, sendo que um destina-se ao atendimento a população em situação de rua. Os demais CREAS, localizados nas regiões de Bento Ferreira, Maruípe e Centro, atendem a crianças, adolescentes e suas famílias que estejam vivenciando as seguintes situações: vítimas de abuso e exploração sexual, violência doméstica, trabalho infantil, situação de rua, medidas de proteção e medidas socioeducativas de liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade.

Em cada CREAS os atendimentos são realizados por equipes interdisciplinares compostas por um Coordenador, seis duplas de Assistentes Sociais e Psicólogos, um Assessor Jurídico, um profissional de nível superior na função de Mobilizador Social, um profissional de nível superior, na função de facilitador de processos reflexivos, Educadores Sociais, Oficineiros, e Auxiliares Administrativos, e Auxiliares de Serviços Gerais.

Torna-se relevante, “[...] que se reconheça o valor da interdisciplinaridade, conjugando as ações do Serviço social, da Psicologia e do Direito, que proporciona uma visão mais completa dos casos [...] (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA TERRA DOS HOMENS, 2002, p. 45)”

No âmbito da atuação interdisciplinar com famílias, os Assistentes sociais devem circunscrever sua atuação na análise da situação socioeconômica da família, da dinâmica familiar e da rede social e comunitária. Os psicólogos devem propor estratégias de intervenção pautadas na análise das representações, significações e padrões de relacionamento, estabelecidos entre os membros da família. Os profissionais do Direito podem contribuir com a análise das consequências das intervenções jurídicas e demais orientações no contexto jurídico (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA TERRA DOS HOMENS, 2002).

Seguindo aos parâmetros da Tipificação Nacional de Serviços Sócioassistenciais (Resolução CNAS/109/2009), os CREAS de Vitória operacionalizam o Serviço de Proteção Social a

Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de LA e PSC que tem por finalidade,

[...] prover atenção socioassistencial e acompanhamento a adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, determinadas judicialmente. Deve contribuir para o acesso a direitos e para a resignificação de valores na vida pessoal e social dos (as) adolescentes e jovens. Para a oferta do serviço faz-se necessário a observância da responsabilização face ao ato infracional praticado, cujos direitos e obrigações devem ser assegurados de acordo com as legislações e normativas específicas para o cumprimento da medida (CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2009, p.22).

O Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa tem como principais objetivos: acompanhar os adolescentes no cumprimento da medida de LA e PSC; articular a inserção destes em outros programas, serviços e políticas públicas; contribuir para a resignificação do ato infracional e construção de novos projetos de vida; estimular práticas reflexivas, de construção de autonomia e autoconfiança; oportunizar a ampliação do universo cultural e desenvolvimento de habilidades e competências; promover o fortalecimento da convivência familiar e comunitária (CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2009).

Nos CREAS de Vitória, a metodologia de acompanhamento socioeducativo do adolescente em LA e PSC, e suas famílias, preconiza a realização das seguintes atividades: acolhimento inicial na Vara Especializada da Infância e Juventude de Vitória-ES; atendimento psicossocial individual e familiar; visitas domiciliares; consultas e orientações jurídicas; grupos reflexivos com adolescentes; grupos reflexivos com famílias; grupos de reflexão com famílias e adolescentes; encontros de famílias; oficinas culturais e esportivas; e ações de articulação com as demais políticas públicas.

Ressalta-se que os adolescentes cumpridores da medida de PSC, realizam as atividades gratuitas de interesse público, por períodos determinados, previstas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, em entidades conveniadas. No CREAS, sobretudo, participam dos atendimentos psicossociais individuais e familiares. Entretanto, observa-se na execução da PSC em Vitória-Es, a necessidade de ampliar parcerias com instituições para a oferta de atividades, com caráter socioeducativo e superar a perspectiva coercitiva da medida, de modo a viabiliza o efetivo desenvolvimento dos objetivos da referida medida.

O trabalho do CREAS é norteado pelo conceito de família como sendo “[...] um conjunto de pessoas que se acham unidas por laços consanguíneos, afetivos e, ou, de solidariedade [...] (MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME, 2004, p. 41)”.

Nesse sentido, parte-se da premissa da centralidade das ações na família, visto que esta “[...] é o núcleo social básico de acolhida, convívio, autonomia, sustentabilidade e protagonismo social [...] (MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME, 2004, p.

90)”. Ressalta-se que “o reconhecimento da família como parceira no trabalho, equaciona seu significado efetivo para o enfrentamento das questões relacionadas a seu filho, na ação cotidiana (DANIEL, 2006, p.534)”.

No que tange a estratégia de acolhimento inicial, em dias de audiência na Vara da Infância e Juventude de Vitória-ES, o CREAS dispõe de dois educadores sociais que realizam o atendimento dos adolescentes, moradores de Vitória-ES, que receberam LA e PSC e de suas famílias. Momento em que o educador faz uma escuta, de conhecimento da história do adolescente, de sua trajetória, de suas características individuais e a sua relação familiar e comunitária. Esse contato inicial visa ainda esclarecer sobre o cumprimento das medidas socioeducativas, e encaminhar para o atendimento inicial com a equipe psicossocial do CREAS, mais próximo de sua residência (CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2012).

A partir do acolhimento inicial, começa o estabelecimento de vínculos de confiança entre o adolescente e os profissionais do CREAS,

o vínculo entre o profissional e a família, quando construído numa relação mútua de respeito e de confiança, facilitará a evolução do trabalho. A família deverá, pouco a pouco, através de vários contatos com o profissional, sentir-se acolhida e compreendida, de forma a contribuir, sempre que possível, com o processo de ajuda (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA TERRA DOS HOMENS, 2002, p. 40).

Ao longo do cumprimento da medida socioeducativa realiza-se o atendimento psicossocial individual e familiar. Esse processo visa, a partir do acolhimento, escuta qualificada e acompanhamento técnico, proporcionar reflexões permanentes de adolescentes e familiares, a respeito das metas estabelecidas no PIA, das demandas verificadas e encaminhamentos a rede socioassistencial (CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2012).

As consultas e orientações jurídicas, prestadas pela Assessoria Jurídica, objetiva acompanhar e orientar os adolescentes e suas famílias quanto ao andamento do processo legal instaurado (CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2012).

A participação dos adolescentes, cumpridores de LA, em grupos reflexivos é uma das principais estratégias utilizadas no CREAS. Nesse contexto, reafirmam-se as metas pactuadas no PIA, se possibilita troca de experiências, estimula-se a construção de novos projetos de vidas e atitudes diante das situações vivenciadas no cotidiano (CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2012).

No grupo reflexivo com famílias participam, de forma voluntária, famílias de diferentes contextos de violação de direitos, atendidas no CREAS. Estes objetivam oportunizar a troca de

experiências e construção coletiva de estratégias de superação, a fim de fortalecer a autonomia e a relação de convivência familiar e comunitária (CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2012).

Os grupos de reflexão com famílias e adolescentes funcionam como espaços de reflexão sobre temas pertinentes à vivência dos adolescentes / famílias, direcionados a problematização de diversas temáticas que perpassam também à violação de direitos humanos (CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2012).

Os encontros de famílias constituem-se de dias de atividade temática, aberto a todas as famílias do CREAS, com o objetivo de promover integração entre as famílias e o fortalecimento dos vínculos com a equipe de trabalho (CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2012).

As oficinas culturais e esportivas visam fortalecer o vínculo dos adolescentes com o CREAS, ampliar seu universo informacional e cultural, estimular novos interesses, e desenvolver habilidades e competências. Nesse sentido, realizam-se ainda passeios educativos a museus, parques, pontos turísticos, e empresas que mantêm programas de visitas monitoradas (CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2012).

No desenvolvimento das oficinas culturais e esportivas, observam-se as potencialidades do adolescente e busca-se a sua inclusão em atividades semelhantes, prestadas por serviços da rede de proteção social básica e demais iniciativas comunitárias. Constituem as principais oficinas ofertadas pelo CREAS: Esporte com ênfase em Kick-boxe, música, funk, hip-hop, grafite, informática e teatro (CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2012).

A oficina de esporte com ênfase no Kick-Boxe propõem-se vislumbrar uma prática esportiva que permita repensar a imagem corporal, com regras de vivência em grupo e limites individuais. Trabalha-se o resgate histórico da modalidade esportiva, interligando-o ao exercício da ética e dos valores (CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2012).

A oficina de música integra adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas e outros adolescentes atendidos pelo CREAS: situação de rua, violência sexual, física e psicológica, maus tratos, negligência, entre outros. As oficinas desenvolvem-se a partir de um tema central e do uso de instrumentos musicais: violões, pandeiros e teclado (CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2012).

As oficinas de funk visam desenvolver o exercício da cidadania, possibilitando que os jovens se sintam protagonistas da sua história. Nessa oficina, o adolescente reconstrói a sua história, por meio de composição de letras de música que retratam a sua trajetória de vida (CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2012).

A oficina de hip-hop desenvolve atividades referentes aos quatro elementos dessa modalidade artística: dança (break), música (rap), grafite e DJ. O trabalho com esses elementos perpassa por conceitos como, auto-estima, identidade étnico-racial, inclusão social, e cidadania, em que a arte é utilizada como forma de entretenimento e reflexão (CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2012).

A oficina de grafite possibilita o aprendizado de técnicas artísticas e a diferenciação entre a arte e a pichação dos espaços urbanos, o que possibilita a reflexão, diálogos e a ampliação do universo cultural dos adolescentes.

A oficina de informática não oferece cursos de informática. Utiliza-se dos recursos da informática, como ferramenta para possibilitar a superação da violência e formulação de novos projetos de vida pelos adolescentes. Para isso, são desenvolvidos temas semanais que são trabalhados, a partir de pesquisas na Internet, construção de textos, discussões grupais e atividades externas (CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2012).

A oficina de teatro oportuniza aos adolescentes um espaço para lançar-se ao lúdico, utilizando-o como a forma de linguagem, direta e ampla, onde cada situação vivenciada possibilita o exercício da fala, o uso do corpo, da criatividade, da agilidade, do equilíbrio, da concentração, entre os diversos sentidos que o teatro usa como ferramenta de comunicação e expressão. O teatro é uma arte com potencial para o processo de ensino-aprendizagem, uma vez que estimula a criatividade, o trabalho coletivo e a pesquisa, colaborando para a formação do adolescente no desenvolvimento saudável ao mesmo tempo em que reflete e relaciona as questões que envolvem o seu cotidiano (CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2012).

Norteados pelo princípio da incompletude institucional, previsto no SINASE, caracterizada pela utilização do máximo possível de serviços da comunidade, responsabilizando as políticas setoriais no atendimento aos adolescentes, o CREAS desenvolve ações de articulação com as demais políticas setoriais, a fim de garantir a inserção e permanência do adolescente na escola, viabilizar parcerias para a inclusão em cursos de qualificação profissional, e inserir suas famílias nos demais serviços da rede de proteção social.

O conjunto de ações empreendidas pelo CREAS de Vitória-ES, na execução das medidas socioeducativas de LA e PSC, visa possibilitar aos adolescentes e suas famílias a construção de estratégias que favoreçam a desvinculação com a prática de atos infracionais e, sobretudo, o fortalecimento da convivência familiar e comunitária. A eficácia das medidas em meio aberto ocorre porque,

[...] a correta aplicação e execução das medidas socioeducativas – especialmente da liberdade assistida e prestação de serviço à comunidade –,

possibilita ao adolescente infrator, e por consequência a seus familiares, identificar os fatores desencadeantes das ações que resultaram no ato infracional e os fatores impeditivos do seu desenvolvimento, possibilitando uma mudança de rumo, com a superação das dificuldades iniciais constatadas, rupturas com a prática de delitos e desenvolvimento de atitudes construtivas (FERREIRA, 2006, p. 426).

O processo de ressignificação do ato infracional, desencadeado pelo adolescente no cumprimento da medida de LA e PSC, por meio do estreitamento dos laços familiares e do estabelecimento de outra forma de se vincular a comunidade de origem, possibilita ao adolescente, a construção de um novo modo de ser, estar e conviver na sociedade.

Ao longo do processo socioeducativo, além de observar o cumprimento das diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente e do SINASE, faz-se necessário, principalmente,

[...] compreender o educando, considerando-o em si mesmo e não em relação às normas e padrões que tenha, por ventura, transgredido. Situá-lo numa história singular, única que é a sua, para então retirá-lo do rótulo, da categoria que ameaçava aprisioná-lo (COSTA, 1997, p. 40).

Acredita-se que a eficácia da medida socioeducativa somente será alcançada, na medida em que, o preconceito e o processo de estigmatização do adolescente autor de ato infracional sejam extintos do imaginário da sociedade. Somente a partir disso, conseguiremos vislumbrar as mudanças esperadas de trajetória de vida dos adolescentes, estimuladas pelo cumprimento da LA e PSC.

#### 4. REFERÊNCIAS

ANDRADE, R. C; ASSUNÇÃO JUNIOR, F; TEIXEIRA, I. A.; FONSECA, V. A. S.. Prevalência de transtornos psiquiátricos em jovens infratores na cidade do Rio de Janeiro (RJ, Brasil): estudo de gênero e relação com a gravidade do delito. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 16, p. 2179-2188, 2011.

ARIÉS, P.. *História Social da Criança e da Família*. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1981.  
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA TERRA DOS HOMENS. *Trabalho Social com Família*. 3.ed. Rio de Janeiro: Booklink Publicações Ltda., 2002.

BALANGUER, G. Violência e adolescência: uma experiência com adolescentes internos da FEBEM/SP. *Imaginário – USP*, São Paulo, a. XI, n.11, p. 91-109, 2º sem, 2005.

BARBETTA, A. et al. A implementação das medidas socioeducativas no Estatuto da Criança e do Adolescente. In: VOLPI, M. (Org.). O Adolescente e o Ato Infracional. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2002. p. 11-44.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente: Decreto-lei nº. 8.609, de 13 de julho de 1990. Brasília: Câmara dos Deputados, 2011.

CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Ofício produzido pelas equipes técnicas e gestores do CREAS de Vitória-ES, encaminhado ao Ministério Público em 15 de maio de 2012, 2012.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. Brasília: CONANDA, 2006.

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Tipificação Nacional de Serviços Sócioassistenciais. Resolução CNAS/109/2009. Brasília: CNAS, 2009.

COIMBRA, C. M. B; NASCIMENTO, M. L. do. Jovens pobres: o mito da periculosidade. In: LULIANELLI, J.A.S; FRAGA, P.C.P. (Orgs.). Jovens em tempo real. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 19-37.

COSTA, A. C. G. Pedagogia da Presença. Da solidão ao encontro. 1. ed. Belo horizonte: Modus Faciendi, 1997.

DANIEL, H. H. Centro de atendimento socioeducativo: uma experiência de sucesso. In: ILANUD; ABMP; SEDH; UNFPA (Orgs.). Justiça, Adolescente e Ato Infracional: socioeducação e responsabilização. 1.ed. São Paulo: ILANUD, 2006. p. 521 – 538.

FERREIRA, L. A. M. Execução das medidas socioeducativas em meio aberto: Prestação de serviços à comunidade e liberdade assistida. In: ILANUD; ABMP; SEDH; UNFPA (Orgs.). Justiça, Adolescente e Ato Infracional: socioeducação e responsabilização. 1.ed. São Paulo: ILANUD, 2006. p. 397 – 426.

HUTZ, C. S. Situação de risco e vulnerabilidade na infância e na adolescência. 1. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002. P. 153-186.

LIBERATI, W. D.. Execução de medida socioeducativa em meio aberto: Prestação de serviços à comunidade e liberdade assistida. In: ILANUD; ABMP; SEDH; UNFPA (Orgs.). Justiça, Adolescente e Ato Infracional: socioeducação e responsabilização. 1.ed. São Paulo: ILANUD, 2006. p. 367 – 396.

MENANDRO, Maria Cristina Smith. Gente Jovem Reunida: Um Estudo de Representações Sociais da Adolescência/Juventude a partir de textos jornalísticos (1968/1974 e 1996/2002). 2004. Tese (Doutorado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2004.

MINAYO, M. C. de S. A violência dramatiza causas. In: MINAYO, M.C. de S. e SOUZA, E.R. (Orgs.). Violência sob o Olhar da Saúde: a infrapolítica da contemporaneidade brasileira. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2003. p. 23-47.

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME. Política Nacional de Assistência Social- PNAS/2004, 2004.

MINISTÉRIO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E COMBATE À FOME. Guia Nº 01 do CREAS/MDS/SUAS, 2005.

OLIVEIRA, M. B.; ASSIS, S.G. de. Os adolescentes infratores do Rio de Janeiro e as instituições que os “ressocializam”: A perpetuação do descaso. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, n. 15(4), p. 831- 844, out-dez, 1999.

PAPALIA, D.E.; OLDS S.W.; FELDMAN, R.D.. Desenvolvimento Humano. 10. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2009.

PEREIRA, Fernanda Renata Paziani. Jovens em conflito com a Lei: A violência na vida cotidiana. 2002. Dissertação (Mestrado em Ciências, Área: Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2002.

RIZZINI, I.; PILOTTI, F.. A Arte de Governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

ROSÁRIO, A. B. O mundo do crime: possibilidade de intervenção a adolescentes em conflito com a lei. Mental, Barbacena, v. 2, n. 2, p. 99 - 111, 2004.

SARAIVA, J. B. C.. Adolescente em conflito com a lei: da indiferença à proteção integral: uma abordagem sobre a responsabilidade penal juvenil. 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2005.

VELHO, G. Violência, reciprocidade e desigualdade: Uma perspectiva antropológica. In: VELHO, G. e ALVITO, M. (Orgs.). Cidadania e Violência. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 2000. p. 11-25.

VOLPI, M. O Adolescente e o Ato Infracional. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

VOLPI, M. Sem Liberdade, Sem Direitos: A privação da liberdade na percepção do adolescente. São Paulo: Cortez, 2001.

ZALUAR, A. A globalização do crime e os limites da explicação local. In: VELHO, G. e ALVITO, M. (Orgs.). Cidadania e Violência. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 2000. p. 49-69.

## **ARTIGO 08: PROJETO DE EXTENSÃO ANDARILHOS: CONSTRUINDO OUTROS CAMINHOS NA CIDADE**

Antônio Martins Vitor Júnior<sup>76</sup>  
Allana Martha Soares Silva<sup>1</sup>  
Camila Mendes<sup>77</sup>  
Isabel Valli Espíndola<sup>1</sup>

---

<sup>76</sup> Estudantes de graduação em Psicologia da UFES

<sup>77</sup> Estudante de graduação em Terapia Ocupacional da UFES

Lígia Caroline Pereira Pimenta<sup>1</sup>  
Luisa Tosi Modolo<sup>1</sup>  
Mayara Fonseca Hartuiq<sup>1</sup>  
Sara Louzada Casteluber<sup>1</sup>  
Gilderlândia da Silva Kunz<sup>78</sup>

## Resumo

O Projeto de Extensão ‘Andarilhos: Construindo outros caminhos na cidade’ está em andamento desde novembro de 2011, objetivando interferir nas ações das políticas públicas voltadas à população em situação de rua que habita a cidade de Vitória/ES. Almejamos dar visibilidade às práticas que tem se configurado como violação dos direitos sociais e políticos deste grupo social. Nossa proposta de trabalho inclui o mapeamento das redes tecidas com a população em situação de rua na cidade de Vitória/ES, e as demandas deste segmento social, a fim de apoiar ações de enfrentamento à violação de seus direitos sociais e políticos. Neste trabalho compartilhamos algumas ações que o projeto de extensão tem efetuado e/ou apoiado junto à população em situação de rua em Vitória/ES. Destacamos, neste trabalho, que são inúmeras as violações de direitos sociais e políticos com os quais a população em situação de rua convive. Inúmeros também são os desafios para se pensar um trabalho em rede entre as políticas que visem contemplar as complexas demandas da vida na rua.

Palavras-chave: população de rua, políticas públicas, redes, direitos humanos.

## Introdução

O projeto de Extensão ‘Andarilhos: Construindo outros caminhos na cidade’, criado em novembro de 2011 e vinculado do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), se propõe a apoiar e fortalecer as lutas por políticas públicas voltadas à população em situação de rua. Visa acompanhar as relações tecidas entre a população em situação de rua e os demais moradores e instituições sediadas na cidade de Vitória/ES, que ora os acolhe, ora os expulsam com ações articuladas e repressoras. Convocam para esse fim ações do poder público, visando à retirada compulsória desses cidadãos dos locais de ocupação, violando, assim, o direito à proteção integral para pessoas em situação de risco e vulnerabilidade social, conforme apregoa a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) no texto oficial desta política (BRASIL, 2005).

O projeto objetiva interferir nesses processos de violação de direitos, apoiando a criação de instrumentos que dê visibilidade a este cenário e nele interfira, de modo a fomentar a criação e ampliação de políticas públicas destinadas a este grupo social. Tem também como finalidade conhecer as demandas dos moradores de rua no que se refere à construção de políticas públicas, bem como acompanhar as ações que obrigam os moradores de rua a se movimentarem pela cidade, não se fixando por muito tempo em determinados locais. Nosso intuito é acompanhar as alianças tecidas entre os andarilhos e as redes sociais. Sabe-se que essas redes podem aquecer ou esfriar as possibilidades de expansão da vida (BENEVIDES, PASSOS, 2004).

---

<sup>78</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional da UFES, assistente social da SEMAS/Prefeitura Municipal de Vitória-ES e co-cordenadora do presente projeto de extensão.

Ao mesmo tempo, entendemos que o fortalecimento do Movimento Nacional da População de Rua/ES (MNPR) e a criação de Fóruns de discussão acerca das políticas públicas direcionadas à população em situação de rua, são estratégias importantes para o enfrentamento às práticas de violência e violação de direitos da população em situação de rua.

Este trabalho originou-se a partir de demandas dos alunos de graduação de psicologia da UFES e, para sua elaboração, efetuamos andanças nas ruas de Vitória, a fim de conhecer as demandas da população em situação de rua. Nossa equipe é multiprofissional e inclui 07 estudantes de graduação em psicologia e 01 estudante em Terapia Ocupacional vinculados à UFES, 01 assistente social que é mestranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional (UFES), e 01 professora do departamento de psicologia (UFES). Conta também com a consultoria da Profª Drª Silvia Vasconcelos de Carvalho (Professora da UFF e colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional), e de 02 moradores em situação de rua que vem participando das ações do Movimento Nacional da População em situação de rua. Estes últimos nos fornecem subsídios para a avaliação das ações propostas e para a análise dos dados produzidos.

### **Sobre como andarilhamos nas ruas de Vitória/ES**

O norteador desse trabalho é o método cartográfico, advindo do campo das ciências humanas e sociais, e que visa acompanhar os processos sociais no curso de seu engendramento; como apontam Kastrup e Barros (2009). Experimentamos os estranhamentos, modificando e sendo modificados pela experiência deste fazer, ouvir, olhar e dialogar com a vida da população em situação de rua. O desafio da metodologia proposta é envolver as redes de apoio (Movimentos sociais, organizações da sociedade civil, etc) e os moradores de rua na elaboração de ações que interfiram no funcionamento das políticas públicas voltadas a este segmento, fomentando a construção de redes no território.

Neste sentido, a cartografia da vida nas ruas tem requerido o mapeamento dos equipamentos públicos que acolhem a população em situação de rua, bem como das redes sociais que travam relações com este segmento. Nossa aposta metodológica reside em efetuar ações que falemos **com** a rua e não **sobre** a rua, silenciando as experiências e demandas do povo da rua. Temos nos colocado como apoiadores dos movimentos e ações que este segmento efetua na luta pela efetivação de seus direitos sociais e políticos.

O apoiador, do ponto de vista com o qual trabalhamos, não é um especialista, mas aquele que atiza análises e interferências nos processos que permeiam a vida da população em situação de rua, estando inserido neste cotidiano. O apoiador é o estrangeiro que provoca tensionamentos em fronteiras delimitadas, perturba as verdades naturalizadas (VASCONCELOS; MORSCHEL, 2009).

### **Tensionamentos e violências experimentadas na vida nas ruas**

No Brasil, os estudos efetuados acerca da população em situação de rua ainda são escassos. No estado do Espírito Santo poucos são os trabalhos de pesquisa e extensão voltados à população em situação de rua. Algumas pesquisas realizadas apontam a heterogeneidade de modos de viver nas ruas (MENDES, 2007; GOMES, 2006; KASPER, 2006), tornando intrincada a atuação dos

equipamentos públicos que atendem a estes usuários. As políticas públicas existentes, permeadas por processos de ordem burocrática e tecnocrática, mostram-se muitas vezes distantes da vida nas ruas, o que obstaculiza o acesso a esses serviços. A vida nas ruas nos interroga pelo fato de questionar os valores hegemônicos de viver e estar na cidade. Não se trata de uma vida poetizada, mas sim marginalizada por afirmar outro modo de estar na cidade.

Constatam-se, a partir desse cenário complexo, práticas de segregação destes grupos e de higienização da cidade, violando direitos sociais e políticos. É a partir de uma visão higienista da cidade e dos modos de habitar da população moradora de rua que a convivência entre alguns cidadãos domiciliados (KASPER, 2006) e aqueles que habitam as ruas torna-se intolerável.

A intolerância fomenta práticas de violação de direitos sociais e políticos, como pedidos formais e informais de retirada da população moradora de rua dos logradouros públicos ou de patrimônios públicos que foram ocupados e transformados em moradia por estarem ociosos na cidade. Os pedidos formais incluem: abaixo assinado, processos encaminhados ao Ministério Público, e-mails endereçados aos diversos órgãos da Prefeitura Municipal de Vitória (PMV), dentre outros. Os pedidos não formais implicam desde a instalação de câmeras filmadoras por parte de comerciantes, com deturpação das imagens editadas e enviadas para os jornais de maior circulação da cidade, até ameaças verbais de incineração do povo da rua, com destruição de seus pertences e documentos pessoais que são queimados ou jogados no lixo. Tais movimentos transitam à sombra desses indivíduos, produzindo indivíduos que circulam constantemente pela cidade; transformando-os em andarilhos.

Para conhecer as demandas e cotidiano da vida da população em situação de rua fomos às audiências públicas na câmara de vereadores, reuniões do Movimento Nacional de População de Rua no Espírito Santo (MNPR/ES), visitas à hospedagem noturna (SEMAS/PMV) no centro da cidade, visitas ao Centro de Referência à População de Rua (conhecido pelos usuários como 'CREAS POP') às palestras e capacitações desenvolvidas por/para trabalhadores da assistência social sobre a temática população de rua; e efetivamos andanças em 08 pontos de concentração de moradores de rua, em turnos noturnos e vespertinos.

Conhecemos também o trabalho que a Pastoral de Rua, vinculada à Igreja Católica, vem realizando em Belo Horizonte (MG). A partir de conversas com membros da Pastoral de Rua/BH, participamos de interlocuções com a Mitra Arquidiocesana de Vitória/ES, visando incrementar a participação de setores da Igreja Católica na defesa de políticas públicas voltadas à população em situação de rua. Atualmente o MNPR/ES conduz essa conversa, e nós atuamos como possíveis colaboradores pontuais desta ação.

As idas às ruas nos apontaram a importância de apoiarmos a criação do comitê estadual do Movimento Nacional de População de Rua no Espírito Santo, a fim de ampliar e fortalecer a luta para que os princípios e diretrizes vigentes na Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua, criada em maio de 2008, sejam garantidos e estejam conectados à dinâmica da vida nas ruas.

Participar das reuniões do MNPR/ES e atuar como apoiador deste movimento resultou do desejo de que algumas políticas públicas direcionadas para a população de rua fossem garantidas. A Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua de maio de 2008 nasceu da necessidade de garantir direitos a essa população visto que a Constituição Federal promulgada em 1988 (BRASIL, 1988) se propõe a viabilizar políticas e garantir direitos a todos

os cidadãos. Esta política tem em seus princípios o respeito e a garantia dos direitos humanos; o direito em usufruir e permanecer na cidade; a não-discriminação; e, por fim, a supressão de atos violentos e preconceitos contra a população em situação de rua (BRASIL, 2009).

### **Visibilizando a vida do povo da rua: o informativo ‘Tá na Rua’, o Fórum Estadual em Defesa da População de Rua e os atos públicos nas ruas**

Nossas conversas com os moradores de rua se efetuaram com idas periódicas às praças da cidade e aos serviços públicos, tais como a hospedagem noturna, o Centro Pop, a Unidade de Saúde (UBS) o Restaurante Popular, o Teatro Carlos Gomes, todos localizados no centro da cidade de Vitória. Vale ressaltar que são visitados os equipamentos públicos e instituições com os quais a população de rua de algum modo trava relações. Em nossa movimentação cotidiana pelas ruas são incluídos os pontos da rede que se fizerem pertinente conversar. As demandas e denúncias que surgiam diziam respeito a violações de direitos humanos, negligência no atendimento na saúde e na assistência social, inexistência de políticas de habitação, fraca articulação dos serviços públicos existentes, práticas de higienização da cidade, hostilidade policial e demais citadinos.

Em função das demandas e denúncias que este segmento expressava iniciamos uma conversa com o comitê estadual do MNPR/ES que, neste período, se estruturava aqui no Espírito Santo. Neste processo, nos constituímos como apoiadores do MNPR/ES, participando dos encontros semanais nos quais são discutidas diversas pautas de reivindicação (principalmente garantia da efetivação da Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua), denúncias de violações de direitos humanos e propostas de ações do movimento, como atos públicos, reuniões e fóruns internos e com representantes do poder público.

A população em situação de rua possui necessidades urgentes, apesar de contar com políticas públicas garantidas por lei, estas ainda precisam ser efetivadas. Junto ao MNPR/ES, notamos a importância de que fosse criado um dispositivo de divulgação dos acontecimentos da vida nas ruas que não apenas expusesse as demandas da população em situação de rua, como também servisse como instrumento de debate e conversa com os moradores da cidade e o poder público. Para tanto foi criado com o MNPR/ES o Boletim Informativo “Tá na Rua”. Este boletim vem divulgando mensalmente denúncias de violações de direito, eventos culturais na cidade, conquistas do MNPR/ES, agenda de ações do MNPR/ES, endereço e telefones de serviços úteis, tais como os telecentros, o disque saúde, e o disque 100.

Entre essas denúncias destacamos a situação das grávidas que vivem nas ruas. Estas, assim que chegavam à maternidade, corriam o risco concreto de terem seus filhos retirados imediatamente após o parto. A divulgação desta denúncia reverberou na articulação das redes dos serviços de proteção e garantia de direitos humanos, bem como uma articulação entre os populares de rua. Em alguns casos essa articulação resultou na permanência dos filhos com suas mães.

Outra notícia veiculada no “Tá na Rua” foi o caso de uma pessoa em situação de rua agredida pela polícia. O MNPR/ES se articulou com seus apoiadores, dentre eles a ONG ‘Coletivo Fazendo Direito’, e foi concedida a liminar que garante o direito de ir e vir das pessoas em situação de rua. Essa conquista foi inédita no cenário político-judicial capixaba.

Apoiamos na mobilização e organização das reuniões do Fórum Estadual em Defesa da População de Rua. Estes fóruns se constituem em um espaço de debate, acompanhamento e avaliação das políticas públicas elaboradas pelas esferas estaduais e municipais de governo para atender as demandas da população em situação de rua. Até o momento foram realizadas três reuniões deste Fórum.

Para o primeiro Fórum, em março de 2012, foi convidada a Secretaria de Assistência Social, onde se discutiram questões referentes às políticas competentes a essa instância. A plenária reivindicou melhorias na avaliação, planejamento e execução dos serviços. Os representantes da Secretaria acolheram as demandas, analisando-as e encaminhando propostas e ações.

Em abril do mesmo ano, os convidados para o segundo Fórum foram as Secretarias de Habitação e de Trabalho e Geração de Renda. Este, ocorrido na Praça Getúlio Vargas, centro de Vitória, contou com a presença de uma técnica da Secretaria de Habitação, além dos populares de rua e apoiadores do MNPR/ES. Foram discutidas alternativas de moradia para população de rua na cidade de Vitória, contudo tais ações ainda não foram efetivadas.

Em junho, aconteceu a apresentação das ações da CAI/POP (Câmara Intersetorial de Políticas Públicas para a População de Rua) pelos técnicos representantes de algumas das secretarias componentes desta câmara intersetorial, tais como Secretaria Municipal de Assistência social (SEMAS), Secretaria Municipal de Educação (SEME), Secretaria Municipal de Saúde (SEMUS), Secretaria Municipal de Cidadania (SEMCID), Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA), Secretaria Municipal de Trabalho e Geração de Renda (SMTGR). A CAI-POP estuda os problemas da população em situação de rua para propor soluções com o envolvimento de várias secretarias. As secretarias presentes no Fórum anunciaram estar numa etapa de planejamento das ações que serão desenvolvidas para a população de rua. Posteriormente, o Movimento avaliou que apesar da importância da escutar os técnicos, é fundamental a concretização de algumas ações que não dependem apenas dos técnicos e, por isso, para os próximos Fóruns serão incluídos convites para alguns gestores.

A experiência de acompanhamento do Fórum tem nos mostrado que é fundamental a participação dos técnicos nestes encontros – seja aqueles que atuam nos equipamentos públicos ou os que estão responsáveis pela implementação de políticas públicas. O Fórum tem sido um espaço importante de debates e trocas acerca do que se passa na vida nas ruas. Contudo, muitas ações que são demandadas nestes encontros não têm sido efetivadas, uma vez que ainda é frágil a governabilidade destes profissionais no que se refere à efetivação de políticas que atendam às demandas da população em situação de rua.

Outra das nossas frentes de trabalho é exatamente o acompanhamento das notícias relacionadas à população em situação de rua veiculadas nas mídias locais e nacionais. Essas reportagens são analisadas e arquivadas para produzir análises sobre o que vem ocorrendo nas ruas da cidade.

São raras as notícias que considerem os direitos dessa parcela da população; inclusive há reportagens que segregam as pessoas em situação de rua da sociedade em geral, como se elas não fizessem parte da vida na cidade. Nesse acompanhamento se apresentaram para nós várias notícias de violência contra a população em situação de rua. São várias as ações de violência noticiadas nos jornais, ações desde incineração de pessoas vivas, a outras formas de assassinatos, até a violência policial. Raros, mas existentes, são as notícias que retratam a vida nas ruas sem julgá-la a partir de preceitos morais naturalizados.

Visando enfrentar estas ações de violência e a precariedade de políticas públicas voltadas a este segmento, o MNPR/ES tem organizado e participado de atos públicos na cidade. Estes Atos têm dado visibilidade às violações de direitos sociais e políticos e contribuído para ampliar as articulações do MNPR/ES com outros movimentos sociais.

### **Concluindo**

O projeto de extensão tem nos apontado que são vários os desafios a serem enfrentados pela população em situação de rua e pelos trabalhadores sociais que atuam junto a este segmento. Conectar o modo de fazer política pública com a vida da população de rua não é tarefa fácil, porém faz-se necessário. Os usos das políticas e dos seus respectivos equipamentos públicos devem ser analisadas a fim de rever as práticas que estão em curso. Há práticas que se conectam com a vida, potencializando-a. É para fazer coro com esse modo de trabalhar e de pensar que realizamos este trabalho.

As dificuldades encontradas passam pela precariedade dos serviços, com a escassez de profissionais e infraestrutura inadequada. Há um sucateamento dos equipamentos públicos destinados a este público, dificultando a realização de um trabalho digno. Aliado a isso a formação dos profissionais é outro desafio. Ainda há um modo de pensar os serviços não pela via do direito conquistado a duras penas no processo histórico político brasileiro.

Entretanto muitas vitórias foram colecionadas, reverberando para nós em potência para lutar por outros direitos sociais e políticos. Torna-se um grande desafio atrair outras políticas para a conversa sobre a questão. Ainda é fraca a participação de setores responsáveis pelas políticas de habitação e de cultura neste debate acerca das ações necessárias para ampliar o acesso da população de rua às políticas públicas.

Diante disso faz-se necessário pensar nos processos de comunicação entre as políticas públicas. Não se pode pensar em contemplar uma questão tão complexa com a participação de algumas secretarias como se apenas a estes setores coubesse a responsabilidade por traçar políticas públicas com a população de rua. Estratégias como as de criação da CAI/POP são norteadoras de um modo de trabalhar em rede que deve se conectar com a rua para pensar em ações que tenham resolutividade, produzindo efeitos diretos e concretos na vida dessa população. Um trabalho efetivamente em rede ainda é um desafio no modo de organização dos serviços na máquina estatal.

No mapeamento que temos efetivado junto aos equipamentos públicos acessados pela população de rua nos deparamos com políticas fragmentadas, ações do poder público que dialogam pouco entre si, e uma escuta à vida da população de rua ainda permeada por grande desconhecimento das táticas que criam para viver nas ruas. Nossa tarefa talvez seja fazer com que os cheiros, os saberes e os barulhos das ruas possam circular por entre as políticas públicas e os equipamentos públicos.

### **Referências**

BENEVIDES, R.; PASSOS, E. Clínica, política e as modulações do capitalismo. **Revista Lugar Comum**, janeiro-junho, 2004. p. 159-171

BRASIL. **Constituição de 1988**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004**. Norma Operacional Básica – NOB/SUAS. Brasília, DF: MDS, 2005

BRASIL. **Política Nacional de Inclusão Social da População em Situação de Rua**. 2009. Disponível em <<http://www.recife.pe.gov.br/noticias/arquivos/2297.pdf>> Acesso em 30 de julho de 2011.

GOMES, R. C. M. **Gente – Caracol – A Cidade Contemporânea e o Habitar as Ruas**. (Dissertação de mestrado). Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional. Universidade Federal de Porto Alegre, Porto Alegre. 2006.

KASPER, C. P. **Habitar a Rua**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo. 2006.

KASTRUP, V. ; BARROS, L.P. "**Pista 3: Cartografar é acompanhar processos.**" IN: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. Orgs "Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade." Porto Alegre: Ed. Sulina, 2009.

MENDES, M. V. B. **Um estudo sobre os territórios existenciais da População de Rua de Belo Horizonte**. (Dissertação de mestrado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2007

VASCONCELOS, M. F.; MORSCHEL, A. O apoio institucional e a produção de redes: do desassossego dos mapas vigentes na Saúde Coletiva. **Interface**. v. 13, suplemento 1, 2009.

## **ARTIGO 09: ENFRENTAMENTO AO ABUSO E EXPLORAÇÃO SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: DESAFIOS PARA A PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL**

Larissa Pimentel Miranda Koehler<sup>79</sup>  
Naara de Lima Campos<sup>80</sup>  
Márcia Tirre Cortines Barretto<sup>81</sup>  
Simone Rezende Viegas<sup>82</sup>  
Leila Paiva Souza Ferreira<sup>83</sup>

### **RESUMO**

O presente artigo introduz uma reflexão acerca dos desafios para a Proteção Social Especial no enfrentamento ao abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes. Os desafios no enfrentamento ao abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes são colocados no âmbito da proteção social especial. Diversas campanhas têm sido realizadas com o objetivo de disseminar junto à população a questão da violência sexual contra crianças e adolescentes. Essas

<sup>79</sup> Advogada do Centro de Referência de Assistência Social – CREAS-Serra. E-mail: [larissapimentel.advocacia@gmail.com](mailto:larissapimentel.advocacia@gmail.com) 9512-7405 / 3291-5521

<sup>80</sup> Assistente Social do Centro de Referência de Assistência Social – CREAS-Serra. E-mail: [naaracampos@yahoo.com.br](mailto:naaracampos@yahoo.com.br) 9835-0579 / 3291-5521

<sup>81</sup> Inspectora da Polícia Rodoviária Federal, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Polícia Rodoviária Federal no Espírito Santo. [marciabarretto@oi.com.br](mailto:marciabarretto@oi.com.br) 9289-9300 / 32510659

<sup>82</sup> Coordenadora da educação de jovens e adultos da Secretaria de Educação da Serra. [siviegas@ig.com.br](mailto:siviegas@ig.com.br) 9705-8669

<sup>83</sup> Pedagoga do Projeto Valores Humanos da Secretaria de Educação da Serra. [leilapaiva.f@gmail.com](mailto:leilapaiva.f@gmail.com) 9979-7430

campanhas, porém, não os têm colocado como protagonistas na construção de uma sociedade mais justa, ética e igualitária, que proporcione à criança e ao adolescente apoio e orientação efetivos para denunciar e buscar a devida punição do criminoso.

**Palavras Chaves:** Abuso sexual, Exploração Sexual, Proteção Social Especial.

A violência sexual contra crianças e adolescentes consiste em um problema mundial, está presente em todas as classes sociais, apresentando dimensões que até podem ser analisadas separadamente, mas que, para uma verdadeira compreensão do fenômeno, devem ser entendidas articuladamente.

A violência sexual manifesta-se como fruto de relações de poder, produto de relações sociais construídas de forma desigual. O poder do adulto (ou um não adulto, porém mais forte) sobre a criança e o adolescente, que se manifesta “num processo de apropriação e dominação não só do destino, do discernimento e da decisão livre destes, mas de sua pessoa enquanto outro”. (FALEIROS apud LEAL; CÉSAR, 1988, p. 15)

É com espanto e indignação que a maioria das pessoas reage quando se tornam públicos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes. No entanto a preocupação cotidiana dessas pessoas com o tema não costuma ser proporcional à reação, mesmo que esse tipo de violência aconteça de forma muito mais próxima e frequente do que se imagina. Ela é acobertada por um manto de silêncio, seja por consentimento ou receio de quem convive com as vítimas, o que garante ao agressor a continuidade e impunidade dos seus atos.

A violência intrafamiliar contra a criança vem ocupando grande espaço nas análises contemporâneas sobre a violência, mas não por ser um fenômeno recente. Os maus tratos, os abusos físicos e sexuais sempre estiveram presentes na esfera familiar, como demonstra a História. No entanto, eram vistos como o exercício, pelos pais, de seus direitos sobre os filhos, assegurados pelas leis, pelos costumes e pelos princípios religiosos. O que é recente, portanto, é a concepção de criança como pessoa em desenvolvimento, sujeito de direitos que devem ser oponíveis, inclusive ao de seus pais (RANGEL, 2002).

No Brasil, dados da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH) mostram que a cada 8 minutos uma criança é vítima de abuso sexual. De um total de 60 mil casos analisados, 80% das vítimas são meninas com idade entre 2 e 10 anos. Segundo informações do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), dentre as diversas manifestações de violência contra crianças e adolescentes, as que ocorrem com mais

assiduidade são o abuso sexual praticado por integrantes da própria família e a exploração sexual para fins comerciais (prostituição, pornografia e tráfico). (FONTE)

O termo “prostituição” está sendo utilizado apenas para facilitar o entendimento, pois na verdade as crianças não se prostituem e sim são prostituídas. O termo exploração sexual comercial envolve não apenas a venda do corpo de uma criança (prostituição), mas também outras formas de violência sexual mediante pagamento (ABRAPIA, 2002, p. 11).

O abuso sexual aparece como uma forma específica de violência contra a criança ou adolescente, sendo conceituada como envolvimento com atividades sexuais praticadas, geralmente, por adulto, no intuito de gerar prazer mediante violência física, coação ou abuso de confiança (AZEVEDO e GUERRA, 1989).

As conseqüências prováveis para as crianças e adolescentes vitimadas consistem na ocorrência de distúrbios de comportamento na família e na comunidade, manifestação de condutas anti-sociais, uso e dependência de drogas, em sentimento de culpa e vergonha, perda da confiança em outras pessoas, na vida adulta: dificuldades de relacionamento social e de conquistas profissionais, impotência sexual e frigidez, depressão e suicídio (ABRAPIA, 2002, p. 44).

A exploração sexual comercial de crianças e adolescentes (ESCA) entendida como atividades sexuais remuneradas como a prostituição, o tráfico e venda de pessoas, todo tipo de intermediação e lucro com base na oferta e na demanda de serviços sexuais, o turismo sexual e a pornografia infantil, é uma prática criminosa, prevista em legislação específica, tendo como base jurídica para o tratamento dessa questão no Brasil a Constituição Federal de 1988 (art. 227, caput, § 1º, 3º, IV, V e § 4º; art. 228); o Código Penal (arts. 213 a 229, 233 e 234); o Estatuto da Criança e do Adolescente<sup>2</sup> (arts. 5º; 82 a 85; 149, 238 a 243; 250 e 255); a Lei dos Crimes Hediondos (arts. 1o. e 6o.) e a Lei da Tortura (arts. 1o. e 4o.), prática criminosa que deve ser enfrentada sob pena de termos comprometido o desenvolvimento pleno da juventude brasileira.

A Constituição de 1988 no caput do artigo 227 define que “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”. (Redação dada pela Emenda Constitucional n. 65, de 2010)

§ 3.º O direito a proteção especial abrangerá os seguintes aspectos: IV – garantia de pleno e formal conhecimento da atribuição de ato infracional, igualdade na relação processual e defesa técnica por profissional habilitado, segundo dispuser a legislação tutelar específica; Lei nº 8.069, de 13.07.90. V – obediência aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, quando da aplicação de qualquer medida privativa da liberdade; § 4.º A lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente. O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8069/90), no Artigo 5º estabelece que “nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais”.

Seja na forma de abuso ou de exploração, a violência sexual repercute na vida de crianças e adolescentes, causando danos que não podem ser generalizados em sua forma e extensão. Há consenso de que o impacto no desenvolvimento desses sujeitos é sempre presente, em maior ou menor amplitude (CONTINI e AMORIM, 2012).

O agressor é uma pessoa comum da sociedade contrariando a crença de se tratar de um indivíduo psicopata e/ ou com passado criminoso, de inteligência média, ou acima da média, o que facilita o encobrimento do abuso, às vezes com práticas sofisticadas, podendo ter sido, às vezes ele próprio vítima de abuso na sua infância (ABRAPIA, 2002, p. 19).

É objetivo da Política de Assistência Social (PNAS) desenvolver de forma integrada com as demais políticas setoriais, considerando as desigualdades sócioterritoriais, visando o enfrentamento, a garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender as demandas sociais e a universalização dos direitos. Dessa forma, objetiva-se o desenvolvimento de programas, projetos e benefícios de proteção social básica e ou especial, para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitarem, possibilitar aos usuários acesso aos serviços sócioassistenciais básicos e especiais, assegurar que as ações, no âmbito da assistência social, tenham centralidade na família e que garantam a convivência social e comunitária.

Assim, cabem, à Assistência Social, ações de prevenção<sup>84</sup>, proteção<sup>85</sup>, promoção<sup>86</sup> e inserção<sup>87</sup>, bem como o provimento de um conjunto de garantias ou seguranças que cubram, reduzam ou

---

<sup>84</sup>Prevenção: “Criação de apoio nas situações circunstanciais de vulnerabilidade, evitando que o cidadão resvale do patamar de renda alcançando ou perca o acesso que já possui aos bens e serviços, mantendo-o incluído no sistema social a despeito de estar acima da linha da pobreza, e/ou, atendidos pelas políticas socioeconômicas setoriais. Assim, evita-se que as pessoas percam acesso aos direitos sociais” (PNAS, 2004, p.5).

previnam exclusões, riscos e vulnerabilidades sociais e atendam às necessidades emergentes ou permanentes decorrentes de problemas pessoais ou sociais de seus usuários (PNAS, 2005).

Essas garantias efetivam-se pela construção de uma rede de proteção social básica e/ou especial, ou seja, por um conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios, na perspectiva de inclusão social e de atendimento às necessidades da população usuária dessa política (PNAS, 2005).

Nesse sentido, a IV Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em Dezembro/2003 em Brasília/DF, apontou como principal deliberação a construção e implementação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS (PNAS, 2005).

O SUAS traduziu a Política de Assistência Social como alicerçadora de direitos, por meio de uma estrutura político-administrativa, ressaltando a fundamental relevância do processo de descentralização, quanto ao desenho do papel da escala territorial, da organização dos serviços sócioassistenciais e de seu respectivo co-financiamento. Além disso, implantou uma nova lógica de organização das ações sócioassistenciais, ofertadas mediante um conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios, tendo como foco prioritário a atenção às famílias, seus membros e indivíduos e o território como base de organização (PNAS, 2004).

O SUAS é a organização de uma rede de serviços, ações e benefícios de diferentes complexidades que se dividem em níveis de proteção. Dessa forma, a Proteção Social Básica tem por objetivo contribuir para a prevenção de situações de risco social, ante a vulnerabilidade social, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, além do fortalecimento de vínculos familiares<sup>88</sup> e comunitários, sendo que esses serviços são coordenados, organizados e operacionalizados pelos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS).

---

<sup>85</sup>Proteção: “a atenção as populações excluídas e vulneráveis socialmente, operacionalizada por meio de ações de redistribuição de renda direta e indireta e pelos serviços que integram a rede de proteção social básica e especial. Inclui as populações em situação de risco social e ou pessoal e de eventos” (PNAS, 2004, p.5).

<sup>86</sup>Promoção: “a função de viabilizar o exercício da cidadania, eliminando relações clientelistas que não se pautam por direitos que submetem, fragmentam e desorganizam os destinatários da assistência social. Buscam-se com esta atuação fomentar o protagonismo, a autonomia e a emancipação” (PNAS, 2004, p.5).

<sup>87</sup>Inserção: “a forma de inclusão dos destinatários da assistência social nas políticas sociais básicas, proporcionando-lhes o acesso a bens, serviços e direitos usufruídos pelos demais segmentos da população” (PNAS, 2004, p.5).

<sup>88</sup>O trabalho de fortalecimento de vínculos deve interligar as relações internas ao grupo familiar e as relações desse com a comunidade, a sociedade e o Estado. São três as dimensões do vínculo: legal ou jurídica, sociocultural e afetivo-relacional. Na dimensão legal, ou jurídica, o vínculo implica em obrigações e direitos mútuos, tendo caráter normativo, regulado por lei. Busca-se o esclarecimento, a delimitação, o cumprimento (e o apoio para o cumprimento) das obrigações e dos direitos definidos pelos estatutos legais. Na dimensão sociocultural, os vínculos estão associados aos papéis familiares, suas representações e relações. Busca-se fortalecer a identidade e resgatar a história do grupo familiar, seus valores, regras, ideais e relação da família com o contexto sociocultural. Na dimensão afetivo-relacional, são abordadas as relações de cuidado, afeto e comunicação na família, buscando superar contingências que levam à violação de direitos no interior das relações familiares e comunitárias (Brasil, 2006).

A Proteção Social Especial de Média Complexidade visa à prestação de serviços junto às famílias, seus membros e indivíduos em seu contexto comunitário, visando à orientação e o convívio sóciofamiliar e comunitário. São considerados serviços de Média Complexidade aqueles que oferecem atendimentos às famílias, seus membros e indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiares e comunitários ainda não foram rompidos. Nesse sentido, requerem maior estruturação técnico-operacional e atenção especializada e mais individualizada e/ou acompanhamento sistemático e monitorado.

O desenvolvimento do trabalho social pelos Serviços do CREAS pressupõe escuta qualificada e compreensão da situação vivenciada por cada família / indivíduo, considerando seu contexto de vida familiar, social, histórico, econômico e cultural. A construção de projetos de vida e de novas possibilidades de relacionamento, com superação das situações adversas vivenciadas; a perspectiva do trabalho em rede para a atenção integral e o acesso a direitos; o desenvolvimento de potencialidades; e a ressignificação de vivências devem nortear a elaboração do Plano de Acompanhamento Individual e / ou Familiar (BRASIL, 2011, p.58).

Os serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade são aqueles que garantem proteção integral – moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido – para famílias, seus membros e indivíduos que se encontram sem referência e/ou em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e/ou comunitário, tais como: Casa Lar, Abrigo (PNAS, 2005).

No ano 2000 foi instituído o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infante – Juvenil, instrumento de garantia de direitos de crianças e adolescentes que pretende criar, fortalecer e implementar um conjunto articulado de ações e metas fundamentais para assegurar a proteção integral à criança e ao adolescente em situação ou risco de violência sexual. Dentre as realizações previstas no Plano Nacional de 2000, destacam-se as seguintes conquistas: instituição do Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra crianças e adolescentes e da Comissão Intersetorial de Enfrentamento da Violência Sexual contra crianças e adolescentes; fortalecimento das redes locais / estaduais; realização de diversas campanhas de sensibilização sistemáticas (Carnaval e 18 de maio – Dia Nacional de Luta Contra a Exploração e o Abuso Sexual); Crescente adesão de organizações públicas e privadas ao enfrentamento da violência sexual; visita do Relator Especial das Nações Unidas sobre venda, prostituição infantil e utilização de crianças na pornografia; adoção da experiência de Códigos de Conduta contra a Exploração Sexual em diferentes segmentos econômicos (turismo, transporte, etc); criação do serviço disque denúncia nacional gratuito – Disque 100; e realização do III Congresso Mundial

de Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, no Rio de Janeiro, em 2008 (PAIVA, 2012).

Como metodologia usada para facilitar o relato da criança ou do adolescente que foi vítima de violência sexual surge o Depoimento Especial. Esse procedimento pode ser aplicado no dia da audiência no Fórum ou na Delegacia. O Depoimento Especial também pode ser chamado de Inquirição Especial ou Depoimento com Redução de Danos. Em outros países já existe o Depoimento Especial há muitos anos. No Brasil, quem primeiro implantou essa idéia, no ano de 2003, foi o juiz de Direito José Antônio Daltoé Cezar na 2 Vara da Infância e Juventude de Porto Alegre / RS. Lá, essa metodologia ficou conhecida como Depoimento Sem Dano (DSD). (Depoimento especial de crianças e adolescentes – Secretaria de Direitos Humanos de Fortaleza).

Os desafios no enfrentamento ao abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes são colocados no âmbito da proteção social especial. Diversas campanhas têm sido realizadas com o objetivo de disseminar junto à população a questão da violência sexual contra crianças e adolescentes. Essas campanhas, porém, não os têm colocado como protagonistas na construção de uma sociedade mais justa, ética e igualitária, que proporcione à criança e ao adolescente apoio e orientação efetivos para denunciar e buscar a devida punição do criminoso.

A prevenção primária compreende um trabalho informativo junto aos pais ou responsáveis sobre os processos de desenvolvimento de uma criança ou adolescente; sensibilização da população em geral e através da mídia e, em especial, dos profissionais de saúde, da área jurídica e de educação, acerca dos fatores desencadeantes do abuso sexual, sua identificação, prevenção e tratamento; denúncias de atos abusivos cometidos contra crianças e, por fim, um trabalho de orientação durante o período escolar (que deve ser começado antes dos seis anos de idade, já que, na maioria dos casos de abuso sexual, seu início ocorreu antes desta idade), buscando fornecer informações sobre sexualidade, assim como criar um espaço de reflexão e questionamento sobre posturas, tabus, crenças e valores a respeito de relacionamentos e comportamentos sexuais. A escola é, também, um espaço propício para um trabalho informativo junto aos professores, pais, adolescentes e crianças. A prevenção primária é a maneira mais econômica, eficaz e abrangente para se evitar a violência contra a criança. Através da prevenção primária atua-se para modificar condutas e formar novas culturas, sensibilizando e mobilizando a sociedade. A participação dos meios de comunicação é de fundamental importância. (ABRAPIA, 2002).

O Princípio Constitucional da Democracia Participativa, inserido no Artigo 1º, Parágrafo Único, in fine, da Constituição Federal, conduz a própria sociedade não apenas a delegar poderes, mas sim a participar ativa e diretamente da busca de alternativas para solucionar problemas envolvendo crianças e adolescentes. Neste sentido, percebemos a necessidade da realização de ações integradas, com o objetivo de contribuir com a garantia do atendimento necessário que beneficie o desenvolvimento humano integral de crianças e adolescente em situação de vulnerabilidade social.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988 .

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente (1990). Vitória,ES: Ministério Público do Estado do Espírito Santo, 10ª edição, 2010.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Dispõe sobre Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Ministério Público do Estado do Espírito Santo, p.121-153. Fevereiro de 2010. Legislação Federal.

BRASIL. Decreto Legislativo nº178, de dezembro de 1999. Dispõe sobre a Proibição das Formas de Trabalho Infantil e Ações Imediatas para sua eliminação. Ministério Público do Estado do Espírito Santo, p.157-164. Fevereiro de 2010. Legislação Federal.

BRASIL. Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a Organização da Assistência Social e dá Outras Providências. Ministério Público do Estado do Espírito Santo, p.195-210. Fevereiro de 2010. Legislação Federal.

BRASIL, **Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS**. Gráfica e editora Brasil LTDA. 2011. Disponível em <http://www.sst.sc.gov.br/convenios/Orientacoes-Tecnicas-CREAS.pdf>. Acesso em 24 de setembro de 2012.

BRASIL, FEDERAÇÃO NACIONAL DOS POLICIAIS RODOVIÁRIOS FEDERAIS. Projeto Brasil “100” Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, 2009.

AZEVEDO, M.A. & GUERRA, V. – **Crianças Vitimizadas: a Síndrome do Pequeno Poder**. São Paulo, Iglu,1989.

AZEVEDO, M.A. & GUERRA, V. – **Infância e Violência Doméstica: Fronteiras do Conhecimento**. São Paulo, Cortez, 1993.

BRASIL. Política Nacional de Assistência Social (PNAS). (2005) Disponível em: <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/secretaria-nacional-de-assistencia-social-> Acesso em: 18 de setembro de 2012.

CONTINI, Maria de Lourdes Jeffery, AMORIM, Sandra Maria Francisco de. A proteção dos direitos humanos de crianças e adolescentes. In: Disseminação da metodologia do PAIR, 2012. Texto didático.

PAIVA. Leila. Marcos Conceituais: Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes. In: Disseminação da metodologia do PAIR, 2012. Texto didático.

RANGEL, Patrícia Calmon. **Abuso Sexual Intrafamiliar Recorrente**. Curitiba: Juruá, 2002.

## **ARTIGO 10: QUAL A REPRESENTAÇÃO SOCIAL QUE OS USUÁRIOS DO SERVIÇO DA ABORDAGEM SOCIAL DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL TERRITÓRIO CENTRO, TÊM DO SERVIÇO**

Izabella Zippinotti de Lima Moscoso<sup>89</sup>  
Lucienne Tavares Queiroz<sup>90</sup>  
Farley Bino Santos<sup>91</sup>

### RESUMO

Numa sociedade permeada por desigualdades e exclusão é que se encontram as pessoas em situação de rua, população heterogênea que tem crescido com as consequências do sistema capitalista que hoje se vive. A fim de oferecer melhores condições de vida a tais sujeitos, que se encontram a margem da sociedade, é que foi criado o Serviço Especializado Para População em Situação de Rua. Muitos são os discursos que circulam os moradores de rua, mas pouco ou nada se escuta dessa população. No intuito de dar voz a esses sujeitos é que se pensou esse trabalho que procura saber qual é a representação social que os usuários atendidos pelo Serviço de Abordagem Social do Município de Vitória do Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) território Centro, têm do Serviço que os atende. Para atingir tal objetivo foram realizadas 28 entrevistas com usuários que foram atendidos em algum momento pela equipe de Abordagem Social do Município de Vitória do CREAS território Centro, de uma amostra de 116 usuários atendidos no mês de Agosto. As entrevistas, classificadas como semi-

---

<sup>89</sup> Estudante do oitavo (8º) período de Psicologia na Universidade Vila Velha (UVV) em Vila Velha – ES; estagiária de Psicologia do Serviço de Abordagem Social do Município de Vitória do Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) do território Centro; email para contato: bellamoscoso@hotmail.com.

<sup>90</sup> Bacharel em Psicologia pela Faculdade FAESA em Vitória - ES; Pós-Graduação em Gestão Estratégia em Recursos Humanos na Fatec Internacional – Grupo Uninter; Psicóloga do Serviço de Abordagem Social do Município de Vitória do Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) do território Centro; email para contato: [lucienetqueiroz@hotmail.com](mailto:lucienetqueiroz@hotmail.com)

<sup>91</sup> Assistente Social formado pela EMESCAM em Vitória-ES; Educador Social do Serviço de Abordagem Social do Município de Vitória do Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) do território Centro.

estruturadas, eram constituídas por três perguntas e foram feitas tanto na rua quanto no contexto institucional do Centro POP. Observou-se a partir de tal trabalho que os usuários, em sua maioria, têm uma visão positiva e esclarecida do serviço, mas também revelaram, em alguns pontos, críticas e desconhecimento do serviço que lhes é ofertado.

Palavras Chaves: Representação Social, População em situação de rua e Serviço de Abordagem Social.

## ABSTRACT

In a society pervaded by inequality and exclusion is that people are on the streets, heterogeneous population that has grown with the consequences of the capitalist system that we live today. In order to provide better living conditions to such subjects, which are the margins of society, is that created the Specialized Service For Homeless Population. Many are the discourses that circulate the homeless, but little or nothing is heard of this population. In order to give voice to these guys is that they thought that this work seeks to know what is the social representation that users served by Social Services Approach the City of Victoria's Centre for Social Assistance Specialized Reference (CREAS) territory Center, have Service that meets. To achieve this goal were conducted 28 interviews with users who must have been seen at some point by the team of Social Approach the City of Victoria's Centre CREAS territory, a sample? users attended in August. The interviews are classified as semi-structured, consisted of three questions and were made both on the street and in the institutional context of the POP Center. It was observed from this study that users mostly have a positive and informed service, but also revealed, at some points, criticism and lack of service that is offered to them.

Key Words: Social Representation, the homeless population and Social Service Approach.

## 1. INTRODUÇÃO

Em um sistema capitalista permeado por desigualdades e exclusão é que se inserem as pessoas em situação de rua. População heterogênea, composta por personagens que apesar de vivenciarem diferentes realidades e de possuírem enredo próprio se assemelham em suas condições de pobreza absoluta e falta de pertencimento à sociedade formal (COSTA, 2005).

Trata-se de homens, mulheres, crianças, jovens, idosos e até famílias que por eventos distintos, seja a perda do vínculo empregatício, o rompimento dos laços familiares ou mesmo algum

vício, aos poucos perderam a perspectiva de projeto de vida passando a utilizar a rua como meio de sustento e moradia. Hoje um dos complexos e importantes desafios das grandes cidades é articular a saída de tal população do contexto em que se encontram (*Ibid.*, 2005).

Afim de melhor atender a esse cenário de exclusão e desigualdade social, que já existe nos grandes centros desde o início do milênio, é implantado, dentro da organização do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), a Proteção Social Especial, que procura desde então intervir de maneira qualificada, especializada e continuada na Abordagem Social e no atendimento em equipamentos públicos (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME (MDS), SECRETARIA NACIONAL DE RENDA DE CIDADANIA (Senarc)).

De acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua se insere nos Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade e é descrito como:

“Serviço ofertado, de forma continuada e programada, com a finalidade de assegurar trabalho social de abordagem e busca ativa que identifique, nos territórios, a incidência de trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de rua, dentre outras. Deverão ser consideradas praças, entroncamento de estradas, fronteiras, fronteiras, espaços públicos onde se realizam atividades laborais locais de intensa circulação de pessoas e existência de comércio, terminais de ônibus, trens, metrô e outros. O Serviço deve buscar a resolução de necessidades imediatas e promover a inserção na rede de serviços socioassistenciais e das demais políticas públicas na perspectiva da garantia dos direitos” (2009, p.29).

Muito se diz e debate sobre esse grupo a margem da sociedade formal, subjugados como loucos, sujeitos, perigosos e até vagabundos são vítimas de diversos tipos de violência desde psicológicas à física, mas apesar dessa posição em que são alvo de muitos holofotes, pouco ou nada se escuta desse público que também é cidadão de direito e tem muito a dizer (MATTOS, R. M. ; FERREIRA, R. F., 2004).

## **2. OBJETIVO**

Numa tentativa de dar voz a parte, mesmo que pequena, desses indivíduos que se encontram em posição de exclusão e marginalidade, é que se pensou esse trabalho. Com a proposta de desvelar qual é a representação social que os usuários têm do Serviço Especializado da Abordagem Social do Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), Centro – Município de Vitória.

### 3. ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS

Dentre os múltiplos conceitos que são abordados pela Psicologia Social está o de Representação Social, que neste trabalho será compreendida como definida por Jodelet

uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social. Igualmente designada como saber de senso comum ou ainda saber ingênuo, natural, esta forma de conhecimento é diferenciada, entre outras, do conhecimento científico (2001, p.22).

Para elaboração do presente trabalho foi realizada pesquisa qualitativa.

A expressão “pesquisa qualitativa” assume diferentes significados no campo das ciências sociais. Compreende um conjunto de diferentes técnicas interpretativas que visam a descrever e a decodificar os componentes de um sistema complexo de significados. Tem por objetivo traduzir e expressar o sentido dos fenômenos do mundo social; trata-se de reduzir a distância entre indicador e indicado, entre teoria e dados, entre contexto e ação (MAANEN, p.520-526, 1979).

Além disso, realizou-se pesquisa descritiva, que “têm como objetivo a descrição das características de determinada população” (GIL, 2010, p.27).

Segundo Severino (1996) a pesquisa bibliográfica,

É aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses, etc. Utiliza-se de dados ou categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registradas (p.122).

A pesquisa de campo aconteceu inicialmente no Centro POP, espaço da Prefeitura que acolhe pessoas em situação de rua do município de Vitória, tanto por encaminhamento quanto por demanda espontânea. Os usuários foram escolhidos de acordo com exigência de já terem sido, em algum momento, atendidos pelo Serviço de Abordagem Social do território Centro – Município de Vitória. Neste espaço foram realizadas 20 entrevistas.

No intuito de qualificar os dados obtidos, foram realizadas, em um segundo momento, entrevistas na rua, com usuários escolhidos aleatoriamente de acordo com a trajetória do monitoramento. À medida que os mesmos eram encontrados, a abordagem acontecia e as perguntas eram feitas até completar o número de oito (08) entrevistas no total, que somadas às 20 anteriormente feitas somaram-se vinte e oito (28).

É válido destacar que a entrevista, de acordo com MINAYO, (1994), apud NEVES e CORREA, constitui-se em:

Uma conversa feita por iniciativa do entrevistador entre o mesmo e o entrevistado ou entrevistados. Destina-se a fornecer informações pertinentes sobre um problema de pesquisa, centrada em temas igualmente pertinentes com vistas a este objetivo (p. 18).

Pode-se considerar a entrevista como sendo semi-estruturada por conta de se basear em um roteiro em que são apresentadas questões com respostas abertas, não previamente codificadas, podendo o entrevistador discorrer livremente sobre o tema em debate<sup>9</sup>.

Vale destacar ainda que as entrevistas foram gravadas, com o consentimento dos participantes, afim de que se obtivesse maior fidelidade às informações obtidas. Antes do início das perguntas os sujeitos envolvidos assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), onde manifestaram de forma clara sua concordância em participar da pesquisa e garantiram proteção contra possíveis riscos e danos.

As perguntas realizadas foram: Como você avalia o Serviço da Abordagem? O que tem de positivo e de negativo?; O Serviço da Abordagem já contribuiu de alguma forma para a melhoria das suas condições de vida? e Se você pudesse mudar algo no Serviço da Abordagem o que você mudaria?

#### **4. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

##### **ABORDAGEM COMO SERVIÇO QUE AJUDA**

Os usuários em sua maioria avaliaram o serviço de forma positiva, usando em grande parte de suas respostas a palavra ajuda, o que pode ser percebido na fala de um dos entrevistados: “Pra mim é um bom trabalho, que ajuda muita gente, ainda mais a gente da rua que precisa muito de vocês.”

Na fala dos usuários, que por muitas vezes foi breve e tímida, ficou claro que há um reconhecimento do serviço como um trabalho que contribui para suas condições de vida, que oferece assistência, o que pode ser exemplificado pela fala de um dos participantes: “Dá atendimento para as pessoas que estão na rua, nem todas as pessoas dão o atendimento que vocês dão”.

Os entrevistados, mesmo aqueles que se mostram, por vezes, resistentes às abordagens que rotineiramente são realizadas, revelaram reconhecimento pelo serviço.

É importante destacar a fala de um usuário que apontou como ponto positivo o fato de os encaminhamentos e abordagens não utilizarem da persuasão e obrigação como método de trabalho. “O serviço é bom, ótimo, não é a força, vai se quiser”.

#### ABORDAGEM COMO PONTE COM OUTROS SERVIÇOS

Algo que pode ser considerado como relevante e foi algo muito frequente na fala dos usuários é a questão dos encaminhamentos, principalmente os realizados para a Saúde, Centro POP e instituições de acolhimento – abrigo, albergue e hospedagem.

No que se refere à Saúde os entrevistados expuseram, principalmente na segunda pergunta - que questiona a abordagem como um serviço que já ajudou ou não na vida do usuário de alguma forma, que eles estavam enfermos e que a abordagem foi muito importante neste momento. O que fica claro na fala de um usuário “Já estive doente, passando mal, eles me levaram para o médico e depois voltaram para saber se eu estava bem”.

Em relação ao Serviço do Centro POP, que segundo o MDS é entendido como:

“O Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua é a unidade pública e estatal, de referência e atendimento especializado à população adulta em situação de rua, no âmbito da Proteção Social Especial de Média Complexidade do SUAS.

Todo Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua deve ofertar o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua, de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.

A unidade deve representar espaço de referência para o convívio grupal, social e o desenvolvimento de relações de solidariedade, afetividade e respeito. Na atenção ofertada no Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua, deve-se proporcionar vivências para o alcance da autonomia e estimular, além disso, a organização, a mobilização e a participação social”.

Quanto às vantagens e benefícios de tais espaços os usuários apontaram em sua maioria a possibilidade de estar tirando a documentação, o que pode ser entendido como uma forma de preservação da identidade, que como consequência das condições de vida em que se encontram acaba, por vezes, sendo perdida. Além de tal questão foi apontado ainda pelos usuários, que tal espaço é um bom local de se estar por oferece alimentação e oficinas.

Ligado aos encaminhamentos para albergue, abrigo e hospedagem, foi colocado pelos usuários que foram entrevistados como positivo, por acolhê-los em momentos emergenciais, principalmente. Foram espaços que ofertaram acolhimento quando estes não tinham onde ficar, mas precisavam de tal serviço e foram atendidos.

## ABORDAGEM E SEUS PONTOS NEGATIVOS

Algo significativo de ser apontado são os aspectos negativos que foram relatados pelos usuários. Dentre estes estão sugestões que estão fora das possibilidades e dos objetivos do serviço, mas que foram ouvidos e acolhidos pelos entrevistados no momento. Trata-se de a abordagem oferecer lanches, água e assistência médica.

Além disso, algo que pode ser destacado é a fala de dois usuários que participaram da pesquisa e são integrantes do Movimento de Rua. É relevante destacar que mesmo que as entrevistas tenham ocorrido em momentos distintos, com técnicos diferentes e sem comunicação anterior entre os usuários, o discurso dos mesmos foi semelhante, as idéias, lamentações e propostas eram as mesmas.

Apesar de reconhecerem que já foram ajudados de alguma forma, relataram sua oposição ao fato de não poderem ser encaminhados a um serviço por terem feito algo de errado em um momento anterior, como pode ser percebido na fala de um deles: “Os técnicos conversam com a gente, mas não encaminham a gente, eles não tem o direito de encaminhar para os espaços. Quem é morador de rua e fez alguma coisa, alguma confusão nossa, não pode ser encaminhado de novo.”

Ficou evidente ainda que um dos integrantes do movimento que fora entrevistado demonstrou esclarecimento quanto ao trabalho em rede, o que não foi mencionado por nenhum outro usuário, onde este fez a seguinte fala, a partir da pergunta que questiona o que ele faria se fosse da abordagem, “Mudaria não só na abordagem, mas para a melhora da abordagem precisa mudar toda a rede, um dando suporte ao outro.”

Outro ponto também levantado por ambos os usuários integrantes do grupo, foram os encaminhamentos à saúde onde estes lamentaram a impossibilidade de a abordagem, em casos graves e de urgência, estar levando-os às instituições da saúde onde poderiam estar sendo atendidos.

Pode-se por fim, destacar a fala de um migrante que fora entrevistado em situação de rua e este por sua vez expôs que existem pessoas às quais o serviço não consegue chegar mas que precisam deste, como fica claro em sua fala: “Tem pessoas que vocês nunca viram, onde vocês não tem acesso, que ficam na mata, no mangue, mas moram lá e não são assistidos”.

## CONCLUSÃO

A partir do que foi relatado e do que se observou durante as entrevistas pode-se concluir inicialmente que alguns usuários não sabem, não aprenderam, ou mesmo não se sentem a vontade, em se colocar nesse lugar de locutor apresentando, em alguns momentos, uma fala curta e tímida.

Além disso, foi percebido que estes usuários em sua maioria demonstraram clareza quanto ao serviço e seu papel, mostrando em diversos momentos o seu respeito e mesmo sua gratidão pelo que lhe é ofertado. Os usuários coloram-se em um local de que compreendem os encaminhamentos e até mesmo o que é competência de cada serviço.

É válido destacar então que a representação social que os mesmos, de um modo geral, têm do serviço é de que este contribui para sua melhor condição de vida, que os vêem e tratam como sujeitos imbuídos de características próprias e que tem direitos e deveres.

#### **REFERÊNCIAS:**

COSTA, A. P. M. População em situação de rua: contextualização e caracterização. Revista Virtual Textos & Contextos, Florianópolis, n. 4, dezembro 2005.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo, Ed. Atlas, 5º edição, 2010, p.27.

JODELET, D. As Representações Sociais. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001.

MAANEN, John, Van. Reclaiming qualitative methods for organizational research: a preface, In *Administrative Science Quarterly*, vol. 24, no. 4, December 1979a, p. 520-526.

MATTOS, R. M. ; FERREIRA, R. F. Quem vocês pensam que (elas) são? - Representação sobre as Pessoas em Situação de Rua. Universidade São Marcos Psicologia Ciência e Profissão, São Paulo, vol. 1, n. 4, p

MINAYO, apud NEVES e CORREA – entrevista (tercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 1994.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME (MDS), SECRETARIA NACIONAL DE RENDA DE CIDADANIA (Senarc). Guia de Cadastramento de Pessoas em Situação de Rua – Cadastro Único para programas sociais, 3º edição, 2011.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 20º ed.. São Paulo: Cortez, 1996.

Disponível em <http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/assistencia-social/pse-protecao-social-especial/populacao-de-rua/perguntas-e-respostas-centro-pop-rua.pdf>. Acesso em 06 de setembro de 2012.

## **ARTIGO 11: ESTUDO DO PERFIL DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA EM VITÓRIA COM TRANSTORNO MENTAL COMUM**

Cristiano Barreto de Oliveira<sup>92</sup>  
Daniel Vitor Gomes de Sousa<sup>93</sup>  
Izabella Zippinotti de Lima Moscoso<sup>94</sup>  
Luciene Tavares Queiróz<sup>95</sup>

### Resumo

O estudo tem como objetivo traçar o perfil da população de rua em Vitória que evidencia sinais de Transtorno Mental Comum. Participaram da pesquisa 53 pessoas em situação de rua na cidade de Vitória entre o período de 10 de Julho à 28 de Agosto. Para a coleta de dados foi utilizado um Questionário Sócio Demográfico para identificação do gênero, estado civil, idade, naturalidade e tempo de moradia na rua dos participantes e uma escala desenvolvida pela Organização Mundial da Saúde (OMS), o Self Report Questionnaire – 20 (SRQ-20), que identifica sinais de Transtorno Mental Comum (TCM). Os instrumentos de pesquisa foram aplicados pela equipe de profissionais do Serviço Especializado em Abordagem Social (SEAS) da Secretaria de Assistência Social (SEMAS) da Prefeitura Municipal de Vitória (PMV). Após a coleta de dados verificou-se que 69,8% dos entrevistados evidenciam sinais de Transtorno Mental Comum (TCM). O estudo evidenciou a situação vulnerabilidade em relação à saúde mental que estas pessoas estão expostas na rua e a necessidade de desenvolvimento de ações específicas para atender esta população.

Palavras Chaves: Transtorno Mental Comum, População de Rua, Controle Social, Serviço Especializado em Abordagem Social.

### Abstract

---

<sup>92</sup> Psicólogo do SEAS. Especialista em Atendimento Clínico Infantil

<sup>93</sup> Psicólogo do SEAS. Mestrando em Psicologia Social pela UFES.

<sup>94</sup> Estagiária de Psicologia do SEAS.

<sup>95</sup> Psicóloga do SEAS.

The study aims to define the profile of the homeless population in Victoria showing signs of mental health problems. Participants were 53 people on the streets in the city of Vitória between the period of 10 July to 28 August. To collect the data we used a Socio Demographic Questionnaire for identification of gender, marital status, age, place of birth and length of residence in the street of the participants and a scale developed by the World Health Organization, the Self Report Questionnaire - 20 (SRQ-20), which identifies signs of mental health problems (TCM). The research instruments were applied by professional team of Specialized Social Approach (SEAS) of the Department of Social Welfare of the City of Victoria (PMV). After collecting data it was found that 69.8% of respondents showed signs of mental health problems (TCM). The study highlighted the vulnerability situation in relation to mental health that these people are exposed in the street and the need for development of specific actions to address this population.

Key Words: mental health problems, Population Street, Social Control, Service Specializing in Social Approach.

## 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho surgiu a partir de um interesse de pesquisa do Serviço Especializado em Abordagem Social (SEAS), serviço vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) da Prefeitura Municipal de Vitória (PMV), em relação à população em situação de rua do município de Vitória. A pesquisa se insere dentro do contexto de trabalho do serviço e das demandas surgidas na prática dos profissionais que compõe a equipe multiprofissional do SEAS.

O Serviço Especializado em Abordagem Social (SEAS) constitui um serviço que compõe a rede socioassistencial de Média Complexidade e tem como objetivo realizar atendimento de pessoas em situação de vulnerabilidade social, especificamente aquelas que fazem uso da rua como espaço de moradia ou sobrevivência. O SEAS busca garantir o atendimento destas pessoas e possibilitar que possam ser inseridas em atividades de desenvolvimento de sociabilidades. Este trabalho foi elaborado sob a perspectiva de fortalecimento de vínculos interpessoais e familiares, possibilitando a elaboração de novos projetos de vida (Ministério Público do Estado do Espírito Santo, 2011).

Rosa, Cavicchioli e Bretãs (2005) afirmam que a desigualdade social é um fatores que interferem drasticamente na qualidade de vida e conseqüentemente da saúde da população. Considera-se que esta parcela da população em situação de rua como alvo de exclusão social e até mesmo discriminação. Botti e colaboradores (2010) destacam que as características comuns da população em situação de rua são o estabelecimento do espaço público como campo de relações privadas e a vivência da exclusão social pelo trinômio: expulsão, desenraizamento e privação.

Mattos e Ferreira (2004) afirmam que esta população é vista sob a ótica de representações sociais pejorativas e se materializam nas relações e em ideologias sociais. Os moradores de rua são vistos como “vagabundos, preguiçosos, bêbados, sujos, mendigos, coitados e perigosos”. Este grupo populacional heterogêneo que tem em comum a pobreza, vínculos familiares quebrados ou interrompidos, vivência de um processo de desfiliação social pela ausência de trabalho assalariado e das proteções derivadas ou dependentes dessa forma de trabalho, sem moradia convencional regular e tendo a rua como o espaço de moradia e sustento. (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2008).

Algumas pesquisas têm sido realizadas com esse público. Júnior, De Jesus e Crevelim (2010) realizaram um estudo sobre a implantação da atenção à saúde da população em situação de rua em São Paulo. Neste estudo observou-se que esta população evidenciou a prevalência de algumas condições em relação à população em geral. O número de gestantes foi 6 vezes maior, o índice de alcoolismo 30 vezes maior e o de tuberculose 57 vezes maior do que os números da população em geral.

Mesmo diante de estudos sobre o atendimento em geral da população em situação de rua, é notória o número reduzido de produções sobre o atendimento de pessoas em situação de rua com sinais de Transtorno Mental Comum. Porém, Botti et al (2010) realizaram um estudo com pessoas em situação de rua em Belo Horizonte, onde foi levantado o número de pessoas com Transtorno Mental Comum nesta localidade. O termo “Transtorno Mental Comum” é usado para designar ocorrência de sintomas não psicóticos como irritabilidade, nervosismo, dores de cabeça, fadiga, esquecimento, e falta de concentração. (Goldberg, Huxley, 1992). Os dados desta pesquisa revelaram que 49,48% dos entrevistados evidenciavam sinais de TMC. Estes dados são um dos que comprovam o grau avançado de vulnerabilidade das pessoas em situação de rua e evidencia a urgência de trabalhos mais incisivos na atenção à saúde destas pessoas.

O estudo dos fenômenos sociais fornece instrumentos importantes para a elaboração de políticas públicas voltadas para a garantia de direitos. Através de pesquisas os indivíduos alvos de segregação social podem ser beneficiados destas políticas à medida que estas são implantadas pelos serviços da Rede Sócioassistencial. Diante de tal realidade, o estudo propôs um levantamento do número de pessoas em situação de rua do município de Vitória que evidencia sinais de Transtorno Mental Comum. Paralelo a este objetivo, foi possível também descrever o perfil das pessoas em situação de rua e avaliar o grau de Sofrimento Mental da população em situação de rua no município de Vitória.

## 2. MÉTODO

Participaram desta pesquisa 53 pessoas em situação de rua no município de Vitória que forem atendidas pelo Serviço Especializado em Abordagem Social (SEAS) entre o período de 10 Julho de 2012 e 28 de Agosto de 2012. Entende-se por população em situação de rua todas as pessoas que utilizarem os espaços públicos da cidade de Vitória como local de sobrevivência e de vivência das práticas cotidianas. Podem constituir estes espaços públicos locais como praças, viadutos, ruas, calçadas, lotes. A equipe do SEAS foi a responsável por realizar a pesquisa. Esta é formada de Psicólogos, Assistentes Sociais, Educadores Sociais e Estagiários de Serviço Social.

Foram utilizados dois instrumentos de pesquisa para a realização deste levantamento: Questionário Sócio Demográfico e o SRQ – 20. A pesquisa foi dividida em duas fases que ocorrerão de forma simultânea. Na primeira fase da pesquisa foi aplicado o Questionário Sócio Demográfico. Este buscou coletar informações cadastrais básicas e algumas informações sobre a situação em que se encontram o pesquisado em relação a sua situação de vulnerabilidade social como gênero, estado civil, idade, naturalidade e tempo de moradia na rua.

Na segunda fase foi utilizado uma escala de rastreamento de Transtorno Mental Comum denominado SRQ – 20 (Self Report Questionnaire). Este consiste em um instrumento construído pela Organização Mundial de Saúde (OMS) para suspeição diagnóstica de Transtorno Mental Comum (TCM). Os TCM são caracterizados pela existência de sintomas não psicóticos como irritabilidade, nervosismo, dores de cabeça, fadiga, esquecimento, e falta de concentração. (Goldberg, Huxley, 1992). O SRQ-20 possui 20 questões e possuem duas possibilidades de respostas (sim/não). O teste foi traduzido para o português e possui sensibilidade de 85% e especificidade de 80%. O ponto de corte é de 8 questões afirmativas e a

partir deste número não é diagnosticado a existência de Transtorno Mental, mas indica a possibilidade de ocorrência de TMC. (Lima, Domingues e Cerqueira, 2006). As perguntas são direcionadas para avaliar quatro categorias de sintomas: humor depressivo/ansioso, sintomas somáticos, decréscimo da energia vital e pensamentos depressivos. (Iacoponi e Mari, 1988).

Todos os participantes preencheram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) que autorizava a utilização dos dados obtidos nas entrevistas para a realização do estudo. Ressalta-se também que a pesquisa foi aprovada pela Gerência de Média Complexidade da Secretaria de Assistência Social do município de Vitória.

Os dados foram coletados e contabilizados através de uma planilha do Programa Microsoft Excel. Foram computados dados de frequência absoluta e porcentagem de ocorrência de pessoas com sinais de TCM.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados do Questionário Sócio Demográfico evidenciaram que a maioria dos entrevistados, pessoas em situação de rua, foram homens: 77,3% (n = 41). Dos entrevistados, apenas 22,7% eram mulheres (n = 12). Este dado pode ser relacionado com outras pesquisas sobre a predominância de homens entre a população em situação de rua. Esta é considerada como uma população essencialmente masculina. (Valencio et. al, 2008, p. 563).

Tabela 1: Gênero

<b>Masculino</b>	41	77,3%
<b>Feminino</b>	12	22,7%

Em relação ao Estado Civil, a maioria das pessoas em situação de rua se identificaram como solteiras: 69,8% (n = 37). Os demais entrevistados foram identificados como casados (13,3%, n = 7), viúvos (9,4%, n = 5) e divorciados (7,5%, n = 4).

Tabela 2: Estado Civil

<b>Solteiro</b>	37	69,8%
-----------------	----	-------

<b>Casado</b>	7	13,3%
<b>Viúvo</b>	5	9,4%
<b>Divorciado</b>	4	7,5%

A idade média dos entrevistados foi de 40 anos de idade, sendo que o entrevistado mais novo tinha 18 anos e o mais velho 65 anos. Este dado relaciona-se com a pesquisa censitária realizada em Belo Horizonte, onde foram identificados 93% de adultos entre a população em situação de rua nesta cidade, sendo mais de 30% com idade entre 31 e 45 anos. (Ferreira, 2005, p. 10).

Tabela 3: Idade Média, Maior Idade e Menor Idade

<b>Média de Idade</b>	40 anos
<b>Maior Idade</b>	65 anos
<b>Menor Idade</b>	18 anos

A naturalidade das pessoas em situação de rua foi caracterizada pela prevalência de indivíduos de outros estados: 45,3% (n = 24). Pessoas provenientes de outra cidade do ES representaram 22,6% (n = 12) da amostra e pessoas que se identificaram como sendo do próprio município foi de 32,1% (n = 17).

Tabela 4: Naturalidade

<b>Vitória</b>	17	32,1%
<b>Outras Cidades do ES</b>	12	22,6%
<b>Outro Estado</b>	24	45,3%

Em relação ao tempo de moradia na rua, o tempo médio de permanência em espaço público foi de 7,5 anos. O entrevistado que informou o maior tempo disse que estava em situação de rua há 40 anos. Já o que relatou o menor período disse que estava há apenas 1 dia. Este dado também pode ser associado com a pesquisa censitária realizada em Belo Horizonte, onde cerca de 39% da população em situação de rua estava neste estado há mais de 5 anos. (Ferreira, 2005, p. 10).

Tabela 5: Tempo de Moradia na Rua

<b>Média de Tempo de Moradia</b>	7,5 anos
<b>Maior Tempo de Moradia</b>	40 anos

<b>Menor Tempo de Moradia</b>	1 dia
-------------------------------	-------

As equipes do SEAS foram divididas para aplicação do Self Report Questionnaire - 20 (SRQ-20) nas ruas de Vitória em dois territórios. A equipe SEAS-Centro realizou as entrevistas na região do centro de Vitória e a equipe SEAS-Continente no território que abrange a região continental da cidade de Vitória, onde se localizam bairros mais populosos como Jardim da Penha, Jardim Camburi e Praia do Canto.

O Self Report Questionnaire – 20 (SRQ-20) considera que um número de respostas afirmativas maior ou igual à 7 é evidência de sinais de Transtorno Mental Comum. Os resultados da aplicação nas duas áreas evidenciam um alto grau de prevalência de sinais de Transtorno Mental Comum (TCM) entre a população de rua. Na região do centro este número foi de 72% (n = 18), enquanto que, na região continental, os dados registraram 68% (n = 19) de pessoas com sinais de TCM.

Tabela 6: Sinais de Transtorno Mental Comum (TCM) na região do centro de Vitória

<b>Maior ou Igual à 7 respostas afirmativas</b>	<b>18</b>	<b>72%</b>
<b>Menor de 7 respostas afirmativas</b>	<b>7</b>	<b>28%</b>

Tabela 7: Sinais de Transtorno Mental Comum (TCM) na região do centro de Vitória

<b>Maior ou Igual à 7 respostas afirmativas</b>	<b>19</b>	<b>68%</b>
<b>Menor de 7 respostas afirmativas</b>	<b>9</b>	<b>32%</b>

Considerando o número total de pessoas entrevistadas pelo SEAS durante o período da pesquisa em toda cidade de Vitória o número de pessoas entrevistadas que foram detectadas com sinais de Transtorno Mental Comum foi de 69,8%.

Tabela 8: Sinais de Transtorno Mental Comum (TCM) em pessoas em situação de rua em Vitória

<b>Maior ou Igual à 7 respostas afirmativas</b>	<b>37</b>	<b>69,8%</b>
<b>Menor de 7 respostas afirmativas</b>	<b>16</b>	<b>30,2%</b>

Os dados totais de pessoas em situação de rua com sinais de Transtorno Mental Comum (TCM) encontrados em Vitória evidenciam números mais altos que em outro estudo semelhante realizado em Belo Horizonte. Neste último local registrou cerca de 49% da população em situação de rua com sinais de Transtorno Mental Comum (TCM). O número em Vitória (69,8%) foi 20% maior. Esse percentual é preocupante, pois evidencia o grau de vulnerabilidade de saúde mental a que estas pessoas estão expostas nas ruas.

## 5. CONCLUSÃO

A pesquisa realizada atesta uma realidade crítica da população de rua. Destaca-se a vulnerabilidade a que estas pessoas estão expostas, tanto em relação a aspectos da saúde física como mental. A prevalência de população adulta em situação de rua com sinais de Transtorno Mental Comum (TCM) evidencia que são pessoas que possuem uma saúde mental com claros sinais de comprometimento.

Brêtas et al. (2005, p. 579) ao analisar a relação adoecimento e situação de pobreza e vulnerabilidade social afirma que quanto maior a desigualdade social de um país maior é a interferência na qualidade de vida da população, considerando que a saúde é composta pelas dimensões biológica, psicológica e sociológica. Considerando também o processo saúde-adoecimento, o estudo evidencia que a doença consiste no desequilíbrio do sujeito. O profissional deve atuar junto à população em situação de rua com a perspectiva de cuidado humanizado, sempre acreditando na mudança da realidade estabelecida. Importante destaque também é dado no estudo para a inserção da temática relacionada a área social no trabalho e carreira dos profissionais na saúde. (Brêtas et. al. 2005, p. 581 - 582).

Tanaka et. al. (2007, p. 803) destaca a necessidade de sensibilização por parte dos profissionais da saúde para compreensão e melhor atendimento da população em situação de rua. O trabalho com este público é considerado como em construção e de grande desafio, pois implica no desenvolvimento de profissionais capazes de escutar a história de vida desta população para avaliar as queixas físicas e psicológicas que estes apresentam.

Conclui-se este trabalho com a certeza que, para um melhor atendimento da população em situação de rua com sinais de Transtorno Mental Comum (TCM), é necessário uma ação integrada de diversos serviços. Áreas da Assistência Social devem trabalhar em conjunto com setores da saúde. No fenômeno estudado nesta pesquisa, é necessária uma intervenção pontual de profissionais da saúde mental para garantia de direitos desta parcela da população brasileira.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOTTI, N. C. L.; CASTRO, C. G; SILVA, A. K; SILVA, M. F; OLIVEIRA, L. C; CASTRO, A. C. H. O. A; FONSECA, L. L. K. (2010). Avaliação da Ocorrência de Transtornos Mentais Comuns Entre a População de Rua em Belo Horizonte. (p. 178 – 193). Santa Cruz do Sul, Barbarói, n. 33.

Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua; 2008. Acesso em 23 de agosto. Disponível em: <http://www.coeptbrasil.org.br/portal/Publico/apresentarArquivo.aspx?ID=2954>.

BRÊTAS, A. C. P; ROSA, A. D. S; CAVICCHIOLI, M. G. S. O Processo Saúde-Doença-Cuidado e a População em Situação de Rua. São Paulo, 2005, Revista Latino-Americana de Enfermagem, v. 13, n. 4, p. 576 – 582.

FERREIRA, F. P. M. População em Situação de Rua, Vidas Privadas em Espaços Públicos: O Caso de Belo Horizonte. 1998 – 2005. Belo Horizonte, 2005, Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado de Minas Gerais. pp. 17.

GOLDBER, D; HUXLEY, P. Common Mental Disorders: a bio-social model. London: Tavistock, 1992.

IANCOPONI, E; MARI, J.J. Reliability and Factor Structure of the Portuguese Version of Self-Report Questionnaire. *International Journal of Social Psychiatry*. Londres, v. 35, n. 3, p. 213 – 222, 1988.

JÚNIOR, N.C; DE JESUS, C.H; CREVELIM, M. A. A Estratégia Saúde da Família para a Equidade de Acesso Dirigida à População em Situação de Rua em Grandes Centros Urbanos. São Paulo, 2010, *Saúde e Sociedade*, v. 19, n.3, p. 709 – 716.

LIMA, M.C.P; DOMINGUES, M. S; CERQUEIRA, A. T. A. R. Prevalência e Fatores de Risco para Transtornos Mentais Comuns entre estudantes de Medicina. Botucatu – SP, 2006, *Revista de Saúde Pública*, p. 1035 – 1041.

MATTOS, R. M; FERREIRA, R. F. Quem vocês pensam que (elas) são? Representações sobre as Pessoas em Situação de Rua. São Marcos – SP, *Psicologia e Sociedade*; 2004, Vol. 16 (2), p. 47 – 58.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Guia Prático de Atuação da Política de Assistência Social e Legislação Congênere. Vitória, 2011, 1ª Ed. p. 147 – 149.

TANAKA, A. C. D. A; CANÔNICO, R. P; MAZZA, M. M. P. R; SOUZA, M. D. F; BERNAT, M. C; JUNQUEIRA, L. X. Atendimento à População de Rua em um Centro de Saúde Escola na Cidade de São Paulo. São Paulo, 2007, *Revista Escola de Enfermagem da USP*. p. 799 – 803.

VALENCIO, N. F. L. D. S. et. al. Pessoas em Situação de Rua no Brasil: Estigmatização, desfiliação e desterritorialização. 2008, *RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 7, n. 21 p. 556 – 605.

## **ARTIGO 12: RECONHECIMENTO SOCIAL POR MEIO DO TRABALHO COM OS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS - CATADOR DE MATERIAL RECICLÁVEL: TRABALHO EM GRUPO OU INDIVIDUAL?**

Terezinha Rosa De Souza<sup>96</sup>

---

<sup>96</sup> Bacharel em Serviço Social pela Faculdade Metodista do Espírito Santo. E-mail: [tetelivre@hotmail.com](mailto:tetelivre@hotmail.com). Instituição: Secretaria de Meio Ambiente da Prefeitura de Vitória. Tel. 3382.6571.

**RESUMO:** Este trabalho apresenta resultados de uma pesquisa que objetivou investigar as relações de trabalho entre catadores de materiais recicláveis e organizações de reciclagem dos materiais coletados, no município de Vitória, no Espírito Santo. Como ocorre em outros municípios brasileiros, a cidade de Vitória, apesar de grandes investimentos com a limpeza pública; os logradouros e as vias públicas, frequentemente, se tornam em pontos irregulares de depósitos de resíduos sólidos, que são dispostos pela população de forma inadequada, causando impactos negativos à poluição ambiental, a proliferação de vetores causadores de doenças, além da degradação da paisagem. A catação de materiais recicláveis constitui, para muitos trabalhadores, a única forma de garantir sobrevivência e a possibilidade de inclusão num mercado de trabalho excludente. Essa pesquisa investigou como os catadores percebem suas relações de trabalho, as condições em que desempenham suas funções e as práticas do trabalho em Associações de Reciclagem. Utilizou-se entrevistas com 20 trabalhadores ligados as duas associações de catadores de materiais recicláveis de Vitória e 20 catadores individuais, que exercem a atividade nas ruas da cidade. As entrevistas foram tratadas pela análise de conteúdo. Os dados revelaram relações de trabalho precárias e informais entre catadores e sucatas de material reciclável, além de revelar aspectos positivos das organizações de reciclagem, a valorização social e profissional e as fragilidades dos catadores de material reciclável.

**Palavras-chave:** Catador de material reciclável; Resíduos sólidos; Inclusão social.

## 1 METODOLOGIA DO TRABALHO

Trata-se de uma pesquisa de caráter descritivo-exploratório. A coleta de dados foi realizada utilizando-se entrevistas semi-estruturadas com participantes, que estavam ligados as duas associações de materiais recicláveis, localizadas na cidade de Vitória no Espírito Santo. As categorias abordadas na entrevista se relacionavam: à identificação e dados socioambientais; escolaridade; profissão de catador e às relações de trabalho.

Optou-se por trabalhar com uma amostra de 20 catadores de materiais reciclados associados às duas associações e com 20 trabalhadores individuais abordados nas ruas da cidade, todos os trabalhadores associados ou individuais foram escolhidos aleatoriamente de acordo com a disponibilidade do catador. Cada entrevista foi transcrita na íntegra, com autorização dos participantes, preservando-se o anonimato dos mesmos<sup>97</sup>. Os dados coletados foram analisados segundo o proposto por Bardin (1997), que objetiva analisar o conteúdo do discurso, levantando as categorias fundamentais do mesmo.

---

<sup>97</sup> Trabalharemos com as iniciais dos nomes dos entrevistados, garantindo a proteção à intimidade dos trabalhadores.

## **2 INTRODUÇÃO**

As últimas décadas vêm registrando estado de profunda crise ambiental e um dos seus agravantes é a excessiva produção de resíduos sólidos, decorrente do crescimento populacional, desenvolvimento industrial, consumo exagerado e da falta de consciência em relação à preservação do Meio Ambiente, excedendo a capacidade de suporte dos sistemas ambientais e sociais.

A consequência direta da ausência de gerenciamento adequado dos resíduos sólidos gera uma série de impactos ambientais negativos, especialmente, a contaminação das águas, do solo e dos lençóis freáticos a poluição atmosférica, a disseminação de doenças pela proliferação de vetores e o esgotamento de espaço para armazenamento dos resíduos sólidos.

Dentre as alternativas de tratamento e destinação adequada para os resíduos sólidos urbanos gerados, a reciclagem configura-se como importante elemento. O Decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010, que regulamenta a Lei 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos e cria o Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos e o Comitê Orientador para a Implantação dos Sistemas de Logística Reversa, aborda sobre os catadores nos capítulos II e V.

Nesses capítulos é afirmado que o sistema de coleta seletiva de resíduos sólidos priorizará a participação das cooperativas ou de outras formas de associação dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis constituídas por pessoas físicas de baixa renda, e que a União deverá criar, por meio de regulamento específico, programa com a finalidade de melhorar as condições de trabalho e as oportunidades de inclusão social e econômica dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis.

### **1 A ASSOCIAÇÃO**

O associativismo é um processo em constante evolução e a essência do seu conceito considera-se tão antigo quanto à necessidade humana de se viver em grupo. O conceito de associação é amplo e pouco difundido, constituindo dificuldades em pesquisas relacionadas à complexidade do assunto, utilizando-se de um conceito mais simples, Veiga e Rech citam:

As associações são organizações autônomas de ajuda mútua, controladas por seus membros. Entrando em acordo operacional com outras entidades, inclusive governamentais, ou recebendo capital de origem externa, devem fazê-lo de forma a preservar seu controle democrático pelos sócios e manter sua autonomia (2001, p.17).

A legislação brasileira que ampara as associações civis sem fins lucrativos é a Lei nº. 9790/09, conhecida como Lei das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – Lei das Oscips, de 23 de março de 1999, regulamentada pelo Decreto 3.100 de 30 de junho de 1999 e posteriormente alterado pela Medida Provisória 2143-35, que alterou o art. 18 da referida lei. A Lei das Oscips tem como escopo proporcionar às instituições que se enquadram como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, imunidade relacionada aos impostos sobre renda, patrimônio, serviços e realização das parcerias com os governos e órgãos públicos na execução das suas tarefas sociais.

Os catadores de materiais recicláveis, que trabalham em grupos ou exercem a atividade de forma individual desempenham um papel importante para o processo de reaproveitamento do material de pós-consumo, pois a ação desses trabalhadores é o ponto de partida para o ciclo da reciclagem. Apesar disso, a atividade da categoria é executada, em muitos casos, em condições extremamente precárias e informais de trabalho e remuneração.

Antunes (1995) esclarece que embora o trabalho seja “ineliminável” da própria condição humana, não é um objeto natural, mas uma ação essencial para estabelecer as relações entre o homem e a natureza, e entre as sociedades e a natureza.

Por meio da explicação de autores que buscaram compreender as relações do homem com o trabalho, compreendemos que a relação homem-trabalho é o elemento estruturante do intercâmbio social entre os homens e a natureza. Segundo Medeiros (2006) as últimas décadas foram marcadas pelas mudanças estruturais, tecnológicas e econômicas que ocorreram desde o final do século XX e que resultaram em mudanças nos modelos existentes nas “relações do trabalho”.

Compreendemos que o trabalho é elemento integrante da vida das pessoas, seja ou não na sua forma assalariada, ele tem um significado essencial na sociabilidade humana, ele não se caracteriza apenas como sobrevivência, ele influencia a identidade da pessoa e a sua profissão caracteriza o seu modo de vida. Assim de acordo com Medeiros: "O trabalho, além de ser um meio de subsistência, também é um meio de integração social, pois possibilita o relacionamento entre pessoas, a inclusão social e o sentimento de pertencer a um grupo" (2006, p. 102).

Uma situação emblemática resultante das mudanças ocorridas no mundo do trabalho nas últimas décadas é a precarização das condições e relações de trabalho e o desemprego em sua forma estrutural. Sobre a precarização das condições de trabalho, Mattoso assim define:

Aumento do caráter precário das condições de trabalho, com a ampliação do trabalho assalariado sem carteira e do trabalho independente (por conta própria). Esta precarização pode ser identificada pelo aumento do trabalho por tempo determinado, sem renda fixa, em tempo parcial, enfim, pelo que se costuma chamar de bico. Em geral, a precarização é identificada com a ausência de contribuição à Previdência Social e, portanto, sem direito a aposentadoria. O processo de deterioração das relações de trabalho, com a ampliação da desregulamentação dos contratos temporários, de falsas cooperativas de trabalho, de contratos por empresa ou mesmo unilaterais (1999, p.8).

Concluímos que a precariedade refere-se ao trabalho mal remunerado, pouco reconhecido, e que desvaloriza o trabalhador. Refere-se, ainda, à instabilidade do emprego, à ameaça do desemprego, à restrição dos direitos sociais e à falta de perspectivas de crescimento profissional, manifestada tanto em relação ao setor informal, quanto para a classe trabalhadora em geral.

## **2 PROFISSÃO DE CATADOR**

Os catadores de materiais recicláveis são importantes agentes da transformação ambiental, pois minimizam a quantidade de lixo a ser coletado e destinado pelas municipalidades, ampliando a vida útil dos aterros sanitários. De acordo com dados do Comitê Interministerial de Inclusão Social dos Catadores de Materiais Recicláveis do País, atualmente estima-se que haja no Brasil mais de 800.000 catadores, mas apenas uma pequena parte está organizada em associações e cooperativas, que em muitos casos possuem infraestrutura precária para realização desse importante trabalho.

Os catadores foram reconhecidos como categoria profissional, oficializada na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) em 2002. Na classificação, os catadores de lixo têm o registro número 5192-05 e sua ocupação é descrita como catador de material reciclável.<sup>98</sup>

No ano de 2003, o Governo Federal criou o comitê de inclusão social de catadores de lixo. Dentre outras atribuições esse deveria implantar projetos que visassem garantir condições

---

<sup>98</sup> Informação disponível na homepage do Ministério do Trabalho: ([www.ministeriodotrabalho.gov.br](http://www.ministeriodotrabalho.gov.br)).

dignas de vida e trabalho à população catadora de lixo, bem como apoiar a gestão e destinação adequada dos resíduos sólidos nos municípios brasileiros. Contudo, observa-se que os catadores desempenham suas atividades em condições precárias, sofrem preconceitos e possuem baixo reconhecimento do papel que representam na economia e no meio ambiente, embora tenham a profissão reconhecida e sejam resguardados por um comitê específico.

Na Cidade de Vitória a secretaria Municipal de Geração de trabalho e renda informa que o município conta, atualmente, com duas associações de catadores de material reciclável, que recebem apoio da Gestão Pública Municipal. As duas associações contam hoje com 41 associados, sendo que desse número 25 catadores de materiais recicláveis estão associados na Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Vitória-ES (Ascamare) e 16 catadores na Associação dos Catadores e Material Reciclável da Ilha de Vitória (Amariv).<sup>99</sup>

Em reunião sobre sustentabilidade e geração de trabalho e renda realizada entre as secretarias de Meio Ambiente de Vitória e de Assistência Social apontou que no mês de janeiro de 2012 os dados parciais apontavam para a existência de 109 catadores individuais na cidade.

Nesse primeiro momento falaremos sobre as relações e condições de trabalho dos catadores de material reciclado associados na Amariv e na Ascamare, com o objetivo de identificar aspectos positivos originados a partir da organização dos catadores de materiais recicláveis em associações e de compreender se essa organização favorece o reconhecimento profissional desses trabalhadores, procuraremos, ainda, diagnosticar as condições socioambientais nas quais os catadores associados estão submetidos, para em seguida situarmos a situação dos catadores individuais que trabalham como carrinheiros nas ruas de Vitória.

### **3 ASCAMARE E AMARIV**

A Ascamare foi fundada do ano de 1999, por uma iniciativa da Igreja Católica São Francisco de Assis que iniciou o trabalho de organização dos catadores de material reciclável na região de Goiabeiras, porém foi no ano de 2003, que a Associação foi organizada juridicamente, em Convênio com a Secretaria de Trabalho e Geração de Renda de Vitória (Setger).

De acordo com o objetivo do convênio a parceria visa melhorar as condições de trabalho, contribuir com a organização dos associados, favorecer a inclusão dos novos catadores, garantir

---

<sup>99</sup> Dados repassados pela secretaria de geração de Trabalho e renda no mês de Agosto de 2012

o sustento próprio e dos seus familiares, desenvolver o trabalho conforme diretrizes da Economia Solidária e, numa visão de sustentabilidade, poupar os recursos naturais pelo processo da reciclagem (destino final do material triado).

De acordo com o Plano de Trabalho da Ascamare (2102) foi possível alcançar com o convênio: Manutenção do espaço físico (pagamento do aluguel, água, energia, telefone e Internet); a aquisição de equipamentos (uma prensa, uma fragmentadora, 10 carros/tração humana); Uniformes; Equipamento de Proteção Individual (EPI) e contratação do pessoal de Serviço Social.

### 3.1 AMARIV

A Associação de Materiais recicláveis da Ilha de Vitória – AMARIV atua desde o ano de 2007 com material reciclável. A Associação teve início no Clube Rio Branco, que fica na Ilha de Santa Maria, com um grupo de 12 pessoas, que é formado por laços de parentesco mais próximos. E nesse momento não havia Associação instituída de maneira formal. E foi a partir de novembro de 2012 por meio de uma parceria entre Cáritas da Igreja Católica e a Secretaria de Assistência Social de Vitória, que o grupo foi organizado em Associação.

Em visitas realizadas na Ascamare e na Amariv entre os meses de agosto e setembro de 2012 utilizamos a aplicação de entrevistas semi-estruturadas com catadores de materiais recicláveis associados nas referidas Associações. As categorias abordadas na entrevista se relacionavam: à identificação e aos dados socioambientais; à escolaridade; à profissão de catador e às relações de trabalho. Optou-se por trabalhar com uma amostra de 10 trabalhadores em cada uma das associações, que foram escolhidos aleatoriamente.

Dos 10 trabalhadores pesquisados na Ascamare, seis eram do sexo feminino e quatro do sexo masculino, com idades variando entre 25 a 77anos. Na Amariv, sete eram do sexo feminino e três do sexo masculino, com idade entre 23 a 50 anos.

O estado civil dos participantes foi, predominantemente, o concubinato. A escolaridade dos mesmos era, predominantemente, de semi-analfabetos. Quanto à moradia dois associados da Ascamare e dois da Amariv declararam possuir casa própria, sendo que os dois associados da Ascamare adquiriram o imóvel com renda própria e os dois associados da Amariv foram beneficiados pelo Programa Terra Mais Igual, na região de Santo Antônio. Os demais declararam morar de aluguel.

Questionados sobre que atividades exerciam antes de serem catador de materiais recicláveis, o que predominou foi o emprego doméstico e atividades em construção civil. Quanto aos questionamentos aplicados sobre a escolha de trabalharem em grupos organizados, todos os entrevistados afirmaram que a diferença do trabalho organizado em associações para o trabalho que exerciam anteriormente como catador individual (carrinheiro) consistia na valorização e respeito da atividade. O associado da Ascamare, J.A.M., diz que uma das formas de valorização da atividade do catador é o recolhimento do Instituto Nacional de Seguradidade Social (INSS), com um valor menor do que pagaria se pagasse como catador individual.

A associada da Amariv, A.L.S., informa que antes de ser associada trabalhou por dois anos como catadora individual e que a vantagem de trabalhar dessa forma é a liberdade que tem com os horários; o catador é livre e ele mesmo é que faz o seu tempo, em contraponto o trabalho em grupo organizado exige mais responsabilidade, diz ser necessário cumprir horário e produzir o máximo possível. A Setger informa que a renda mensal de cada associado é de aproximadamente R\$640,00. Quanto ao trabalho que exercia na rua a associada diz que era explorada pelos “sucateiros”, que não pagavam o valor justo do material por ela coletado e deu o exemplo de que se o papel é comercializado pelas Associações a R\$0,12; os “sucateiros” compravam o mesmo material à R\$0,05.

Outra questão importante foi apontada pela catadora de materiais recicláveis, M.G.S., que já trabalha há sete anos como catadora e como associada da Amariv há quatro anos, o esforço físico necessário para o trabalho de catação, exercido nas ruas, é extremamente cansativo: “Nas ruas precisamos andar quilômetros, rodar a cidade para conseguir material de qualidade, andamos em baixo de chuva e sol puxando o carrinho pesado [...] me sentia um burro de carga e era vista assim por quem passava por mim na rua”<sup>100</sup>.

Ainda, sobre a questão do esforço físico a catadora há dois anos e associada da Ascamare, J.S.A., ressalta que recebem o material da Secretaria de Serviços de Vitória, o que poupa os trabalhadores do esforço da coleta, informa que o trabalho dos associados é separar e triar o material, que nas associações ficam protegidos de chuva e sol.

Segundo informações da Secretaria de Serviços, atualmente em Vitória são coletados, pela citada secretaria, na coleta seletiva 200 toneladas por mês de resíduos sólidos, sendo que 150 toneladas/mês são destinadas as duas Associações do Município, uma vez que essa é a

---

<sup>100</sup> Relato dos associados, em visita realizada entre agosto e setembro.

capacidade atual que as associações possuem de processar o material. As 50 toneladas restantes ficam estocadas na Secretaria de Serviços, que pode gerar transtornos para o município. Vale ressaltar nessa questão que de acordo com o Plano de Trabalho do convênio com a Ascamare diz que:

[...] conforme o Estudo de Viabilidade Econômica (apresentado Janeiro de 2010) a Associação ainda não alcançou o Ponto de Equilíbrio para a auto-gestão pela falta de pequena porcentagem para tal (sendo que o encaminhamento na ocasião foi o de ampliação do espaço físico como estratégia de melhoria da produção). Assim, após dois anos de intensas conversações se vislumbra a mudança de endereço para o Bairro Resistência, Vitória/ES (2012, p. 03).

A associada da Ascamare, J.S.A., afirma, ainda, se sentir melhor reconhecida socialmente e profissionalmente na atividade exercida na Associação e que os catadores associados anseiam pela mudança das associações para a nova sede que possibilitará uma maior produção e a inclusão de novos catadores, pois o espaço físico que ocupam atualmente não tem condições de receber novos associados, o que limita a capacidade de processar o material que está “sobrando” na Secretaria de Serviços:

Aqui na associação a gente não é discriminado e o trabalho que fazemos traz dignidade humana, porém grande parte da população ainda mistura o lixo todo e a gente perde um tempão pra separar o que não presta do que a gente pode vender [...] a gente reconhece o valor que tem e queremos um Espírito Santo sem lixão, quem não respeita a gente é parte da sociedade que mistura tudo [...] vai lá fora no galpão vê, só hoje tem duas caixas de material misturado que a prefeitura tem que buscar de volta.<sup>101</sup>

Sobre a escolarização, dos 10 catadores associados na Amariv, dois afirmaram nunca ter frequentado uma escola e oito cursaram entre 1 a 4 anos de estudo regular. Questionados se havia o desejo de iniciar ou retomar os estudos: três disseram que não conseguem aprender mais nada e que não se interessam em estudar nessa altura da vida, os demais afirmaram que gostariam de estudar, mas declaram ser difícil depois de um dia cansativo de trabalho se deslocar para uma escola.

Em 2010 a Secretaria Municipal de Educação iniciou na Ascamare uma oficina de escolarização, que teve início em dezembro de 2010 e conta, atualmente, com nove alunos, que estudam das 7 às 9 horas, de segunda a quinta-feira na sede da Associação. Quanto ao horário de aula, os associados que participam da escolarização disseram que combinaram com os colegas de forma que iniciam as atividades da Associação às 9 horas, depois da aula e saem

---

<sup>101</sup> Informação recebida de forma oral pela associada J.S.A da Ascamare.

mais tarde para compensar o tempo em que estão estudando. Outro fato importante destacado no entendimento entre os associados, que estão estudando e os que não estão, é o fato de que os associados que estão fora da sala de aula não ligam as máquinas no horário de aula, para não atrapalhar o estudo dos colegas.

Sobre a importância da escolarização na Ascamare, a catadora J. S.A, aluna de 25 anos diz que a escolarização no local de trabalho é: “[...] uma oportunidade que nós teve de estudar e trabalhar no mesmo local, e aqui nós aprendemos e ao mesmo tempo ensinamos pra professora sobre a prática da coleta seletiva”.

O catador de 77 anos de idade e 27 anos exercendo a atividade, J.A.M., sobre a escolarização na Ascamare diz não participar por já estar em nível mais avançado do que está sendo passado para os colegas. Ele conta com muita satisfação que aprendeu a ler e escrever anos atrás quando exercia o trabalho de catador nas ruas da cidade, e que tinha como hábito todos os dias no horário do almoço sentar-se em baixo de uma árvore no Bairro de Jardim da Penha, para folhear os livros que encontrava jogados no lixo. Ressaltou que preferia os livros que continham gravuras, pois assim ele imaginava o que estava escrito no livro.

Curioso com a imagem do catador folheando livros embaixo da árvore, um cabo da Polícia Militar que trabalhava na região abordou o catador para saber o que tanto ele lia, e surpreso ouviu o catador dizer que não sabia ler e seu maior sonho era aprender, assim o policial comovido se prontificou para alfabetizar o catador que começou a receber aulas duas horas por dia e no período de um ano estava lendo e escrevendo. Com essas lembranças J.A.M. diz que incentiva seus colegas a participarem da escolarização realizada na Associação e destaca: “Se na minha época eu tivesse tido esta oportunidade, hoje eu seria médico, advogado [...]. Hoje eu seria doutor”.<sup>102</sup>

Em seguida questionamos sobre a relação de trabalho dos catadores associados na Amariv e na Ascamare com o técnico social que acompanha as associações, e se eles consideram ser positiva e necessária a presença desse técnico no local de trabalho. Os 10 associados da Amariv, que foram entrevistados disseram conhecer a Assistente Social da Setger e demonstraram “gostar” da presença dela na Associação, mas ressaltaram que não tinham com ela nenhuma relação, afirmaram que a anterior presidente da Associação não permitia que os associados se relacionassem com nenhum técnico da PMV e assim todas as vezes que a Assistente Social

---

102 Informação obtida por meio de entrevista com a J.A.M da Ascamare.

comparecia na Associação ficava limitada no acesso aos associados. Sobre isso a associada da Amariv, A.L.O.S., diz:

A assistente social é legal, mas a gente tinha pouca conversa com ela. Acho que agora com a saída antiga presidente será melhor, e aí a gente vai poder responder se é positivo a presença dela ou não, hoje não dá pra dizer. A outra presidente não permitia conversa com outras pessoas. Por exemplo, se você tivesse vindo aqui, ainda, quando ela estivesse na direção, primeiro ela ia vê as suas perguntas pra depois dizer se ia liberar, mas pelo que tô vendo ela dizer pra você que não podia entrevista porque ia atrapalhar nosso serviço. Tava todo mundo aqui nas mãos de um sucateiro e não sabia [...].<sup>103</sup>

Na Ascamare quando fizemos o mesmo questionamento os 10 entrevistados foram unânimes ao responder ser extremamente positivo e necessário a presença do técnico social na Associação. Disseram que esse profissional é contratado do convênio e fica assiduamente na Associação e desejam que seja garantida a permanência do profissional, pois além de desempenhar as funções estabelecidas no contrato de trabalho “funciona”, também, como orientador social e mediador de conflitos.

Embora não seja possível com essa pesquisa esgotar as possibilidades de conhecimento da representação social e profissional dos associados das duas Associações de Catadores de Material Reciclável de Vitória, intencionamos com esse trabalho identificar se essas organizações possibilitam a inclusão social justa e não de modo perverso, para assim procurarmos compreender as razões de termos nas ruas da cidade de Vitória, aproximadamente 109 catadores, que não estão ligados a nenhuma Associação.

#### **4. CATADORES NÃO ASSOCIADOS**

Para compreendermos o porquê de alguns catadores não estarem associados realizamos abordagem social com 20 catadores de material reciclável individual (carrinheiro) nos bairros Ilha de Santa Maria, e Jardim da Penha, num período compreendido entre os meses de maio a setembro de 2012. Utilizamos a mesma metodologia aplicada com os catadores associados na Ascamare e Amariv e as categorias abordadas na entrevista, também, se relacionavam: à identificação e os dados socioambientais; à escolaridade e à profissão de catador. Os catadores individuais, também, foram escolhidos aleatoriamente.

---

<sup>103</sup> Relato dado em entrevista a Ascamare da associada A.L.O.S, para esta pesquisadora.

Dos 20 catadores de materiais recicláveis abordados, 13 entregam seu material na Ilha de Santa Maria e Monte Belo, local onde havia no dia da entrevista uma maior concentração dos trabalhadores próximos aos sucateiros. Na ocasião da abordagem, na Ilha de Santa Maria estávamos acompanhando uma ação de fiscalização ambiental. A ação contou com técnicos e agentes das secretarias de: Serviços (Semse), Meio Ambiente (Semmam) e Desenvolvimento da Cidade (Sedec) e tinha como objetivo verificar a situação de legalidade dos sucateiros situados na Ilha de Santa Maria e Ilha de Monte Belo.

Iniciamos as entrevistas com os catadores individuais de material reciclável questionando se os mesmos conheciam as duas Associações de Vitória. Dos 13 entrevistados na Ilha de Santa Maria, dois disseram conhecer e um terceiro respondeu que já ouviu um colega catador falar a respeito, e 10 declararam desconhecer a Amariv e a Ascamare. Dos sete catadores de materiais reciclados entrevistados no bairro Jardim da Penha três disseram conhecer a Ascamare e um declarou desconhecer.

Questionados se eles sabem o que é uma Associação e como funciona o trabalho de um grupo organizado, apenas dois disseram que sim e questionados sobre a possibilidade de se associarem a uma delas, um respondeu que não deseja se associar devido aos conflitos gerados nos trabalhos em grupos, e o outro disse ser difícil se associar devido ao pagamento ser mensal e ele tem necessidade de receber diariamente.

Ao questionarmos sobre como receberam a orientação a respeito do trabalho em grupo, dois afirmaram ter tido esta orientação em uma capacitação realizada pela Prefeitura de Vitória anos atrás e disseram não se lembrar com clareza da época, mas deve ter sido em 2007.

Sobre o quesito moradia, dois afirmaram morar juntos de aluguel na cidade de Vitória, um disse estar em situação de rua e que pernoita no albergue noturno e 16 responderam estar em situação de rua e que dormem nas ruas da cidade, de preferência em locais próximos dos depósitos de sucatas.

Em relação às condições de trabalho e o valor que comercializam os materiais coletados por eles, foi unânime a afirmação de que o valor é pequeno e que precisam trabalhar muito para conseguir uma renda aproximada de R\$400,00 mensais, ressaltaram ainda que em alguns momentos “trocaram” o material por comida, coberta velha, colchonete e bebida alcoólica. E em relação ao carrinho de tração humana que utilizam na coleta apenas um entrevistado declarou possuir o carrinho e 19 afirmaram que os carrinhos, que utilizam são de propriedade dos sucateiros e nesses casos o material que coletam só poderá ser vendido para os donos dos carrinhos.

Em relação à escolarização a predominância foi do semi-analfabetismo, e se os mesmos desejarium iniciar ou retomar os estudos dois declararam que sim e os demais responderam não ser possível e perguntaram “[...] qual escola aceitaria esse povo que mora na rua?”.

Em relação ao reconhecimento social e profissional de cada um, foi unânime a resposta de que não são vistos pela sociedade. Declararam saber a importância do trabalho que exercem, de acordo com L.A “É nós que limpa essa cidade e ainda assim sempre passa um de carro buzinando dizendo sai da frente seu burro, sua carroça tá atrapaiando o trânsito”.

Sobre o esforço físico necessário para a execução da atividade, foi unânime a resposta de que é um trabalho muito cansativo, que andam muito e precisam puxar o carrinho pesado pela cidade e que no final do dia estão extremamente cansados.

A rotina diária do catador individual é exaustiva e realizada em condições precárias, conforme afirma Magera:

Muitas vezes, ultrapassa doze horas ininterruptas; um trabalho exaustivo, visto as condições a que estes indivíduos se submetem, com seus carrinhos puxados pela tração humana, carregando por dia mais de 200 quilos de lixo (cerca de 4 toneladas por mês), e percorrendo mais de vinte quilômetros por dia, sendo, no final, muitas vezes explorados pelos donos dos depósitos de lixo (sucateiros) que, num gesto de paternalismo, trocam os resíduos coletados do dia por bebida alcoólica ou pagam-lhe um valor simbólico insuficiente para sua própria reprodução como catador de lixo (2003, p.34).

Os catadores coletam o material reciclável pela cidade numa quantidade que seja suficiente para vender. O comércio dos materiais recicláveis entre os catadores e as empresas de reciclagem, geralmente, passa pela mediação dos atravessadores, os sucateiros. Esses intermediários recebem o coletado pelos catadores, pesam e estabelecem o preço a ser pago pelo produto. De acordo com os catadores, um dia de trabalho rende aos catadores de R\$5,00 a R\$12,00 reais dependendo da quantidade e do tipo de material que recolhem.

No entendimento de Carmo (2005), os catadores desconhecem completamente os aspectos que envolvem a logística do processo de reciclagem, desconhecimento muitas vezes atribuído ao baixo nível de escolaridade. Carmo (2005) e Magera (2003) concordam que esse pouco conhecimento do circuito da reciclagem é um forte impedimento para que catadores obtenham ganhos melhores nessa atividade.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos que os objetivos da pesquisa foram alcançados, pois foi possível levantar dados da percepção que os catadores de materiais recicláveis das associações Amariv e Ascamare e os catadores não associados têm das suas relações de trabalho e profissão. A metodologia de entrevistas, também, mostrou-se adequada, pois possibilitou levantar as categorias que compõem as representações dos participantes sobre o tema pesquisado.

Constatou-se que os catadores de materiais recicláveis enfrentam, também, o preconceito da sociedade local, que os percebem enquanto marginais, não os concebendo enquanto profissionais, cuja função social e ambiental é de extremamente importante, especialmente, por propiciar a reintrodução da matéria e o aproveitamento da energia, contribuindo para a mitigação dos diferentes impactos ambientais.

Entendemos, ainda, que a organização dos catadores de materiais recicláveis em Associações proporciona uma melhor representação e valorização do trabalhador, uma vez que às condições de vida e de trabalho dos catadores não associados configura-se em condições subhumanas e de total exploração. Porém, identificamos questões na Amariv e na Ascamare que favorece a falta de autonomia das mesmas, haja vista o pouco ou nenhum conhecimento que os associados têm das políticas públicas direcionadas para a categoria que visam à inclusão social dos catadores de materiais recicláveis de forma justa e não de modo perverso.

Trata-se de um tema relevante e atual, e seguramente não se esgotará em uma pesquisa, sugere-se que outras pesquisas sejam desenvolvidas aprofundando as formas de inclusão social dos catadores, que possibilite a essa categoria dignidade humana. Como técnico social atuando em câmaras técnicas que discutem a questão dos resíduos sólidos – Grupo de Trabalho do Material de Pós-consumo (MAPOCO) e Câmara Intersetorial de Políticas Públicas para a população em situação de rua (CAI POP), sugerimos que sejam executadas as propostas discriminadas no anexo III do Plano de Trabalho da Ascamare previstas para serem iniciadas no mês de junho de 2012. Sugerimos, ainda, que sejam estudadas e elaboradas propostas de orientação e capacitação em Meio Ambiente, dando ênfase à temática dos Resíduos Sólidos e, ainda, a garantia de possibilitar a participação dos associados em eventos e fóruns de discussões relacionados a essa temática.

## 5 REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** – Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 6. ed.. Campinas: Cortez, 1995.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: [s.n], 1995.

MAGERA, M. **Os empresários do lixo: um paradoxo da modernidade**. Campinas, SP: Átomo, 2003.

MARINHO, M.C.N. **As transformações no mundo do trabalho e suas implicações na formação do executivo**. Dissertação (Mestrado), Psicologia. Goiânia. Universidade Católica de Goiás, 2005.

MARX, K. **O capital**.. São Paulo: Editora da USP, 1978.

MATTOSO, J. **O Brasil desempregado: Como foram destruídos mais de 3 milhões de empregos nos anos 90**. São Paulo: ABRAMO, 1999.

VEIGA, S. M.; RECH, D. **Associações: como construir sociedades sem fins lucrativos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

#### **EIXO 4: GESTÃO E CONTROLE SOCIAL**

*A Gestão Social com qualidade é um desafio apontado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, e é nesse sentido que o eixo 04 busca promover os debates e interlocuções sistemáticas e propositivas que possibilitem a qualificação da gestão da Política de Assistência Social. A qualidade dessa gestão requer uma complexa combinação de recursos interdependentes e interrelacionados. Vale destacar que entre os eixos estruturantes da Política de Assistência Social estão: a Territorialização; a relação entre o Estado e a Sociedade Civil; o Controle Social; a Política de Recursos Humanos; a Informação, o Monitoramento e a Avaliação.*

#### **ARTIGO 1: OS SERVIÇOS SOCIAIS PRESTADOS PELAS OSCIPs NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA/ES**

Luma Magnago<sup>104</sup>  
Aline Fardin Pandolfi<sup>105</sup>

---

<sup>104</sup> Assistente Social formada pela UFES no ano de 2012, pós-graduanda pelo Mestrado de Política Social da mesma instituição.

<sup>105</sup> Assistente Social e mestre pela UFES. Professora Substituta do Departamento de Serviço Social da UFES, orientadora deste trabalho.

**Resumo:** Este trabalho objetiva apresentar os serviços sociais prestados pelas Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) no município de Vitória/ES indicando se estas estão num caminho de paralelismo e/ou parceria às proposições da Política de Assistência Social. Para isso, analisamos os relatórios de prestação de contas divulgados pelo Ministério da Justiça referentes ao exercício das atividades das mesmas no ano de 2010. Os resultados dessa ação indicaram a predominância de serviços sociais superficiais, abrangentes e desvinculados de uma rede de assistência social, o que influi para a interpretação de que os mesmos estão num amplo movimento de paralelismo.

**Palavras-chave:** Estado. Assistência Social. Terceiro Setor.

**Abstract:** The article presents the social services provided by Civil Society Organizations of Public Interest (OSCIPs) in Vitória / ES indicating whether they are on a path of parallelism or partnership objectives of the National Social Assistance. For this, we analyzed the reports of accountability from the Ministry of Justice concerning the exercise of these activities in 2010. The results of this action revealed the predominance of superficial social services, comprehensive and disconnected from a network of social assistance, which influences to the interpretation that they are a broad movement of parallelism.

**Keywords:** State. Welfare. Third Sector.

## 1. INTRODUÇÃO

O tema *terceiro setor* será analisado no trabalho proposto de forma articulada à reconstrução ou, melhor, à desconstrução das políticas sociais, das conquistas sociais e dos direitos sociais na contemporaneidade, com a tentativa de demonstrar a sua verdadeira função: a de prestar “[...] um grande serviço ao capital e à ofensiva neoliberal, nesta luta pela hegemonia na sociedade civil, no interior do processo de reestruturação do capital” (MONTAÑO, 2005, p. 16).

E essa discussão sob um olhar que vai além da aparência exige o desmembramento de três campos de análise, são eles: o campo *teórico, ideológico e prático*.

A composição das instituições que englobam o que se denomina hoje como *terceiro setor* vem de um curso histórico não continuado e não homogêneo. O Brasil registra-se instituições de assistência social de cunho filantrópico desde a sua colonização e é somente no século XX que se constitui uma forma política de atuação do Estado no atendimento das necessidades da população, o qual, então, passa a reconhecer “as organizações privadas de filantropia enquanto

apoio para a construção de sua hegemonia nesse novo modelo de produção urbano-industrial, na década de 1940 [...]” (PEREIRA, 2003, p. 16).

Mais adiante, nas décadas de 1970 e 1980 com reorganização dos movimentos sociais em busca da reabertura democrática e da ampliação dos direitos sociais, as organizações não-governamentais apresentam-se para melhorar a “[...] organização, participação, articulação nas suas demandas, reivindicações e lutas” (MONTAÑO, 2005. p 138).

Representavam, portanto, uma organização política e ideologia sintonizada com a mobilização da sociedade civil. Contudo, dentro do processo histórico brasileiro de consolidação da hegemonia neoliberal, sobretudo, a partir da década de 1990, estes organismos de representação da luta social são drasticamente afetados em suas formas organizacionais, política, e prática e

[...] com o tempo, essas entidades apresentam maior elaboração de suas estruturas e atividades, assim como precisam responder às transformações e mudanças ocorridas no mundo. O conceito não-governamental passa a referir-se a um universo de entidades bem mais heterogêneo entre si e a ser reconhecido socialmente de maneiras variadas por governos, movimentos sociais organizados, outras instituições, parceiras ou não, mídia e opinião pública de um modo geral (PEREIRA, 2003, p. 23).

Isso trouxe como conseqüências indefinições no campo das organizações sociais da sociedade civil que passam a viver numa realidade sob identidades contraditórias e complexas. Há uma “não homogeneidade de pensamento dentro das ONGs que podem ser revolucionárias, reformistas, conservadoras ou reacionárias” (ANDRADE, 2006, p. 98).

É nesse cenário que se exigem estruturas ideológicas para legitimar a “nova” função desses serviços prestados perpassando questões conceituais às práticas. Surge, então, um “novo” papel para um *velho* personagem, para alguns autores (CARDOSO; FERNANDES; TORO *in* IOSCHPE, 1997) o *terceiro* personagem na sociedade moderna destinado a legitimar a harmonia entre classes, que interpretará diversas ações e finalidades ligadas a uma demanda política governamental e não estatal.

Os autores defensores da proposta desprezam o entendimento de Estado como reflexo do movimento de luta social e partem para o fortalecimento da idéia de humanização harmoniosa *própria* da sociedade capitalista, sendo necessária apenas a realização de algumas ações para o bem comum. Este novo setor seria o espaço de realizá-las, pois atuaria como mediador entre o Estado (insuficiente) e o mercado relacionando-se com estes por meio de *parcerias* e não de conquista de espaços políticos.

O que vem, então, apresentar é uma equivocada interpretação da composição da realidade social, como se esta fosse composta de três esferas: o Estado (esfera pública), o mercado (esfera

privada) e as organizações de finalidade pública e interesses não econômicos denominadas *conjuntamente* de terceiro setor, a sociedade civil estaria reconhecida neste espaço sob aspectos de organizações institucionais desse campo (MONTAÑO, 2005).

Vê-se por tudo isso, que o chamado terceiro setor é traçado de forma generalista, indefinida, em sua forma *prática* é apresentado como a sociedade civil desenvolvendo atividades antes atribuídas ao Estado, assumindo função social de respostas às necessidades sociais. Além disso, no campo *ideológico* apresenta-se como uma estratégia de adaptação, pela elite nacional, ao neoliberalismo, sob o discurso “reformista”, dentro de um movimento de “modernização” natural da organização da vida em sociedade, gerando o encobrimento e a aceitação desse terceiro setor mediador entre o público e o privado.

Dessa forma, o “terceiro setor”, instrumentalizado pela estratégia neoliberal, tem a função tanto de justificar e legitimar o processo de desestruturação da Seguridade Social estatal, como de transformar a luta *contra* a reforma do Estado em *parceria* com o Estado, bem como de reduzir os impactos negativos ao sistema de aumento de desemprego, quanto de tornar as respostas à “questão social” em atividades cotidianas. Tudo isto minimizando aparentemente as contradições de classe, redirecionando as lutas sociais para as atividades mancomunadas com o Estado e empresariado, gerando maior aceitação e menor enfrentamento ao projeto neoliberal (MONTAÑO, 2005, p. 241).

A partir desse processo, o terceiro setor aparece como parte de um núcleo de serviços não exclusivos, onde o Estado atua simultaneamente com outras organizações públicas não-estatais e privadas, como as universidades, hospitais, centros de pesquisas e museus. E esse conjunto de serviços é apresentado à população por diversos tipos de terminologias como ONGs, fundações, associações, organizações sociais de interesse público.

Além disso, o Estado passa a organizar legislações específicas para esse campo. Como exemplo, e onde recaem os objetivos desse trabalho, tem-se a Lei nº 9790/99 que institui a qualificação de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público- OSCIP por meio de um *termo de parceria* com os governos para instituições que atuem em áreas, como, de defesa de direitos, de proteção ao meio ambiente e meios alternativos de acesso ao crédito (SIMÕES, 2009). Essa nova modalidade de organização é apresentada pelos defensores do tema como um instrumento que veio fortalecer a sociedade civil, aumentar o capital social do país, criando condições para a expansão do terceiro setor expondo um novo desenho da sociedade contemporânea para além da relação entre Estado e Mercado em que o público aparece como não monopólio do Estado, sendo o terceiro setor apresentado como o campo de soluções inovadoras onde o olhar daquele não pode e nem deve penetrar (FERRAREZI; REZENDE, 2000).

Essas instituições que englobam o chamado terceiro setor têm sido referenciadas como possibilidade inovadora no que condiz a concessão de respostas à questão social. Por isso,

torna-se necessário compreender as características e a posição das políticas sociais frente a esse cenário, pois ela se constitui no âmbito do Estado e é definida por um “[...] conjunto de medidas e instituições que têm por objeto o bem-estar e os serviços sociais” (LAURELL, 2009, p. 155).

## **2. TERCEIRO SETOR E A ORGANIZAÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA, ESPÍRITO SANTO**

O processo de constituição dos direitos sociais brasileiros e, assim, do seu sistema de proteção social universal remete à década de 1980, num contexto que demonstra a ebulição dos movimentos sociais. Contudo, é necessário enfatizar o caráter contraditório desse momento: ao mesmo tempo em que os movimentos sociais conquistavam o reconhecimento de suas demandas com a constituição de 1988, temos o ápice de uma crise econômica que cada vez mais gerava instabilidade da vida social através da inflação, do desemprego e do aumento da pobreza.

Segundo Couto (2004)

O paradoxo está exatamente localizado na relação entre os avanços políticos sociais e as definições das diretrizes macroeconômicas que concebem as políticas sociais como consequência do funcionamento adequado da economia [...] (p. 140)

Lembramos aqui dos rebatimentos e das exigências do Consenso de Washington para o país como requisito para integrá-lo à lógica do capitalismo mundial, o que ocasionou um intenso processo de reconfiguração do Estado.

A trajetória dos anos 1990, todavia, não seguiu o ideário da Constituição, instaurando uma conjuntura de reformas, antes mesmo da implementação dos princípios constitucionais [...] [e] apesar de manter o conceito de seguridade social, medidas são tomadas que inviabilizam a clareza de suas proposições e sua efetivação prática (TEIXEIRA, 2007, p. 155).

Mesmo assim, conquistamos direitos sociais através da participação social no processo de construção da Constituição Cidadã, que aconteceu por meio de audiências públicas, sugestões elaboradas por entidades associativas, indicações de emendas populares, entre outras (COUTO, 2004). São eles: gratuidade do ensino público em todos os níveis; inclusão do seguro-desemprego como direito dos trabalhadores urbanos e rurais; direitos iguais para os trabalhadores urbanos, rurais e domésticos; acesso universal e equitativo à saúde, reconhecimento da assistência social como componente da seguridade social.

A efetividade desses direitos, conforme a Carta exigia, deveria ser garantida em regulações complementares, e, no caso da assistência social, cita-se a sua Lei Orgânica (LOAS) e a sua Política Nacional (PNAS).

Promulgada em 1993, a LOAS caracteriza a assistência social como

“[...] Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas” (BRASIL, 2009, p. 06)

Com esse aparato a

Definição da política de assistência social engloba diversos aspectos inovadores: a) a sua definição como política social; b) a definição de que é possível existir provisão social sem que, para isso, seja necessária a contribuição financeira de quem é demandatário da política; e c) o caráter universalizante, colocando-a no rol de integração com as demais políticas sociais e principalmente econômicas (COUTO, 2004, p. 167).

Tem-se, então, estruturada sob essa política uma oferta de bens e serviços sociais destinadas a uma classe social como resultado do processo de lutas sociais na conquista de suas demandas pelo Estado, o qual busca “[...] fornecer um fluxo de bens e serviços necessários à sobrevivência dos subalternos, busca reforçar sua capacidade de impor à sociedade como um todo os interesses políticos e sociais das classes hegemônicas” (YAZBEK, 2003, p.42).

Com essa compreensão os serviços assistenciais podem assumir a seguintes dimensões: o atendimento concreto e imediato de uma necessidade material do indivíduo e o encobrimento da dívida social que o Estado possui para com a população. “Mas, por outro lado, na lógica do capital, representa a única forma de acesso a bens e serviços a que tem direito (SPOSATI et al., 2003, p. 69)

Logo, a assistência social pode assumir tanto o caráter imediatista, quanto mediatista, pois o complemento *social* vem para traduzir uma direção política e ideológica da assistência em que “o social não significa a benesse da sociedade em promover a assistência. É social por dizer respeito a uma forma de se constituir em sociedade, nas relações sociais” (SPOSATI et al., 2003, p. 64).

A partir dessa visão, então, apresentamos a análise de nosso objeto de estudo, compreendendo que os serviços sociais traduzem não só uma resposta emergencial em forma material, por eles também perpassa o processo histórico de constituição da sociedade no sistema capitalista, o que inclui a necessidade de colocá-los dentro de um movimento de superação ou continuação das condições sociais vigentes.

## 2.2 O caminho que percorremos

Na delimitação do nosso objeto de pesquisa, optamos por estudar as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) pelo fato de serem respaldadas por uma legislação específica criada em 1999, que objetiva impulsionar o crescimento de terceiro setor sob essa

modalidade de qualificação. A escolha do município de Vitória no estado do Espírito Santo se deu porque naquele está localizada 40% de todas as OSCIPs desse estado, qualificadas pelo Ministério da Justiça (MJ).

Nosso recorte partiu dos Relatórios de Prestação de Contas divulgado pelo MJ através do portal eletrônico na página do Cadastro Nacional de Entidades de Utilidade Pública (CNEs), neles estão contidas várias informações, e, por isso, delimitamos aquelas que julgamos poder contribuir no alcance dos nossos objetivos.

Num primeiro momento, buscamos levantar quais OSCIPs tinham seus relatórios divulgados com a finalidade traçar nosso campo de análise, e, assim, constatamos que: das 94 organizações do município de Vitória/ES, apenas 39 realizaram ou tiveram sua prestação de contas divulgada pelo Ministério nos últimos cinco anos. Nossa pesquisa recaí sob o ano de 2010 por ser o mais expressivo, corresponde a 38% (ou, 15 relatórios) de todos os relatórios já divulgados.

Utilizamos nesse trabalho algumas citações diretas das informações contidas na fonte pesquisada. Com o intuito de respeitar a integridade de cada organização, de forma que nossa análise não recaísse em críticas a uma ou outra OSCIP, estas foram numeradas de forma aleatória.

### 2.3 Os serviços sociais prestados pelas OSCIPs no município de Vitória/ES

Os resultados dessa pesquisa apontam que de forma geral, os serviços ofertados pelas OCIPS são: oferta de crédito, realização de feiras ambientais, exames de mamografia, cursos de capacitação de empresas, cursos profissionalizantes, atendimento odontológicos, acompanhamento de pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS), capacitação de instituições para o relacionamento com pessoas carentes, construção de bicicletários em terminais de ônibus, financiamento e acompanhamento de projetos sociais, discussões sobre questões climáticas, abrigo para moradores de rua, curso preparatório para o vestibular, seleção de estagiários para instituições públicas, cursos de informática básica e atividades disciplinadoras. São direcionados prioritariamente às comunidades locais, crianças e adolescentes, estudantes e famílias.

Observa-se, assim, a presença de ações de caráter generalista, imediatistas e pontuais, voltadas tanto para públicos específicos, quanto para públicos muito amplos. Vê-se ainda, que por essa multiplicidade de organizações e seus projetos perde-se o padrão de serviços direcionados a garantia dos direitos sociais, é como se cada OSCIP atuasse sob uma necessidade e esta seria suprida por esse tipo de serviço.

Na execução dos mesmos, algumas OSCIPs apresentam articulações com outras instituições demonstrando que essa é uma forma de aproveitar os recursos de diversas fontes para o desenvolvimento de atividades inovadoras. A OSCIP 3, por exemplo, assim fala sobre seu surgimento

Nasceu do reconhecimento da importância das organizações da sociedade civil no processo de desenvolvimento sustentável, a mobilização em torno da cidadania, o aporte de recursos de diversas fontes, e o novo Marco legal do Terceiro Setor que vem estimulando a ampliação de iniciativas privadas com finalidade pública.

Ligando esse aspecto da parceria à principal fonte de recurso em cada OSCIP, verifica-se que a fonte predominante é pública, mas isso não significa que na execução dos serviços essa relação de parceria permaneça.

Podemos afirmar que a articulação de parceria entre Estado e as OSCIPs de Vitória não superou o aspecto de financiamento, já que 3 OSCIPs não realizaram nenhum tipo de parceria, 7 se articularam somente com entidades privadas ou outras organizações sociais e apenas 5 citam a realização de parcerias com algum órgão/ instituição pública.

Em linhas gerais, verificou-se que as parcerias tiveram o objetivo de divulgar os projetos, ceder recursos materiais para realização de eventos, campanhas e ações, como também participação em convênios.

Retomamos aqui a discussão da nova organização que as ONGs introduzem a partir da década de 1990, quando elas deixam de ser instrumento de manutenção dos movimentos sociais, para disputar parques recursos de instituições financiadoras e têm assim seus objetivos conduzidos aos dos financiadores. Para nós as características das parcerias das OSCIPs pesquisadas traduzem “[...] a descaracterização da ‘missão’ organizacional”, pois “o que deveria ser atividade auxiliar torna-se atividade central, tamanha a dependência dessas organizações por recursos externos” (MONTAÑO, 2005, p. 210).

A única OSCIP que superou o aspecto do financiamento das relações de parceria demonstrou ir além de ações imediatistas ao executar seu trabalho juntamente com a rede socioassistencial, envolvendo seu público em cursos profissionalizantes realizados pela Prefeitura Municipal de Vitória e em programas de proteção social especial como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI).

A aproximação do cotidiano da vida dos “invisíveis” e “excluídos”, como coloca a PNAS (BRASIL, 2005), possibilitou a compreensão do tipo e dos instrumentos da proteção social sob os quais deveria atuar. A articulação em rede foi fundamental para que essa OSCIP ampliasse o

atendimento ao público alvo de forma qualitativa contribuindo “[...] com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso a bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais [...]” (BRASIL, 2005, 33).

Isso reflete que se não houver a *parceria* na realização dos serviços sociais das entidades e organizações reconhecidas pela legislação desse campo, não se pode falar que a atuação dessas contribuem para efetivação da assistência social como direito de cidadania.

Uma questão levantada por essa pesquisa que merece destaque e até mesmo maiores investigações se refere ao número de beneficiários que não foram atendidos gratuitamente por essas organizações. Nos relatórios de algumas OSCIPs não encontramos a justificativa e a forma como essa não gratuidade acontece.

Pausamos aqui sob a hipótese de que esses serviços também incorporam a lógica da contrapartida, a lógica da remercantilização das políticas sociais num sentido além do que Castel (2009) apresenta, o qual envolve assumir somente a lógica de mercado, para uma lógica na qual são efetivamente vendidos e para uma população com renda mensal de até meio salário mínimo. Assim podemos afirmar, pois o questionário de inserção social que integra o relatório de prestação de contas indaga se as atividades da organização social atingiram a população de baixa renda, no caso até meio salário mínimo mensal, e 12 OSCIPs afirmaram essa questão.

Baseados nas reflexões de Montañó (2005), “[...] nossa convicção fica mais clara e fortalecida: o chamado ‘terceiro setor’, mesmo que de forma encoberta e indiretamente, *não está à margem da lógica do capital e do lucro privado* [...]” (p. 157).

Ao somarmos os beneficiários dos projetos realizados no ano de 2010, mostra-se aparentemente como significativo os resultados das OSCIPs 2, 9, 13 e 14 (ver tabela a seguir). Contudo, esses números se referem ao público visitante de feiras ambientais, ao número de pessoas que poderiam se beneficiar da construção de um bicicletário, ao quantitativo de registros de livros emprestados e à contabilização dos acessos a rede de informática.

Caso o dado seja apresentado puramente, em muito vai impressionar e superar os atendimentos da rede pública de assistência social, por exemplo, o Programa de Atenção Integral à Família (PAIF) da proteção básica executado pela Prefeitura Municipal de Vitória, no ano de 2010 realizou 34.756 atendimentos<sup>106</sup>.

Tabela 1 – Beneficiários dos serviços das OSCIPs no ano de 2010

---

<sup>106</sup> Disponível em: <[http://legado.vitoria.es.gov.br/regionais/dados\\_area/asocial/basica/cras\\_001.asp](http://legado.vitoria.es.gov.br/regionais/dados_area/asocial/basica/cras_001.asp)>. Acesso em: 25 nov. 2011.

<b>Beneficiários</b>			
<b>Gratuitos</b>		<b>Não Gratuitos</b>	
OSCIP 1	--	OSCIP 1	349
OSCIP 2	250.000	OSCIP 2	--
OSCIP 3	1.082	OSCIP 3	--
OSCIP 4	710	OSCIP 4	--
OSCIP 5	800	OSCIP 5	--
OSCIP 6	--	OSCIP 6	--
OSCIP 7	9	OSCIP 7	34
OSCIP 8	--	OSCIP 8	3
OSCIP 9	85.033	OSCIP 9	5.000
OSCIP 10	1.732	OSCIP 10	--
OSCIP 11	2.100	OSCIP 11	--
OSCIP 12	400	OSCIP 12	--
OSCIP 13	89.926	OSCIP 13	--
OSCIP 14	158.269	OSCIP 14	--
OSCIP15	2.241	OSCIP15	--
<b>TOTAL: 592.302</b>		<b>TOTAL: 5.386</b>	

Fonte: Ministério da Justiça, ano 2011.

Para Couto (2004)

Todas essas ações estão voltadas para o desenho da política residual, deslocada do contexto econômico e de trabalhos pautados pela racionalidade técnica ou legal, com o objetivo de mascarar seu papel na seara do atendimento às necessidades humanas e sociais (p. 164).

Como reflexo das situações apontadas anteriormente, colocamos a superficialidade do contato e da experiência com os usuários desses serviços na realização e divulgação de pesquisas. As 5 OSCIPs que afirmaram essa ação a fizeram por relatórios de indicadores, divulgação de resultados, sistematização de questionários os quais envolviam a questão da avaliação voltada para mensuração dos resultados, e não para a vigilância social, concebida pela PNAS (BRASIL, 2005) como

[...] produção, sistematização de informações, indicadores e índices territorializados das situações de vulnerabilidade e risco pessoal e social que incidem sobre famílias/pessoas nos diferentes ciclos da vida [...] (p. 39).

Também vemos como fator dessa ausência de produção fundamentada no questionamento e na apreensão das necessidades sociais do público alvo a utilização de instrumentos superficiais de avaliação dos serviços prestados. Em 7 organizações essa avaliação não envolveu os beneficiários dos serviços e as que realizaram utilizaram-se de critérios quantitativos, por exemplo, a porcentagem que avaliaram os serviços como ótimo, bom, regular ou ruim.

Dessa forma, indagamos: sem mergulhar nas necessidades sociais com que propriedade essas organizações podem em *parceria* com a política de assistência social atuar na consolidação dos

direitos sociais, na disputa da política social voltada para garantir a estabilidade econômica e social da população excluída do processo produtivo.

O terceiro setor, como colocam os defensores do tema, assumindo o papel da sociedade civil deveria reconhecer que esta é uma esfera que faz parte do Estado e, sendo este disputado por classes antagônicas, aquela não é homogênea, é “[...] atravessada pelos interesses e tensões que fazem parte de uma sociedade cindida [...]” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 183).

### 3- Conclusão

A problematização do nosso objeto de estudo indica que predominantemente os serviços sociais prestados pelas OSCIPs de Vitória no ano de 2010 de maneira incipiente e precária vão ao encontro do modelo de proteção social básica, não porque o público dessas instituições não demande outro nível de proteção social, e sim porque o caráter superficial daqueles serviços não coloca a organização social próxima da realidade da vida dos seus usuários.

Claramente foram negados os seguintes princípios da LOAS (BRASIL, 2009): supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica e a universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas.

Conseqüentemente, essa posição coloca as organizações pesquisadas em *paralelo* à assistência social e em *parceria* a lógica da política social imposta pelo projeto neoliberal, de forma que aqueles serviços foram executados a partir de um Estado “reformado” por este projeto nos quais os serviços sociais são “[...] otimizados mediante menor utilização de recursos, com ênfase nos resultados, de forma mais flexível e orientados para o cliente-cidadão [...]” (BRASIL, 1997, p. 13).

Os serviços sociais dessas OSCIPs se dirigem então à esfera da

[...] administração gerencial [...] [sendo] mais um caminho para a privatização pela via da terceirização de serviços, abrindo espaço para a mercantilização e a quebra do princípio de universalidade [...] (BEHRING, 2008, p. 171).

Logo,

A privatização é o elemento articulador dessas estratégias, que atende ao objetivo econômico de abrir todas as atividades econômicas *rentáveis* aos investimentos privados, com o intuito de ampliar os âmbitos de acumulação, e ao objetivo político-ideológico de remercantilizar o bem estar-social (LAURELL, 2009, p. 167).

Isso assim ocorre por uma visão homogeneizada da realidade social que nega a crítica de um modelo de sociedade que se constitui e se fortalece pela desigualdade entre classes sociais. A política social como âmbito da disputa de classes e instrumento mediador da mesma, como instrumento voltado para responder as expressões resultantes dessa relação desigual, passa no contexto neoliberal a ser apropriada pelo discurso do terceiro setor a se definir de forma reducionista.

A tão propagada *inovação* daquele setor, na verdade, supõe,

[...] que políticas públicas de natureza coletiva, universal, são formas anacrônicas e ineficazes de lidar com a questão social [...] [em que] inovadoras são as estratégias que se dirigem a indivíduos, a pequenos grupos, a segmentos específicos da população pobre [...] [onde] a inclusão significa entrar no mercado de trabalho (VIANNA, 2008, p. 148).

Vê-se por tudo isso que os serviços sociais prestados pelas OSCIPs de Vitória se colocam de forma *paralela* à efetivação da assistência social como campo dos direitos sociais voltado para superar a inferioridade histórica dessa política.

## REFERENCIAS

ANDRADE, Renato Almeida de. **O enfrentamento da questão social e o terceiro setor: o serviço social e suas condições de trabalho nas ONGs.** Vila Velha, ES: Univila, 2006.

BEHRING, Elaine Rossetti. Acumulação Capitalista, Fundo Público e Política Social. In: Ivanete Boschetti; Elaine Rossetti Behring; Silvana Mara de Moraes dos Santos; Regina Célia Tamasso Miotto. (Org.). **Política Social no Capitalismo : tendências contemporâneas.** 1 ed. São Paulo: Cortez editora, 2008, v. 1, p. 44-63.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história.** 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011. (Biblioteca Básica de Serviço Social; v. 2).

BRASIL. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado / Secretaria da Reforma do Estado Organizações sociais. /Secretaria da Reforma do Estado. Brasília: Ministério da Administração e Reforma do Estado, 1997. 74 p. (**Cadernos MARE da reforma do estado; v. 2**).

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS.** Brasília: MDS, 2005, 175 p.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Loas anotada: Lei Orgânica de Assistência Social.** Brasília: MDS, 2009, 38 p.

CASTEL, Robert. Desestruturação do mundo do trabalho e suas implicações para a política social. Em: PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira et al. (Orgs.). **Política Social, trabalho e democracia em questão.** Brasília: Programa de Pós-Graduação em Política Social, p. 83-96, 2009.

COUTO, Berenice Rojas. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?**. São Paulo: Cortez, 2004.

IOSCHPE, Evelyn Berg (Org.). **3º Setor: Desenvolvimento Social Sustentado**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

FERRAREZI, Elisabete; REZENDE, Valeria. **OSCIP: Organização da Sociedade Civil de Interesse Público: A Lei 9.790/99 como alternativa para o Terceiro Setor**. Conselho da Comunidade Solidária, Ed. Takano, Brasília, 2002.

LAURELL, Asa Cristina. **Estado e políticas sociais no neoliberalismo**. 5. ed. - São Paulo: Cortez, 2009.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. 3. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2005.

PEREIRA, Tatiana Dahmer. **O não-governamental em questão: um estudo sobre o universo ABONG**. Rio de Janeiro: FASE, 2003.

SIMÕES, Carlos. **Curso de direito do serviço social**. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2009. – (Biblioteca Básica de Serviço Social; v. 3).

SPOSATI, Aldaiza de Oliveira... [et. all]. **Assistência Social na trajetória das políticas sociais brasileiras – uma questão em análise**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2003

TEIXEIRA, S. M. . Descentralização e participação social: o novo desenho das políticas sociais. **Revista Katalysis**, v. 10, p. 154-168, 2007.

VIANNA, M. L. T. W. A nova política social no Brasil: uma prática acima de qualquer suspeita teórica?. **Praia Vermelha** (UFRJ), v. 18, p. 120-145, 2008.

VITÓRIA. **Prefeitura Municipal de Vitória**. Disponível em: <[http://legado.vitoria.es.gov.br/regionais/dados\\_area/asocial/basica/cras\\_001.asp](http://legado.vitoria.es.gov.br/regionais/dados_area/asocial/basica/cras_001.asp)>. Acesso em: 25 nov. 2011.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. 4. ed São Paulo: Cortez, 2003.

## **ARTIGO 2: GRUPOS REFLEXIVOS DE APRENDIZAGEM COM EDUCADORES SOCIAIS**

Adnéia Silva Santos Gomes<sup>107</sup>  
Andréa Souza Guignoni<sup>108</sup>  
Isabela de Azevedo Nunes<sup>109</sup>

<sup>107</sup>Enfermeira, Especialista em Saúde e Intervenção Psicossocial no Campo das Políticas Públicas, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Alegre. Prefeitura Municipal de Vitória/ ADRA. Secretaria de Assistência Social, Gerência de Proteção Social Especial de Alta Complexidade.

<sup>108</sup>Assistente Social, Especialista em Atenção Integral à Família, Universidade Veiga de Almeida, RJ. Prefeitura Municipal de Vitória/ ADRA, Secretaria de Assistência Social, Gerência de Proteção Social Especial de Alta Complexidade.

<sup>109</sup>Assistente Social, MBA em Gestão Estratégica de Pessoas, Universidade de Vila Velha. Prefeitura Municipal de Vitória/ Fundação Fé e Alegria do Brasil. Secretaria de Assistência Social. Gerência de Proteção Social Especial de Alta Complexidade.

Jeane Ferreira de Andrade Ribeiro<sup>110</sup>  
Márcio Anderson Martins<sup>111</sup>  
Jamile de Souza Andrade Loureiro (colaboradora)<sup>112</sup>

## RESUMO

Este artigo aborda a dinâmica de trabalho dos educadores sociais, atuantes na Proteção Social Especial de Alta Complexidade, seu cotidiano de trabalho com adulto, crianças e adolescentes em situação de rua. Trata-se do resultado de proposta de trabalho em grupos, intitulada Grupos Reflexivos de Aprendizagem com Educadores Sociais, desenvolvido pela Secretaria Municipal de Assistência Social/ Vitória (ES). A metodologia em grupos reflexivos com atividades lúdicas foi utilizada para a verificação da relação das dificuldades nas práticas no trabalho, assim como, promover um espaço de escuta e fala na identificação do prazer ou sofrimento no trabalho, para a partir de então propor, junto aos educadores, medidas para o enfrentamento do cotidiano no trabalho. Verificou-se que os educadores encontram-se por vezes afligidos pela ação de vida do público atendido e pelas dificuldades de conhecimento nas práticas laborais, fatores que interferem na construção coletiva de superação das dificuldades encontradas. Percebe-se nos educadores, prazer no que fazem, porém, manifestam o desejo de algumas mudanças. É possível afirmar a importância da manutenção de um espaço lúdico, de discussão junto aos educadores, a qualificação do seu trabalho e construção de relações interpessoais baseadas na confiança e cooperação. Pensando no Educador como um agente mediador dos direitos sociais, como trabalhador do SUAS, propõe-se uma ação com o intuito de potencializar a formação permanente deste agente público, por meio de um grupo reflexivo de aprendizagem.

**Palavras-chaves:** Trabalhador Social. Gestão do trabalho. Educação permanente.

## INTRODUÇÃO

Os Abrigos, como coloca Gulassa et al (2010), “precisam desenvolver um projeto que torne seu caminho possível de ser conscientemente conduzido”, precisam ter ambientes e profissionais adequados. O Abrigo é posto como projeto político-pedagógico que anunciará a qualidade do trabalho. Neste sentido, é interessante notar a magnitude do papel dos Educadores Sociais, bem

---

110Pedagoga, Pós-graduanda em Gestão de Políticas Sociais Públicas e Privadas, Faculdade Salesiana de Vitória. Prefeitura Municipal de Vitória/ Fundação Fé e Alegria do Brasil, Secretaria de Assistência Social, Gerência de Proteção Social Especial de Alta Complexidade.

111Assistente Social, Universidade Federal do Espírito Santo. Prefeitura Municipal de Vitória/ Fundação Fé e Alegria do Brasil. Secretaria de Assistência Social. Gerência de Proteção Social Especial de Alta Complexidade. Artista/ Ator. DRT 492.

<sup>112</sup>Enquanto Estagiária de Serviço Social da Prefeitura Municipal de Vitória, colaborou no início do Projeto, antes das alterações realizadas para o desenvolvimento deste trabalho. EMESCAM – Escola Superior de Ciências de Santa Casa de Misericórdia.

como dos Abrigos na visão da autora, pois refere que os Abrigos precisam de Educadores preparados, de uma estrutura afetiva sólida e de uma metodologia para lidar com as especificidades da sua população.

A citada autora permanece apresentando que a experiência do Abrigo precisa ser clara e compreensível, pois é isso que profissionaliza, atitudes como a naturalidade e espontaneidade e afetos são permitidos, todavia, não se pode perder de vista os aspectos técnico-científicos, estes se entrecruzam. Constroem-se parâmetros para se explicar o que se faz e como se faz. Para melhor compreender, o Educador precisa estar em constante reflexão, percebendo seus próprios sentimentos e emoções e relembrando o propósito de suas ações.

Ainda, como mostra Gulassa et al (2010), “o Abrigo vive muitas contradições, sendo necessário entendê-las para lidar com elas ou mesmo suportá-las”, pela contradição entre o espaço público e privado. O papel do Educador Social constitui-se num sistema de cuidados profissionais, tendo como condição que o profissional seja afetivo, sendo que este afeto não deve estimular a dependência do público atendido e sim a autonomia dos mesmos.

Percorrendo neste viés, surge a importância da formação, como um processo que seja constante e contínuo, levando em conta que no processo de formação os Educadores não são “vazios”, cada um abarca história cheia de conhecimento, que agrega e compõe o seu papel profissional, tendo que ter a capacidade de lidar com o sofrimento. Neste momento, faz-se necessário um espaço para dividir angústias, distanciar-se do cotidiano e das próprias emoções, visando um olhar reflexivo sobre o próprio trabalho, com ações consistentes e bem planejadas. Por esses motivos, ao discorrer na magnitude dos Abrigos e do papel do Educador, pensa-se nos grupos reflexivos de aprendizagem com Educadores Sociais, no sentido de propiciar conhecimento entre saberes e práticas na atuação, para o enfrentamento de situações adversas no cotidiano de trabalho.

## **1 PERSPECTIVAS RUMO A EDUCAÇÃO PERMANENTE DE EDUCADORES SOCIAIS POR MEIO DE GRUPOS REFLEXIVOS**

A Proteção Social Especial opera por meio de ofertas de serviços especiais de referência para pessoas com deficiência, abandono, vítimas de negligência, abusos, e diversas formas de violência, em situação de riscos circunstanciais, em decorrência de calamidades públicas e emergências.

O Educador Social desenvolve atividades de diversas ordens, como a atenção aos usuários que fazem uso de álcool e outras drogas, com seu processo de recaídas e recidivas, frustrações, perdas e angústias, e a dificuldade em lidar com princípios e normas necessárias ao processo de convivência.

Para falar dos trabalhadores que atendem adultos, crianças e adolescentes, população em situação de rua (PSR), faz-se necessária a contextualização social da relação entre esses sujeitos. Alguns usuários, ao serem acolhidos, necessitam de cuidados específicos que não dispensam o auxílio do Educador, colocando-os em risco biológico e físico.

Existe também a atenção aos idosos, ao transtorno mental, às pessoas vitimizadas desde a infância, num processo de exclusão social, imperando a vulnerabilidade do abandono familiar, a exclusão pela deficiência mental, a violência e suas interfaces. Assim, processos tais constroem o enfraquecimento do vínculo familiar e comunitário, levando esses sujeitos à desfiliação (CASTEL, 1997).

Corroborando, Graciani (1997) afirma que o trabalho do Educador Social sempre ordenou reflexão e debate. A ação dos Educadores necessita de sustentação teórica-prática, destacando que o Educador foi formado nos movimentos sociais e sua participação foi relevante na defesa dos direitos da infância e adolescência no final dos anos de 1980.

Desta forma, Bottega e Merlo (2010) contribuem, referindo que o Educador deve estar em constante formação e transformação, pelo contato com a dinâmica das relações sociais em que vive, quer seja nas ruas ou nos abrigos, de certa forma tem um compromisso com a militância social e política. Mostram ainda que, ao mesmo tempo, “tem sua prática atrelada às instituições, também marcadas por um histórico de disciplina e de enquadramento da população de rua. Muitos dos serviços em que atuam foram montados com caráter paliativo, não tratando o enfrentamento à pobreza”.

No entanto, vale destacar, que a Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2005), realiza-se de forma integrada com outras políticas (saúde, educação, habitação), visando à garantia dos mínimos sociais e à universalização dos direitos. Como integrante da Seguridade Social, a Assistência Social apresenta um caráter de política de Proteção Social, responsável por garantir direitos como: segurança, de sobrevivência, de acolhida, de convívio e vivência familiar. Seu público é constituído por cidadãos e grupos que se encontram em vulnerabilidade e risco.

Salientando que a qualidade nos serviços está diretamente ligada com a forma e as condições com que são tratados os seus trabalhadores. O aprimoramento do Sistema Único de Assistência

Social e a qualificação dos serviços somente serão possíveis com a valorização e a qualificação de seus trabalhadores, que prestam serviços de caráter público e continuado.

Neste caso, o Programa Nacional Capacita SUAS, compreendem ações integradas e complementares com objetivos de qualificar, incentivar e melhorar os benefícios socioassistenciais, na perspectiva de contribuir com o aprimoramento da gestão do SUAS, visando estabelecer patamares formativos, progressivos para trabalhadores do SUAS. Não podendo deixar de elencar a necessidade de espaços de discussão dos educadores sociais.

Se os trabalhadores não possuem espaço de discussão para falarem sobre o seu trabalho, se não são reconhecidos como sujeitos que podem intervir na organização das práticas laborais, são levados a um embotamento pessoal. Esse embotamento é traduzido pelo silêncio, pois, na prática, não há o que dizer. Eles desacreditam da sua potência como transformadores das adversidades sofridas e vividas. São levados a acreditar que seu sofrimento é da ordem do individual e, portanto, não tem espaço na esfera pública, não conseguindo compartilhar, com outros trabalhadores, os sentimentos semelhantes (BOTTEGA E MERLO, 2010).

É importante que se tenha uma preocupação com a formação integral do Educador que, em sua prática educativa, conforme Graciane (1997), “sofre desgaste de todas as ordens, sociais, mentais e físicas, pela angústia, impotência, insegurança e integridade para si e para o avanço dos trabalhos”.

### 1.1 A PROPOSTA DO GRUPO REFLEXIVO

Em observância ao que preconiza a Norma Operacional Básica (NOB/RH/SUAS), a Gerência de Proteção Social Especial de Alta Complexidade apresenta proposta de trabalho com os educadores sociais dos espaços de acolhimento institucional da Secretaria de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Vitória.

A presente proposta tem como fundamentação trazer reflexões das práticas profissionais por meio de trabalhos em grupo de forma descontraída, utilizando linguagem lúdica e interativa, objetivando mudança de paradigma e aprendizado.

O trabalho em grupo permite exercício democrático, possibilitando na escuta refletir a partir de suas vivências bem como, a vivência de outros componentes do grupo. Georges Lapassade (1989), conceitua grupo como sendo “[...] um conjunto de pessoas em relação umas com as outras e que se uniram por diversas razões: a vida familiar, uma atividade cultural ou profissional, política ou esportiva, a amizade ou a religião [...]

No que se refere ao trabalho do grupo reflexivo Agostinho Minicucci diz:

As reuniões nos permitem:

- a) Trocar nossas idéias e experiências com os outros membros do grupo;
- b) Participar ativamente na vida de nosso grupo;
- c) Comprometer-nos pessoalmente com os resultados de decisões tomadas em equipe;
- d) Assumirmos o meio em que estamos inseridos para uma formação coletiva e uma vida democrática. (1992 p. 22)

Pouco se fala sobre Educação Permanente no SUAS, mas esta idéia de Formação Continuada ou Permanente é muito antiga, o homem sempre se preocupou com sua formação e em atender às demandas trazidas pela sociedade. Desde que o homem é homem, a necessidade de buscar o conhecimento é característica de cada ser humano.

Desta forma, a Educação Continuada também foi pensada nos Grupos de Reflexão de Aprendizagem, iniciado em agosto do corrente ano, por meio da Equipe ora apresentada neste artigo, também em consonância com as Orientações Técnicas do Serviço de Acolhimento Institucional, como uma das formas de mudança e transformação no espaço de trabalho dos profissionais da Alta Complexidade no Município de Vitória/ES.

A Educação Permanente, visando melhor qualificação, é uma demanda não só dos gestores da Alta Complexidade, mas principalmente dos Educadores Sociais, representando o dito popular de que “nunca é tarde demais para se aprender”, pois a Educação Permanente faz parte da nossa vida, possibilitando ainda mais valor quando se faz de forma criativa, significativa e prazerosa como foi o I Encontro em Grupos Reflexivos de Aprendizagem – via Secretaria Municipal de Assistência Social de Vitória-ES, avaliado pelos próprios participantes.

Pensou-se na formação como meio também de recuperar nas obras de Paulo Freire o conceito de reflexão, contribuindo assim para as Formações Contínuas. Também foi idealizado um Projeto construído, participativo e não dado. Muito se busca para que os encontros e o processo de Formação com os Educadores Sociais promovam a articulação entre teoria e prática. Concluindo sobre esta importância - teoria e prática - Paulo Freire (1999) destaca que “a teoria sem a prática vira 'verbalismo', assim como a prática sem teoria, vira ativismo. No entanto, quando se une a prática com a teoria tem-se a práxis, a ação criadora e modificadora da realidade”.

## 1.2 OBJETIVOS E METAS

### 1.2.1 Objetivo geral

- Oferecer atendimento em grupo reflexivo aos educadores sociais dos espaços de acolhimento institucional da Secretaria Municipal de Assistência Social de Vitória/ES.

### 1.2.2 Objetivos específicos

- Prestar atendimento em grupo aos educadores sociais da Gerência de Proteção Social Especial de Alta Complexidade;
- Acompanhar sistematicamente aos grupos reflexivos;
- Possibilitar através dos grupos reflexivos o entendimento das suas questões discutidas em grupo, bem como, conhecimento e aprendizado;
- Articular com os demais profissionais os estudos de casos;
- Propiciar espaço de escuta, garantindo momento de fala aos educadores sociais.

Na compreensão do autor Agostinho Minicucci (1992) ”o tamanho do grupo é um fator que contribui à intimidação e ao caráter cerimonioso do grupo. É muito difícil conseguir um bom debate ou discussão com mais de doze elementos”.

Para tanto a proposta inicial é de trabalhos em grupo com no máximo vinte participantes e três facilitadores, sendo estes de acordo com o tema e solicitação dos componentes do grupo.

Entendemos que o grupo não é fechado, porém, a cada formação de vinte participantes será organizado outro grupo. Vale destacar que,

é importante que o grupo de trabalho seja suficientemente reduzido para permitir, a cada um dos seus membros, participar verbalmente nas atividades do grupo. O crescimento do grupo interfere na plena participação dos elementos. (MINICUCCI, 1992 p. 25)

### 1.3 METODOLOGIA

O facilitador do grupo reflexivo pautará a dinâmica do processo grupal em um contexto democrático onde prevalecerão os interesses dos participantes, tendo sempre em vistas os objetivos pré determinados neste projeto. Segundo Georges Lapassade (1989) “para os psicossociólogos, intervenção significa ação numa organização social, a pedido dessa organização, para facilitar certas mudanças.”.

De acordo com Agostinho Minicucci,

Acredita-se que os seguintes suportes são fundamentais para uma confiança no processo de grupo democrático:

1.<sup>a</sup>) Os grupos de pessoas comuns tem, dentro do alcance de suas capacidades, a faculdade de:

- a) reconhecer, definir e resolver seus problemas comuns;
- b) satisfazer suas necessidades comuns;
- c) trabalhar conjuntamente (1992, p. 20).

### 1.3.1 Funcionamento

O ambiente/espço físico deve ser preparado onde se possibilite a participação de todos, sendo confortável e sigiloso, de acordo com Minicucci (1992) “[...] é conveniente, para o fim a que se visa, que os móveis sejam dispostos de maneira irregular ou flexível de mudança”. Sendo assim, devem ser

empregadas na forma e no ambiente adequado, as técnicas têm o poder de ativar o potencial e as motivações individuais, de estimular os elementos dinâmicos internos e externos e de mover o grupo a atingir as suas metas (MINICUCCI, 1992, p. 33).

Nos primeiros encontros deverão ser elaboradas pelos membros dos grupos reflexivos as regras de convivência/regimento, sendo estas passíveis de avaliação/mudança toda vez que solicitado pelo grupo.

A metodologia, técnicas e o funcionamento deverão ser aplicados pelo responsável da dinâmica do grupo conforme característica do grupo: “você deve perceber que as técnicas não são formais e organizadas rigidamente. Você deve, sempre que possível, adaptá-la às exigências da situação” (MINICUCCI, 1992, p. 33).

A proposta inicial é que o grupo se encontre uma vez por mês, tenha duração de quatro horas, podendo ser mudada de acordo com a necessidade da atividade, aceitação e avaliação do grupo.

### 1.3.2 Divisão dos grupos

Foi constatado que os espaços de acolhimento institucional da Gerência de Proteção Social Especial de Alta Complexidade contam com 112 (cento e doze) educadores sociais, sendo 38 (trinta e oito) nos espaços de atendimento ao público adulto e 74 (setenta e quatro) ao público criança e adolescente.

A divisão dos grupos será a partir dos interesses em comum, haja vista vivência, disponibilidade de dia e horário. De acordo com Zimmerman (1997) “todos os integrantes do grupo estão reunidos, face a face, em torno de uma tarefa e objetivo comuns ao interesses deles”.

- Grupo 01 – segunda-feira, turno vespertino
- Grupo 02 – terça-feira, turno matutino
- Grupo 03 – quarta-feira, turno noturno
- Grupo 04 – quinta-feira, turno vespertino

- Grupo 05 – sexta-feira, turno vespertino
- Grupo 06 – sábado, turno vespertino

### **1.3.3 Ambientação/ espaço físico**

O espaço físico deverá privilegiar o bem estar dos componentes, sendo este um ambiente acolhedor, confortável e respeitoso entre os participantes. Segundo Minicucci (1992) “[...] o ambiente é cômodo e acolhedor, e as pessoas se tratam de maneira cordial, o grupo terá prazer em falar sobre um tema de sua própria escolha”.

A informalidade é cabível na aproximação das pessoas, porém deve ser considerada em relação à utilização desta. De acordo com Minicucci (1992) “a informalidade em grupo não pode chegar ao ponto de prejudicar a produtividade”.

Em conformidade com o autor, acredita-se que “um ambiente físico é ótimo quando é um produto derivado do ambiente psicológico, que leva à motivação e conduz os membros do grupo a sentirem afeto entre si” (MINICUCCI, 1992, p. 26).

O espaço de atendimento do grupo não se restringe apenas as instalações em ambiente fechado, de acordo com a finalidade e expressão do grupo caberá em alguns momentos atividades externa, como: passeios, visitas institucionais, atividades físicas externas, dentre outras. Minicucci (1992) apresenta que “quando se trata de estabelecer um ambiente físico efetivo para o grupo é importante lembrar que ele deve estar de acordo com as suas finalidades”.

### **1.3.4 Planejamento do primeiro encontro**

Facilitador: Márcio Anderson Martins.

Local: Escola de Arte FAFI e Escola de Governo de Vitória. (de acordo com disponibilidade de dia e horário).

Duração: 04 horas.

Material: Aparelho de som, canetas, papéis, papel cenário, lanche.

Obs.: Os participantes deverão com roupas confortáveis que propicie mobilidade.

1º Momento

Acolhimento dos educadores sociais e apresentação da equipe de facilitadores.

2º Momento

Exercícios, de forma descontraída, utilizando linguagem lúdica, buscando a participação de todos. Duração de 02 (duas) horas.

### 3º Momento

Lanche: Aproveitar este momento para integração dos componentes dos grupos.

### 4º Momento

Apresentar proposta deste projeto aos participantes do grupo, bem como falar de regras de convivência no grupo e marcar o processo democrático no trabalho dos grupos. Duração de uma hora.

### 5º Momento

Provocação de falas sobre as relações e como se sentem nos espaços laborais, expor o que incomoda, proposta de temas para os próximos encontros, etc. Duração de uma hora.

### 6º Momento

Avaliação do dia. Momento de fala dos participantes onde avaliaram o encontro.

## 1.4 AVALIAÇÃO

Todo processo necessita de avaliação, a proposta é que o grupo reflexivo realize avaliações periódicas pelos componentes. A periodicidade será conforme estabelecido pelo grupo, com total abertura de mudança dentro do próprio projeto, para atender as necessidades que se apresentam no cotidiano de trabalho.

O processo avaliativo inicialmente partirá do princípio proposto pelo autor citado abaixo,

Pontos a reter quando se estudam os fins:

1. O animador deve dispor de tempo para reexaminar se são realizáveis e estão bem de acordo com o programa.
2. Determiná-lo em função das necessidades e objetivos do grupo.
3. Uma vez definidos, fazê-los examinar pelos outros membros do grupo.
4. Distinguir os fins imediatos, que deverão ser atingidos pelo programa, dos objetivos a longo prazo (para lá da duração do programa de reunião) .
5. Fazer um quadro claro e breve dos tipos de mudanças desejados e dos campos em que estas deverão ter lugar.
6. Discutir fins do programa com todos os responsáveis.
7. Para cada nova ordem do dia rever os seus fins, com os membros do grupo, para harmonizar os desejos da organização, do animador e daquele.
8. Prever o processo de controle que permitirá medir o grau de realização dos objetivos previstos.
9. Proceder a uma análise constante dos fins do programa, para verificar se não realizáveis e adaptá-los, se necessário.

10. Uma vez determinado, o programa pode ainda ser modificado, se se concluir que os fins eram demasiados, ambiciosos, não suficientemente convincentes ou pouco estimulantes. (MINICUCCI, 1992 p. 32 e 33)

#### 1.4.1 Avaliação do primeiro encontro: análise e discussão

A proposta para trabalho com Grupos Reflexivos com Educadores Sociais da Gerência de Proteção Sociais Especial de Alta Complexidade foi pautada, em um contexto democrático, prevalecendo os interesses dos Educadores. Esta proposta de intervenção surgiu no sentido de fomentar junto aos mesmos, medidas como a escuta, para que a partir de então os educadores pudessem discorrer quanto aos seus locais de trabalho, angústias frente as demandas diárias, reconhecer, definir os seus problemas comuns, frente as suas necessidades e a partir de então, atuar de forma conjunta. Assim, para avaliar a proposta inicial do grupo reflexivo, algumas considerações se fazem necessária, sendo estas divididas nos seguintes momentos:

**1º Momento** – Acolhimento dos participantes e apresentação dos facilitadores.



**2º Momento** – Com uma proposta de trabalho que desenvolvesse atividades lúdicas com os integrantes dos grupos, o facilitador utilizou-se de técnicas de expressão corporal e brincadeiras como pique-estátua, pular corda imaginária, mímicas e corrida sentada, para permitir maior integração entre os participantes.

A ludicidade é uma necessidade do ser humano em qualquer idade e não pode ser vista apenas como diversão. O desenvolvimento do aspecto lúdico facilita a aprendizagem, o desenvolvimento pessoal, social e cultural, colabora para uma boa saúde mental, prepara para um estado interior fértil, facilita os processos de socialização comunicação, expressão e construção do conhecimento (SANTOS, 1997).



Neste contexto, foi de grande surpresa para as pessoas quando adentraram as salas e se depararam com um encontro fora do modelo padrão com mesas, cadeiras, blocos de anotação e caneta. A dinâmica de grupo quebrou o clima formal dos encontros, possibilitando uma aproximação espontânea entre os participantes, deixando-os à vontade para interagirem dos momentos seguintes. No momento da avaliação puderam expor suas percepções dizendo:

“ Nunca esperei um encontro de capacitação com esta proposta”;  
“Fazia muito tempo que não me divertia assim”;  
“A gente não tem o costume de tirar um tempo para descontrair. Fica sempre em estado de alerta, com muitas atividades pra cumprir”.

A sugestão dos grupos é que em todos os encontros da capacitação fosse reservado um momento para atividades lúdicas.



**3º Momento** – O lanche. Quanto ao lanche não foi intenção da equipe organizadora avaliar, porém vários participantes fizeram menção do quanto este momento foi importante e bem preparado.

**4º Momento** – Apresentação das regras de convivência e marcar o processo democrático. Desde o início foi pensado pelos Facilitadores do Projeto que as regras de convivência/regimento poderiam ser passíveis de mudanças, toda vez que solicitado pelo grupo. Desta forma, no final de cada encontro possibilitamos um tempo, numa roda de conversa com os participantes, para

avaliarem o ambiente, a dinâmica, quantidade de pessoas, tempo de duração do encontro e intervalo e o lanche oferecido.



**5º Momento** – Provocação de falas sobre as percepções dos educadores em sua atuação o ambiente laboral, e propostas de temas para os próximos encontros. Os mesmos elencaram dificuldades de diversas ordens no cotidiano de trabalho.

**6º Momento** – Avaliação do dia: momento de fala dos participantes onde avaliaram o encontro.

Quanto ao ambiente/ espaço físico: Os locais escolhidos para os encontros foram a Escola de Governo de Vitória e na Escola de Teatro, Dança e Música-FAFI, sendo que dois encontros aconteceram na Escola de Governo e três encontros na FAFI. Quanto a satisfação do espaço, dos 110 participantes, 95% acharam satisfatório e local escolhido e 5% se sentiram prejudicados com o espaço da FAFI, como demonstra o grafico 1.

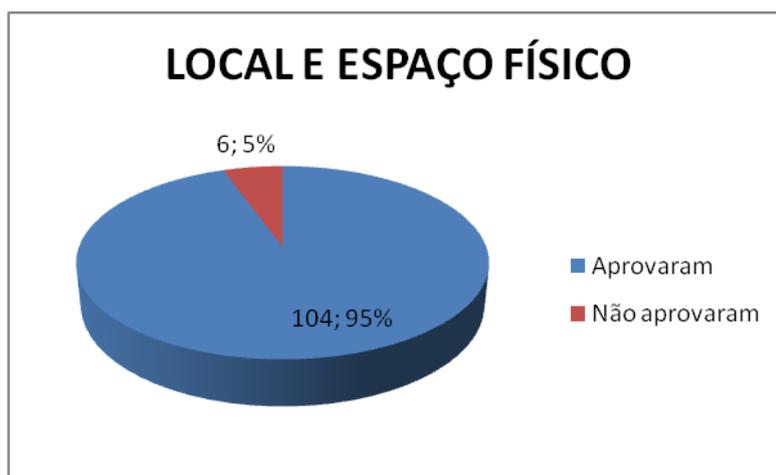


Figura - satisfação quanto os locais de encontro

Na avaliação houve recusa de novos encontros na FAFI pois alguns participantes, por questões de saúde, referiram que o local os prejudicava, conforme os fragmentos de fala:

“Não gostei do espaço, pois tenho problema de asma e esse cheiro de coisa velha me faz mal”;  
“Vocês poderiam pensar em espaços que não causem alergia”.

Quanto à Escola de Governo, a Equipe de Facilitadores avaliou como dificuldade as dinâmicas estarem ocorrendo concomitante a outros cursos ofertados no local, pois a todo tempo necessitávamos intervir quanto ao barulho e esta intervenção prejudicou o planejamento do facilitador.

Quanto ao tamanho do grupo, na compreensão de Agostinho Minucci (1992), o mesmo refere que o tamanho do grupo pode contribuir para a intimidação do trabalho e que o grupo seja suficientemente reduzido para permitir que seus membros participem das atividades propostas. Inicialmente o projeto foi pensado para atender no máximo 20 integrantes em cada grupo, todavia esta meta não foi cumprida, conforme demonstra a tabela 1.

GRUPOS	Nº DE PARTICIPANTES
01	27
02	21
03	23
04	34
05	29

A divisão dos grupos realizou a partir dos interesses em comum, haja vista vivência, disponibilidade de dia e horário dos educadores. Na proposta de Grupos Reflexivos, o número de participantes que excedeu o planejamento inicial de 20, não interferiu no processo de trabalho. De acordo com os integrantes dos grupos, foi avaliado que manter os mesmos grupos nos próximos encontros seria positivo. Aos mesmos foi perguntado, pelo facilitador, acerca da manutenção dos grupos:

“Gente, vocês acham que podemos manter o mesmo grupo, com a mesma quantidade de pessoas, ou vocês preferem que os grupos sejam refeitos?”

Em resposta, 95% dos participantes, optaram pela manutenção da formação dos grupos. Outro quesito avaliado foi à duração do encontro para o desenvolvimento das atividades propostas no encontro reflexivo. Houve boa aceitação quanto ao tempo por parte dos participantes. Na proposta de planejamento para este primeiro encontro, o tempo foi suficiente para atender todos os momentos, conforme sugerido no projeto.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A idéia do projeto na mente dos facilitadores seria de não termos projeto. Para fins didáticos, ter um projeto escrito era de suma importância, pois a partir daí teríamos a validação do mesmo,

assim o fizemos (em anexo). Queremos de antemão dizer como surgiu tal iniciativa. Frente algumas necessidades do cotidiano do trabalho dos educadores atuando com as especificidades do público atendido nos Abrigos, a SEMAS/GAC, junto aos coordenadores e facilitadores do projeto propõe ações no sentido de minimizar os impactos vivenciados no dia a dia do trabalho dos Educadores Sociais.

Posto então um dilema a ser vencido pelos facilitadores, de não propor junto aos educadores capacitações e capacitações em forma de normatizações, mais fazer emergir através do lúdico, das brincadeiras, atitudes ou postura reflexiva acerca do seu cotidiano de trabalho. Assim, deu-se início aos Grupos Reflexivos de Aprendizagem com Educadores Sociais.

Colocamos de forma coesa, que depois de termos vivenciado as trocas de experiências com os Grupos Reflexivos, podemos dizer que o dilema foi vencido. Quando proposto nos grupos a “liberar a criança que existe dentro de cada um”, sem medo de rir com os outros, se colocar frente aos outros, permitir idéias diferentes, não se preocupar com as expressões, permitir que os educadores colocassem suas idéias de diferentes formas no mesmo grupo, afirmamos ser este modelo para nós o de grupo democrático.

Finalmente, também descobrimos em nós um potencial criativo e demos asas a nossa imaginação junto com os Educadores Sociais. Frente às demandas elencadas que remete a Educação Permanente, podemos dizer da contribuição dos Grupos Reflexivos, no sentido de buscar respostas às demandas por eles apontadas, assim como, propiciar aos educadores conhecimentos e práticas para além do cotidiano do trabalho, mas para o desenvolvimento pessoal. Assim sendo, fomentando o saber, contribuímos também nos Acolhimentos Institucionais de Alta Complexidade na compreensão e um trabalho humanizado.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MINICUCCI, Agostinho. **Técnicas do trabalho de grupo**. 2ª ed. São Paulo: ATLAS S.A., 1992.

LAPASSADE, Georges. **Grupos, organizações e instituições**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S.A., 1989.

ZIMERMAN, David E. **Como trabalhamos com grupos**. Porto Alegre: Artmed, 1997.

Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Conselho Nacional de Assistência Social. **Norma Operacional Básica da Assistência Social – NOB/SUAS**. Brasília, 2005.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1999.

SANTOS, Santa Marli Pires dos. **O lúdico na formação do Educador**. 6ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

GULASSA, Maria Lúcia Carr Ribeiro. **Novos rumos para o acolhimento institucional**. 1ª ed. São Paulo. NECA, 2010.

CASTEL, Robert, 1997. **A dinâmica dos processos de marginalização: da vulnerabilidade à "desfiliação"**. Caderno CRH, Vol. 10. Nº 26. 1997. Disponível em:<<http://www.cadernocrh.ufba.br/viewarticle>> acesso em 19 set.2012.

GRACIANI, Maria Stela Santos. **Pedagogia social de rua: análise e sistematização de uma experiência vivida**. São Paulo. Cortez. Instituto Paulo Freire,1997.

BOTTEGA, Carla Garcia e MERLO, Álvaro Roberto Crespo. Prazer e sofrimento no trabalho dos educadores sociais com adolescentes em situação de rua. **Caderno de Psicologia Social de Trabalho**. 2010. Vol.13, n.2, pp. 259-275. Disponível em <<http://www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/cpst/v13n2/v13n2a08.pdf>>.

### **ARTIGO 3: VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL E O SISTEMA DE INFORMAÇÕES NA POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Clarice Machado Imperial Girelli<sup>113</sup>

Graziella Almeida Lorentz<sup>114</sup>

Edsley Alves de Farias<sup>115</sup>

Danielle Freitas Rangel<sup>116</sup>

#### **Resumo**

Este artigo pretende apresentar o processo de implantação da área de Vigilância Socioassistencial do Município de Vitória por meio da construção de um Sistema de Informações, que elegeu eixos essenciais para o seu desenvolvimento, tais como: a contribuição dos diversos atores da Secretaria, o nivelamento de conceitos e criação de um software que trouxesse praticidade e agilidade no cotidiano dos serviços socioassistenciais.

---

<sup>113</sup> Assistente Social. Especialista em Gestão da Qualidade pela Universidade Federal do Espírito Santo. Coordenadora de Vigilância Socioassistencial da Secretaria Municipal de Assistência Social de Vitória.

<sup>114</sup> Psicóloga. Graduada pela Universidade Federal do Espírito Santo. Psicóloga na Coordenação de Vigilância Socioassistencial da Secretaria Municipal de Assistência Social de Vitória.

<sup>115</sup> Engenheiro Elétrico. Graduado pela Minas Instituto de Tecnologia de Governador Valadares. Especialista em Análise de Sistemas pela Universidade Federal do Espírito Santo. Analista de Sistema na Coordenação de Vigilância Socioassistencial da Secretaria Municipal de Assistência Social de Vitória.

<sup>116</sup> Estudante de Serviço Social. Graduada pela Universidade Federal do Espírito Santo. Estagiária de Serviço Social na Coordenação de Vigilância Socioassistencial da Secretaria Municipal de Assistência Social de Vitória.

Será apontado o contexto que possibilitou a implantação do Sistema e seus diversos desdobramentos para a oferta de uma política de Assistência Social cada vez mais eficaz, em busca de resultados positivos para os municípios.

Palavras-chave: Sistema de Informação; Vigilância Socioassistencial; Gestão da Política de Assistência Social; Tecnologia da Informação

## **Introdução**

O novo modelo de organização da Assistência Social no Brasil, que instituiu em 2004 o Sistema Único de Assistência Social/SUAS, ressalta o campo da informação, monitoramento e avaliação, como um veio estratégico importante para uma melhor atuação das políticas sociais em sintonia com o direito social, desenvolvendo formas inovadoras e criativas de gestão como superação de práticas centralizadoras.

A Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004 apresenta a formulação e a implantação dos sistemas de monitoramento, avaliação e informação, de forma coletiva, como “[...] providências urgentes e ferramentas essenciais a serem desencadeadas[...]” (PNAS, 2004:55) para sua consolidação e para a implementação do SUAS.

Diante desse direcionamento, a Vigilância Social desempenha papel fundamental para a efetivação da PNAS, pois

“... tem como função saber onde estão e quantos são os que demandam proteção social e qual é a capacidade dos equipamentos e serviços para suprir suas necessidades. Para tanto, produz, sistematiza e analisa informações, indicadores e índices territorializados das situações de vulnerabilidade e risco social de famílias e indivíduos, nos diferentes ciclos de vida. A PNAS coloca também a necessidade da vigilância sobre a qualidade dos serviços prestados.” (SERPA, 2010, p. 15)

Neste sentido, Sposati (2004) afirma que a Vigilância Social no âmbito da política de assistência social é responsável por identificar as situações de vulnerabilidade e de risco social dos cidadãos e suas famílias, verificando suas dimensões e características.

Situações de vulnerabilidade estas que se caracterizam de maneira multifacetada, compreendendo inúmeras dimensões que estão ligadas as características inerentes dos indivíduos e ao meio social em que está inserido, que podem levar os sujeitos a exclusão social.

Segundo Couto, Raichelis e Yasbek (2010), nas situações de vulnerabilidade

“evidenciam-se condições de pobreza e vulnerabilidade associadas a um quadro de necessidades objetivas e subjetivas, onde se somam dificuldades materiais, relacionais, culturais que interferem na reprodução social dos trabalhadores e de suas famílias. Trata-se de uma concepção multidimensional de pobreza que não se reduz às provações materiais, alcançando diferentes planos e dimensões da vida do cidadão. (COUTO & RAICHELIS & YASBEK, 2010, p. 40)

A Vulnerabilidade está relacionada a fatores estruturais da sociedade, como a desigualdade de renda; a dificuldade ou falta de acesso a bens e serviços básicos, como educação, lazer, trabalho e cultura, e ainda a aspectos fisiológicos e decorrentes das relações de gênero.

A análise das vulnerabilidades deve considerar, de um lado, a estrutura de oportunidades da sociedade e o grau de exposição dos sujeitos individuais ou coletivos aos riscos sociais em sentido amplo, e de outro, os “ativos” materiais, educacionais, simbólicos e relacionais, dentre outros, que afetam a capacidade de resposta dos grupos, famílias e indivíduos às situações adversas. (MDS, 2005, p. 03)

Enquanto ferramenta de planejamento e avaliação da Assistência Social, a Vigilância Socioassistencial, é responsável pela: a elaboração de diagnóstico socioterritorial com informações espacializadas dos riscos e vulnerabilidades; a utilização da base de dados do Cadastro Único de Programas Sociais/CadÚnico na construção de mapas de vulnerabilidade social dos territórios; a padronização e qualificação das informações referentes aos atendimentos prestados pelas unidades de atendimento da rede socioassistencial; o acompanhamento da alimentação dos sistemas de informação e análise periódica das informações coletadas; o cadastramento de unidades da rede socioassistencial pública e privada; a avaliação da oferta do serviço em conformidade com as demandas da população bem como a qualidade de seu atendimento.

Sendo assim, a Vigilância constitui-se em uma área vinculada a Gestão do SUAS, essencialmente dedicada à gerir a informação e fortemente comprometida com o apoio às atividades de planejamento, gestão, supervisão e execução dos serviços e benefícios socioassistenciais.

Neste contexto, a Vigilância Social favorece o desenvolvimento de ações de prevenção e monitoramento das situações de risco e vulnerabilidade dos cidadãos, enquanto:

função preventiva e antecipadora da ocorrência de riscos e vulnerabilidades sociais, pela produção de estudos, pesquisas, diagnósticos sociais, indicadores e índices para identificar situações de exclusão social e, como decorrência, produzir sistemas de informações, mapeados e subsídios para orientar o planejamento da ação. Ela é considerada ainda, como garantia do alcance de padrões de cobertura e de qualidade dos serviços. (V Conferência Nacional de Assistência Social, 2005)

É de fundamental importância que os gestores se apropriem da implantação da Vigilância na Política de Assistência Social, pois além da produção de conhecimento sobre a operacionalização da Política, permite a tomada de decisões tanto para o aprimoramento e a expansão de programas, serviços e benefícios ofertados, quanto para avaliação dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento dos mesmos.

Um importante passo para a consolidação do SUAS no Município foi a Aprovação da Lei nº 8.216/2012 que instituiu o Sistema Municipal de Assistência Social de Vitória – SUAS Vitória,

estabelecendo a organização do *Sistema de Vigilância Social, Monitoramento e Avaliação da Assistência Social*.

O que demonstra a dimensão dada aos sistemas de informação para o desenvolvimento desta nova forma de fazer Assistência Social no Brasil: participativa, planejada, monitorada e avaliada.

Nesta direção, a Norma Operacional Básica do SUAS – NOB/SUAS determina que:

[...]a gestão da informação tem como objetivo produzir condições estruturais para as operações de gestão, monitoramento e avaliação do SUAS[...] Opera a gestão dos dados e fluxos de informação do SUAS com a definição de estratégias referentes a produção, armazenamento, organização, classificação e disseminação de dados, por meio de componentes de tecnologia de informação, obedecendo padrão nacional e eletrônico. (NOB/SUAS, 2005, p. 120)

Este processo de registro, coleta e armazenamento de dados provenientes de diversas fontes, objetiva gerar informações qualificadas que propiciem alterações e/ou adequações dos processos institucionais, aprimorando o atendimento prestado ao munícipe e proporcionando a ampliação do controle social sobre a política.

Nesta direção, é importante enfatizar que o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/MDS vem implementando o Sistema Nacional de Informações do Sistema Único de Assistência Social - Rede SUAS, de forma planejada e coletiva, envolvendo Estados e Municípios, embasado nos objetivos e diretrizes contidos em sua Política de Tecnologia e Informação.

O Rede SUAS tem dentre as suas finalidades a organização, sistematização e disseminação das informações como suporte à operacionalização, à gestão, ao financiamento e ao controle social do SUAS, integrando os três níveis de gestão e garantindo comunicação entre os entes federados.

### **O Sistema de Informações Socioassistenciais de Vitória**

A partir da aprovação da NOB/SUAS, o município de Vitória habilitou-se a Gestão Plena do Sistema Único de Assistência Social, assumindo a gestão total das ações de Assistência Social e a responsabilidade de:

[...] instalar e coordenar o sistema municipal de monitoramento e avaliação e estabelecer indicadores de todas as ações da Assistência Social por nível de proteção básica e especial, em articulação com o sistema estadual, validado pelo sistema federal. (NOB/SUAS, 2005, p. 103)

Para atender a esta responsabilidade assumida, a SEMAS vem envidando esforços na construção de um sistema de informações, monitoramento e avaliação da política municipal de assistência social. Em 2005, criou o Núcleo de Monitoramento e Avaliação, com o objetivo de acompanhar, sistematizar, avaliar e apresentar dados sobre as ações socioassistenciais desenvolvidas pela Secretaria. Em março de 2007, com a reestruturação da SEMAS, por meio

do Decreto nº 13.239, foi criada a Gerência de Gestão da Assistência Social/GGAS, que agregou as ações relacionadas a Formação Continuada; Informação, Monitoramento e Avaliação; Centro de Documentação; Comunicação Institucional; Mobilização e Educação Comunitária. Nesta ocasião o Núcleo se transformou na Coordenação de Vigilância Socioassistencial/CVS, como parte desta nova gerência.

Ainda em abril de 2007, buscando desenvolver a tarefa de monitoramento, avaliação e vigilância social existente na Política Nacional de Assistência Social - PNAS e na Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS, foi instituído como atribuição da CVS, pela Portaria nº 02/2007, em caráter experimental, o Sistema de Informações Socioassistenciais/SISA. A mesma portaria determinava o período de um ano para seu teste, avaliação, correção e implementação em caráter permanente.

O primeiro passo na implantação do SISA foi a elaboração dos instrumentos de registro de informações cotidianas, que iriam subsidiar a construção de estatísticas periódicas mais precisas e focadas nos objetivos de cada projeto, serviço ou programa. Foram elaborados pela CVS junto às demais gerências da Secretaria, fichas de cadastro, de atendimento e outros tipos de formulários de uso rotineiro.

Os relatórios da Coordenação demonstraram que desde o primeiro trimestre de implantação do SISA, abril a junho de 2007, somente três gerências encaminharam as informações. Este quantitativo decaiu já no trimestre seguinte.

Após um ano de implantação do Sistema, em abril de 2008, como previsto na Portaria, foi organizado um seminário para sua avaliação. No encontro, a partir dos debates, foram evidenciados avanços e limites.

O principal avanço obtido referiu-se a uma nova visão sobre a importância do registro e sistematização das informações geradas cotidianamente, enquanto elementos fundamentais para a ampliação da eficiência das ações. Iniciou-se um processo de disseminação da cultura do registro.

Os principais limites apontados estão diretamente relacionados aos formulários utilizados e a forma de preenchimento dos mesmos, tais como: número excessivo de instrumentos de registro; dados em excesso e repetitivos; fichas de identificação dos usuários eram os próprios prontuários, prejudicando o sigilo das informações; formulário muito extenso, demandando tempo extremamente longo para preenchimento; e dificuldade em cruzar os dados contidos nos formulários com os de outras gerências. Vale destacar que 53 instrumentos de coleta de dados foram elaborados para o SISA, sendo que 21 destes são fichas/cadastros de usuários, ou seja, a mesma pessoa, se fosse atendida em mais de um serviço da SEMAS, teria suas informações coletadas várias vezes.

Foram apontados ainda, limites relacionados à falta de pessoal, equipamentos e tecnologia para realizar a operação de preenchimento dos instrumentos; e a demora no retorno das informações coletadas pelos trabalhadores das Unidades de Atendimento.

A complexidade e extensão dos instrumentos, a rotatividade e falta de pessoal, além da inexistência de um sistema informatizado, impossibilitavam o preenchimento e devolução dos dados à CVS em tempo hábil para que as informações sistematizadas e analisadas retornassem às gerências e as Unidades de Atendimento.

Este cenário apontou para a necessidade de redefinição do SISA, que acabou por não gerar os resultados a que se propunha por falta de alimentação de dados.

Partindo dessa avaliação, foi iniciado em 2009 um processo de reestruturação do Sistema com base em dois eixos estruturantes do SUAS: a Matricialidade Sociofamiliar e a Territorialização. A *Família* e o *Território* deveriam ordenar a estruturação das informações e não mais os públicos específicos atendidos em cada serviço prestado. Os instrumentos utilizados para o registro das informações reforçavam esta fragmentação, dificultando a visão do núcleo familiar em determinado território.

A partir desta concepção, os instrumentos de registro deveriam ser elaborados considerando a família e os dados ordenados por território e nível de complexidade dos serviços prestados. Surge daí a necessidade primordial de se criar o *Cadastro Unificado da SEMAS*, agregando as informações de todos os membros da família em um determinado domicílio.

Outro importante desafio para a implementação desta forma unificada de registro é a alimentação e visualização por meio de sistema informatizado em rede, como forma de superar dados duplicados e retrabalho, mas principalmente a coleta excessiva de dados dos municípios.

Vale destacar que já estavam disponíveis várias ferramentas que embasaram o desenvolvimento de um novo sistema de informações para a SEMAS. A mais significativa delas é o Sistema de Informação da Gerência de Atenção a Família – SIGAF, um software desenvolvido pela Secretaria para sistematizar as ações dos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS. Este software propiciava o cadastramento dos usuários por núcleo familiar e domicílio; a concessão de benefícios e programas; a geração de folhas de pagamento, além de arquivos contábeis e bancários, referentes a benefícios e programas com repasses financeiros.

Dois pontos importantes no SIGAF eram a visão de atendimento a indivíduos e suas famílias e a organização por territórios de assistência social. Entretanto, a agilidade e integração dos dados ficavam prejudicadas devido à falta de conectividade entre os bancos de dados. As informações eram agrupadas mensalmente pelo programador do software por meio de pendrive ou email.

Até 2011 o cadastro dos CRAS contava com cerca de cento e vinte mil indivíduos componentes de trinta e cinco mil famílias. Número muito significativo se relacionarmos a população total do município.

É preciso esclarecer que os bancos de dados a que estamos nos referindo pertenciam aos CRAS localizados em cada um dos doze territórios de assistência social da cidade, referenciando todos os bairros de Vitória.

Além do SIGAF, a Secretaria possuía o software GEPS - Gestão Estratégica de Políticas Sociais, adquirido pelo Conselho Metropolitano de Desenvolvimento da Grande Vitória-COMDEVIT para as Secretarias Municipais de Assistência Social da Região Metropolitana, como parte da construção do Sistema de Informações da Assistência Social – SIAS Metropolitano.

O GEPS possibilitava a leitura, cruzamento e análise de bancos de dados, por meio da geração de diversos relatórios em curto espaço de tempo. Atualmente o Sistema já comporta os seguintes bancos de dados: Cadastro Único dos Programas Sociais/CADÚNICO, Folha de Pagamento do Programa Bolsa Família, Acompanhamento da Frequência Escolar – Projeto Presença, dados do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI e o Índice de Desenvolvimento Familiar - IDF (Elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada/IPEA para acompanhamento das famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família).

Esta ferramenta possibilitou o desenvolvimento, em 2010, do Perfil de Vulnerabilidade Social por território da assistência social, permitindo o cruzamento dos dados por bairro, como ponto de partida para um diagnóstico que dê suporte ao planejamento das ações da Política de forma territorializada. Para a elaboração deste perfil foram utilizadas as informações contidas no CADÚNICO e no Censo 2000. Em 2011, o perfil foi atualizado com informações do CENSO 2010, dados mais recentes do CADÚNICO, incluída a rede de atendimento da SEMAS com mapas georeferenciados por territórios e a descrição das informações por bairro.

A proposta é que o Perfil contemple também as potencialidades dos territórios de forma participativa com a comunidade, que agregue os dados relativos aos atendimentos realizados pela SEMAS e informações georeferenciadas para facilitar o seu cruzamento e a sua visualização por território. Um grande desafio é a apresentação, discussão e complementação destas informações com os atores locais, principalmente os usuários dos serviços.

Nesta direção os dados do perfil estão sendo apresentados e discutidos em espaços de articulação e controle social, tais como Coletivos Territoriais de Proteção social, Câmaras Territoriais e comissões Locais de Assistência Social/CLAS.

Outra importante ferramenta utilizada para tratar dados na PMV é o GEOWEB - um aplicativo que faz a leitura do Banco de Dados de Informações Georeferenciadas/BDGIS do município de Vitória. Para alimentar este banco de dados vem sendo realizado um levantamento semestralmente pela CVS sobre a localização dos equipamentos sociais que compõe a rede da SEMAS. O objetivo principal do GEOWEB Vitória é a democratização das informações georeferenciadas para os funcionários e público em geral que desejam encontrar a localização de diversas infra-estruturas da cidade. O sistema permite a construção de mapas com a

localização da rede da SEMAS ou qualquer outra unidade pública do município, como Unidades de Saúde, Escolas; bem como visualizar a oferta de serviços por território, contribuindo para a análise de indicadores de vulnerabilidade. Além da rede socioassistencial governamental, serão incluídas no GEOWEB as unidades de atendimento não governamentais que possuem registro no Conselho Municipal de Assistência Social de Vitória – COMASV.

Diante da disponibilidade dessas ferramentas, a equipe da Coordenação de Vigilância Socioassistencial buscou implementar um sistema de informações mais complexo e dinâmico, que permitisse a avaliação e monitoramento dos serviços socioassistenciais.

Paralelamente a padronização dos dados e fluxos de informação, pensou-se na estrutura física que comportaria um sistema de informações único para utilização de toda a SEMAS. Para isso, foi realizado um levantamento sobre o tipo de ocupação dos imóveis das unidades de atendimento da SEMAS (próprio, alugado, comodato ou cedido), tipo de conexão de internet e quantidade de computadores existentes por setor.

Em 2012 foram adquiridos parte dos computadores necessários e programada a instalação de internet em todos os equipamentos da SEMAS.

No mês de agosto de 2010, a partir destes levantamentos e de discussões entre as gerências da SEMAS e com outros setores da PMV, a equipe da CVS, apresentou as seguintes diretrizes para o Sistema de Informações, na Reunião do Comitê Gestor da SEMAS<sup>117</sup>. Cadastro unificado dos usuários, agrupado por núcleo familiar; Foco na matricialidade sociofamiliar e na territorialização; Acompanhamento Familiar integrado entre os serviços socioassistenciais da Proteção Social Básica e Especial; Sistema Informatizado e *on line*.

O Sistema de Informações Socioassistenciais de Vitória tem o objetivo de promover a integração e articulação das informações da SEMAS, de forma a disponibilizá-las como ferramenta de planejamento, monitoramento e avaliação dos programas, projetos benéficos e serviços desenvolvidos pela Secretaria. Para tanto, vem se desenvolvendo em três grandes etapas: a padronização dos dados e fluxos de informações; o desenvolvimento de um sistema informatizado que integre as informações em tempo real; e a realização de capacitação dos atores envolvidos.

Com o aval do Comitê Gestor da SEMAS foi instituído em julho de 2011 um grupo de trabalho com representantes de cada gerência para a construção de um Sistema de Informações mais adequado as necessidades do processo de trabalho.

---

<sup>117</sup> Espaços internos às secretarias constituídos por Secretário, Subsecretários, Secretário Executivo, Gerentes e Coordenadores para acompanhamento e monitoramento das ações governamentais. São Fóruns coletivos estabelecidos no Modelo de Gestão da Administração do Município de Vitória, Decreto Nº 14.964/2011.

Esse grupo de profissionais, denominado “Grupo de Trabalho do SIGAFweb”, tem o objetivo de padronizar os conceitos utilizados pelos serviços e elaborar formulários de registros de informações do atendimento.

A partir da concepção de um novo sistema de informações, a SEMAS aproximou-se da Secretaria de Gestão Estratégica/SEGES e a Subsecretaria de Tecnologia da Informação/SUBT, enquanto parceiras estratégicas. Com a SUBTI para a discussão e troca de informações referentes a softwares de desenvolvimento, padronização das informações, a integração entre os sistemas: SIGAF, GEOWEB e SIPAD (Sistema de Procedimentos Administrativos) e segurança operacional do Sistema de Gerenciamento da Atenção à Família - SIGAFWeb.

Quanto à SEGES, está sendo construído de forma articulada a organização dos dados de atendimento e da rede da SEMAS, por nível de complexidade, mantendo uma série histórica para a disponibilização no site da PMV; a estruturação de relatórios e processos de gestão.

### **A gestão do projeto de desenvolvimento do Sistema de Gerenciamento da Atenção à Família - SIGAFWeb**

Para o desenvolvimento do SIGAFWeb, alguns princípios foram estabelecidas pela equipe de Vigilância para a obtenção de resultados eficazes e efetivos com menor custo de tempo e recurso, que serão destacados posteriormente.

O “Grupo de Trabalho do SIGAFWeb” buscou a adequação da estrutura do sistema de informações, padronizando formulários e fluxos de informação, e nivelando conceitos comuns à todos os serviços da secretaria.

Como resultados das reuniões do grupo, foram definidos os formulários de cadastramento, o formato das agendas das unidades de atendimento, os campos que subsidiariam o atendimento ao munícipe e sugestões de possíveis campos necessários no sistema.

O cadastro da Família refere-se aos dados de domicílio da família, contendo sua composição com descrição do grau de relação familiar e comunitária de cada membro (domiciliado, em sistema de saúde, em acolhimento institucional, em acolhimento familiar, em unidade de internação para adolescentes, no sistema prisional, migrante e situação de rua), endereço, situação do imóvel e outras especificações do domicílio.

No cadastro do Munícipe, constam os dados pessoais de cada membro da família como número de documentação, escolaridade, ocupação profissional, dentre outros.

A construção destes formulários de cadastramento foi embasada no Cadastro Único do Governo Federal – CADÚNICO. Para essa ação, foi trabalhado o princípio da *PRODUÇÃO COLETIVA*, todos envolvidos em um objetivo único.

A partir dessas decisões do grupo, a equipe de analistas de sistemas avaliou os formulários codificando-os em linguagem de programação.

Paralelamente as discussões sobre os campos relacionados diretamente ao atendimento ao município, a equipe da CVS realizou um levantamento de todas as unidades de atendimento e administrativas pertencentes à Secretaria. O cadastramento das unidades relaciona o equipamento ao organograma da secretaria dividindo em subsecretarias, gerências, coordenações, unidades de atendimento, além de informações como o endereço, situação do imóvel (alugado, próprio, cedido), horário de funcionamento, responsável pelo setor e as condições de acesso a rede de informação da PMV.

Com as unidades já cadastradas no SIGAFWeb, a próxima etapa foi o cadastramento dos trabalhadores. Tal passo revelou alguns impasses, visto a existência de diversos vínculos empregatícios, a falta de dados completos sobre os trabalhadores e as diferenciadas denominações de cargos e funções existentes em decorrência dos convênios e contratos.

Atualmente estão sendo padronizados os cargo e funções a partir do Plano de Cargos e Salários da PMV e realizado o cadastramento de todos os trabalhadores. A partir desses dados estão sendo geradas senhas de acesso. Esse trabalho reflete um dos processos de *GESTÃO DE PESSOAS*, necessários para a consolidação da Política de Assistência Social.

A partir do cadastramento de todos os trabalhadores, fez-se necessário a definição de níveis de acesso para a utilização do sistema a fim de garantir o sigilo das informações prestadas pelos profissionais e municípios.

Os níveis de acesso foram padronizados de acordo com o tipo de serviço, cargo, formação profissional e atividades desenvolvidas pelo trabalhador. Para enfatizar os níveis de acesso diferenciados entre os profissionais que operam os serviços socioassistenciais, estes foram orientados a se atentarem aos princípios éticos e políticos definidos nos respectivos códigos de ética de cada categoria e à Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS – NOB-RH/SUAS, além da legislação do serviço público onde constam as condutas éticas do servidor. Item significativo no trabalho de desenvolvimento deste sistema é o *SIGILO DA INFORMAÇÃO*. Durante os meses de maio e junho de 2012, a equipe da CVS se reuniu para elaborar o manual de preenchimento dos formulários de cadastramento (Cadastro da Família e Cadastro do Município) e o manual de operacionalização do SIGAFWeb.

O manual de Operacionalização foi destinado aos trabalhadores da SEMAS, como ferramenta de apoio para o registro das atividades, atendimentos e procedimentos no sistema. Foram feitos esclarecimentos sobre as padronizações de conceitos, pois persistiam equívocos no momento do preenchimento dos cadastros.

Nele constam informações importantes para a consolidação da Política Nacional de Assistência Social, que no âmbito da gestão da informação remete à

“... construção de um sistema de informações com vistas à ampla divulgação dos benefícios, serviços, programas e projetos da área, contribuindo para o exercício dos direitos da cidadania; utilização de indicadores para construção do Sistema de Avaliação de Impacto e Resultados da Política Nacional de

Assistência Social; e implementação do sistema de acompanhamento da rede socioassistencial.” (PNAS/2004, 2004, p.56)

Neste processo de elaboração e efetivação do sistema, a CVS sempre manteve contato com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) para esclarecer e alinhar os instrumentos utilizados para monitoramento e avaliação, além da melhor compreensão das funções da Vigilância Socioassistencial.

Esta aproximação e a participação de trabalhadores da CVS em eventos e conferências promovidos pelas três esferas de governo com o tema Vigilância Social desencadearam a publicização do trabalho desenvolvido pela equipe trazendo reconhecimento nacional.

Tal reconhecimento acarretou a curiosidade de setores de vigilância de outros municípios, inclusive de outros estados a realizarem visitas institucionais a Secretaria de Assistência Social do município de Vitória a fim de conhecer este processo e trocar experiência, visto ser um conceito recente que necessita de discussões mais amplas.

Com a codificação dos formulários já desenvolvidos no SIGAFWeb tornou-se viável a utilização do sistema pelos trabalhadores. Diante deste novo formato de sistema de informações, foram realizados 12 encontros para treinamento de todos os trabalhadores dos CRAS totalizando 149 participantes. Esta Formação buscou identificar as expectativas dos trabalhadores em relação ao sistema, apresentar o histórico da construção do sistema anterior; o diagnóstico dos instrumentos de registro utilizados e os procedimentos para alimentação das informações fornecidas aos gestores; a importância da cultura do registro e dos fluxos de informação; a possibilidade de intervenção das ações através da análise dos dados coletados e a apresentação do SIGAFWeb e seus formulários.

O sistema foi inicialmente implantando nos Centros de Referência de Assistência Social, no mês de junho de 2012, pois esse era o único equipamento social da SEMAS que alimentava SIGAF. Seu manual de operacionalização foi entregue impresso em todos os CRAS e está disponibilizado no próprio software.

Durante a implantação nas unidades de atendimento, a equipe da Vigilância Socioassistencial, da área de humanas e da tecnologia da informação estiveram à disposição dos trabalhadores. Este suporte técnico visava esclarecer dúvidas sobre a utilização do sistema, além de identificar possíveis erros de programação. Foi criado um e-mail para centralizar o atendimento dos usuários (do sistema de informação) e registrar o processo de utilização e manutenção do sistema. A partir deste instrumento várias alterações/adequações foram e continuam sendo realizadas. Como parte deste processo de suporte e aprimoramento do sistema estão sendo realizadas visitas técnicas de avaliação aos doze CRAS, com a participação de todos os trabalhadores.

Como produto das discussões em torno da nova composição do sistema de informações, o SIGAFWeb hoje se apresenta da seguinte maneira: **Agenda** – Trabalhador, Unidade e Município;

**Prontuário do Município** – Cadastro da Família; Relato do Atendimento; Concessão de Benefícios e Programas, Inclusão em Serviços; Encaminhamentos; Monitoramento Familiar; **Grupos e Oficinas** – consultas, cadastro, inscrição e frequência; **Gestão** – Recursos Humanos; Formação e Eventos (em desenvolvimento); Unidades Administrativas e Unidades de Atendimento; Administrativo, Orçamentário e Financeiro (em desenvolvimento); Folha de Pagamento, Arquivo Contábil e Arquivo Bancário de Programas e Benefícios com repasses financeiros; **Relatórios** – Programas, benefícios, serviços, outros procedimento e formulários; Registro Mensal de Atendimento dos CRAS.

Através de sugestões enviadas ao suporte, o sistema é periodicamente atualizado. Estas atualizações são repassadas aos usuários por meio de informativos encaminhados por e-mail as unidades de atendimento e que posteriormente estarão contidos em uma nova versão do manual. Apesar do início da utilização do novo software pelos CRAS, a construção dos instrumentos de registro e a definição de conceitos continuam acontecendo. Foram realizadas reuniões junto ao coordenador técnico dos CRAS e os coordenadores locais para reformulação dos instrumentos de coletas de dados utilizando os conceitos do manual do SIGAFWeb, possibilitando a geração dos registros mensais solicitados pelo MDS e dos relatórios internos.

Junto às equipes do Projovem e dos Centros de Referência Especializados da Assistência Social/CREAS, estão sendo discutidas as adequações do SIGAFWeb aos serviços, a partir dos conceitos já definidos. Caso seja necessário, novos campos serão desenvolvidos para adequar o sistema as necessidades de cada serviço.

Dando continuidade ao processo de implantação do SIGAFWeb em toda a secretaria, foi realizada uma capacitação com trabalhadores responsáveis por gerar folhas de pagamento de benefícios e programas de todas as gerências e outra envolvendo responsáveis pelo cadastramento dos trabalhadores.

A fim de ampliar a utilização do SIGAFWeb pelos equipamentos que ainda não foram contemplados, foi realizada uma capacitação com trabalhadores de dos demais serviços, indicados como multiplicadores por seus gerentes. Estão sendo geradas senhas para consulta de cadastros, até que o sistema seja disponibilizado para alimentação. Tal estratégia permite que as gerências possam visualizar de maneira geral o sistema de informações e já elaborar possíveis campos que serão utilizados pelos mesmos.

Apesar de todo o processo de implantação de um novo instrumento provocar insegurança, inconfiabilidade e resistência em sua utilização, a equipe buscou, através das capacitações, reduzir estes índices, o que provocou bons resultados na sua implantação. Conforme demonstra o email abaixo, encaminhado por um CRAS:

“Boa tarde..

Gostaríamos de opinar sobre o Sigafweb. Apesar do transtorno gerado inicialmente (devemos lembrar que todo novo sistema gera alguns transtornos, isto já é previsto), o Sigafweb tem melhorado muito nossa rotina de trabalho. A facilidade em acessar dados e em atualizá-los, aliada a não necessidade de um prontuário físico torna o trabalho menos desgastante e burocrático, trazendo mais eficiência aos CRAS. Também há grandes expectativas sobre o futuro do sistema, como ele poder gerar todos os dados mensais e tornar nossa coleta de dados muito mais rápida e segura, quando comparada à manual, que acaba por conter muitos erros e tem que ser constantemente revisada. Sem dúvida, o esforço da equipe de vocês tem sido enorme e os resultados já podem ser sentidos em nossa prática. No que pudermos ajudar, estamos à disposição.” (CRAS [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <sigafweb@correio1.vitoria.es.gov.br > em 17 ago. 2012)

### **O encontro de saberes**

Considerando a inexistência de um protótipo, a equipe de analistas de sistemas estabeleceu uma metodologia de programação ágil, interativa e adaptável que buscasse atender modificações e atualizações que ocorreriam de maneira freqüente no software.

Dentre as metodologias já conhecidas, a Extreme Programming (XP) vem ganhando espaço nos mais variados campos de conhecimento por ter uma proposta de foco nas pessoas, com a construção conjunta dos usuários e seus desenvolvedores e avaliação sistemática entre os atores e não nos processos de desenvolvimento.

Os analistas, na construção do SIGAFWeb, optaram pela estratégia de desenvolvimento que aplica de forma evolutiva a teoria e os valores da metodologia XP, pois reduz e busca resolver problemas de tempo e retrabalho. A equipe apostou nesta metodologia que permite um feedback rápido, simples, com mudanças estruturais.

Para o desenvolvimento de um sistema de informações que contemple as exigências da Política de Assistência Social foi necessário associar profissionais com o conhecimento desta Política e programadores que estivessem a disposição de compreender este assunto.

Após várias composições de saberes, e a partir do entendimento, apoio e crédito ofertado pela secretária municipal de assistência social no desenvolvimento do sistema de informações da SEMAS, a equipe da Coordenação de Vigilância precisou integrar profissionais das mais variadas formações, tendo sido ampliada para 01 coordenadora (Assistente Social), 01 Sociólogo, 01 Psicólogo, 03 analistas de sistemas, 01 estagiário de Serviço Social, 01 estagiário de estatística, 01 estagiário de análise de sistemas.

A produção do conhecimento diário, de maneira coletiva, vem proporcionando a equipe da CVS ultrapassar o limite de cada formação. Baseado em Guatarri (1992), não é um grupo de profissionais trabalhando juntos com um objetivo único que torna o resultado eficaz, mas é necessário um encontro que possibilite a transformação das relações e que estes profissionais

possam “passar” pelo conhecimento do outro para que tal interação permita uma comunicação/ação mais profunda.

### **Considerações Finais**

O Sistema de Informações Socioassistenciais de Vitória é hoje uma realidade, contribuindo com a Vigilância Socioassistencial para consolidar o Sistema Único de Assistência Social – SUAS na cidade.

Como produtos do sistema podemos destacar: a definição de conceitos e padronização de formulários; um sistema informatizado *online* de atendimento a família; consulta a base de dados do CadÚnico por todas gerências; perfil de vulnerabilidade social por território disponível no site da prefeitura.

A partir desse processo podemos afirmar que a cultura de registro dos dados foi disseminada, permitindo identificar junto aos trabalhadores da SEMAS a importância dada a informação qualificada.

Entanto ainda nos restam passos a serem trilhados, considerando que o Sistema continuará sendo aperfeiçoado à medida que for necessário de acordo com a realidade do município e dos serviços. Ressaltamos algumas etapas a serem realizadas: Dar continuidade a elaboração de formulários e conceitos; Capacitar de forma continuada os trabalhadores na área de vigilância socioassistencial e de informação; Estender o atendimento informatizado para todos os serviços da SEMAS, contribuindo para um acompanhamento integral às famílias entre os diversos níveis de proteção social; e Construir indicadores próprios de vulnerabilidade social, subsidiando o monitoramento e a avaliação das ações desenvolvidas pela SEMAS, permitindo: adequar a oferta de serviços, traçar o perfil das famílias e indivíduos atendidos, reformular ações de maneira mais eficiente e eficaz.

### **Referências Bibliográficas**

BRASIL. *Norma Operacional Básica: NOB/SUAS* – construindo as bases para a implantação do Sistema Único da Assistência Social. Brasília, DF, 2005.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. *NORMA OPERACIONAL BÁSICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL Conselho Nacional de Assistência Social Resolução nº 130* –, Brasília, DF, 2005

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. *Política Nacional de Assistência Social*. Brasília, DF, 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. *Texto base apresentado à CIT no processo de revisão as NOB SUAS*. Brasília, DF, 2005.

COUTO, Berenice Rojas; YAZBEK, Maria Carmelita; RAICHELIS, Raquel. *A Política Nacional de Assistência Social e o Suas: apresentando e problematizando fundamentos e*

*conceitos*. In: O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma Realidade em Movimento. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2010, p.32-63.

GUATTARI, F. “Fundamentos éticos-políticos da Interdisciplinaridade.” In: *Tempo Brasileiro*. Rio de Janeiro, 108: 19/26, jan.-mar., 1992.

SERPA, Ana Maria Petronetto. *O SUAS ou a Rede de Proteção Social não Contributiva*. Vitória – Revista da Prefeitura de Vitória. Vitória- ES. Ano I, nº 01, p.15-22, 2010.

SPOSATI, Aldaíza. *A menina LOAS: um processo de construção da assistência social*. – São Paulo: Cortez; 2004.

VITÓRIA. *Lei nº 8.216*, de 18 de janeiro de 2012, que institui o Sistema Municipal de Assistência Social do Município de Vitória, e dá outras providências. Vitória – ES, 2012.

VITÓRIA. *Decreto nº 14.964*, 22 de fevereiro de 2011, que institui o modelo de gestão da administração do município de Vitória e regulamenta a organização e o funcionamento dos fóruns coletivos de gestão. Vitória - ES, 2011.

#### **ARTIGO 4: A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA A POPULAÇÃO IDOSA E SUAS PARTICULARIDADES NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Maria das Graças Cunha Gomes<sup>118</sup>

Aniele Zanardo<sup>119</sup>

Camila Falçoni Specimille<sup>120</sup>

Raysa Marques<sup>121</sup>

Laiz dos Santos Rodrigues<sup>122</sup>

#### **Resumo**

Trata-se do resultado de parte da pesquisa A política de Assistência Social e suas particularidades no Estado do Espírito Santo- DSS -UFES/CNPq-FAPES desenvolvida pelo Núcleo de Estudos sobre o Envelhecimento e Assessoramento à Pessoa Idosa-NEEAPI, relacionada ao segmento idoso. Foram contemplados aspectos relacionados a ações, legislações, articulação institucional, recursos, contratos, convênios e controle social. Os dados, coletados em 30 municípios, revelam uma realidade em que a Política de Assistência Social ainda carece de estruturar-se para uma adequada resposta às demandas que se colocam no cenário estadual

---

<sup>118</sup> - Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela PUC-Rio. Professora Associado I, do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-graduação em Política Social da UFES. Responsável pela Coordenação da área temática do envelhecimento na Pesquisa, Maria das Graças Gomes, gracag7@hotmail.com.

<sup>119</sup> - Assistente Social. Mestranda em Política Social – UFES. Participou pelo PIVIC, como aluna de graduação em Serviço Social, da primeira parte da pesquisa, anielenana@gmail.com.

<sup>120</sup> - Assistente Social. Participou pelo PIVIC, como aluna de graduação em Serviço Social, da primeira parte da pesquisa, camilafsp@hotmail.com.

<sup>121</sup> - Assistente Social. Participou pelo PIVIC, como aluna de graduação em Serviço Social, da primeira parte da pesquisa, raysamarques@hotmail.com.

<sup>122</sup> - Aluna do Curso de Graduação em Serviço Social, participou a como Bolsista da FAPES, da etapa final da Pesquisa, laizsr@yahoo.com.br.

face às questões enfrentadas pela população alvo das políticas assistenciais, no caso, a população idosa.

**Palavras - chave:** Política Assistencial -Envelhecimento - Poder Público.

### **1- Apresentação**

O presente trabalho propõe-se a apresentar o resultado de uma pesquisa desenvolvida pelo Núcleo de Estudos sobre o Envelhecimento e Assessoramento à Pessoa Idosa-NEEAPI, integrando os núcleos e os grupos de trabalho do Departamento de Serviço Social, no desenvolvimento da pesquisa “A política de Assistência Social e suas particularidades no Estado do Espírito Santo” – DSS/UFES-CNPq-FAPES. O NEEAPI contribuiu com o estudo na área temática do envelhecimento com o objetivo de atualizar dados e compor um diagnóstico da realidade do Espírito Santo sobre a referida temática.

Para isso, desenvolveu um instrumento de coleta de dados contemplando aspectos relacionados à Política Municipal de Assistência Social voltada para a pessoa idosa no que se refere a: ações, legislações, articulação institucional, recursos financeiros, materiais/ infra-estrutura e humanos, contratos, convênios e controle social.

Os dados coletados em 30 municípios do Estado do Espírito Santo revelam uma realidade em que a Política de Assistência Social, ainda carece de estruturar-se para uma adequada resposta às demandas que se colocam no cenário estadual face às inadiáveis questões enfrentadas pela população alvo das políticas assistenciais, dentre as quais, a população idosa.

Para melhor configurar esse quadro, apresentamos uma breve contextualização da questão do envelhecimento na sociedade brasileira, com destaque para as políticas públicas consignadas, dentre as quais a Política de Assistência Social, o que facilitará uma melhor interpretação dos resultados desta pesquisa.

### **2- A Política de Assistência Social para a Pessoa Idosa**

Sabemos que a Assistência Social é redefinida nos seus princípios e operacionalização em decorrência de preceitos institucionais. Esta nova institucionalidade é efetivada com a promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) que regulamente os artigos 203 e 204 da Constituição Federal. A assistência social, portanto, é colocada a serviço da extensão da cidadania. Ao se observar esses preceitos são notáveis o avanço qualitativo e a assistência passa a constituir-se em mecanismo favorecedor de uma nova perspectiva que coloca o cidadão no centro da cena e de “assistido” passa à condição de protagonista. Segundo Pereira, (2002, p. 64-

5) “a Assistência Social ressignificou-se do ponto de vista conceitual, assumindo nova identidade: introduziu -se nos ordenamentos jurídicos superiores, nos currículos das Universidades, nos círculos intelectuais e políticos formadores de opinião, nos debates parlamentares e nas pautas das ações e propostas orçamentárias dos governos”.

No que se refere à atuação específica concernente à população idosa, notadamente aquela definida no Sistema Único da Assistência Social – SUAS, convém abordar a cobertura socioassistencial, destinada, sobretudo àqueles em condição de risco social, e por outro lado, no que esta política possibilita quanto ao revigoramento de padrões de cidadania, na medida em que contribui para uma reconfiguração da velhice, tanto no que se refere ao acesso a direitos sociais básicos, como a uma nova possibilidade de ingresso na cena pública, como participante na formulação de políticas setoriais.

A política pública de Assistência social no âmbito federal prevê a transferência continuada de renda e proteção social básica e especial à pessoa idosa. No âmbito estadual e municipal são previstas ações por meio de celebração de convênios com o governo federal ou instituições privadas para prestação de serviços especiais, distribuição de benefícios eventuais, criação e regulamentação de atendimentos asilares, realização de programas educativos e culturais. Perpassando a lógica dessa nova concepção de proteção social, de acordo com os preceitos do SUAS, está posto o objetivo de contribuir para a promoção da autonomia, integração e participação do idoso na sociedade e fortalecer os seus vínculos familiares.

É importante que se coloque no desenho institucional para fazer face a essa modalidade de apoio à pessoa idosa no âmbito dessa política pública, os municípios devem estar estruturados contando com Conselhos Gestores e Fundos de Assistência Social, Centros de Referências da Assistência Social. Coloca-se ainda como importante nesta rede de proteção social o Programa de Atenção Integral à Família (PAIF), que possibilita, na programação dos CRAS, o acolhimento, convivência, socialização e estímulo à participação social.

Como um dos eixos da “Rede Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa” (RENADI), à Assistência Social, de acordo com as deliberações da I Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, realizada em Brasília-DF, em maio de 2006, são colocadas as seguintes atribuições: ampliar o acesso da pessoa idosa ao BPC através de campanha de divulgação e informação sobre as formas de concessão, com ênfase para o idoso rural; implantar um Programa de Apoio e Estímulo à Convivência Familiar, com ações nas áreas sócio-educativas, cultural e de lazer, bem como complementação de renda, de forma a permitir a manutenção de idosos dependentes e semi - dependentes nas suas famílias; articulação e integração das políticas setoriais; garantia de

financiamento para criação, manutenção e qualificação dos serviços disponibilizados pelos abrigos que compõem a rede.

A segunda Conferência nacional de defesa dos direitos da Pessoa Idosa, ocorrida em 2009, definiu a sua temática em torno de 09 eixos. De acordo com os ANAIS desta conferência, publicado pela Secretaria dos Direitos Humanos da presidência da República, o eixo 5 (Assistência Social) apresenta 44 propostas voltadas para o desenvolvimento de ações de valorização e socialização por meio de projetos para pessoas idosas nas zonas urbanas e rurais favorecendo o seu protagonismo no processo de envelhecimento. Para tanto as propostas são encaminhadas no sentido de criar ou fortalecer os CRAS e CREAS com um expressivo destaque para o acolhimento, o cuidado, a ação intersetorial, a ampliação para o acesso ao BPC, relações intergeracionais, formação de recursos humanos, ampliação de equipamentos sociais, acessibilidade, monitoramento institucional e fortalecimento da RENADI.

A terceira Conferência, ocorrida em 2011, teve como objetivo “debater temas relevantes para o campo do envelhecimento, assim como os avanços e desafios da Política Nacional do Idoso – PNI” e como eixos os seguintes temas: 1) Envelhecimento e Políticas de Estado: pactuar caminhos intersetoriais; 2) Pessoa idosa protagonista da conquista e efetivação dos seus direitos; 3) Fortalecimento e integração dos conselhos: existir, participar, estar ao alcance, comprometer-se com a defesa dos direitos dos idosos; 4) Diretrizes orçamentárias, Plano Integrado e Orçamento Público da União, Estados, Distrito Federal e Municípios: conhecer para exigir; exigir para incluir, fiscalizar.

As três conferências têm trazido alguns avanços como a oportunidade do debate, o envolvimento de órgãos públicos e da sociedade civil por meio de suas entidades organizativas, porém ainda persistem problemas discutidos desde a avaliação da primeira conferência, como a dificuldade de entendimento por grande parte dos grupos sociais acerca da magnitude e das possibilidades de interferência da sociedade civil na definição dos seus próprios problemas; da falta de uma melhor preparação desses grupos; a falta de socialização das deliberações nos seus grupos de origem; a falta de acompanhamento da assunção das deliberações pelo poder público. Este, por sua vez, tem acolhido pouco dessas deliberações nos seus PPA's e LDO's. Há uma grande repetição de discussão de temas, não na perspectiva de sua continuidade ou revisão, mas uma retomada de questões como se estas nuncativassem sido abordadas. Por outro lado há temas – e pode-se citar o caso da RENADI – que foi o eixo central das duas primeiras conferências, é secundarizado ou ignorado.

É, portanto, a partir dessa realidade brevemente apresentada sobre a problemática da velhice e o conjunto de proposições que se colocam como diretrizes na agenda pública governamental e das demandas da sociedade civil, que o Departamento de Serviço Social por meio do Núcleo de Estudos sobre o Envelhecimento e Assessoramento à Pessoa Idoso – NEEAPI propôs o desenvolvimento de um Projeto de Pesquisa, submetido ao CNPq, como forma de dimensionar o alcance dessas políticas no que se refere à sua concepção, gestão, financiamento e controle.

### **3- A realidade da Política de Assistência Social para a população Idosa no Estado do Espírito Santo**

Não obstante terem sido encaminhados questionários para os 78 municípios do estado, apenas 30 foram devolvidos, e ainda assim com respostas incompletas ou sem nenhuma resposta. De acordo com as respostas obtidas pode se configurar a seguinte realidade:

#### **3.1- As Ações asseguradas em legislação:**

A maioria, (56%) dos municípios informaram contemplar no plano Municipal de Assistência Social, ações destinadas à população idosa. Observa-se, por outro lado, que apenas 10% dos municípios informaram negativamente. Os demais (33,3%) não responderam. Fica a dúvida sobre estes dados: se a população idosa não é contemplada no planejamento municipal ou se não houve tempo ou disposição para responder ao questionário. De qualquer forma, trata-se de um avanço, considerando que historicamente a questão da velhice ou tem sido um problema a ser resolvido pelas famílias ou tem figurado no âmbito da caridade pública (filantrópica ou governamental). Robert Castel, em sua obra *As Metamorfoses da Questão Social* já aborda que as populações isentas da obrigação de trabalhar são os clientes potenciais do Social assistencial, numa referência ao contexto europeu na consolidação do capitalismo ou da sociedade salarial. Diz o autor: "As populações que dependem de intervenções sociais diferem, fundamentalmente, pelo fato de serem ou não capazes de trabalhar, e são tratados de maneira completamente distinta em função de tal critério". Enfatiza que um primeiro perfil de populações remete ao que se poderia chamar de uma teoria da desvantagem, no sentido amplo do termo. Velhos indigentes, crianças sem pais, estropiados de todos os tipos (...) têm em comum, o fato de não suprirem por si mesmos, as suas necessidades básicas, porque não podem trabalhar para fazê-lo. São por isso isentos da obrigação de trabalhar, (Castel, 2001, p.41). Sabe-se que no Brasil a assistência social até a Constituição Federal de 1988, possui uma marca de "filantropia estatal" em que a assistência pública se caracteriza como "não-política" tendo no clientelismo e no primeiro-damismo a sua marca e principal característica. Para Teixeira, 2008, mesmo com a intervenção pública, a assistência social mantém as ações travestidas de ajuda, sempre relacionadas ao "mérito da necessidade" e não ao "direito do cidadão", pois se dirige aos sub-

cidadãos; não recebe nem o cunho de salário indireto ou de composição do valor da força de trabalho, pois se destina aos destituídos, aos “não rentáveis”, aos “invisíveis”, que representam apenas fatores de custos. Essa intervenção pública, para a citada autora, se associa às práticas filantrópicas, demandatárias imediatas dos recursos públicos, cujos serviços são pautados por valores humanitários de solidariedade, voluntariado, obscurecendo as relações de direitos.

As relações de direito na perspectiva da Assistência Social são asseguradas com a Constituição Federal de 1988 e com a LOAS, em 2003, quando é admitida, nessa relação, o controle social por parte da sociedade civil. Se esta institucionalidade demarca um novo divisor de águas no desenvolvimento das políticas públicas assistenciais, não significa a efetividade na cobertura, desenho e lugar institucional nas prioridades governamentais, sobretudo pelo fato de não haver definição legal quanto a percentuais de investimentos na administração pública. Mas não resta dúvida de que essa nova matriz legal e conceitual altera qualitativamente os rumos da política e demarca possibilidades de exercício participativo de intensidade e qualidade consoante à organização dos grupos demandantes.

Nesta mesma linha de interesse, buscou-se conhecer a existência de legislação específica de atenção ao Idoso (Política ou Programa de Ação voltado à Pessoa Idosa). Os dados vêm confirmar, o baixo interesse da esfera estatal com relação à população idosa. Apenas 16,7% responderam positivamente. O que se constata é que as ações constantes nos planos governamentais, na esfera municipal, decorrem das exigências legais preconizadas no SUAS, na atenção básica e especial, o que significa redução no raio das ações conforme previstas na Política Nacional e no Estatuto do Idoso.

As ações especificadas de acordo com as respostas foram às seguintes:

**Tabela 1**

<b>AÇÕES</b>	<b>FREQUÊNCIA</b>
Benefício da Prestação Continuada – BPC	65%
Instituições de Longa Permanência - ILP's	60%
CREAS	10%
CRAS	10%
Centro de Convivência	40%
Grupo do Convivência	45%
Emissão de Carteira do Idoso	10%
Benefícios eventuais	15%
Projetos de apoio a pessoa idosa	15%
Programas assistenciais do governo Federal (Bolsa Família, PAEF, PAIF)	15%
Programa de combate a violação de direitos	5%
Programa de combate a violência contra a pessoa idosa	5%
Programa de apoio a deficientes e idosos vítima de violência	5%

Programa de atividades físicas	10%
Curso de cuidador de idoso	5%
Projeto de capacitação à pessoa idosa	5%
Programas de Atenção ao Idoso	20%

Obs: a questão possibilita mais de uma resposta.

Fonte: NEEAPI/UFES

Os dados expressam um panorama bem geral. Deve-se atentar para o fato que muitas ações especificadas fazem parte das atividades desenvolvidas nos CRAS e estes só foram mencionados em 10% das respostas. Igualmente merece uma observação, a referência às Instituições de Longa Permanência. Não fica claro se é apoio às Instituições Filantrópicas ou particulares ou se são entidades assumidas pelo poder municipal. Um dos municípios que responderam a esta questão menciona 05 Instituições de Longa Permanência. Esta questão se coloca hoje como um grande “gargalo” na gestão da Política de Assistência Social. O Instituto de Pesquisas Aplicadas – IPEA, na série Eixos do Desenvolvimento Brasileiro, 2011, apresenta o resultado de uma pesquisa Nacional sobre as condições de funcionamento e infraestrutura das Instituições de Longa Permanência para idosos no Brasil. De acordo com essa pesquisa, 65,2% das Instituições brasileiras são filantrópicas (incluindo as religiosas e leigas); 28,2% são de natureza privada e apenas 6,6 são públicas e mistas, (IPEA, 2011). Como se verifica, há uma grande lacuna com relação a uma questão importante decorrente da longevidade populacional e a consequente impossibilidade de a família arcar com o cuidado que se faz necessário diante de tal cenário.

Sobre as normativas específicas para a população idosa, convém registrar que estas são recentes e decorrem dos debates que se ampliam na sociedade nos anos 2000, após a instituição da Política Nacional do Idoso. Deve-se também pontuar que 20% dos questionários não apresentaram respostas a esta questão, o que deixa dúvida quanto à existência ou não de legislações específicas em 83,3% das respostas.

Dos municípios que dispõem de Legislação específica, apenas 10% afirmam contemplar demandas levantadas por usuários, por meio dos conselhos (de assistência ou do Idoso). Esta questão requer uma retomada da importância dos Conselhos como uma institucionalidade normativa que possibilita alterar as relações de dominação e potencializar a sociedade civil nos seus projetos e interesses mais diretos. Contudo, estudos (Dagnino 2002, Teixeira 2001, Tatagiba, 2002), bem como a realidade empírica<sup>123</sup> têm revelado as fragilidades desse importante instrumento de controle social, face a correlação de forças e os interesses postos nas

<sup>123</sup> - A coordenadora da pesquisa nessa área tem, na condição de representante de Entidade de Pesquisa, participado da composição de conselhos de Defesa de Direitos Municipais (V. Velha e Vitória-ES) e Estadual (ES).

definições de prioridades. Além de aspectos como a precária formação, a falta de tradição participativa e a submissão dos usuários aos interesses institucionais, dentre outros, têm-se que considerar a incipiente estruturação dos conselhos nos municípios. Constata-se a baixa participação dos usuários na formulação de políticas, no entanto os dados não apresentam um resultado fiel dessa realidade considerando que 86,7% dos questionários vieram sem respostas.

### 3.2 - Articulação entre a Política de Assistência Social e as demais políticas para o idoso

De acordo com publicação da Secretaria Nacional de Assistência Social (2008), a LOAS, a PNAS e o SUAS reconhecem a necessária complementaridade entre os serviços das diversas políticas sociais. A multisetorialidade e a interdisciplinaridade constituem metas prioritárias a serem trabalhadas pela política de assistência social. De acordo com esse mesmo documento “a perspectiva de uma construção integrada abre a possibilidade de compartilhamento de conhecimentos, ações e responsabilidades, não na direção do seu somatório, mas na produção de uma nova sinergia, potencializando o desempenho das políticas públicas, enquanto retiram cada ação específica do seu isolamento, assegurando uma intervenção globalizada” (Brasil, 2008, p.38).

No âmbito desta pesquisa constatou-se que 36,7% das respostas apontam positivamente a articulação entre as políticas. Um expressivo percentual 16,7% demonstra a existência parcial dessa articulação o que comprova que mais da metade dos municípios que responderam à questão, mantém algum tipo de articulação entre a política de assistência e outras políticas. Entretanto, como nas questões anteriores, tivemos um percentual, 43,3% de questionários sem respostas, o que dificulta uma análise completa da questão.

Das respostas em que há articulação entre a política de assistência e outras políticas, o quadro abaixo demonstra a frequência e com quais políticas esta se articula.

**Tabela 2**

<b>Articulação com Políticas Setoriais</b>	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>
Trabalho e geração de renda	27,3%	72,7%
Saúde	90,9%	9,1%
Educação	54,5%	45,5%
Cultura	54,5%	45,5%
Turismo	9,1%	90,9%
Esporte e Lazer	54,5%	45,5%

Habitação, urbanismo	36,4%	63,6%
Transporte	36,4%	63,6%
Justiça e Defensoria Pública	72,7%	27,3%

Fonte: NEEAPI/UFES

Observa-se que a assistência social mantém uma maior articulação com as políticas de saúde, justiça e defensoria pública, seguida da educação, cultura e esporte e lazer, contemplando as principais áreas de proteção social à pessoa idosa. De um modo geral, até em decorrência de legislações específicas para a população idosa, as administrações municipais têm assegurado que essas áreas sejam contempladas, o que responde, de alguma forma, a demandas colocadas atualmente por este segmento populacional. Tais demandas decorrem, além do processo biopsicossocial do envelhecimento, de questões conjunturais e estruturais que perpassam hoje o convívio geracional. No campo da violência, muitos idosos por se constituírem provedores familiares, em decorrência do desemprego que atinge a população economicamente ativa, tornam-se vítimas de violência quando não atendem às exigências e/ou necessidades familiares. É também uma prática recorrente e até prioritária dos planos municipais para a pessoa idosa, ações sócio culturais, recreativas ou de lazer. Não se pode deixar de reconhecer a importância destas para o convívio, portanto para o maior bem-estar dessa população, porém ao se constituírem em ações prioritárias e às vezes únicas, fica evidente o desvio do foco da atenção que deveria estar voltado para a resolução de questões estruturais e que possam conferir maior dignidade e bem estar efetivo para uma parcela duplamente vulnerável, por ser idosa e por não dispor de condições dignas de sobrevivência.

### 3.3 - Recursos para as políticas de atenção ao idoso

De acordo com os dados apresentados, conforme o gráfico abaixo, 73,33% dos municípios recebem recursos para as políticas de atenção ao idoso; apenas 3,33% não recebem e 23,33% municípios não responderam a pergunta. Tais recursos são originários das três esferas da administração conforme demonstrado na tabela 3.

**Tabela 3**

<b>ORIGEM DO REPASSE</b>	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>
Federal	72,7%	27,3%
Estadual	63,6%	36,4%

Municipal	72,7%	27,3%
Entidades Privadas	4,5%	95,5%
Associações beneficentes	4,5%	95,5%

O percentual assegurado pelos municípios para as políticas de atenção à pessoa idosa decorre de preceitos legais estabelecidos no SUAS, em que os recursos para a assistência social são oriundos do orçamento da seguridade social, formado por contribuições sociais e recursos fiscais e remetidos ao fundo nacional de assistência social. O Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) tem por objetivo proporcionar recursos e meios para financiar o benefício de prestação continuada (BPC) e apoiar serviços, programas e projetos de assistência social. Convém ressaltar que não há percentuais fixos definidos pela legislação, ficando a critério dos governantes, legisladores e pela capacidade de influência dos conselheiros e sociedade civil, a decisão relacionada ao montante de recursos fiscais a serem gastos na área. Sendo assim, ressaltamos a importância da participação qualificada da sociedade civil por meio de suas entidades representativas para a definição de percentuais orçamentários compatíveis com as necessidades emergentes do município.

No que se refere ao fundo municipal para a política de atenção ao idoso apenas 3,3% dos municípios responderam afirmativamente; 73,3% informaram não receber ou não contar com o fundo municipal e 23,3% não responderam à pergunta. A não existência de recursos específicos em fundo próprio ou específico decorre naturalmente do fato desse segmento ser contemplado na PNAS.

### **3.4 A estrutura física existente**

A estrutura física constitui-se como componente importante no desenvolvimento das ações da política de assistência social, concentradas na sua maioria, nos centros de referência da assistência social. Os documentos oficiais que tratam da estrutura necessária ao funcionamento de tais ações, não obstante alertarem para o fato de que não deve ser atribuído valor absoluto à estrutura física, reconhece a importância de tal estrutura adequada para os usuários sejam eles jovens, idosos e crianças. Nesse sentido, um programa mínimo deve conter um espaço com recepção, sala de atendimento, sala multiuso, sala de coordenação, copa, conjunto de instalações sanitárias e almoxarifado (Brasil, 2010, p.29).

A realidade estudada aponta que há uma relativa adequação da estrutura física existente, ou seja, 40,0% das respostas afirmam que a estrutura física é, em parte, adequada; 26,7% responderam afirmativamente, 10,0% considera inadequada e 23,3 % não responderam.

Observa-se então que a metade das respostas aponta para necessidade de instalação ou adequação da estrutura existente. Os programas de atenção ao idoso, na realidade atual, concentram-se nos grupos de convivência e em decorrência da instituição do SUAS, estes passam a constar da programação dos CRAS que devem contar com uma estrutura minimamente adequada para atender às especificidades do público a ser atendido, entretanto, sabe-se que a adequação de espaços e a questão da acessibilidade é ainda uma realidade que não responde às necessidades apresentadas. O levantamento sobre a adequação dos espaços nesta pesquisa, apresenta necessidade de salas mais amplas, adequadas ao atendimento a grupos e realização de oficinas e sem barreira de acesso, sendo necessária a construção de rampas em substituição a escadas. Um outro item fundamental refere-se à necessidade de equipe multiprofissional e de um programa de capacitação. Há municípios que apresentam, além da necessidade de adequação, a necessidade de espaços próprios, considerando que utilizam espaços provisórios (como igrejas) para a realização das atividades. Também merece destaque a referência feita à necessidade de criação de outros serviços, como Centro de Convivência e Instituições de Longa Permanência (ILPI's). A criação dessa modalidade de serviço (ILPI) se insere no âmbito da atenção especial da PNAS.

### **3.5 Mobiliário e Sistema informatizado**

De um modo geral, esta realidade parcialmente atendida, no que se refere ao provimento de equipamentos de infra-estrutura física se estende a outros tipos de equipamento como veículos e serviços de internet. De acordo com os dados, as principais carências referem-se à falta de transporte, de computador e mobiliário. Tivemos apenas 13,3% das repostas positivas quanto à existência de sistema informatizado para acompanhamento dos programas destinados à população idosa, o que aponta uma questão importante considerando que a principal política atualmente em vigência, a PNAS, se estrutura nacionalmente por uma rede informatizada.

### **3.6 - Os convênios firmados**

O levantamento apresenta uma realidade em que 36,7% dos questionários afirmam a existência de convênios, 33% dos municípios responderam negativamente e como nas demais situações, tivemos 30 % de questionários sem respostas.

Se levarmos em conta as respostas dadas à questão, constata-se um expressivo número de convênio firmados. Este dado vem reafirmar uma realidade já bastante evidenciada e analisada que é o repasse de recursos e atribuições para outras entidades ou organizações sociais do Terceiro Setor, fortalecendo a política neo-liberal em vigência, que ao mesmo tempo em que potencializa o capital, (o mercado), desresponsabiliza o Estado de atribuições básicas, o que naturalmente fragiliza os Programas quanto a sua continuidade, natureza e qualidade na prestação do serviço.

### **3.7– A existência de Conselhos Municipais de Defesa da Pessoa Idosa**

De acordo com os dados, a maioria dos municípios, totalizando 53,3%, possuem conselho municipal do idoso; 30,0% afirmam não possuir e 16,7% não responderam.

Muito embora haja um número expressivo de conselhos municipais, há informações por parte do próprio conselho estadual do idoso, da dificuldade de um maior dimensionamento dessa realidade considerando que muitos conselhos são criados e estruturados, porém não funcionam ou funcionam precariamente.

De qualquer modo, registra-se como algo positivo a existência desses conselhos que, de acordo com as informações desta pesquisa, 75,0% realizam reuniões mensais, 6,3% com periodicidade não informada e 18,8% não responderam à questão.

Quanto a representação do idoso no conselho municipal de assistência social, 75,0% responderam positivamente, 12,5% informam não haver essa representação e 12,5% não responderam a pergunta.

Um item particularmente relevante, diz respeito aos mecanismos de monitoramento e avaliação da política municipal de assistência social para o idoso. Os dados revelam o frágil controle social que ainda se coloca no âmbito do desenvolvimento das políticas públicas. Constatou-se na pesquisa que em 46,7% dos municípios os mecanismos de monitoramento e avaliação são inexistentes. Acrescidos de 33,3% de questionários não respondidos, têm-se apenas 20,0% dos municípios que contam com esses mecanismos.

## **4- Considerações Finais**

Este estudo constitui-se num esforço de sistematizar dados referentes à política de Assistência Social para a população idosa no Estado do Espírito Santo. Os resultados apontam para uma realidade institucional ainda pouco estruturada, o que vem confirmar a realidade na cobertura

assistencial para essa população em largo processo de expansão. Não obstante a cobertura do benefício assistencial, o BPC, no seu princípio universalizante, desde que atendidos os critérios de elegibilidade, têm-se ainda uma incipiente e secundária política pública para a população idosa. As ações mais permanentes são definidas em torno de demandas que suavizam a existência na velhice as quais giram em torno da convivência e de ações sócio-culturais.

A pesquisa traz alguns vazios de informações, dado o número de respostas em branco, o que pode sinalizar ou o cansaço do(s) agente(s) institucional(is) dada a extensão do instrumento – os dados sobre a velhice são colocados quase no final de um extenso questionário, ou não há o que responder pela inexistência de ações específicas. Fica a dúvida e uma fragilidade na apuração dos dados.

De qualquer forma, principalmente com a instituição do SUAS, o segmento idoso passa a ser de alguma forma contemplado no planejamento municipal. Evidentemente que muitas questões de fundo precisam ser trabalhadas como a questão do controle social para a definição de propostas e percentuais orçamentários adequados, formação de recursos humanos, ações pautadas no princípio da intersetorialidade e condições de funcionamento (infra-estrutura adequada) de acordo com o preconizado na PNAS.

Há ainda um longo caminho a ser percorrido entre a abrangente institucionalidade normativa e o alcance das ações efetivamente realizadas.

#### **Referências Bibliográficas:**

BORBA, Roberta Daniel de C.F. **Um estudo sobre a estruturação da Rede de Proteção Social voltada à população Idosa no Município de Vitória**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Política Social-UFES. Vitória-Es, 2011.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004 – Norma Operacional Básica – NOB/SUAS**.

\_\_\_\_\_. MDS - Volumes 1, 2 e 3 – **Capacita SUAS**. Brasília, 2008

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da Questão Social – uma crônica do salário**. Ed. Vozes. Petrópolis, 2001

DAGNINO, Eveline. Sociedade Civil, Espaços Públicos e a Construção Democrática no Brasil: Limites e Possibilidades. IN: **DAGNINO (Org): Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil**. São Paulo. Paz e Terra: 2002.

GOMES, Maria das Graças C. **Envelhecimento Feminino e Espaço Público: a dimensão do Aconchego e da Política**. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro. PUC-Rio, 2008.

IPEA. **Infraestrutura Social e Urbana no Brasil** – subsídios para uma agenda de pesquisa e formulação de políticas públicas. Série Eixos do Desenvolvimento Brasileiro, nº 93. Brasília. Maio de 2011.

PEREIRA, Potyara A. P. Política de Assistência Social no Brasil: avanços e retrocessos. **Cadernos do CEAM**, Brasília, n.11, p.63-80, 2002.

TEIXEIRA, Elenaldo. Participação Política e Sociedade Civil. IN:**O local e o global: limites e desafios da participação cidadã**. São Paulo: Cortez, cap. 1, p. 23-52,, 2001.

TEIXEIRA, Solange Maria. **Envelhecimento e Trabalho no tempo do Capital**. São Paulo: Cortez, 2008

TATAGIBA, Luciana. Os conselhos gestores e a Democratização das Políticas Públicas no Brasil. IN: **DAGNINO (Org): Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil**. São Paulo. Paz e Terra: 2002.

## **ARTIGO 5: DEMANDAS, DESAFIOS E PERSPECTIVAS DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: DEBATE URGENTE PARA UM TEMA RECORRENTE**<sup>124</sup>

Raquel Mota Mascarenhas<sup>125</sup>

**RESUMO:** Esta produção é originária de pesquisa teórica e análises reflexivas acerca da Assistência Social e sua instrumentalidade na contemporaneidade e da atuação profissional do Assistente Social, enquanto trabalhador social participe da consolidação da Política Nacional de Assistência Social. O objetivo, portanto, é problematizar a *instrumentalidade do estatuto* da Assistência Social no Brasil, através de sua historicidade e sua contemporaneidade, considerando as necessidades do atual estágio de desenvolvimento do modo de produção capitalista; e abordar as *demandas, desafios, e perspectivas da atuação profissional* do Assistente Social na Política Nacional de Assistência Social, considerando as necessidades da classe trabalhadora em se constituir como sujeito histórico do processo de re-evolução futura.

**PALAVRAS-CHAVE:** pobreza, barbárie, política social, assistência social, atuação profissional.

---

<sup>124</sup> Texto base da conferência ministrada no Seminário em comemoração ao Dia do Assistente Social – “Serviço Social na Contemporaneidade: demandas, desafios e perspectivas”, realizado pela Faculdade de Nova Venécia - UNIVEN, em Nova Venécia de 21 a 23 de maio de 2012.

<sup>125</sup> Mestranda do Programa do Pós Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo, bolsista do Fundo de Amparo a Pesquisa do Espírito Santo (FAPES).

E-mail: [quel\\_masc@hotmail.com](mailto:quel_masc@hotmail.com)

Currículo Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4408570U4>

**ABSTRACT:** This production is original research and theoretical analyzes reflective about Social Welfare and its instrumentality in contemporary and professional work of the social worker, social worker while participating consolidation of the National Social Assistance. The goal, therefore, is to discuss the status of the instrumentality of Social Welfare in Brazil, through its historicity and its contemporaneity, considering the needs of the current stage of development of the capitalist mode of production, and address the demands, challenges, and prospects for action professional Social Worker in the National Social Assistance, considering the needs of the working class to constitute itself as a historical process of re-developments.

**KEYWORDS:** poverty, barbarism, social policy, social work, professional performance.



**Raquel Mota Mascarenhas**

**Demandas, desafios e perspectivas do trabalho do Assistente Social na Política Nacional de Assistência Social: debate urgente para um tema recorrente**

*A injustiça avança hoje a passo firme  
Os tiranos fazem planos para dez mil anos  
O poder apregoa: as coisas continuarão a ser como são  
Nenhuma voz além da dos que mandam  
E em todos os mercados proclama a exploração  
E isto é apenas o começo. [...]  
(Elogio da Dialética – Bertold Brecht)*

Dar partida ao debate acerca da Política de Assistência Social do Brasil no século XXI é um desafio, antes mesmo de uma urgência. Um desafio, por dois motivos.

Primeiro porque é complexo colocar em debate a *instrumentalidade do estatuto* da assistência social num país que alcança a 7ª posição entre os países com maior índice de desigualdade social (BETTO, 2012), onde os 10% mais ricos se apropriam de 44,5% do total de rendimentos do país e os 10% mais pobres de apenas 1,1% deste montante (WERNECK, 2012). Neste cenário catastrófico, a problematização da funcionalidade ideológica da Assistência Social encontra um grandioso obstáculo: a defesa absoluta e indiscriminada de seus programas e benefícios. É claro, que não se pretende desconsiderar, a risco de decair num equívoco teórico,

a dimensão histórica e dialética da política social<sup>126</sup> (BEHRING; BOSCHETTI, 2006) e nem deixar de reconhecer os impactos positivos, ainda que insuficientes, desta política pública no cotidiano de mais de 50% das famílias brasileiras, que são beneficiadas por recursos governamentais e/ou serviços sociais (BETTO, 2012). Afirmada essa “positividade”, o que se buscará aqui é ir além: compreender o significado que adquire a Assistência Social no Brasil de hoje a partir de uma análise vinculada ao pensamento marxista.

Um segundo desafio de refletir *para além* da problemática normativa da Assistência Social – ou seja, seus preceitos legalísticos e os conhecimentos puramente técnicos necessários para sua execução – é assumir publicamente um visão de mundo popular, diferenciada da programática governamental: claramente associada à eficiência administrativa e ao produtivismo técnico, ambos com foco em resultados rasos de perceptível reajustamento social. Essa perspectiva de análise esbarra num pernicioso obstáculo: o discurso hegemônico de “erradicar a pobreza”. Um exemplo dessa hegemonia no discurso em âmbito nacional é o Plano Brasil Sem Miséria, instituído por decreto em 2011, visando superar a condição de extrema pobreza, definida por uma renda *per capita* de setenta reais mensais (BRASIL, 2012). No âmbito do estado do Espírito Santo, em 2006 foi elaborado pelo governo estadual o Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2025, que conforma a estratégia de erradicar a pobreza e a redução da desigualdade no estado até 2025. Entretanto, apesar da dificuldade de construir uma reflexão perante o pensamento hegemônico e, ainda mais difícil, fazer ecoar essa reflexão, tentaremos.

A análise envolverá dois momentos, com o fim maior de levantar questões para a reflexão coletiva. No primeiro momento, a problematização da *instrumentalidade do estatuto* da Assistência Social no Brasil, através de sua historicidade e sua contemporaneidade, considerando as necessidades do atual estágio de desenvolvimento do modo de produção capitalista. Num segundo momento abordaremos os *demandas, desafios, e perspectivas da atuação profissional* do Assistente Social na Política Nacional de Assistência Social, considerando as necessidades da classe trabalhadora em se constituir como sujeito histórico do processo de re-evolução futura.

### **Barbárie e Assistência Social: uma análise em construção da *instrumentalidade do estatuto da Política Nacional de Assistência Social***

*Exigi-se que os pobres continuem pobres e, para tanto, é preciso apalermá-los e confundí-los, para impedir que compreendam a origem dos seus problemas. Enquanto permanecerem pobres e confusos, a racionalidade e o equilíbrio dos mecanismos de subordinação estarão garantidos.*  
(Norberto Alayón, 2009)

A Assistência Social no Brasil transcorreu em diferentes caminhos. Até o início dos anos de 1980 ela consistia nos programas de serviços e benefícios desenvolvidos pelas empresas

---

<sup>126</sup> Isto é, na perspectiva histórica e dialética, a política social possui múltiplas causalidades – histórica, econômica, política e cultural – e múltiplas funcionalidades – favorecer o capital ou a classe trabalhadora a depender da correlação de forças estabelecidas (BEHRING; BOSCHETTI, 2006).

privadas, por algumas iniciativas do Estado e pelas ações de solidariedade comunitárias (MOTA, 2009a).

Através da luta a classe trabalhadora conquistou a normativa de *direito social* para a Assistência Social: a assembléia constituinte estabeleceu-a como política de seguridade social, junto com a saúde e a previdência social. A partir de então se trata de política pública não contributiva, designada àqueles que dela necessitam, por não conseguirem garantir suas necessidades materiais, sociais e culturais através da renda do trabalho devido à velhice, infância ou portar deficiência (MOTA, 2009a).

Mais adiante, no final da década de 1990, houve um alargamento no público alvo da política de Assistência Social: os desempregados. Não se visa afirmar que não havia desempregados no Brasil antes desse período, entretanto, existe uma situação de nova roupagem que ocasionou o aumento do desemprego.

É preciso compreender dois pontos. Primeiro que o cenário nacional irrompe num paradoxo. Apesar da seguridade social cunhada na Constituição Federal de 1988 ser claramente vinculada a perspectiva da social-democracia e a idéia de construção de um Estado-Social aos moldes do “Welfare State”, esse modelo encontra-se em colapso a âmbito mundial.

Isso porque, com a crise mundial de 1970, o capitalismo demanda uma nova estratégia de reconstrução e inaugura um novo projeto conhecido como “neoliberal”, fundado na acumulação flexível, na mundialização do capital, e nos programas de ajuste estrutural (BEHRING, 2008). Este último, em particular, infere um novo referencial para a ação dos Estados nacionais. O Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, em 1989 no Consenso de Washington, impõe para os países empobrecidos<sup>127</sup> um conjunto de “políticas recessivas de estabilização” (redução do gasto público; reestruturação dos sistemas de previdência pública para obtenção de superávits fiscais primários) e de “reformas estruturais” (liberalização financeira, abertura comercial, desregulação dos mercados e privatização das empresas estatais) que culminaram, em suma, para a redução catastrófica da intervenção do Estado no social (SOARES, 2003).

Com isso, instaura-se no Brasil uma “contrarreforma” (BEHRING, 2008) do Estado burguês a partir da década de 1990. Se antes o Estado-social era visto como uma tendência, nos marcos dos preceitos econômicos keynesianos, com o neoliberalismo ele emerge num desuso estratégico. O novo projeto de Estado, o neoliberal, torna-se um obstáculo para a construção da seguridade social, nos moldes que havia sido pensado pelos movimentos progressistas da constituinte, e, conseqüentemente, para o estabelecimento da assistência social de forma plena.

Mas é preciso atentar para um detalhe importantíssimo e fazer um parêntese. Apesar das perdas que o Estado neoliberal imprime no desenvolvimento da seguridade social prevista na Constituição de 1988, ela está circunscrita nos limites da social-democracia, ou seja, em última análise ela visa democratizar o capitalismo através da flexibilização das relações institucionais de poder a partir de um compromisso entre as classes sociais (MOTA, 2009a). Numa perspectiva mais radicalizada, a marxista, a seguridade social está vinculada a superação do capitalismo, de inspiração socialista, através da socialização do poder político e da riqueza produzida socialmente (MOTA, 2009a).

---

<sup>127</sup> “Falar de país pobre tende a levar-nos à aparência da pobreza como um fato imutável, natural, casual, enquanto falar de um país empobrecido remete à rápida inferência e à indagação sobre o que ou quem o empobreceu” (ALAYÓN, 1995, p. 119).

Um segundo ponto, para entender o alargamento do público alvo da Assistência Social, é que as diretrizes neoliberais através dos programas de ajuste estrutural ocasionaram um verdadeiro “desastre social” (SOARES, 2003) nos países empobrecidos, isto é, o agravamento da desigualdade estrutural, a generalização da precariedade e insegurança no mercado de trabalho e o retorno à responsabilização privada do bem-estar social (SOARES, 2003). Em particular, no Brasil isso foi ainda mais catastrófico, visto a histórica desigualdade social do país, existente a mais de quinhentos anos.

Com esses dois pontos – o paradoxo entre a Constituição brasileira de 1988 e o Estado neoliberal e o “desastre social” – queremos refletir que a ampliação do público alvo da Assistência Social, ou seja, o aumento da população empobrecida, é interpretada aos olhos da burguesia como “ameaça”, um “risco” de ruptura do tecido social, uma potência de re-evolução. Isso porque a situação de miséria desperta temor, pela sua potencialidade de tornar a população empobrecida em uma massa violenta e contestadora (ALAYÓN, 1995).

Devido a isso o estatuto da Assistência Social no Brasil assumi na contemporaneidade uma renovada instrumentalidade, visto que esta política pública tem sido evocada como uma das “estratégias de enfrentamento moral” da desigualdade e como uma das formas de “gestão da barbárie”, assumindo em âmbito nacional uma centralidade quase que absoluta em relação à saúde e a previdência – que passam a ser privatizadas e mercantilizadas, deixando cada vez mais de ser majoritariamente ofertada como política pública estatal.

É preciso, portanto, compreender o que tem sido enunciando como instrumentalidade do estatuto da Assistência Social. Consideramos que o estatuto desta política social é herdado da seguridade social, por ser um de seus pilares constitutivos. A essência do estatuto da seguridade social consiste em ser “uma das mediações do processo de reprodução social” (MOTA, 2009b). Isto é, o estatuto da Assistência Social é ser um mecanismo de mediação com base na produção material, visto que diz respeito às necessidades objetivas do ser humano, e transitar como instituição social na esfera da superestrutura. Por esse estatuto dialético – base estrutural, material, e transito superestrutural – é próprio da Assistência Social a instrumentalidade de mediação do processo de reprodução social, ou seja, de mediar as contradições e as lutas de classe.

Entretanto, por transitar na esfera da superestrutura, como instituição social, lhe é atribuída outro significado, diferente de sua essência. O estatuto “atribuído” a Assistência Social, no campo da aparência, faz com que essa seja vista par além de uma política de proteção social, tornando-se central como ideologia e prática política (MOTA, 2009b). Esse novo estatuto confere a essa política social “o selo do enfrentamento da desigualdade” e elencam-na como “solução para combater a pobreza” (MOTA, 2009b). Essas atribuições transformam a Assistência Social em um “mito social”, visto a impossibilidade de erradicar a pobreza e reduzir a desigualdade através de uma política pública, em detrimento de uma distribuição equitativa da riqueza produzida coletivamente (MOTA, 2009b).

Cunhado de forma consciente, esse mito (o estatuto aparente da Assistência Social) inaugura uma nova *instrumentalidade* que consiste, em suma, em dois pontos: i) substituir o trabalho, em sua função integralizadora, pela Assistência Social e ii) legitimar o projeto de sociedade em curso, visto a impossibilidade real do capital empregar a classe trabalhadora expulsa do mercado de trabalho e, portanto, sem rendimentos (MOTA, 2009b).

A *instrumentalidade* da Assistência Social na contemporaneidade é despolitizar a luta através da negação do caráter classista das desigualdades sociais, substituindo o conceito de classe

trabalhadora por “excluídos”, “desfiliados”, “desconectados” (MOTA, 2009b). Estes seriam, portanto, o público da política de Assistência Social, e, conseqüentemente, aqueles a quem o Assistente Social direcionará sua ação.

Mencionamos que a essa “nova” instrumentalidade do “aparente” estatuto da Assistência Social torna-a central como “estratégias de enfrentamento moral” da desigualdade e como uma das formas de “gestão da barbárie”. É preciso entender a fundo o que isso significa.

Primeiramente é preciso ter em mente que ambos processos não se restringem ao âmbito nacional, mas que consistem em uma das tendências das política social no capitalismo do século XXI.

Em relação à Assistência Social enquanto uma das “estratégias de enfrentamento moral” da desigualdade, é importante compreender que no interior da seguridade social brasileira essa política, como visto, tem ocupado o lócus central, uma maior prioridade. Visto que a saúde e a previdência social têm sido ofertadas de forma concorrente pelo mercado.

Desde a década de 1990, a saúde vivencia um processo ampliado de mercadorização, com a proliferação indiscriminada de planos de saúde, e a previdência social um processo rigoroso de privatização (MOTA, 2009b). Essas duas tendências, mercadorização e privatização, significam, em suma, uma apropriação pelo mercado dos direitos social. Isto é, o que antes se tratava de um serviço público, hoje deve ser adquirido através das relações de compra e venda – significando mais uma perda para a classe trabalhadora, ainda que não sem luta, e uma abertura de novos e lucrativos mercados para o capital privado (MARANHÃO, 2009).

A Assistência Social, por sua vez, toma proporções espetaculosas no âmbito da administração governamental. Entretanto, apesar do “discurso de ampliação”, o crescimento dessa política se dá de forma focalizada e restringida aos extremamente pobres. Vejamos que na contemporaneidade, o “enfrentamento moral” da desigualdade se restringe ao mitigamento da pobreza através da Assistência Social. Isso visto que, assumido a incapacidade do mercado oferecer e absorver toda a força de trabalho disponível, é admitido a necessidade de garantir o “mínimo” àqueles que não conseguem sobreviver através do consumo de bens e serviços via mercado. Nesse contexto, o Estado oferta serviços e benefício assistenciais – devido a pressão da massa de trabalhadores empobrecidos e a subordinação da máquina estatal à classe burguesa, temerosa.

Num segundo ponto, quando afirmamos que a Assistência Social figura enquanto uma das estratégias de “gestão da barbárie” queremos problematizar um assunto central para pensarmos a atuação profissional: o desenvolvimento atual do modo de produção capitalista.

Uma análise acerca do atual estágio do modo de produção postula que a cada crise este emerge em um processo de *barbárie* (MENEGAT, 2011, 2012). E o que seria isso?

Para Karl Marx, em relação ao capitalismo, o conceito de barbárie se refere à incompatibilidade entre relações de produção e desenvolvimento das forças produtivas, isto é, a cada crise o capitalismo necessita destruir uma parte das forças produtivas para garantir a perpetuação das suas relações de produção (MENEGAT, 2012).

Embora recorrente, as crises se aprofundaram e na atualidade não vivenciamos mais ciclos e sim permanecemos em crise, num estado de *crise sem fim*, num verdadeiro esgotamento do processo civilizatório creditado ao capitalismo (MENEGAT, 2012).

O conceito de barbárie nesse momento contém ainda o movimento de mudança, o estágio em que o velho está morrendo e novo ainda não surgiu. Através desse conceito, podemos compreender a realidade em sua essência de crise e de urgência de transformação. Isso porque, esse movimento de mudança tem em si a potência de uma *re-evolução* – onde o velho, o capitalismo, passará por um processo de substituição (MENEGAT, 2011). Para que se instaure uma mudança transformadora faz-se necessário a constituição de um sujeito histórico capaz de engendrar, liderar e direcionar essa nova sociabilidade (MENEGAT, 2011). Entretanto, a *re-evolução* é um caminho possível para o desfecho do atual estágio de *barbárie*, mas não o único.

É problemática a constituição de um sujeito histórico por diversos motivos. Nesse momento, destacamos o papel do Estado por se constituir basilar à sobrevivência das relações sociais capitalistas. É nesse ponto, que a política de Assistência Social tem sido elencada como um instrumento de gerir a continuidade do velho, da não transformação, a continuidade do empobrecimento da maioria.

A “gestão da barbárie” é tarefa necessária para o não desencadeamento do processo de re-evolução e vem sendo executada de forma consciente pela classe burguesa dominante através dos Estados nacionais via extermínio (encarceramento, assassinatos, mutilações, etc.) e despolitização da classe trabalhadora - através de diversos mecanismos (a difusão midiática da cultura do consumo, da crença na educação como mobilidade social, a criminalização da pobreza, etc.), entre eles a oferta de serviços e benefícios assistenciais.

Nesse ponto, em vistas a evitar entendimentos confusos, é necessário um parêntese para reafirma que no interior dessa argumentação não se perdeu de vista a dialética da política de Assistência Social, do seu caráter contraditório que a torna produto tanto das necessidades da classe trabalhadora, como dos imperativos da classe burguesa. Apesar disso, essa interpretação radicalizada admite uma análise aproximativa do movimento do concreto, do real, no qual a Assistência Social está inserida.

Diante a reflexão da instrumentalidade do estatuto da Assistência Social e do processo de barbárie, colocamos a seguinte pergunta: quais são os desafios, os limites e as perspectivas para a atuação do assistente social?

### ***Demandas, desafios e perspectivas da atuação profissional do Assistente Social na Política Nacional de Assistência Social***

*[...] Mas quando nos julgarem bem seguros, cercados de bastões e fortalezas, hão-de ruir em estrondo os altos muros e chegará o dia das surpresas.*

*(Ouvindo Beethoven – José Saramago)*

Não há aqui a pretensão ingênua de responder de forma conclusiva a riqueza de questionamento e a amplitude de angústias que se renovam no interior do conjunto dos assistentes sociais. Tem-se sim uma ansiedade de contribuir com mais questões para pensar junto sobre essa ação profissional distintamente complexa e reconhecidamente estratégica.

Nesse sentido apresentaremos alguns elementos para pensar as demandas postas aos assistentes sociais, os desafios da atuação profissional e as perspectivas possíveis para a construção de um agir profissional consciente.

Acerca das demandas, podemos inferir que o mercado de trabalho tem demandado ao assistente social de forma ampliada e predominante uma consistente competência técnica. Percebemos, através de processos seletivos e concursos, que o foco na avaliação do profissional está centrado na capacidade de memorizar e apreender um conjunto de normatizações (leis, decretos, planos, estatutos, resoluções, parâmetros, códigos, etc). A importância desse conhecimento não é questionável, entretanto a sua centralidade, sim.

Essa reflexão nos alerta que no interior dessa demanda está conformado certo centralismo do “saber fazer” (IAMAMOTO, 2012). Isto é, tem sido requerido uma prática profissional desvinculada da “questão social”<sup>128</sup>, onde o assistente social deve privilegiar a construção de estratégias técnicas e habilidades práticas dissociadas do rigor teórico-metodológico, necessário a construção da ação profissional vinculada à análise histórico-crítica dos processos sociais (IAMAMOTO, 2012).

Essa demanda está intimamente articulada com a contemporânea *instrumentalidade do estatuto* da Assistência Social. Isso porque para ser cumprido a tarefa de *gerir a barbárie*, através da despolíticação da população empobrecida, é necessário que os formuladores desta política e seus executores estejam também desprovidos de uma arcabouço teórico vinculado a crítica da sociedade atual.

Diante essa demanda são inúmeros os desafios que se colocam para os assistentes sociais comprometidos com a construção do projeto ético-político vinculado a um projeto societário que estima a superação da barbárie através de uma re-evolução, da construção do novo mundo, onde ocorra a divisão da riqueza e do poder político, a emergência da justiça social e a conquista da liberdade.

O desafio é justamente construir uma atuação profissional que tenha como norteadora os interesses da classe trabalhadora, apesar das condições de trabalho marcadas pelos contratos temporários, sobrecarga de trabalho, baixos salários, assédio moral, coerção política, etc.

Apontaremos, sem pretender esgotar, alguns desafios colocados à atuação profissional do assistente social na política de Assistência Social. É claro que esses desafios só se configuram como tal, do ponto de vista de um projeto profissional ético-político crítico.

Porém antes de começar é preciso mencionar que não será a atuação profissional, nem mesmo um conjunto de “boas” experiências, que irá transformar a realidade. Isso porque nenhuma atuação profissional é capaz de suprimir as desigualdades sociais existentes no interior da sociedade, para tal é preciso uma superação da ordem do capital (NETTO, 2007a).

Ter em mente esse limite da atuação profissional nos distancia de uma postura *messiânica*, onde o assistente social toma para si a responsabilidade de “mudar o mundo” através do seu exercício profissional (NETTO, 2007a). Entretanto, é preciso também se distanciar de uma postura *fatalista*, para não corresponder apenas à demanda do mercado e condenar o Serviço Social ao burocratismo formalista (NETTO, 2007a).

Visto isso, um primeiro desafio para a construção de uma atuação profissional comprometido com a necessidade de romper com a tarefa de gerir a barbárie desempenhada pela Assistência Social é a desconstrução subjetiva dos valores burgueses. Um desafio que se inicia desde a graduação.

---

<sup>128</sup> “A ‘questão social’, nesta perspectiva analítica, nada tem a ver com o desdobramento de *problemas sociais* que a ordem burguesa herdou ou com *traços invariáveis da sociedade humana*; tem a ver, exclusivamente, com a sociabilidade erguida sob o comando do capital” (NETTO, 2007b, p. 158).

Isso porque se faz necessário que o assistente social tenha consciência de que compõe a classe trabalhadora, a classe que vive do trabalho. Além da consciência de classe é preciso que o profissional rompa com o pensamento hegemônico de conceber a pobreza como um fenômeno natural e os pobres como um *não sujeito*. Por fim, é preciso que ele conceba a necessidade e a possibilidade de construção de uma nova ordem social. Sem esses elementos, um projeto de profissão crítico é frágil e mistificado.

Outro desafio é a construção de uma prática profissional popular. Isso porque, apesar de o assistente social ser requisitado pela sua capacidade técnica é necessário que ele alargue a sua atuação para além do formalismo burocrático, para desenvolver ações que potencialize a organização popular e os processos de reflexão acerca da condição social dos trabalhadores empobrecidos.

Outros desafios que podem ser elencados são: i) a construção de uma investigação acerca da realidade local e da população atendida norteada por conexões entre o singular e o universal, ou seja, para além do território e de dados censitários; ii) o desenvolvimento de pesquisas e concepção da prática profissional como fonte de informações e sistematizações; iii) a percepção das demandas do usuário para além de seu enquadramento nos serviços de proteção básica e especial; iv) organização da rede sócio-assistencial; v) participação ativa nos conselhos, entendendo-os como um fórum privilegiados de deliberação sobre a alocação dos recursos financeiros; vi) compreender a instrumentalidade da Assistência Social como mecanismo integralizador; vii) compreender a necessidade de ampliação da Assistência Social, sem designar a ela a função de enfrentamento da “questão social” (MOTA, MARANHÃO, SITCOVSKY, 2009).

Diante desses desafios e das demandas ao Assistente Social no âmbito da Assistência Social, elencamos duas perspectivas para a atuação profissional: uma conservadora e outra que chamaremos de “trasbordante”.

Postulamos que uma perspectiva conservadora de atuação profissional ratifica as diretrizes postas à política de Assistência Social na atualidade:

- a) familismo: onde a família é a principal responsável pela garantia do bem-estar de seus membros (MIOTO, 2008);
- b) sobrecarga de gênero: onde a mulher é a principal responsável pelo cuidado da família e administração dos benefícios assistências recebidos (RODRIGUES, 2008);
- c) centralidade da qualificação profissional: onde a propagação da concepção de capital social é imperante para a competitividade no mercado de trabalho e a obtenção de um emprego (LESSA, 2011);
- d) educacionismo: onde a atividade educativa é vista como capaz de transformar e superar as desigualdades sociais (LESSA, 2011);
- e) fragmentação das ações: onde a atuação profissional se restringe ao formalismo burocrático (NETTO, 2007a) e a vigilância e docilimento dos sujeitos empobrecidos.

Numa outra perspectiva, a “transbordante”, o agir profissional possui uma instrumentalidade ético-política diferenciada da ratificação das demandas postas ao assistente social. Nesse sentido, essa perspectiva admite a necessidade da re-evolução da ordem social e deve buscar desenvolver sua atuação a partir de diretrizes distintas, como:

- a) responsabilização da família, da sociedade e do Estado na garantia do bem-estar;

- b) educação popular como instrumento de atuação profissional;
- c) planejamento e avaliação das ações profissionais;
- d) construção de espaços plurais que incentive e propicie a formação política dos usuário da política de Assistência Social;
- e) construção de espaços que incentive e propicie a organização e formação política dos trabalhadores da política de Assistência Social.

Acreditamos que são inúmeras as possibilidades de ampliar as perspectivas apresentadas. Entretanto, esperamos contribuir para a sua reflexão priorizando a importância de uma atuação profissional descompromissada com a despolitização dos empobrecidos.

Isso porque o assistente social está situado no contexto das contradições e dos conflitos de classe, o que faz dele um ator essencialmente político e lhe atribui a condição de participante na relação conflituosa entre as classes (MONTAÑO, 2006).

É por conta dessa *condição de participante* que consideramos que a atuação profissional pode, e deve, estar intimamente ligada as necessidade da classe trabalhadora e, principalmente, a formação do sujeito histórico que irá liderar o processo de re-evolução.

Nesse sentido, ratificamos a importância estratégica da atuação profissional estar comprometida com a valorização da classe trabalhadora através da ação subsidiária no seu processo de formação de consciência de classe. Processo no qual o assistente social não precisa subestimar a capacidade política dos empobrecidos, que trazem em si grande sabedoria popular e incontestável potência para construir um conhecimento esclarecedor de sua realidade social.

*Eu quero - Patativa do Assaré (Antônio Gonçalves da Silva)*

*Quero um chefe brasileiro  
Fiel, firme e justiceiro  
Capaz de nos proteger  
Que do campo até a rua  
O povo todo possua  
O direito de viver*

*Quero ver do Sul ao Norte  
O nosso caboclo forte  
Trocar a casa de palha  
Por confortável guarida  
Quero a terra dividida  
Para quem nela trabalha*

*A bem do nosso progresso  
Quero o apoio do Congresso  
Sobre uma reforma agrária  
Que venha por sua vez  
Libertar o camponês  
Da situação precária*

*Quero paz e liberdade  
Sossego e fraternidade  
Na nossa pátria natal  
Desde a cidade ao deserto  
Quero o operário liberto  
Da exploração patronal*

*Eu quero o agregado isento  
Do terrível sofrimento  
Do maldito cativo  
Quero ver o meu país  
Rico, ditoso e feliz  
Livre do jugo estrangeiro*

*Finalmente, meus senhores,  
Quero ouvir entre os  
primores  
Debaixo do céu de anil  
As mais sonoras notas  
Dos cantos dos patriotas  
Cantando a paz do Brasil*

## REFERÊNCIAS

ALAYÓN, N. Controle dos pobres ou erradicação da pobreza? In: ALAYÓN, N. **Assistência e Assistencialismo: controle dos pobres ou erradicação da pobreza?** 2 ed. São Paulo: Cortez, 1995.

BEHRING, E. R. **Brasil e Contrarreforma.** São Paulo: Cortez, 2008.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política social: fundamentos e história.** São Paulo: Cortez, 2006.

BETTO, Frei. Desigualdade social e renda injusta. BRASIL DE FATO, 18 fev. 2011. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/5725>>. Acesso em 15 abr. 2012.

BRASIL. [Decreto nº 7.492, de 2 de junho de 2011.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7492.htm) Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/decreto/d7492.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7492.htm)>. Acesso em: 15 abr. 2012.

IAMAMOTO, M. V. As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no Serviço Social contemporâneo. Trajetória e desafios. **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional.** Disponível em: <[http://www.fnepas.org.br/pdf/servico\\_social\\_saude/texto2-2.pdf](http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto2-2.pdf)> Acesso em: 30 abr. 2012.

LESSA, S. E. do C. A formação via PNQ e a inserção produtiva dos CRAS: a reposição empobrecida e emergencial da qualificação dos trabalhadores. **Serviço Social e Sociedade**, n. 116. São Paulo: Cortez, 2011.

MARANHÃO, C. H. Acumulação, trabalho e superpopulação: crítica ao conceito de exclusão social. In: MOTA, A. E. (org.). **O Mito da Assistência Social.** 3 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

MENEGAT, M. Esperando a tempestade. Disponível em: <<http://antivalor2.vilabol.uol.com.br/textos/outros/marildo02.html>>. Acessado em: 11 nov. 2011.

MENEGAT, M. **A atualidade da barbárie.** Artigo, 1994. Disponível em: <<http://antivalor3.vilabol.uol.com.br/outros/marildo12.html>>. Acesso em: 12 mar. 2012.

MIOTO, R. C. T. Família e Políticas Sociais. In: BOSCHETTI, I.; BEHRING, E. R.; SANTOS, S. M. de M. dos; MIOTO, R. C. T. (org.). **Política Social no Capitalismo: tendências contemporâneas.** São Paulo: Cortez, 2008.

MONTAÑO, C. Um projeto para o Serviço Social crítico. **Katálisis**, v. 9, n. 2, jul./dez. 2006).

MOTA, A. E. Apresentação – O Fetiche da Assistência Social. In: MOTA, A. E. (org.). **O Mito da Assistência Social.** 3 ed. São Paulo: Cortez, 2009a.

MOTA, A. E. A centralidade da Assistência Social na Seguridade Social brasileira no anos 2000. In: MOTA, A. E. (org.). **O Mito da Assistência Social.** 3 ed. São Paulo: Cortez, 2009b.

MOTA, A. E.; MARANHÃO, C. H.; SITCOVSKY, M. As tendências da política de Assistência Social, o SUAS e a formação profissional. In: MOTA, A. E. (org.). **O Mito da Assistência Social.** 3 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

NETTO, J. P. Desigualdade, pobreza e Serviço Social. **Em pauta**, n. 19. 2007a.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-54.** São Paulo Cortez, 2007b.

RODRIGUES, M. T. Equidade de gênero e transferência de renda. In: BOSCHETTI, I.; BEHRING, E. R.; SANTOS, S. M. de M. dos; MIOTO, R. C. T. (org.). **Política Social no Capitalismo: tendências contemporâneas.** São Paulo: Cortez, 2008.

SOARES, L. T. R. **O desastre social.** Rio de Janeiro: Ed. Record, 2003.

WERNECK, F.; LEAL, L. N. Mais ricos têm renda 39 vezes maior que os mais pobres, diz Censo 2010. Estadão, 16 nov. 2011. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/cidades,mais-ricos-tem-renda-39-vezes-maior-que-os-mais-pobres-diz-censo-2010-799093,0.htm>>. Acesso em: 15 abr. 2012.

## **ARTIGO 6: A EDUCAÇÃO PERMANENTE NO SUAS: A EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA DE FORMAÇÃO CONTINUADA DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA**

*Viver do que se sabe. Aprender do que se vive.*

*(Autor desconhecido)*

Layla Daud Siqueira  
Pollyana Tereza Ramos Pazolini

### **APRESENTAÇÃO**

Neste artigo apresenta-se a trajetória do Programa de Formação Continuada enquanto uma das estratégias de gestão que surge com o propósito de qualificar a implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no município de Vitória. Para subsidiar tal discussão iremos entrelaçar o desenvolvimento das ações do Programa ao que preconiza os instrumentos normativos da Política Nacional de Assistência Social (PNAS).

Nesse movimento é pertinente destacar os aspectos que serão abordados no decorrer do texto. O primeiro refere-se a uma breve contextualização do processo de profissionalização da Assistência Social a partir dos seus principais marcos regulatórios, iniciados com a Constituição Federal de 1988 (CF/88). No segundo serão elencadas as principais ações realizadas pelo Programa de Formação Continuada em seus 05 anos de funcionamento, tendo como referência as diretrizes estabelecidas na Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (NOB/RH), em especial aquelas que tratam da Política Nacional de Capacitação no âmbito do SUAS. Por último serão destacados os desafios e potencialidade das ações de formação no processo de profissionalização e fortalecimento da Política de Assistência Social.

### **ASSISTÊNCIA SOCIAL: DA BENEVOLÊNCIA À PROFISSIONALIZAÇÃO**

A Assistência Social esteve a muitos anos atrelada ao estigma do assistencialismo, favor, clientelismo, perpassando por caminhos de lutas e conquistas alcançadas pela sociedade para se tornar uma Política de Seguridade Social não contributiva, colocando-a como direito do cidadão em situação de vulnerabilidade social.

Conforme Costa (2002, p.35), as ações assistenciais do sistema de proteção social brasileiro foram desenvolvidas fora do padrão de universalidade e defesa dos direitos sociais mínimos, constituindo mecanismos “assistenciais suplementares”.

No que tange a assistência social, as atividades eram marcadas pela desorganização e fragmentação das ações, bem como pela tutela das relações entre o Estado e a sociedade civil. Essa buscava a legitimação estatal junto à população carente, atrelando a oferta de benefícios ao favor e à caridade privada, com práticas permeadas por fortes traços de assistencialismo e seletividade e coordenadas pelo primeiro-damismo. (BEHIRNG; BOSCHETTI, 2006)

Tal realidade sofreu alterações significativas com a Constituição Federal promulgada em 1988, que trouxe pela primeira vez a concepção da política social como um direito do cidadão brasileiro, com destaque para a introdução do conceito de seguridade social, baseada no tripé previdência, saúde e assistência social. Segundo Yazbek (1997, p.04), tal conceito supõe a “universalidade de cobertura no âmbito da proteção social, [onde os cidadãos devem ter] acesso a um conjunto de certezas e seguranças que cubram, reduzam ou previnam os riscos e as vulnerabilidades sociais”.

Nas palavras de Boschetti (2003, p.77), ao instituir a assistência social como política de seguridade social, “o Estado brasileiro passa a reconhecer a assistência como parte de um sistema mais amplo de proteção social,” negando seu caráter marginal e defendendo sua articulação com as demais políticas como ponto indispensável e obrigatório.

Nesse caminho, as diretrizes assinaladas nos artigos 203 e 204 da Constituição Federal são regulamentadas com a aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei nº. 8742/93). Somente em 2003 é aprovada a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), por meio da Resolução nº 145/20 do Conselho Nacional da Assistência Social (CNAS).

Aqui cabe destacar o papel fundamental da participação popular na luta por materializar a assistência social enquanto política pública e direito social, visto que foi a partir dos debates que culminaram na IV Conferência Nacional de Assistência Social que surge o redesenho das novas bases e diretrizes para a Política Nacional de Assistência Social, apontando para a urgência da implementação do Sistema Único da Assistência Social (PNAS, 2004).

Nessa perspectiva, a PNAS veio a consubstanciar o novo modelo de gestão da Assistência Social: o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), fazendo emergir uma nova processualidade histórica no que diz respeito à solidificação da Assistência Social desde a LOAS.

Ainda de acordo com a Política Nacional da Assistência Social, o Suas possibilita a “normatização dos padrões nos serviços, qualidade no atendimento, indicadores de avaliação e resultado, nomenclatura dos serviços e da rede socioassistencial”(PNAS, 2004, p. 39). Ao

encontro do que dispõe a PNAS, Mota (2008) aponta dois aspectos contemplados com a instituição do SUAS:

[...] a possibilidade de superar a histórica cultura assistencialista brasileira, levada a efeito pelo patrimonialismo da classe dominante, cujos traços principais são a ideologia do favor, da ajuda, da dádiva, aliados às práticas fisiológicas e ao nepotismo; a outra refere-se à superação da ideologia da caridade e do *primeiro-damismo* através da criação de parâmetros técnicos e da profissionalização da execução da Assistência Social, como dão indícios as competências requeridas para a implementação da proposta (MOTA, 2008, p. 190).

Aqui é imperioso ressaltar que, como afirma Couto et al. (2010), a qualidade dos serviços socioassistenciais disponibilizados à sociedade depende da estruturação do trabalho, da qualificação e valorização dos trabalhadores do Suas. Sendo esta peça fundamental para execução dessa política, uma vez que a principal intervenção da assistência social é o próprio profissional.

Nessa perspectiva a gestão do trabalho e a formação dos trabalhadores tornam-se uma área estratégica e prioritária com a aprovação, em 2006, da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos que define os parâmetros gerais necessários à gestão do trabalho no âmbito da assistência social, abarcando novos desenhos organizacionais, educação permanente, desprecarização do trabalho, adequação dos perfis profissionais às necessidades do SUAS, processo de negociação do trabalho e planos de carreira, cargos e salários, entre outros aspectos.

Aqui releva destacar que, para atender aos princípios e diretrizes estabelecidos na NOB-RH, a gestão do trabalho deve centrar-se na constituição de uma Política Nacional de Capacitação, com base no princípio da educação permanente, de maneira sistemática e continuada, sustentável, participativa, nacionalizada, descentralizada, avaliada e monitorada, com a “finalidade de produzir e difundir conhecimentos que devem ser direcionados ao desenvolvimento de habilidades e capacidades técnicas e gerenciais” (FERREIRA, 2011, p.40).

É necessário pontuar que, como apontam os estudiosos da temática, muitos são os desafios para se efetivar a gestão do trabalho – e com ela o princípio de educação permanente – enquanto eixo estruturante do SUAS. As transformações no mundo do trabalho trazidas pelos ajustes neoliberais e reestruturação produtiva são ainda mais negativas para a política de assistência social devido a seu caráter histórico pautado na cultura autoritária, paternalista e assistencialista (RAICHELIS, 2011).

Em contra ponto a tais desafios, a consolidação da política de assistência social no âmbito da proteção e promoção social brasileira exige um processo de formação contínuo que ofereça, aos profissionais da área, novos conhecimentos e instrumentos que os qualifiquem para a gestão da

política, de acordo com as especificidades e necessidades de seus territórios e comunidades. Nesse caminho Raichellis (2009) ressalta que

Quanto mais qualificados e capacitados os trabalhadores da assistência social menos sujeitos a manipulação e mais preparados para enfrentar os jogos de pressão política, o assédio moral e a cooptação nos espaços institucionais, conferindo qualidade e consistência ético-política ao trabalho realizado (RAICHELIS, 2009, p.58).

Assim a Política de Assistência Social supõe mudanças substanciais em seu processo de trabalho expressas na capacidade dos profissionais de “responder satisfatoriamente as necessidades dos indivíduos e coletividades; do compromisso com a prestação de serviços de qualidade; na democratização das informações, estimulando a participação ativa dos usuários nas decisões institucionais”, favorecendo a garantia dos direitos socioassistenciais (MUNIZ, 2011, p. 34).

Reiterando esse propósito aprovação da Lei 12.435/2011, que altera a LOAS e inclui em sua redação o modelo de organização contido no SUAS, representa a busca por superar os entraves estruturais da política de assistência social e traz progressos indiscutíveis, produzindo mudanças nos setores administrativo, financeiro e metodológico e redimensionando a gestão do trabalho na Assistência Social.

Aqui cabe destacar o artigo 6º da referida lei que institui entre os objetivos da gestão do Sistema único da Assistência Social (SUAS), implementar a gestão do trabalho e a educação permanente da assistência social. Nessa perspectiva, a nova redação conferida ao artigo 6º da LOAS corrobora os avanços demarcados pela NOB-RH/SUAS, implementada em 2006, na perspectiva da profissionalização da Política de Assistência Social e da garantia dos serviços públicos de qualidade.

Destaca-se ainda que a gestão do trabalho na assistência social vai de encontro à lógica empresarial do modelo de competências, uma vez que nega o mero “controle de pessoas, adequação de perfis e funções, assim como a oferta de capacitações para a transmissão de orientações e conhecimentos” (SILVEIRA, 2011, p.20).

Nesse caminho, com o objetivo de atender os propósitos desse artigo, releva apresentar a natureza do trabalho desenvolvido na Política de Assistência Social. Analisando tal discussão Silveira (2011) expõe que o trabalho na assistência não se encontra dissociado do processo de (re) produção social e disputa na esfera pública, sendo permeado pelo atual contexto de reestruturação produtiva e suas consequências para o mundo do trabalho.

Em outros termos, a autora descreve o trabalho na assistência como uma questão configurada por dimensões complexas, assumindo um caráter eminentemente político que se concretiza na

esfera pública de conquistas dos direitos e dos instrumentos de gestão democrática. Diante desses princípios, o trabalho aumenta o compromisso público com a “produção de direcionamentos éticos, técnicos e políticos que se contraponham à reatualização de práticas conservadoras (...) que se quer expressam as diretrizes e os princípios constitucionais da democratização formal do acesso aos direitos” (SILVEIRA, 2011, p.27).

Nesse preâmbulo ocorre uma mudança fundamental para a discussão da formação continuada no âmbito do SUAS, onde o trabalho e o trabalhador assumem papel primordial para a construção de uma nova práxis na defesa pública e coletiva dos direitos socioassistenciais. Aqui releva destacar a amplitude de tal debate, contudo, para os objetivos deste artigo, propõe focar a discussão nos imperativos que a gestão do trabalho traz para a formação continuada no âmbito do SUAS.

Analisando tal transformação Silveira (2011) destaca que apesar de sua complexidade, o debate sobre a nova concepção do trabalho na assistência é fundamental uma vez que responde

[...] às implicações do trânsito político da denominação antes restrita a técnicos e servidores públicos para trabalhadores da assistência social que atendem trabalhadores, em geral desempregados ou na informalidade. É mais do que uma modificação semântica ou a construção de uma identidade de trabalhador, é o reposicionamento do projeto político da assistência social, pelo protagonismo dos trabalhadores no enfrentamento da questão social na cena contemporânea e da ampliação das conquistas sociais nessa esfera (SILVEIRA, 2011, p.25/26).

Nesse processo, a educação permanente e a formação continuada assumem papel decisivo na gestão do trabalho no âmbito do SUAS, uma vez que estabelecem parâmetros e instrumentos que visam o aprimoramento da qualidade dos serviços socioassistenciais, com base na construção de processos interventivos que promovam o protagonismo dos usuários, o fortalecimento da prática democrática e da cultura de direitos.

Contudo não se pode perder de vista que a arena da Política de Assistência Social é marcada por ambiguidades e contradições históricas, que também perpassam a discussão da formação continuada no âmbito do SUAS, e para além da constituição de prerrogativas legais, exigem um compromisso ético-político com a ampliação dos direitos sociais e a reestruturação do setor público na assistência social.

## **DESENHO DO PROGRAMA DE FORMAÇÃO CONTINUADA**

A partir de 2005 o município habilitou-se na gestão plena da política de Assistência Social, assumindo um formato sistêmico de organização e gestão por meio do Sistema Único de

Assistência Social (SUAS). Programas, projetos, benefícios e serviços existentes foram reordenados e outros foram implantados tendo como moldura as diretrizes de Governo e as concepções e princípios contidos nas legislações que regulamentam a Política de Assistência Social (PMV, 2011).

Aqui releva destacar que, conforme preconiza a NOB-SUAS, entre as competências dos municípios habilitados em gestão plena encontra-se a responsabilidade de implantar programas de capacitação de gestores, profissionais, conselheiros e prestadores de serviços, agentes operadores da Política de Assistência Social, observando os seus planos de Assistência Social. Atendendo a essa prerrogativa, a Semas implanta, no ano de 2007, Programa de Formação Continuada vinculado à Gerência de Gestão da Assistência Social (GGAS).

De acordo com o decreto nº 15181/2011, que dispõe sobre a organização e funcionamento das Unidades Administrativas da Secretaria de Assistência Social, entre as atribuições da GGAS estão a promoção da “gestão do conhecimento, por meio da formação continuada de recursos humanos” e da “gestão do trabalho com vistas a estruturação do trabalho, da qualificação e valorização dos trabalhadores do SUAS”.

Para cumprir tais propósitos a Gerência desenvolve ações que visam à sistematização de dados e o referenciamento das informações, por meio da Coordenação de Vigilância Socioassistencial (CVS); o registro da memória institucional, responsabilidade do Centro de Documentação (CEDOC); o aprimoramento das relações de comunicação interna e externa, realizado pela Assessoria de Comunicação; e, a aprendizagem contínua, proposta pelo Programa de Formação Continuada.

Destaca-se, portanto, o rico e vasto campo de atuação onde o Programa de Formação está inserido, visto que a Gerência de Gestão agrega setores e procedimentos que se constituem em agentes indutores para a construção de conhecimentos na Semas, desempenhando papel decisivo na busca por valorizar a sistematização da prática e por incorporar uma atitude profissional investigativa.

Nesse caminho observa-se a conexão entre as ações desenvolvidas pela Gerência de Gestão e pelo Programa de Formação Continuada com o princípio da Gestão do Conhecimento dentro das organizações, cujo implica em processos de criação, compartilhamento e uso das informações, com o objetivo de construir novas práticas e enfrentar desafios postos pelo cotidiano e pelas mudanças vividas na sociedade.

É nesse propício cenário que se desenvolve o Programa de Formação Continuada com o objetivo de

sistematizar um processo de educação permanente prevista na Política Nacional de Assistência Social, Norma Operacional Básica do SUAS e Norma Operacional Básica de Recursos Humanos, aperfeiçoando o atendimento de sua rede sócio-assistencial, por meio de sua equipe de gerentes, profissionais, conselheiros e prestadores de serviços (PMV, 2008, p.22).

O Programa de Formação nasce vinculado a uma proposta de qualificação de caráter amplo e holístico, para além das exigências técnicas e gerenciais, considerando as particularidades do processo de trabalho nos serviços socioassistenciais, tendo como público prioritário: gestores, trabalhadores, da rede pública e privada, dirigentes da rede socioassistencial e conselheiros da assistência social.

Para cumprir tal propósito o Programa de Formação fundamenta suas ações no princípio da educação permanente sinalizada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), por meio da NOB-RH/SUAS, que a define enquanto um

processo de permanente aquisição de informações pelo trabalhador, de todo e qualquer conhecimento, por meio da escolarização formal ou não formal, de vivências, de experiências laborais e emocionais, no âmbito institucional ou fora dele. Compreende a formação profissional, a qualificação, a re-qualificação, a especialização, o aperfeiçoamento e a atualização. Tem o objetivo de melhorar e ampliar a capacidade laboral do trabalhador, em função de suas necessidades individuais, da equipe de trabalho e da instituição em que trabalha, das necessidades dos usuários e da demanda social. (FERREIRA, 2011, p.99).

Nessa perspectiva a educação permanente suscita ampliar a visão da prática educativa para além da qualificação dos trabalhadores em cursos formais de atualização de saberes, mas pensar também como um método de reflexão sobre seu processo de trabalho embasado na produção de conhecimento e respondendo a questões que pertencem ao mundo das experiências e vivências dos trabalhadores.

Contudo, nas discussões teóricas que abordam esse tema o termo "educação permanente é uma orientação comum que só toma forma concreta em função da situação histórica onde ela intervém" (Gadotti, 1981, p.77). Aqui é relevante evidenciar o caráter ideológico desempenhado pela educação nos diferentes estágios de desenvolvimento da sociedade. Enquanto processo social e histórico, a educação tem seus objetivos e finalidades alterados de acordo com os interesses culturais, políticos e econômicos. Analisando essa problemática Schafranski (2005) afirma que

O fenômeno educativo não pode ser, pois, entendido de maneira fragmentada, ou como uma abstração válida para qualquer tempo e lugar, mas

sim, como uma prática social, situada historicamente, numa realidade total, que envolve aspectos valorativos, culturais, políticos e econômicos, que permeiam a vida total do homem concreto a que a educação diz respeito (SCHAFRANSKI, 2005, p. 102)

Assim pode-se concluir que “a necessidade social é o momento ontologicamente primário no desdobramento das finalidades inscritas na ação educativa” (MACÁRIO, 2009, p.434). Tal afirmação nos remete ao momento particular vivenciado pela Política de Assistência Social, qual seja sua profissionalização, que passa a exigir do processo educativo a formação de um novo perfil de trabalhador, refletindo diretamente em sua qualificação profissional.

Considerando tais aspectos, o Programa de Formação Continuada assume o desafio de promover a educação no trabalho, carregando em suas ações todas as potencialidades e contradições que permeiam esta temática. Dessa forma, com base no pensamento de Fernandes (2007, p.214), o Programa de Formação “pressupõe-se a partir de um processo crítico do próprio trabalho, integrando as demandas objetivas com as experiências da prática profissional”, que

vai além da simples atualização e em essência apela para o profundo enfrentamento entre velhos padrões e o desenvolvimento de outros radicalmente distintos. Conduz-se mais para a construção de novas metas, políticas, normas e formas de organização e comunicação no trabalho, do que para a simples modificação do velho (ROCHKEL APUD FERNANDES, 2007, p.214).

Nesse processo serão apresentadas a seguir as ações promovidas pelo Programa de Formação Continuada no período de 2007 a 2012, na perspectiva de evidenciar sua busca pela “transformação dos espaços sócio-ocupacionais em locais de desenvolvimento através da interlocução de saberes, onde o processo de trabalho possa ser objeto de análise e de problematização” (FERNANDES, 2007, p.213).

### **AÇÕES REALIZADAS PELO PROGRAMA DE FORMAÇÃO CONTINUADA**

Visando atender as diretrizes estabelecidas pela NOB/RH SUAS para o desenvolvimento da Política de Capacitação, o Programa de Formação Continuada foi estruturado com base em quatro eixos norteadores, sendo eles: I. Generalista – constituído por conhecimentos básicos; II. Aprofundamento em conteúdos específicos por níveis de complexidade; III. Instrumental – englobando a dimensão técnico-operativa e; I V. Temas transversais.

Ainda no ano de sua criação, o Programa promoveu sua primeira capacitação introdutória com o tema: *Assistência Social: Política de Seguridade Social*, cujo objetivo era difundir a Política Nacional de Assistência Social e o Sistema Único enquanto o modelo de gestão dessa Política

para toda rede de Assistência Social, rompendo com o estigma do assistencialismo arraigado historicamente na prática dessa política (PMV, 2008).

Entre o período de 2007 a novembro de 2008 essa formação capacitou 579 trabalhadores (conveniados, contratados e efetivos de nível fundamental, médio e superior) da assistência social e de outras secretarias em 36 turmas do módulo introdutório. Vale ressaltar que até este momento o Programa de Formação focou suas ações na promoção deste módulo, visando consolidar o SUAS no imaginário na Rede de Proteção Social no município de Vitória.

Diante do exposto, ressalta-se a relevância dessa formação no processo de fortalecimento da implementação do Sistema Único de Assistência Social no município e contribuindo para a construção da identidade dos trabalhadores do SUAS, implicados como sujeitos críticos e autônomos.

Dando continuidade a suas ações, no ano de 2009, já com um grande número de pessoas capacitadas na formação Assistência Social: Política de Seguridade Social, foram implementadas novas formações com conteúdos relacionados aos outros eixos norteadores propostos pelo Programa. O módulo introdutório permaneceu sendo ofertado, pois novos trabalhadores e conselheiros estão sempre se incorporando à rede.

Nesse sentido, a partir de 2009, com intuito de aprimorar e aperfeiçoar conhecimentos e habilidades técnicas, as ações da formação ampliaram sua abordagem conceitual e metodológica, visando instrumentalizar os trabalhadores em temáticas específicas e transversais relativas a assistência social. Entre essas ações destacam-se as formações: Território e Proteção Social na agenda cotidiana do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) e Família e Política de Assistência Social.

Releva destacar que a escolha de tais temáticas não foi aleatória, sendo resultado da necessidade de aprofundar a discussão sobre os eixos estruturantes da Política de Assistência Social como norteadores dos serviços socioassistenciais e da prática dos trabalhadores do SUAS. Nessa perspectiva, o Programa de Formação Continuada reuniu referências nacionais no processo de reflexão da operacionalização da Política para problematizar tais temas.

A professora doutora Dirce Koga desenvolveu com os trabalhadores do SUAS Vitória a formação Território e Proteção Social com o “objetivo de analisar a perspectiva socioterritorial nas políticas sociais com foco na Política de Assistência Social, tendo como referência prática o papel do CRAS nos territórios denominados de vulneráveis”. A formação Família e Política da Assistência Social foi facilitada pela professora doutora Regina Mito que abordou o “debate sobre o papel da família no âmbito da proteção social e o trabalho profissional, oferecendo

subsídios teórico-metodológicos para o desenvolvimento de ações profissionais direcionadas às famílias” (PMV, 2009).

Analisando as competências requeridas aos trabalhadores do SUAS para atuar com base na matricialidadesociofamiliar e no território, Muniz (2011, p.37) destaca que

Os princípios da matricialidadesociofamiliar e da territorialização impõem, portanto, aos trabalhadores do SUAS, particularmente aos de nível superior, pelas suas responsabilidades éticas e técnicas na gestão e na cooperação de benefícios e serviços socioassistenciais, conhecimento das concepções que os fundamentam e das metodologias de trabalho social com famílias. (MUNIZ, 2011, p.37)

O ano de 2010 demarca um aumento da abrangência das ações de Formação da Semas, com destaque para a maior articulação com as demais gerências e com a Escola de Governo. Neste ano ressaltam-se as formações: Trafegando pela Rede Socioassistencial; Intervenção profissional junto aos usuários de crack e outras drogas; Relações Interpessoais: desafios e possibilidades; Capacitação para os profissionais do Centro de Referência Especializada da Assistência Social (CREAS); e, O uso do Sistema de Informação em Gestão Estratégica em Políticas Sociais (GEPS) no cotidiano.

Aqui merece atenção a formação Trafegando pela Rede, desenvolvida com os motoristas da Central de veículos da secretarias de Assistência Social e de Administração, com o objetivo de apresentar a rede socioassistencial do município e sensibilizá-los quanto as dinâmicas e especificidades do trabalho desenvolvido e do público atendido pela assistência social. Esta formação demonstra a preocupação do Programa com a qualidade e a melhoria dos serviços socioassistenciais, haja vista que a postura dos profissionais de apoio operacional também influencia diretamente o cotidiano de trabalho nos espaços socioinstitucionais.

No âmbito da operacionalização da Política, o Programa desenvolveu formações com o propósito de oferecer subsídios teórico-metodológicos sobre temáticas que permeiam o dia-a-dia dos serviços oferecidos pela assistência social de modo a

[...] apreender e analisar criticamente o cotidiano de vida do usuário/família e suas representações sobre as vulnerabilidades e riscos vivenciados em seu contexto sociocultural e econômico e de compreender a estrutura, funcionamento, dinâmicas e responsabilidades desempenhadas pelas diferentes organizações que compõem a rede socioassistencial e intersetorial (MUNIZ, 2011, p.38).

Entre elas destaca-se a formação que precedeu a implantação dos Centros de Referência Especializada em Assistência Social, que ofereceu aos profissionais um espaço de troca coletiva

de saberes e experiências no intuito de contribuir para a construção da identidade dos serviços oferecidos por este equipamento.

O ano de 2011 representou um marco no avanços das normatizações referentes à temática da gestão do trabalho e da formação continuada em âmbito nacional, com destaque para a sanção da Lei 12.435/2011<sup>129</sup> que inclui no seu artigo 6º inciso V o objetivo de “implementar a gestão do trabalho e a educação permanente na assistência social”. Outro avanço se expressou na realização das conferências, que tiveram como tema central *Consolidar o Suas e Valorizar seus trabalhadores*. Esse tema incluiu nas discussões dos grupos de trabalho o subtema: Estratégias para estruturação da Gestão do Trabalho no SUAS, no intuito de propiciar o fortalecimento do processo de implementação da Gestão do Trabalho no municípios.

Destaca-se também o lançamento da versão preliminar da PNC que representou um grande avanço no direcionamento do processo de educação permanente no SUAS e indicou que as ações desenvolvidas pelo Programa de Formação Continuada da Semas vão ao encontro dos patamares formativos propostos pela Política Nacional de Capacitação, sendo eles: capacitação introdutória (nivelamento); capacitações para atender agendas pactuadas; atualização; aperfeiçoamento; especialização; e mestrado profissional (BRASIL, 2011).

No cenário municipal destaca-se o processo de institucionalização do Programa de Formação Continuada com o decreto 15. 181/11 – que dispõe sobre a organização e o funcionamento das unidades administrativas da Secretaria de Assistência Social. Este cria na estrutura da Semas a Coordenação de Gestão do Trabalho, vinculada a Gerência de Gestão da Assistência Social, que entre outras atribuições tem o objetivo de implementar a formação e a capacitação para os trabalhadores do Suas.

Vale ressaltar que durante o período de 2007-2011 o caminho trilhado pela Formação Continuada na Semas culminou na sua institucionalização não apenas no âmbito legal, mas também no imaginário dos trabalhadores do SUAS da secretaria. A legitimação do setor enquanto um espaço de referência resultou em assessorias às gerências e no planejamento conjunto para a realização de formações, tanto no que diz respeito a procedimentos administrativos quanto à concepção das formações.

Dentre as ações desenvolvidas neste ano merece relevo a formação Relatórios, Laudos e Pareceres: instrumentos de inclusão social, que objetivou instrumentalizar os trabalhadores para sua elaboração a partir de dimensões ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa. Este tema se apresenta enquanto subsídio técnico para viabilizar a garantia a convivência familiar e comunitária, visando romper com a cultura da institucionalização de crianças e

---

<sup>129</sup> Altera a lei 8.742/1993 (LOAS), que dispõe sobre a organização da Assistência Social.

adolescentes e fortalecer o paradigma da proteção integral preconizado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

A realização da I Jornada Científica de Assistência Social, também no ano de 2011, representou um marco para a Semas ao propor a integração multidisciplinar de conhecimentos referentes a questões e processos de trabalho da assistência social, ao debate de ideias, a sistematização da prática e a criação de espaços reflexivos de construção de diálogos e do conhecimento entre os profissionais e pesquisadores da área.

Aqui releva destacar a importância desta atividade para a conformação da gestão do conhecimento enquanto princípio norteador das ações desenvolvidas pela Semas, uma vez que estabelece como pressupostos “a aprendizagem no próprio local de trabalho, a troca de saberes, o trabalho coletivo, o respeito pelas diferenças e a efetivação de mudanças” (FERNANDES, 2007, p.208).

Identifica-se, portanto, um nítido amadurecimento das ações realizadas pelo Programa de Formação Continuada na busca por estabelecer uma cultura de aprendizagem na instituição, rompendo com velhos paradigmas e superando práticas conservadoras. Em outras palavras, o Programa objetivou desenvolver suas atividades pautadas no potencial transformador da educação permanente enquanto princípio que abarca a possibilidade de utilizar a força criativa dos trabalhadores, valorizando suas experiências de vida pessoal e profissional.

Em consonância com os aspectos abordados pela Jornada Científica, pode-se afirmar que o Programa de Formação Continuada avançou em direção ao que preconiza a versão preliminar da Política Nacional de Capacitação que supõe a “produção de conhecimentos e saberes que analisam e interpelam a realidade social e institucional, com atitude investigativa e propositiva, considerando as conquistas no campo dos direitos e a direção ético-política da assistência social” (BRASIL, 2011, p.15).

Diante de tais avanços, o Programa de Formação Continuada inicia seu quinto ano de funcionamento com a proposta de ampliar seus patamares formativos, aprimorando seus processos educativos. É imperioso esclarecer que esse artigo teve como período de análise as ações de formação realizadas até o primeiro semestre de 2012.

Nesse sentido, em 2012, o Programa desenvolveu uma proposta de Especialização em Gestão da Política de Assistência Social com a finalidade de ampliar conhecimentos e habilidades para o exercício de funções de gestão do SUAS. Dentro desse cenário, a ideia de realizar uma especialização objetiva aprofundar a formação profissional, direcionando a produção de conhecimentos para o SUAS, sendo esse validado e disseminado (BRASIL, 2011, p.24).

Outra ação que merece destaque no ano de 2012 foi a realização de oficinas de metodologia científica oferecidas aos trabalhadores. Estas surgiram a partir da demanda de sistematização da experiência do SUAS Vitória, onde se identificou-se a necessidade de propiciar espaços para estimular a produção de conhecimento a partir do cotidiano profissional e oferecer suporte teórico-metodológico aos trabalhadores interessados em produzir artigos científicos.

As oficinas também objetivaram incentivar a participação dos trabalhadores na segunda edição da Jornada Científica da Assistência Social, prevista para o final do segundo semestre do corrente ano.

Diante do exposto é inegável a trajetória de sucesso trilhada pelo Programa de Formação Continuada em seu propósito de fomentar a educação permanente na Política Municipal de Assistência Social, enquanto princípio norteador da gestão do trabalho, contribuindo efetivamente para o processo de profissionalização do SUAS Vitória. Contudo não se pode perder de vista que tal temática é permeada por desafios e contradições inerentes ao “modo de organização do trabalho na sociedade capitalista contemporânea, e das condições concretas em que se realiza [...]” (RAICHELLIS, 2011, p.47).

## **CONSIDERAÇÕES**

Tendo como base o caminho percorrido por esse artigo emergem algumas considerações a respeito do processo de formação em trabalho no âmbito do SUAS e seus rebatimentos na implementação da Política Nacional de Assistência Social.

Em primeiro lugar faz-se necessário desmistificar a ideia de que a formação profissional, apesar de suas potencialidades, constitui a única estratégia para a qualificação do trabalho e a valorização dos trabalhadores da assistência social. Seus princípios norteadores, quais sejam a educação permanente e a interdisciplinaridade, apenas alcançam sua perspectiva transformadora quando associadas às demais diretrizes que compõem a gestão do trabalho (RAICHELLIS, 2011). Entre as quais se destacam

a padronização das carreiras do SUAS, por meio de diretrizes nacionais para a implementação dos Planos de Cargos, Carreiras e Salários; a definição de equipes mínimas para a gestão da assistência social como política pública e a prestação dos serviços, programas, projetos e benefícios; a forma de cofinanciamento, pelas três esferas de governo, dos trabalhadores do SUAS (salários e capacitação); as diretrizes para o Plano Nacional de Capacitação; a identificação dos trabalhadores do SUAS no Cadastro Nacional do SUAS (CadSUAS), entre outros temas essenciais para a garantia de qualidade dos serviços socioassistenciais (MONTEIRO, 2012, s/p).

Nesse sentido, Silveira (2011) é pontual em afirmar que a gestão do trabalho na assistência social possui elementos contundentes a serem enfrentados na luta pela implantação de uma gestão democrática e participativa do trabalho nessa Política.

Diante disso a autora assegura que a gestão do trabalho no SUAS supõe “a criação e a manutenção de estruturas de referência técnica e institucional para a orientação e o apoio permanentes” primando pela “regulamentação de aspectos relacionados ao trabalho na assistência social, a serem pactuados e submetidos ao controle democrático da sociedade civil organizada e atuante nas mesas de negociação e nos conselhos e instâncias de pactuação [...]” (SILVEIRA, 2011, p.12).

Em segundo lugar é preciso considerar as bases de constituição do trabalho na assistência social, tendo em vista seu histórico de desprofissionalização marcado pela residualidade e subalternização de ações pautadas sob a ótica assistencialismo, paternalismo e autoritarismo.

Assim, apesar da gestão do trabalho no SUAS estar fundada em novas bases conceituais e legais, as transformações no mundo do trabalho trazidas pelos ajustes neoliberais e reestruturação produtiva são ainda mais negativas para a política de assistência social devido a suas particularidades históricas.

Outro aspecto a se destacar é o universo heterogêneo de profissionais do Sistema Único de Assistência Social, que reúne trabalhadores de diversas áreas do conhecimento, como assistentes sociais, pedagogos, psicólogos, sociólogos, advogados e antropólogos, entre outros importantes profissionais de nível superior e médio, advindos da rede estatal e de uma extensa rede privada de entidades assistenciais (COUTO; YASBECK; RAICHELLIS, 2010).

Este universo apresenta-se como um desafio aos princípios da educação permanente e da interdisciplinaridade, pois propõe o trabalho coletivo a profissionais com linhas de formação distintas e um conjunto de saberes específicos. Para tanto, a gestão do trabalho, em especial as ações de formação e educação permanente, devem assegurar que as diversas profissões que integram o SUAS atuem de forma articulada, “estimulando a troca de conhecimentos e a produção de novos saberes [...] com vistas a superar dificuldades e melhorar a qualidade dos serviços” (FERREIRA, 2011, p.31).

Tal tarefa nos remete a outro grande desafio apresentado às ações de formação e educação permanente qual seja assegurar que suas iniciativas produzam rebatimentos positivos no modo como os trabalhadores operacionalizam a Política de Assistência Social, pautando sua atuação de maneira crítica e consciente. Para tanto é imprescindível estabelecer mecanismos e instrumentos de avaliação e monitoramento dessas ações, com o objetivo de “avaliar [seu]

impacto na qualificação e progressão funcional [dos trabalhadores], na transformação do processo de trabalho e respectivamente na melhoria da qualidade dos serviços” (BRASIL, 2011, p. 28).

Aqui é relevante destacar que o Programa de Formação Continuada, objeto de estudo desse artigo, não se encontra alheio às considerações elencadas acima. Pelo contrário, os rebatimentos apontados compõem o cenário da Gestão do Trabalho do SUAS Vitória, trazendo consigo o desafio contínuo de profissionalizar e qualificar o trabalho na assistência social. Contudo, não se pode perder de vista os avanços alcançados pelo Programa de Formação do município de Vitória, que inicia suas atividades quatro anos antes do lançamento da versão preliminar da Política Nacional de Capacitação.

Nessa trajetória, apesar dos entraves estruturais e conjunturais que permeiam o universo da gestão do trabalho e da formação profissional na assistência no município, as ações do Programa sempre buscaram pautar-se nos princípios da educação permanente e da interdisciplinaridade, considerando que

[...] é fundamental que os sujeitos desse processo se percebam livre, consciente e criticamente, se assumindo “por inteiro”, como sujeitos éticos e políticos, cuja ação – ou omissão – pode, ou não, contribuir para a garantia dos direitos e o desenvolvimento de potencialidades relativas à autonomia e emancipação afiançadas por essa política aos seus usuários. (MUNIZ, 2011, p.101).

No exercício de refletir as particularidades das ações de formação e educação permanente, com base na experiência no município de Vitória, fica o indicativo de que a constituição de uma cultura de aprendizagem no âmbito do trabalho está diretamente vinculada ao rompimento de velhos paradigmas e a superação de práticas conservadoras, no sentido de transformar as instituições em espaços privilegiados de troca de saberes e reflexão dos processos de trabalho.

## REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine R.; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2006.

BOSCHETTI, I. **Assistência Social no Brasil: um direito entre originalidade e conservadorismo**. 2 ed. rev. e ampl. Brasília, 2003.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social**. Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004, publicada no DOU de 28 de outubro de 2004. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Brasília, 2004.

\_\_\_\_\_. **Política Nacional de Capacitação do SUAS – PNC/SUAS**. Dezembro de 2011, versão preliminar. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Brasília, 2011.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social; CFP. Conselho Federal de Psicologia. **Parâmetros para atuação de assistentes sociais e psicólogos (as) na Política de Assistência Social**. Brasília, 2009.

COSTA, B. L. D. As mudanças na agenda das políticas sociais no Brasil e os desafios da inovação: o caso das políticas de assistência social à infância e adolescência. In: CARVALHO, A. et al. (org.). **Políticas Públicas**. Belo Horizonte: UFMG – Proex, 2002.

COUTO, Berenice Rojas; YAZBEK, Maria Carmelita; RAICHELIS, Raquel. A Política Nacional de Assistência Social e o Suas: apresentando e problematizando fundamentos e conceitos. In: **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma Realidade em Movimento**. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2010, p.32-63.

FERNANDES, Rosa Maria Castilhos. Educação Permanente: um desafio para o Serviço Social. **Revista Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p. 207-218, jan./jun., 2007.

FERREIRA, Stela da Silva. **NOB-RH Anotada e Comentada**. Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011.

GADOTTI, Moacir. **A Educação contra a educação**: o esquecimento da educação e a Educação Permanente. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

MACÁRIO, Epitácio. Finalidades, sujeito e objeto da atividade educativa. **Perspectiva**, Florianópolis, vol. 27, n. 2, p. 409-440, jul./dez., 2009.

MONTEIRO, Isabel. **Curso Sistema Único de Assistência Social**. 2012. Entrevista concedida a Alexandre Peconick jornalista do Instituto Brasileiro de Administração Municipal, 2012.

MOTA, Ana Elizabete (org). **O mito da assistência social**: ensaios sobre o Estado, política e sociedade/ 2º Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MUNIZ, Egli. Equipe de referência no SUAS e as responsabilidades dos trabalhadores. In: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Gestão do Trabalho no âmbito do Suas**: contribuição necessária para resignificar as ofertas e consolidar o direito socioassistencial. Brasília, 2011, p. 87-122.

\_\_\_\_\_, Egli. **Orientações para processos de recrutamento e seleção de pessoal no Sistema Único de Assistência Social**. Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011.

PMV. Prefeitura Municipal de Vitória. **Relatório de Gestão: SEMAS – 2005-2008**. Vitória, 2008.

\_\_\_\_\_. Prefeitura Municipal de Vitória. **Plano Municipal de Assistência Social de Vitória: 2011 – 2014**. Vitória, 2011.

\_\_\_\_\_. **1º Revista Jornada Científica da Assistência Social**. SEMAS, nº 01, 2011. Vitória, 2011. 1 CD-ROM.

RAICHELIS, Raquel. O trabalho e os trabalhadores do Suas: o enfrentamento necessário na assistência social In: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Gestão do Trabalho no âmbito do Suas**: contribuição necessária para resignificar as ofertas e consolidar o direito socioassistencial. Brasília, 2011, p. 39-64.

SCHAFRANSKI, Márcia Derbli. A educação e as transformações da sociedade. **Letras e Artes**, Ponta Grossa, v. 13, p. 101-112, dez., 2005.

SILVEIRA, Jucimeri Isolda. Gestão do trabalho: concepção e significado para o SUAS. In: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Gestão do Trabalho no âmbito do Suas**: contribuição necessária para resignificar as ofertas e consolidar o direito socioassistencial. Brasília, 2011, p. 9-38.

STEIN, R. H. Descentralização e Assistência Social. **Cadernos ABONG**, n. 20, out. 1997.

YASBECK, M. C. Globalização, precarização das relações de trabalho e seguridade social. **Cadernos ABONG**, n. 19, p. 1-40, out. 1997.

## 5. RESUMOS DOS BANNERS

### 5.1 LUGAR DA MULHER CHEFE DE FAMÍLIA

Juliana Santos Gomes<sup>130</sup>  
Marília Barcelos Dal’Cól<sup>131</sup>  
Mayara Moreira dos Anjos<sup>132</sup>  
Rafaela Collistet Britto<sup>133</sup>

**Eixo temático:** Atenção Integral à Família

**RESUMO:** O presente trabalho busca analisar a condição da mulher enquanto chefe de família, perpassando pela realidade social vivenciada por essas mulheres, desde os primórdios até a atualidade, bem como os processos de transformação do papel da mulher na sociedade e a busca por novas alternativas de sobrevivência. A mulher passa a ter então a responsabilidade social e econômica, de prover a manutenção da família. Consequentemente, essas mulheres buscam estratégias e formas de sobrevivência na Política de Assistência Social e nos laços e/ou redes de solidariedade.

**Palavras-Chave:** mulher, chefia feminina, estratégias de sobrevivência.

### 5.2 ANÁLISE DO USO DA RENDA DO IDOSO, PROPORCIONADA POR APOSENTADORIAS E PROGRAMAS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

<sup>134</sup> Valdeniz Cruz de Lima  
<sup>135</sup> Vanessa Martins Ferrari

**Eixo temático:** Atenção Integral à Família

**RESUMO:** Este artigo é fruto de um projeto desenvolvido na Universidade Federal de Pernambuco e discute o papel econômico do velho no âmbito familiar, em um contexto de expressiva transformação demográfica. Nesse sentido, procuramos analisar a extensão do papel

<sup>130</sup> Graduanda em Serviço Social na Universidade Federal do Espírito Santo

<sup>131</sup> Graduanda em Serviço Social na Universidade Federal do Espírito Santo

<sup>132</sup> Graduanda em Serviço Social na Universidade Federal do Espírito Santo

<sup>133</sup> Graduanda em Serviço Social na Universidade Federal do Espírito Santo

<sup>134</sup> Estudante de Graduação em Serviço Social na Universidade Federal de Pernambuco e Bolsista do Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Assistência Social – GEPAS.

<sup>135</sup> Estudante de Graduação em Serviço Social na Universidade Federal de Pernambuco e Bolsista do Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Assistência Social – GEPAS.

econômico do idoso no grupo familiar por ele provido, enfocando os velhos que fazem recebimento do Benefício de Prestação Continuada – BPC ou Aposentadoria. Buscando conceituar o termo velhice que na atualidade demonstra falta de unicidade. Partindo de pesquisas fundamentadas em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE, observamos à crescente e significativa participação do idoso no provimento de sua família.

**Palavras – chave:** Velho; Grupo Familiar; Renda.

### 5.3 CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS FAMILIARES E COMUNITÁRIOS: A EXPERIÊNCIA NAS INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO DA GRANDE VITÓRIA

Marina Lugão Moraes<sup>136</sup>  
Marta Elaine Gonçalves Dias<sup>137</sup>  
Soraya Gama de Ataíde<sup>138</sup>

**Eixo temático:** Convivência e Fortalecimento de Vínculos Familiares e Comunitários

**RESUMO:** O objetivo desse trabalho é analisar o papel da convivência familiar de crianças e adolescentes, mesmo em situação de acolhimento institucional e descrever o trabalho desenvolvido pelas instituições de acolhimento. Percebe-se a necessidade da família na vida das crianças e adolescentes institucionalizados, vendo a como um direito e mostrando as possibilidades para promover a convivência familiar dentro das instituições de acolhimento.

A metodologia utilizada foi baseada em pesquisa bibliográfica , observação e pesquisa em sites das prefeituras.

**Palavras–chave:** Crianças/Adolescentes. Família. Direito.

---

### 5.5 PROJETO CAMINHANDO JUNTOS – CONTRIBUINDO NA PROTEÇÃO E COLABORANDO NA PREVENÇÃO DA OCORRÊNCIA DE RISCOS SOCIAIS

GOMES, Danuza B.<sup>139</sup>  
VIEIRA, Marcia C.<sup>140</sup>

**Eixo Temático:** Convivência e Fortalecimento de Vínculos Familiares e Comunitários

---

<sup>136</sup> Acadêmica de Serviço Social, Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia, E-mail: [mari-lugao@hotmail.com](mailto:mari-lugao@hotmail.com)

<sup>137</sup> Acadêmica de Serviço Social, Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia, E-mail: [mari-lugao@hotmail.com](mailto:mari-lugao@hotmail.com)

<sup>138</sup> Professora adjunta, Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia, E-mail: [soraya.gama@emescam.br](mailto:soraya.gama@emescam.br)

<sup>139</sup> Assistente Social, Prefeitura Municipal de Vitória, [danuzaservicosocial@gmail.com](mailto:danuzaservicosocial@gmail.com) , Tel (27) 96364966, lattes: <http://lattes.cnpq.br/4159250291524324> .

<sup>140</sup> Assistente Social, [mcvix1972@hotmail.com](mailto:mcvix1972@hotmail.com), Tel: 27-33296224

**Resumo:** Este artigo tem por finalidade apresentar e discutir o nível de satisfação dos usuários do Projeto Caminhando Juntos - Cajun, que integra o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários para crianças e adolescentes da Secretaria de Assistência Social do Município de Vitória. Trataremos aqui dos resultados obtidos na pesquisa através das respostas dos educandos entrevistados na Unidade do Cajun Solon Borges, situado na Região Continental, no bairro Solon Borges, pertencente a região denominada Grande Goiabeiras.

**Palavras-chave:** pesquisa, educandos, satisfação.

## 5.5 A CONTRIBUIÇÃO DO PROJETO CAJUN PARA A PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA

VIEIRA, Marcia Carvalho<sup>141</sup>

LEITE, Mário Lúcio<sup>142</sup>

FARIA, Welby Sarmiento<sup>143</sup>

**Eixo Temático:** Convivência e Fortalecimento de Vínculos Familiares e Comunitários

**Resumo:** O escopo deste trabalho é analisar a efetividade da proteção social básica realizada pelo Projeto Caminhando Juntos- CAJUN, executado na cidade de Vitória – Espírito Santo, particularmente, em territórios considerados vulneráveis. Trata-se de projeto que soma esforços institucionais em favor da causa da criança e do adolescente, configurando-se como um serviço de fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, integrado à política de assistência social. A metodologia do estudo tem no conceito de *tecnologia social* a sua principal ferramenta, capaz de dar relevo ao planejamento de soluções para os problemas sociais, a partir do desenvolvimento de potencialidades e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários de crianças e adolescentes, e ainda, esclarecer alguns conceitos acerca dos termos *vulnerabilidade e risco social* e *acessibilidade dos direitos*. Utilizou-se pesquisa de campo, com análise documental e pesquisa bibliográfica para o desenvolvimento do artigo. Concluiu-se pela análise documental que o projeto CAJUN cumpriu com efetividade a sua ação, por contribuir para a permanência de crianças e adolescentes, residentes em territórios vulneráveis, no nível de atenção da proteção social básica.

---

<sup>141</sup> Assistente Social. Pós-graduada em Planejamento, Gerenciamento e Avaliação de Projetos Sociais. Assessora Técnica, Projeto CAJUN/PMV pela Fundação Fé e Alegria do Brasil, ES. E-mail: [mcvix1972@hotmail.com](mailto:mcvix1972@hotmail.com)

<sup>142</sup> Engenheiro Elétrico, Mestre, Instituto Federal do Espírito Santo, Campus Vitória, ES. E-mail: [mariolleite@gmail.com.br](mailto:mariolleite@gmail.com.br)

<sup>143</sup> Expert Judicial, Audit and Consultancy Economic-Financial Assistance. Economista- CORECON-1027- 17ª Região - ES. E-mail: [prof.welby@hotmail.com](mailto:prof.welby@hotmail.com)

**Palavras-chave:** tecnologia social; problema social; vulnerabilidade social; avaliação.

## **5.6 O PERFIL DA MULHER EM SITUAÇÃO DE RUA USUÁRIA DA HOSPEDAGEM NOTURNA, NA CIDADE DE VITÓRIA/ES**

Maria Aparecida de Azevedo<sup>144</sup>

Vanda de Aguiar Valadão<sup>145</sup>

Andreia Martins<sup>146</sup>

**Eixo temático:** Violação de direitos e sua superação

### **RESUMO**

Neste artigo procuraremos exalar um olhar sobre a mulher que faz parte da população que faz das ruas de Vitória seu local de moradia e de sobrevivência e que são usuárias do Projeto Hospedagem Noturna. Para a coleta dos dados do presente trabalho, foi disponibilizado pela coordenadora da HN o prontuário social de 37 mulheres referente ao período de outubro de 2010 à dezembro de 2011, atendidas na Hospedagem Noturna, análise qualitativa, a luz da discussão da Lei 11.340/2006<sup>147</sup>, pesquisa bibliográfica, on-line e registro do Diário de Campo. O objetivo central deste estudo é buscar identificar o perfil da mulher, que faz parte da população de rua da cidade de Vitória, e que são atendidas pela SEMAS<sup>148</sup>, especificamente no projeto Hospedagem Noturna, no período de outubro/10 a dezembro/11.

**Palavras-Chave:** Mulher, gênero, população de rua.

## **5.7 EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS: diversidade no contexto escolar**

Andrei Grijó Chagas Neto<sup>149</sup>

Tatiana Brandino dos Santos<sup>150</sup>

---

<sup>144</sup> EX-estagiaria de Serviço Social na Hospedagem Noturna

<sup>145</sup> Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> do departamento de Serviço Social/ Coordenadora do NEVI/UFES

<sup>146</sup> Coordenadora da Hospedagem Noturna

<sup>147</sup> Lei Maria da Penha

<sup>148</sup> Secretaria Municipal de Assistência Social

<sup>149</sup> Aluno do curso de Ciências Sociais pela UFES – Universidade Federal do Espírito Santo. Estagiário da Prefeitura Municipal de Vitória. Lotado na Secretaria Municipal de Cidadania e Direitos Humanos, na Gerência de Políticas de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos. E-mail: [agcneto@correio1.vitoria.es.gov.br](mailto:agcneto@correio1.vitoria.es.gov.br) Telefone: (27) 3382-6692; link plataforma Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8155716594423174>

<sup>150</sup> Graduada em Serviço Social pela EMESCAM - Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia. Assistente Social da Prefeitura Municipal de Vitória. Lotada na Secretaria Municipal de

Violação de direitos e estratégias para sua superação

**Resumo:** Este estudo busca mostrar como foi desenvolvido o projeto Escola Promotora de Direitos Humanos, que como uma ação de política social de promoção de uma cultura de valorização dos direitos humanos, proporcionou aos alunos, profissionais, pais e responsáveis dos alunos, uma curso de formação em Direitos Humanos.

**Palavras Chave:** Educação; Direitos Humanos; Diversidade; Função social da escola.

### **5.8 POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: REFLETINDO AS RELAÇÕES DE GÊNERO E SEU ENTRECruzAMENTO COM A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER ‘MORADORA’ DE RUA**

Thais Tononi Batista<sup>151</sup>

**Eixo Temático 3:** Violação de direitos e estratégias para sua superação

#### **RESUMO**

O texto em epígrafe apresenta a problemática da população em situação de rua, mais propriamente das mulheres em tal condição, tendo como pano de fundo a sociedade contemporânea, inscrita no contexto capitalista enquanto modo de produção não apenas de bens, mas enquanto sistema que conduz as relações sociais. Consiste objetivo principal, refletir sobre as relações de gênero em seu contexto histórico e como estas rebatem sobremaneira no contexto das mulheres em situação de rua, relacionando-se à violência de gênero por elas sofrida.

Visando subsidiar a reflexão, opta-se pelas relações de gênero como categoria de estudo, enquanto perspectiva conceitual tributária de um processo histórico. Como metodologia de pesquisa empregou-se o estudo bibliográfico sobre relações de gênero, violência contra a mulher, população em situação de rua e legislações correlatas, que serviram de subsídio para reflexão da prática profissional experienciada com o público em questão.

Para que se possa apresentar as reflexões pretendidas percorre-se um caminho que se inicia com a contextualização (necessária) da população em situação de rua no bojo do sistema capitalista. Após, segue-se à caracterização dessa população por meio de dados da Pesquisa Nacional

---

Cidadania e Direitos Humanos, Gerência de Políticas de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos.  
E-mail: [tbsantos@correio1.vitoria.es.gov.br](mailto:tbsantos@correio1.vitoria.es.gov.br) Telefone: (27) 3382-6693; (27) 9955-0155

<sup>151</sup> Formada em Serviço Social pela Universidade Federal do Espírito Santo. Pós graduanda em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça pela UFES.  
E-mail: [thaistononi@hotmail.com](mailto:thaistononi@hotmail.com). Link para currículo plataforma lattes: <http://lattes.cnpq.br/9157243276846600>.

realizada em 2007 e 2008 e publicada em 2009, e bibliografias que abordam o tema e o perfil do público em questão.

As reflexões sobre gênero e violência contra a mulher dão ensejo para situarmos a questão como algo pertinente também às mulheres em situação de rua. Os autores apresentados permitem a constatação do caráter histórico em torno da violência contra a mulher e as reflexões explicitadas ponderam as dificuldades enfrentadas pelas mulheres que têm na rua a sua moradia, o que nem de longe significa dizer que se encontram a salvo das violências que afligem às mulheres de um modo geral e que no caso específico se somam às particularidades enfrentadas por quem ‘vive na rua’. Assim, constata-se que, apesar de em menor número nas ruas, as mulheres encontram mais adversidades se comparadas aos homens na mesma situação, tendo que inventar para si formas particulares que lhes garantam a sobrevivência e segurança.

**Palavras-chave:** Capitalismo. Mulheres em situação de rua. Gênero. Violência.

### **5.9. EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS: uma estratégia para construção de uma cultura de paz e direitos humanos**

Juliana Alves de Moura<sup>152</sup>

**Eixo temático:** Violação de direitos e estratégias para sua superação

#### **RESUMO**

Este artigo tem a finalidade de apresentar uma experiência de trabalho com Educação em Direitos Humanos, realizada pela Secretaria Municipal de Cidadania e Direitos Humanos da Prefeitura de Vitória-ES em parceria com a o Tribunal de Justiça do ES/5ª Vara de Execuções de Penas e Medidas Alternativas. Esse projeto configura-se em uma estratégia para promoção dos direitos humanos e superação das suas violações. No primeiro momento é feito uma breve explanação sobre as penas de privação de direito, direitos humanos e educação em direitos humanos no Brasil, posteriormente é apresentada a experiência do Projeto Exercendo Cidadania, buscando mostrar a importância da educação em direitos humanos na formação de uma cultura de cidadania e direitos humanos.

**Palavras Chave:** Educação em Direitos Humanos. Penas e Medidas Alternativas. Violação de Direitos Humanos.

---

152Assistente Social da Prefeitura Municipal de Vitória. Lotada na Secretaria Municipal de Cidadania e Direitos Humanos, na Gerência de Políticas de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos. Telefone: (27)33826695. E-mail: jamoura@correio1.vitoria.es.gov.br.

## **5.10. REPRESENTAÇÃO SOCIAL DE MASCULINIDADE E SUA RELAÇÃO COM A PRÁTICA DE ATITUDES VIOLENTAS POR HOMENS**

Helena Quintas Ramaldes<sup>153</sup>

**Eixo temático:** Violação de direitos e estratégias para sua superação

### **RESUMO**

Historicamente o entendimento sobre o gênero masculino foi sendo construído em contraposição ao gênero feminino e associado, por sua vez, a um conjunto de idéias e práticas. Parece existir uma concepção dominante de um modelo ideal do que é ser homem. Então no contexto do estudo de gênero masculino pode se sugerir que esta representação possua conteúdos associados à prática de atitudes violentas. Assim, com base na Teoria das Representações Sociais, o estudo buscará responder as seguintes questões: O que a literatura sobre representação social e gênero, encontrada em artigos científicos, aponta sobre o gênero masculino? A representação encontrada nessa literatura mostra relação desta com a prática de atitudes violentas por parte de homens? Para coleta de dados foi realizada pesquisa bibliográfica na base de dados eletrônica SciELO (Scientific Electronic Library Online). Para tal foram utilizados os seguintes descritores, combinados em três agrupamentos, dispostos da seguinte forma: “Representações, gênero, masculinidade”; “Representações, gênero, masculino”; “Gênero, masculino, violência.” Foram considerados os artigos publicados entre 2001 e 2009. Conclui-se que a representação social de masculinidade encontrada na literatura pesquisada atribui ao homem, dentre outras características, a virilidade, força, destemor, honra, sexualmente ativo, insaciável e provedor. Sabendo que as representações são prescritivas de práticas sociais, verificou-se que a representação de masculinidade fomenta e legitima, em muitos contextos, a prática de atitudes violentas por parte de homens, não somente a violência física, mas também a subjugação do outro.

**Palavras-chave:** representação social; masculinidade; gênero; violência.

## **5.11. ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RUA E O VÍNCULO COM O CREAS CENTRO ENQUANTO LÓCUS DE ATENDIMENTO ESPECIALIZADO EM VITÓRIA.**

Andressa Meireles Rosa<sup>154</sup>

---

<sup>153</sup> Psicóloga formada pela UFES, mestre em Psicologia Social pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia UFES, psicóloga do Centro de Referência Especializado de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Vitória.

Ariane Ribeiro Bergamim<sup>155</sup>  
Cleide Aparecida Pereira Da Silva<sup>156</sup>

**Eixo temático:** Violação de direitos e estratégias para sua superação

## RESUMO

A questão de crianças e adolescentes em situação de rua vem sendo discutida há décadas, mas ainda persiste na atualidade. É um fenômeno multifacetado tornando difícil identificar suas causas. No presente estudo procurou-se conhecer o cotidiano dos adolescentes em situação de rua no município de Vitória e a relação estabelecida com o CREAS. Tomando-se como opção metodológica analisar em específico o CREAS Centro, usou-se de estratégias como pesquisas documentais e entrevistas com profissionais e adolescentes do CREAS Centro de Vitória. Desta forma chegou-se a conclusão que os serviços desenvolvidos no âmbito da assistência social, são de extrema importância para o enfrentamento da situação de rua dos adolescentes no município. Observa-se que os profissionais inseridos no CREAS Centro, somam esforços para a efetivação dos objetivos propostos pelos serviços e possuem clareza das possibilidades e limitações da prática profissional. A pesquisa apontou que os adolescentes trazem um histórico de violações no decorrer da sua vida, e muitas vezes um atendimento especializado como o do CREAS, possibilita o acesso a novas oportunidades de vida. Isso não significa que o processo de saída das ruas acontece de imediato, entretanto, o atendimento tem reflexos significativos na vida de cada adolescente. Por se tratar de um serviço relativamente novo, tanto em nível nacional quanto em nível municipal, o CREAS tem uma visibilidade no atendimento, além de ter uma grande responsabilização, tendo em vista que a sociedade ainda enxerga a política de assistência como àquela que soluciona e é responsável para resolver todas as questões sociais.

**Palavras-chave:** Criança e adolescente; situação de rua; CREAS, Violações de Direitos

## 5.12. O TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS NOS CENTROS DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS, NO MUNICÍPIO DO RECIFE

<sup>157</sup> Valdeniz Cruz de Lima

---

<sup>154</sup> Bacharel em serviço social pela Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória - EMESCAM

<sup>155</sup> Bacharel em serviço social pela Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória – EMESCAM e Educadora Social da Prefeitura municipal de Vitória.

<sup>156</sup> Bacharel em serviço social pela Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória - EMESCAM

<sup>157</sup> Estudante de Graduação em Serviço Social na Universidade Federal de Pernambuco e Bolsista do Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Assistência Social – GEPAS.

**Eixo temático:** Violação de direitos e estratégias para sua superação

## RESUMO

Como dever do Estado, a Política de Assistência Social difere de ações de ajuda que não produzem direitos e não são judicialmente reclamáveis. Exigindo que suas provisões sejam pensadas no âmbito das garantias de cidadania, como provedor de proteções coletivas e redutor de riscos, na direção da universalização da cobertura. Identificando, as condições objetivas de trabalho dos assistentes sociais no sentido de implantar a Política de Assistência e desenvolver os programas e ações dessa política, na perspectiva da cidadania, tendo em vista que esta demanda se constitui reivindicação desses profissionais, que constituem elemento indispensável para o atendimento qualificado ao usuário.

**Palavras Chaves:** Assistência Social, Direitos, Trabalho, Política Pública.

### 5.13. PERCEPÇÃO DOS FAMILIARES DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA SOBRE SEUS DIREITOS: O desafio da efetividade.

Alexandre Fernandes Mantovani<sup>159</sup>  
Maurênia Lopes Ferreira Mantovani<sup>160</sup>

**Eixo Temático:** Violação de direitos e estratégias para sua superação

## RESUMO

A presente pesquisa refere-se à análise da percepção de mães de pessoas com deficiência auditiva sobre seus direitos. Busca-se, com este estudo, compreender tanto os desafios enfrentados pelos deficientes auditivos para efetivá-los, quanto compreender a sua aplicabilidade no cotidiano. Neste sentido, afirma-se que é imprescindível o fortalecimento da participação social e a intervenção estatal por meio de estratégias que propiciem o acesso da população às legislações; fornecendo, portanto, condições para o exercício de direitos e deveres em sua totalidade, sendo este o caminho para que sejam plenamente exercidos. Os dados

---

<sup>158</sup> Estudante de Graduação em Serviço Social na Universidade Federal de Pernambuco e Bolsista do Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Assistência Social – GEPAS.

<sup>159</sup> Pós-graduado em Controladoria e Finanças pela UCAM – RJ – Universidade Candido Mendes e Bacharel em Administração de Empresas pela Faculdade Moraes Júnior - RJ - Administrador no Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo – IDAF – [afmantovani@gmail.com](mailto:afmantovani@gmail.com)

<sup>160</sup> Bacharel em Serviço Social pela Fundação Universidade de Tocantins – UNITINS e Pós-graduanda em Gestão de Políticas Públicas pela Faculdade Salesiana – ES – [maurenia@fcm.unicamp.br](mailto:maurenia@fcm.unicamp.br) – <http://lattes.cnpq.br/1341756761603899>

analisados foram obtidos por meio de técnicas qualitativas e quantitativas de coleta e análise de dados.

**Palavras Chave:** Direitos, pessoa com deficiência auditiva, efetividade.

#### **5.14. PRÁTICAS NO SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA A PESSOA EM SITUAÇÃO DE RUA DE VITÓRIA: O ANTES E O DEPOIS NA FORMAÇÃO DE GRADUANDOS DE TERAPIA OCUPACIONAL**

Maria Daniela Corrêa de Macedo<sup>161</sup>  
Amabile Teresa de Lima Neves  
Camila Mendes  
Estefani Poloni Sabadine<sup>162</sup>

**Eixo Temático:** Violação de direitos e sua superação

**RESUMO:** O presente artigo trata da análise de três graduandas sobre a experiência das práticas da disciplina terapia ocupacional social, que ocorreram no serviço de assistência à pessoa em situação de rua, CREAS Pop, em Vitória, no ano de 2011. O objetivo dessas práticas foi proporcionar mais do que o conhecimento e entendimento do serviço socioassistencial implantado através da Política Nacional Assistencial Social, mas levar o aluno a conhecer o campo social, suas demandas, o contato com o outro e como a Terapia Ocupacional atua nesse contexto, a fim de gerar reflexões e despertar nos estudantes a crítica enquanto ação. A partir desta experiência foi possível refletir sobre as intervenções do terapeuta ocupacional no campo da assistência social, sua relação com o contexto social e com grupos sociais em processo de exclusão. Através dos relatos da disciplina e posterior análise percebeu-se a importância de alguns elementos na formação do profissional da assistência social, conteúdos que envolvam os processos de exclusão e desigualdade social, além do potencial do trabalhador na intervenção social. Portanto, elementos como a relação com o “outro”, o entendimento de seu contexto e a ação reflexiva foram determinadas como fundamentais na formação do trabalhador da assistência social.

**Palavras-Chave:** Pessoa em situação de rua; Serviços de Assistência Social; Formação do Profissional da Assistência Social; Terapia Ocupacional.

---

<sup>161</sup> Graduada em Terapia Ocupacional pela Universidade Federal de São Carlos/ UFSCar, Mestre em Ciências pela Universidade de São Paulo/USP, Doutoranda em Psicologia pela Universidade Federal do Espírito Santo/UFES e Professora Assistente do curso de Terapia Ocupacional da Universidade Federal do Espírito Santo/UFES. Email: madanito@gmail.com, tel: (27) 3335-7547, Currículo lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4232903U7>

<sup>162</sup> Graduandas 6º período do curso de Terapia Ocupacional da Universidade Federal do Espírito Santo/UFES.